

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CLAUDIO ROBERTO DOS SANTOS

Judeus Contra Israel: Uma Análise Crítica do Sionismo

Jews Against Israel: A Critical Analysis of Zionism

São Paulo

2018

CLAUDIO ROBERTO DOS SANTOS

Judeus Contra Israel: Uma Análise Crítica do Sionismo

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. André Roberto Martin

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237j Santos, Cláudio Roberto dos
Judeus Contra Israel: uma análise crítica do
Sionismo / Cláudio Roberto dos Santos ; orientador
José Roberto Martin. - São Paulo, 2018.
173 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Sionismo. 2. Antissemitismo. 3. Judeus. 4.
Judaísmo. 5. Israel. I. Martin, José Roberto, orient.
II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço esse trabalho à minha família e amigos, em especial a minha querida esposa Myriam Dalinger, por todo seu carinho, amor e compreensão; e minha linda filha Kahli Florencia que é luz para minha vida.

Aos meus professores, pelos momentos de aprendizagem constante, de construções e desconstruções, tanto pessoais quanto acadêmicas.

Aos meus colegas e amigos de classe, pelos bons momentos juntos.

A minha mãe e meu irmão por toda ajuda e por acreditarem em mim.

Judaísmo não é uma questão de sangue.

(GARY, Romain, 1974)

RESUMO

SANTOS, Claudio Roberto dos. **Judeus contra Israel: Uma Análise Crítica do Sionismo**. 2018. 194 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O presente trabalho apresenta as circunstâncias que conduziram a criação do Estado de Israel em 1948, baseado numa resolução aprovada um ano antes na recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), notoriamente por influência das grandes potências ocidentais. Estabeleceu-se como objetivo dessa pesquisa analisar, através de uma visão crítica, as razões que levaram a esse acontecimento, dentro de uma perspectiva geopolítica. Também foram considerados os movimentos nacionalistas europeus do século XIX e XX com a atuação do movimento sionista que amparado por seus mitos e premissas legitimaram a oficialização e reconhecimento de Israel como um novo país. Para estudar esse processo foi realizado um levantamento bibliográfico referente ao tema, priorizando as obras e entrevistas de proeminentes intelectuais israelenses como: Ralph Schoenman, Avi Shlaim, Noam Chomsky, Shlomo Sand, Norman G. Finkelstein, Uri Avnery, Llan Pappé, Judith Butler entre outros, e também, rabinos destacados na comunidade judaica religiosa. Subseqüentemente foram utilizadas leituras complementares de outros autores não israelenses como sustento ao entendimento de alguns conceitos fundamentais. A proposta do trabalho não é ser antijudaico ou contra-judaico, ao contrário, os valores da tradição judaica foram ressaltados, mas oferecer uma desaprovação às formas de violência de Estado instituídas e mantidas pelo sionismo político. Assim, foi possível concluir que o movimento sionista teve um forte papel político e bastante ideológico conglobado a outros interesses no estabelecimento de um Estado artificial no Oriente Médio. A reação a essa ideologia, o antissionismo ou a crítica à política sionista, não pode ser considerada um ato de antisemitismo, pois o sionismo se revela como um movimento político pautado dentro de uma filosofia nacionalista com prática de uma política segregacionista, onde muitos célebres autores judeus citados e outros judeus em suas comunidades pelo mundo, não compactuam com as mesmas idéias e ações do Estado de Israel.

Palavras-chaves: Sionismo. Antissemitismo. Judeus. Judaísmo. Palestina. Israel.

ABSTRACT

SANTOS, Claudio Roberto dos. **Jews against Israel: A Critical Analysis of Zionism**. 2018. 194 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

This paper presents the circumstances that led to the creation of the State of Israel in 1948, based on a resolution adopted a year earlier in the newly created United Nations (UN), notoriously influenced by the great Western powers. It was established as an objective of this research to analyze, under a critical vision, the reasons that led to this event, from a geopolitical perspective. Also considered were the European nationalist movements of the nineteenth and twentieth centuries with the work of the Zionist movement which, supported by their myths and premises, legitimized the official recognition of Israel as a new country. In order to study this process, a bibliographical survey was carried out, prioritizing the works and interviews of prominent Israeli intellectuals such as Ralph Schoenman, Avi Shlaim, Noam Chomsky, Shlomo Sand, Norman G. Finkelstein, Uri Avnery, Llan Pappé, Judith Butler among others. The proposal of the work was not to be anti-Jewish or counter-Jewish - rather, the values of Jewish tradition were emphasized - but to offer a disapproval of the forms of state violence instituted and maintained by political Zionism. Subsequently, complementary readings from other non-Israeli authors were used as a basis for understanding some fundamental concepts. Thus, it was possible to conclude that the Zionist movement had a strong political and quite ideological role conglobed to other interests in the establishment of an artificial State in the Middle East. The reaction to this ideology, anti-Zionism or criticism of Zionist politics, cannot be considered anti-Semitism, because Zionism reveals itself as a political movement based on a nationalist philosophy with a practice of segregationist politics, where many famous Jewish authors quoted and other Jews in their communities around the world, do not conform to the same ideas and actions of the State of Israel.

Keywords: Zionism. Antisemitism. Jews. Judaism. Palestine. Israel.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. SIONISMO.....	15
2. O NACIONALISMO JUDAICO.....	33
2.1 Secularização judaica.....	39
2.2 Símbolos nacionais judaicos.....	46
3. O PROTESTANTISMO E O SIONISMO.....	53
4. ANTISSIONISMO E ANTISSEMITISMO.....	67
5. NOVOS HISTORIADORES ISRAELENSES (PÓS-SIONISMO).....	77
5.1 Benny Morris.....	80
5.2 Avi Shlaim.....	83
5.3 Shlomo Sand.....	85
5.4 Ilan Pappé.....	88
5.5 Tom Segev.....	91
5.6 Yoav Shamir.....	94
5.7 Baruch Kimmerling.....	98
5.8 Michel Warschawski.....	101
5.9 Ralph Schoenman.....	104
5.10 Judith Butler.....	110
5.11 Yeshayahu Leibowitz.....	113

6. JUDAÍSMO EM OPOSIÇÃO AO SIONISMO.....	117
6.1 Moses Mendelssohn.....	118
6.2 Rabino Elmer Berger.....	121
6.3 Rabino Samson Raphael Hirsch.....	124
6.4 Rabino Moritz M. Güdemann.....	125
6.5 Rabino Avraham Yeshayahu Karelitz.....	129
6.6 Rabino Menachem Mendel Schneerson.....	130
6.7 Rabino Yoel Teitelbaum.....	132
6.8 Rabino Amram Blau.....	133
6.9 Rabino Moshé Meir Hirsch.....	134
6.10 Eliezer Menahem Shach.....	135
 7. A INDÚSTRIA DO HOLOCAUSTO.....	 139
 8. ALIANÇA: ESTADOS UNIDOS E ISRAEL.....	 155
8.1 O lobby judeu nos Estados Unidos	150
 9. A QUESTÃO PALESTINA.....	 165
 10. O ESTADO SIONISTA E O APARTHEID.....	 175
 CONCLUSÃO.....	 185
 REFERÊNCIAS.....	 189

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata das razões e justificativas no processo da criação do Estado de Israel no território palestino após a Segunda Guerra Mundial dentro de uma perspectiva crítica, principalmente através dos olhares de autores israelenses.

O trabalho parte das seguintes questões: Como foi o transcurso para o estabelecimento do Estado de Israel? Quais foram os motivos e quais as circunstâncias que legitimaram a criação desse Estado em 1948? O sionismo realmente exerce o controle hegemônico sobre a judaicidade? Os interesses do Estado de Israel convergem com os interesses dos judeus pelo mundo, ou entram em conflito com eles? Os judeus constituem um povo, uma raça, uma nação? Qual é a importância no contexto geopolítico da ocupação na Palestina conduzida e orientada pelas forças do Ocidente?

O objetivo dessa pesquisa é desvendar alguns mitos sionistas propagandeados e assentados através de uma historiografia oficial israelense bem construída. O trabalho visa também tentar responder algumas das inquirições acima. É de conhecimento que os judeus sempre formaram comunidades importantes em diversas regiões do mundo, mas será que é possível afirmar que eles constituem uma nação portadora de uma origem única? Torna-se assim fundamental diferenciar: sionismo e judaísmo; Israel como Estado, país e território e a Terra Santa; os judeus (os israelenses e outros judeus que vivem espalhados pelo mundo) e os israelenses (judeus e não judeus); e os sionistas (judeus e cristãos) e os antissionistas (também judeus e cristãos).

Israel alega representar o povo judeu, e a opinião popular em todo o mundo inclina-se a dar como certo que os judeus em geral “apóiam” Israel, sem levar em conta as tradições judaicas de antissionismo e a presença de judeus em acordo que se opõem à subjugação colonial dos palestinos em Israel.

Para a professora de filosofia Judith Butler, essa relação do judaísmo com o sionismo traz duas situações preocupantes: a primeira é que muitas pessoas acreditam que afirmar a judaicidade passa a ser o mesmo que afirmar o sionismo, ou que toda pessoa que frequenta uma sinagoga é necessariamente sionista; a segunda situação é a quantidade de pessoas que acham que agora devem renegar a judaicidade porque não aceitam as políticas do Estado de Israel.

Então, embora seja preciso contestar o controle hegemônico que o sionismo exerce sobre os judeus, é necessário contestar a subjugação colonial que o Estado de Israel, representado pelos sionistas, exerce sobre o povo palestino.

Este trabalho justifica-se por mostrar diversas opiniões e posicionamentos de ilustres intelectuais israelenses críticos à política e ideologia desse Estado, como o grupo dos historiadores israelenses revisionistas, os chamados Novos Historiadores ligados ao movimento pós-sionista que se auto-identificam como judeus israelenses que são críticos ao empreendimento sionista e têm desafiado as versões da historiografia oficial de Israel. O trabalho também mostra as opiniões de eminentes rabinos contrários ao nacionalismo judaico. O reconhecimento da legitimidade do antissionismo religioso é essencial no debate sobre Israel e o sionismo. Sendo assim, ao se referir ao “Estado judeu” para designar Israel, pode-se provocar confusão, entre fé e nacionalidade.

Alguns valores judaicos tradicionais de convivência com os não judeus são parte da própria constituição ética da judaicidade: *A justiça, e somente a justiça, seguirás* (Deuteronômio 16:20) e *Busca a paz e segue seu caminho* (Salmos 34:14). Assim é possível concluir que os compromissos com a igualdade social e a justiça social são parte fundamental das tradições judaicas, esses princípios condenam a violência do Estado de Israel e sua subjugação com os palestinos e rompem com a crença: é dever dos judeus, em toda parte, de submeterem ao que decreta o Estado sionista.

1. SIONISMO

“Um famoso aristocrata inglês uma vez disse, se uma pessoa alguma vez caminhasse pelas ruas de Londres dizendo a verdade às pessoas com quem se encontrasse, provavelmente seria assassinada antes de andar algumas centenas de metros”.

Noam Chomsky, intelectual judeu
norte-americano, 2009.

Judeus e árabes sempre conviveram amistosamente durante séculos não só na Palestina como no norte da África, na Espanha, com os persas no atual território do Irã, e em muitos outros lugares. Quando tudo começou a dar errado? Por que os árabes e os judeus começaram a se odiar? Será que foi por causa do judaísmo ou por causa do islamismo? Pela religião é pouco provável, pois por mais de 1300 anos, desde o começo do Islã, judeus e muçulmanos viviam juntos em uma harmonia cultural e religiosa sem precedentes. Tudo parecia estar indo muito bem, até chegar o século XX. Então algo aconteceu, e desde então judeus e árabes vêm se digladiando, nutrindo uma hostilidade um para com outro, que é passada de geração para geração. Basiléia, na Suíça, possivelmente tem algo a ver com que tudo tenha dado errado. Basiléia foi o cenário para a primeira convenção sionista, em 1897.

Sionismo é um movimento político com aspirações nacionalistas, que afirma o direito à existência de um Estado Judaico. Inspirado no protonacionalismo¹ judeu, movimento constituído por intelectuais nos anos 50 do século XIX na Europa Central e Oriental. O sionismo é também chamado de nacionalismo judaico e historicamente propõe a erradicação da diáspora judaica - processo de dispersão dos judeus pelo mundo - com o retorno da totalidade dos judeus ao atual Estado de Israel.

¹ O protonacionalismo pode ser definido como alguns sentimentos de pertencer a um coletivo, que já existem de antemão, e que podem ser usados e funcionar em uma escala macro-política para harmonizar estados e nações modernas, de acordo com Eric Hobsbawn - *Nações e Nacionalismo desde 1780* (2013). Em outras palavras, isso significa que os protonacionalismos podem ser traduzidos em um jargão para o mais coloquial, como elementos que podem se manifestar como populares. Dessa forma capta a atenção de um maior número de pessoas, o que o torna mais efetivo, que une ou orienta em certa maneira, como o ato de um grupo de pessoas, que se sentem parte do grupo identificado.

O movimento defende a manutenção da identidade judaica, opondo-se à assimilação dos judeus pelas sociedades dos países em que viviam. Os críticos do sionismo o consideram como um movimento colonialista e racista.²

O primeiro teórico do sionismo foi Moses Hess (1812-1875), filósofo francês judeu, autor de *Rome and Jerusalem: a Study in Jewish Nationalism* (1862)³. Hess nasceu em Bonn, Alemanha, e morreu em Paris. Foi um dos pioneiros em escrever sobre a questão do nacionalismo judeu no contexto europeu. Por esse motivo o trabalho de Moses Hess é apontado pela Agência Judaica como “um clássico da teoria sionista”⁴.

Moses Hess preconiza em sua obra, a “restauração” do Estado judeu como um movimento de libertação nacional. Em seus escritos, Hess cita às perseguições aos judeus ao longo da história como justificativa para a necessidade de uma restauração do Estado judeu na Palestina. Ele elabora uma série de argumentações para a defesa do nacionalismo judeu e condena os que são contrários a essa visão. Defende suas idéias através da narrativa bíblica e na visão de civilização judaica.

Outro trabalho importante nesse período foi do polonês Heinrich Graetz, autor de “*History of the Jews*” (1898). O professor israelense Shlomo Sand em “*A invenção do povo judeu*” (2011) escreve que a dissertação de Graetz passou a ser referência na historiografia nacional judaica durante todo o século XX:

É difícil avaliar a sua influência na formação da futura consciência sionista, mas não há dúvida de que foi significativa e central. (...), essa obra foi devorada com pressa e entusiasmo pelos primeiros intelectuais nacionalistas do Império Russo. Marcou orgulhosamente todos os relatos de seus sonhos com a “antiga pátria”. (...) Da mesma forma, encorajou uma leitura laica, se não verdadeiramente ateia, da Bíblia. Mais tarde, o livro chegou a servir aos dirigentes dos colonos sionistas na Palestina como o fio condutor das profundezas do tempo (...). A razão dessa influência maciça é clara: Trata-se do primeiro ensaio no qual o autor investe seus esforços, com firmeza e sensibilidade, com o objetivo de inventar o povo judeu⁵.

² A Resolução 3379 da Assembléia Geral das Nações Unidas, adotada em 1975, considera que o sionismo é uma forma de racismo e de discriminação racial. Foi anulada pela Resolução 4686 da Assembléia Geral, de 16 de Dezembro de 1991 - Sob a influência da administração de George H. W. Bush dos Estados Unidos.

³ Hess, Moses. *Rome and Jerusalem: a Study in Jewish Nationalism*. Bloch Publishing Company, Nova York: 1918, Disponível: <<http://archive.org/stream/romeandjerusale02waxmgoog#page/n4/mode/2up>>

⁴ Agência Judaica, Apud EITAN São Paulo. Disponível em: <<http://www.eitan.com.br/hess.pdf>>

⁵ Tanto no conceito de nação quanto o de “povo judeu” são questionados por Shlomo Sand. Assim, ele desconstrói a idéia de retorno à própria terra dois mil anos depois, construídos sobre mitos bíblicos e

A Jewish Virtual Library ⁶, enciclopédia on-line publicada pela American-Israeli Cooperative Enterprise (AICE), confirma a informação que o termo sionismo foi criado pelo pensador judeu secular e nacionalista Nathan Birnbaum (1864-1937), que ocupou o cargo de secretário geral da organização sionista, escritor e jornalista austríaco. Segundo a enciclopédia “*Em 1890, Birnbaum cunhou os termos sionista e sionismo e, em 1892, sionismo político*” ⁷.

Em 1893 Birnbaum, publicou uma brochura intitulada: *Die Nationale Wiedergeburt des Juedischen Volkes in Seinem Lande als Mittel zur Loesung Der Judenfrage* (O renascimento nacional do povo judeu em suas terras como sinônimo de solução da questão judaica), em que expôs idéias similares às que Theodor Herzl – pai do sionismo político – promoveria subsequente. Para Nathan Birnbaum, era a biologia e não o idioma e a cultura quem explica a construção das nações. Para Birnbaum, a raça era tudo. E o povo judeu teria sido um dos poucos povos remanescentes a preservar o sangue puro no decorrer de centenas de anos. As convicções sionistas de Nathan Birnbaum sobreviveram apenas até o começo do século XX, decepcionado com o movimento sionista ele voltou ao judaísmo ortodoxo e a partir daí passou a desprezar e rejeitar qualquer entendimento ao nacionalismo judeu.

Ao conceber o termo “sionismo”, seu propósito era fazer uma alusão a Sião, um dos nomes bíblicos para Jerusalém. Apesar de que, em contraste, o sionismo político sempre foi laico. Não havia, no fim do século XIX, o entusiasmo da maioria dos judeus de viver na Palestina, vista como um lugar sagrado, não sua futura nação. Utilizar o termo sionismo teve a finalidade de conseguir o apelo religioso para fortalecer um movimento político. É o que escreve o historiador israelense Ilan Pappé, em seu livro: *A Limpeza Étnica da Palestina* (2006):

representações. Ele questiona o que há em comum, por exemplo, entre judeus que nasceram em lugares completamente distintos como Ucrânia e Marrocos ou entre os judeus da Etiópia e Argentina, para serem considerados parte de uma mesma nação. Sand, Shlomo. *A Invenção do Povo Judeu*. Trad. Eveline Bouteiller. São Paulo: Editora Benvirá, 2011, p. 21.

⁶ A Jewish Virtual Library foi fundada em 1993, É um site que abrange tópicos sobre as relações EUA e Israel, história judaica, holocausto, antissemitismo, judaísmo, etc.

⁷ Jewish Virtual Library.

Disponível: <<http://jewishvirtuallibrary.org/source/biography/Birnbaum.html>>

Eretz Israel, a Terra de Israel, o nome da Palestina na religião judaica, havia sido venerada ao longo dos séculos por gerações de judeus como um lugar de peregrinação sagrado, nunca como um Estado secular futuro. A tradição e a religião judaicas ensinavam que os judeus deviam esperar a chegada do Messias prometido ao “final dos tempos”, antes de poder regressar a *Eretz Israel* como um povo soberano, os servos obedientes de Deus, para a fundação de uma teocracia judaica... Em outras palavras, o sionismo secularizou e nacionalizou o judaísmo. Para realizar seu projeto, os pensadores sionistas reclamavam o território bíblico, que recriavam (de fato, reinventavam) como o berço de seu movimento nacionalista.

Theodor Herzl (1860-1904) foi um jornalista judeu austríaco e considerado fundador do moderno sionismo político. Nasceu na Hungria, onde trabalhava em Viena - na época capital do Império Austro-Húngaro - no ofício de jornalista e autor teatral.

Herzl não tinha interesse pelo judaísmo ou por suas questões relacionadas. O ponto chave na vida do jornalista segundo historiadores sionistas foi o caso “Dreyfus”⁸ narrado no seu mais importante trabalho “*Der Judenstaat*” (O Estado judeu) de 1896. Trata de uma acusação de traição remetido na França pelo oficial Alfred Dreyfus, em 1894, por ser de origem judaica. A partir desse fato, Herzl decidiu que não havia esperança de assimilação para os judeus na Europa. Mas essa idéia de que o julgamento de Alfred Dreyfus inspirou Herzl é questionada por outros estudiosos israelenses como o historiador israelense Ilan Pappé em seu livro “*História da Palestina Moderna*” (2007), e pelo cientista político israelense Shlomo Avineri⁹.

Para garantir a imigração de judeus europeus para a Palestina, era preciso convencê-los que a transferência para aquelas terras seria o único meio para fugirem do antissemitismo¹⁰. Herzl associou, nesse sentido, ao publicar “*Der Judenstaat*” a

⁸ O Caso Dreyfus (em francês: *Affaire Dreyfus*) foi um escândalo político que dividiu a França por muitos anos, durante o final do século XIX. Centrava-se na condenação por alta traição de Alfred Dreyfus em 1894, um oficial de artilharia do exército francês, de origem judaica. O acusado sofreu um processo fraudulento conduzido a portas fechadas. Dreyfus era, em verdade, inocente: a condenação baseava-se em documentos falsos. Quando os oficiais de alta patente franceses perceberam isto, tentaram ocultar o erro judicial. A farsa foi acobertada por uma onda de nacionalismo e xenofobia que invadiu a Europa no final do século XIX. < https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Dreyfus >

⁹ Pappé, Ilan. *História da Palestina Moderna - Uma Terra, Dois Povos*. Trad. Ana Saldanha. Lisboa: Ed. Caminho, 2007, p.64. Shlomo Avineri - *Did Dreyfus Affair Really Inspire Herzl?* 26 de Fevereiro, 2014 - Liam Hoare, Disponível: <<https://forward.com/schmooze/193316/did-dreyfus-affair-really-inspire-herzl/>>

¹⁰ Antissemitismo é um termo utilizado freqüentemente para tudo aquilo que seja hostil ao povo e à cultura judaica. Segundo escreve Rolf Reichert (*História da Palestina* – 1972), “o termo semita vem de Sem, filho mais velho de Noé, e faz subentender que os semitas seriam os seus descendentes. Sendo insustentável hoje esta suposição, o termo é hoje, no uso científico, um conceito lingüístico: semitas são

chamada “questão judaica” ou *Judenfrage* ¹¹, não à religião ou a uma questão social, mas a um tema nacional. Segundo ele, “*a questão judaica existe em todo lugar em que os judeus vivem, por menor que seja seu número*”.

Herzl idealizou duas instituições para direcionar os judeus até o novo território. A primeira era a “*Society of Jews*”, entidade destinada a negociar politicamente um território. A segunda era a “*Jewish Company*” ¹². Para Herzl, a princípio, a área geográfica para o estabelecimento da nação judaica era irrelevante. Considerou alternativas tais como Uganda, El-Arish (Egito), Argentina e a então a Palestina Otomana. Na sua obra “*Der Judenstaat*” trata detalhadamente as duas últimas: “*A Argentina é, por natureza, um dos países mais ricos da Terra, de imensa superfície, população escassa e clima temperado, e teria o maior interesse em nos ceder uma porção de seu território*” ¹³.

Uri Avnery, escritor israelense, antigo membro da organização paramilitar sionista *Irgun* e atualmente um pacifista, em seu livro *Outro Israel - Reflexões de Uri Avnery* (2012), escreve sobre o nacionalismo europeu do século XIX, e sobre Herzl. O autor afirma que o fundador do sionismo político realmente não gostava da Palestina e

aqueles que falam ou falaram uma língua semítica (assírio, babilônio, cananeu ou fenício, arameu, hebraico, árabe). Mas o parentesco lingüístico não é o único laço que une os povos semíticos: uma comparação de seus aspectos físicos, comportamentos psíquicos, crenças religiosas e instituições sociais revelam uma semelhança considerável. Formaram, sem dúvida, nos tempos remotos, uma comunidade que falava a mesma língua e ocupava a mesma região. A teoria mais plausível afirma que a pátria dos semitas foi a parte meridional da Península Arábica.” Em: Reichert, Rolf. *História da Palestina*. São Paulo: Editora Herder (Editora da Universidade de São Paulo), 1972.

¹¹ Em a “*Questão Judaica*” 1843, Karl Marx, critica a teorização do hegeliano Bruno Bauer sobre o tema, o qual afirma que, para viverem juntos, judeus e cristãos precisam renunciar ao que os separa: suas religiões, além do estabelecimento de um estado laico. Marx discorda e defende não só a separação entre Estado e religião, mas principalmente a emancipação humana materializada numa sociedade entre iguais.

¹² Órgão responsável pela liquidação total dos bens e fortunas dos imigrantes judeus, bem como pela organização da vida econômica no novo país. Esta última instituição funcionaria como uma espécie de banco imobiliário à disposição dos candidatos decididos a se mudar para o novo Lar Nacional. De fato, a idéia era nobre, porém sua concretização requeria, por parte dos judeus, uma alta dose de confiança e credibilidade. Ela não vingou. Fonte: <<http://www.morasha.com.br/biografias/o-legado-de-theodor-herzl.html> - 27/01/2018>

¹³ Mais de 100 mil judeus imigraram para a Argentina entre 1840 e 1914. A Comunidade Judaica Argentina é a maior da América Latina e uma das seis maiores comunidades judaicas do mundo, depois de França, Inglaterra e Rússia. Hoje vive na Argentina cerca de 200.000 judeus, mas na década de sessenta, havia no país cerca de meio milhão. Fonte: <http://casadosanussim.shavei.org/tag/argentina/>

do Oriente Médio, preferia muito mais a Argentina, mas foi obrigado por certos grupos a direcionar seus esforços para a Palestina:

A onda de nacionalismo tornou-se crescente na época em toda a Europa. Movimentos nacionalistas cresciam em todo o continente. Herzl percebeu que todas essas novas nações rejeitavam os judeus e para ele, a solução seria que os judeus se constituíssem numa nova nação e criassem um Estado nacional próprio, mas a localização desse estado, para ele era secundária.¹⁴

No primeiro momento, o cenário histórico era favorável à idéia de Herzl, pois a *Jewish Colonization Association*, do Barão Hirsch, havia comprado terras na região. Entretanto, após alguns contatos, o Programa Argentina caiu no esquecimento. Então, para Theodor Herzl, o plano de adquirir a Palestina do Sultão Otomano passou a ter mais consistência. Para ele “*a Palestina é a nossa eterna pátria histórica. A simples citação de seu nome é um chamado poderosamente comovedor para nosso povo. Se Sua Majestade, o Sultão, nos conceder à Palestina, nós nos comprometemos a sanear as finanças da Turquia*”¹⁵.

Em 1897, ano seguinte à publicação da obra “*Der Judenstaat*”, durante o I Congresso Sionista realizado na Basiléia, Suíça, que reuniu 200 delegados do leste da Europa¹⁶, a Palestina foi escolhida. Segundo Theodor Herzl, os sionistas formariam um bloco aglutinador contra a primitiva Ásia:

Esse nome por si só seria um toque de reunir poderosamente empolgante para o nosso povo. (...) Para a Europa, constituiríamos aí um pedaço de fortaleza contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie. Ficaríamos como Estado neutro, em relações constantes com toda a Europa, que deveria garantir a nossa existência¹⁷.

¹⁴ A idéia nacional já se apoderara na América latina, certos historiadores consideram que o novo nacionalismo na verdade nasceu na América Latina, só depois se espalhou pela Europa. Enfim, a América Latina foi poupada de abrigar o estado tão almejado pelos sionistas.

¹⁵ Revista Morashá *O Legado de Theodor Herzl*, Edição 69, setembro de 2010 – Disponível: <<http://www.morasha.com.br/biografias/o-legado-de-theodor-herzl.html>>
A missão da *Jewish Colonization Association* - JCA - foi facilitar a emigração de judeus da Rússia e outros países do Leste Europeu, assentando-os em colônias agrícolas em terras por ela adquiridas, particularmente na América do Norte e América do Sul, em especial na Argentina e no Brasil.

¹⁶ Leon Trotsky esteve presente ao I Congresso Sionista da Basiléia, como observador, e afirmou depois que Theodor Herzl era um “*aventureiro sem-vergonha*”, tecendo duras críticas ao sionismo em artigo publicado no *Iskra*. Em Deutscher, Isaac. *Trotsky, o Profeta Armado – 1879-1921*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005, p.106.

¹⁷ Herzl, Theodore *O Estado Judeu*, Santa Catarina: Editora Biblos. 1964. p.66.

Herzl empreendeu esforços para conseguir o apoio das elites judaicas e dos dirigentes europeus ao projeto sionista. O historiador israelense Avi Shlaim, no seu livro *“A Muralha de Ferro”* (2004), diz que a intenção de Herzl e de seus sucessores era que o movimento conseguiria o seu objetivo: *“não através de um entendimento com os palestinos locais, mas por meio de uma aliança com a grande potência dominante do momento”* ¹⁸. Sem dúvida esse grande parceiro seria a Grã-Bretanha, que avistava a Palestina como sua “futura aquisição”. Herzl sugeriu como opção que a instituição do estado judeu ficasse temporariamente em Uganda (uma colônia inglesa) para depois ir para a Palestina. O que não agradou outras lideranças sionistas, como Chaim Weizmann (1874-1952). O plano de Uganda, mais tarde foi descartado. Depois do I Congresso Sionista em 1897, a Palestina voltou a ser central no plano sionista.

Escolhida a Palestina na Basiléia como lar para os judeus, existia agora um grande problema. E as pessoas que já viviam na Palestina? Eles não queriam ter um lar nacional judaico instalado em seu país. Os sionistas tinham algumas idéias claras sobre esse problema desde o começo. Herzl escreveu em 1985: *“Vamos tratar de afugentar a miserável população local para fora das fronteiras”* ¹⁹.

O professor Jeff Halper, antropólogo israelense, que foi um dos criadores do ICAHD, entidade de oposição e resistência à política israelense de demolição dos territórios ocupados por Israel, em entrevista ao documentário *“The Zionist Stories”* (2009), dirigido pelo ex-soldado israelense Berek Joselewicz disse:

Os judeus de fora vieram para este país e não disseram: Este é nosso país, mas reconhecemos que há outra gente vivendo aqui, vamos ver como a gente acerta as coisas. Não. Toda concepção de Israel, até hoje é: ‘Esse é nosso país, do Mediterrâneo ao Rio Jordão, e é um país somente nosso. Não há nenhum outro povo. Há uns árabes vivendo aqui, isso a gente sabe, mas não há nenhum outro povo com reivindicação sobre o país, com direitos legítimos sobre o país. Este é o nosso país exclusivo e, portanto, ou você fica calado, se você for um palestino, e aceita viver numa dessas ilhazinhas que lhe daremos, por tolerância e não por direito, ou, então, você tem de ir embora’... E assim foi. ²⁰

¹⁸ Shlaim, Avi - *A Muralha de Ferro – Israel e o Mundo Árabe*. - Trad. Maria Beatriz Penna Vogel. Rio de Janeiro: Fissus Ed., 2004, p.41.

¹⁹ A História Sionista / *The Zionist Story* Israel, 2009, 75 min. - Direção: Berek Joselewicz Disponível: <<http://docverdade.blogspot.com.br/2011/01/historia-sionista-zionist-story-2009.html>>

²⁰ *Ibidem*.

“A colonização da Palestina deve seguir em duas direções: A colonização judaica em *Eretz Israel* e a recolocação dos árabes em áreas fora do país.”

Leo Motzkin, (Líder do Congresso Sionista Mundial)

A psicologia sionista é formada por dois parâmetros contraditórios: um movimento de libertação nacional e um movimento de colonização europeu de um país do Oriente Médio.

Anita Shapira, historiadora israelense, 1992
Terra e Poder: O Recurso Sionista à Força, 1881-1948

Em 1947, os judeus possuíam 5,8% das terras na Palestina, na partilha da ONU os judeus ficaram com 56% do território. No entanto esta quantidade de terras ainda não era o suficiente para os sionistas.

Em seu livro *A Limpeza Étnica da Palestina*, 2016, Ilan Pappé apresenta uma carta escrita em 1937 por David Ben-Gurion, líder do movimento sionista na Palestina e um dos fundadores do Partido Trabalhista e primeiro chefe de governo de Israel, ao seu filho, onde ele antecipava o que iria acontecer: “*Os árabes terão de ir embora, mas a gente precisa de um momento oportuno para fazer isto acontecer. Algo como uma guerra*”.

Estava claro que os palestinos não tinham nenhum desejo de lutar contra os sionistas, nem de começar uma guerra, eles estavam acostumados a viver sob diferentes domínios por séculos, como egípcios, turcos, britânicos e agora os sionistas. Em 1948, o próprio Ben-Gurion diz aos executivos da agência judaica: “*Eu creio que a maioria dos palestinos aceita a partilha como fato consumado. A maioria decisiva deles não quer lutar contra nós*”.

Após a decisão no I Congresso, dois rabinos foram mandados à Palestina para a inspeção do local. Eles descreveram o cenário com que o movimento que queria criar um Estado judeu naquelas terras teria que enfrentar: “*a noiva é bela, mas está casada com outro homem*” ²¹. O que eles queriam dizer era que a Palestina não era um descampado, um lugar vazio e despovoado. Como narra Ilan Pappé:

Nas vésperas da Guerra da Criméia (1853-1856), cerca de meio milhão de pessoas viviam na terra da Palestina. Eram de língua árabe. A maioria era muçulmana, mas cerca de 60 mil eram cristãos de várias denominações e cerca de 20 mil eram judeus. Além disso, tinham que tolerar a presença de 50 mil soldados e funcionários otomanos, assim como 10 mil europeus. ²²

²¹ Shlaim, Avi. *A Muralha de Ferro – Israel e o Mundo Árabe*. Tradução: Maria Beatriz Penna Vogel. Rio de Janeiro: Fissus Ed., 2004, p.40.

²² Pappé, Ilan. *História de La Palestina Moderna*, Espanha: Editora Akal Ediciones, 2007.

Independente da corrente sionista ²³, Zeev Jabotinsky (1880-1940) ²⁴ – fundador sionismo revisionista – pregava a idéia de que era necessário o apoio de uma grande potência para consolidar o projeto sionista, assim como a necessidade de motivar a imigração judaica e transferir a população palestina, utilizando a coerção militar para esse propósito. A diferença é que a corrente revisionista acreditava nessa opção declaradamente, chegando ao ponto de Jabotinsky publicar um artigo denominado: “*Sobre a muralha de ferro*” ²⁵. Em suas palavras ele defendia a construção de “uma

²³ O sionismo trabalhista ou socialista é o grupo de esquerda tradicional da ideologia nacionalista judaica. Ao contrário da tendência do "sionismo político" fundada por Theodor Herzl e defendida por Chaim Weizmann, o sionismo trabalhista não acreditava que o Estado Judaico seria criado simplesmente pelo apelo à comunidade internacional ou a uma nação poderosa como o Reino Unido, a Alemanha ou o Império Otomano. Em vez disso, os sionistas trabalhistas acreditavam que o Estado judaico apenas podia ser criado como parte da luta de classes, através dos esforços da classe trabalhadora judaica estabelecendo-se na Palestina e construindo um estado através da criação de colônias judaicas, os kibutzim (forma de coletividade comunitária israelita) no campo e de um proletariado nas cidades.

O sionismo cultural defendia uma revisão de prioridades do nacionalismo judaico. O movimento não queria resolver "o problema dos judeus", mas "o problema do judaísmo". Segundo seus seguidores, os anos de exílio e dominação em países estrangeiros, e o desejo de incorporação às sociedades onde viviam, trouxeram desafios. Esse movimento apoiava a imigração para a antiga Terra de Israel, lar dos ancestrais e profetas, como forma de criar um grande núcleo com maioria judaica. Eles acreditavam que o Estado independente não era uma necessidade primordial, mas seria uma etapa natural da evolução judaica, impulsionada pelas expressões culturais do povo. Para o sionismo cultural, a redenção nacional e espiritual dos judeus viria com o livre desenvolvimento de expressões culturais e científicas próprias, longe da Europa e da dominação por estrangeiros. Esse crescimento cultural passaria a ser o centro da nação judaica, que irradiaria a cultura para as comunidades na diáspora e as atrairia para a então Palestina, fortalecendo a identidade do povo. Quando a maturidade e a produção cultural dos judeus atingissem o auge, o Estado nasceria. “*Será um Estado Judeu e não meramente um Estado de judeus*”, dizia Achad Haam. O sionismo revisionista foi uma facção nacionalista dentro do sionismo. A ideologia foi desenvolvida pelo Zeev Jabotinsky, que advogava uma revisão do sionismo de David Ben Gurion e Chaim Weizmann, visando o estabelecimento de *Eretz Yisrael*. Shimoni, Gideon. *The Zionist Ideology*, 1995 University Press of New England. < https://pt.wikipedia.org/wiki/Sionismo_cultural>.

²⁴ Zeev Jabotinsky foi um filósofo, líder sionista, escritor, tradutor, orador, poeta, jornalista e militar judeu de origem ucraniana. Fundador da Organização de Autodefesa Judaica, em Odessa, foi também o principal ideólogo do movimento de direita denominado sionismo revisionista. Ajudou a formar a Legião Judaica do exército britânico na Primeira Guerra Mundial e foi um dos fundadores e líderes da organização clandestina armada judaica *Irgun* (organização paramilitar sionista que operou durante o Mandato Britânico da Palestina, 1931 - 1948, criada como resultado de uma cisão de outra organização paramilitar sionista, a *Haganá*). Jabotinsky também se dedicou ao estudo do hebraico e de sua adaptação aos tempos modernos, quando deveria ser utilizado como idioma do futuro estado judeu. Disponível: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/ze-ev-vladimir-jabotinsky>>.

²⁵ Jabotinsky, Zeev. *The Iron Wall*, November 4, 1923.
Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/quot-the-iron-wall-quot>>

muralha de ferro de força militar judaica”, onde afirmava que só era possível vencer pela força. Já a linha do sionismo trabalhista não aceitava essa idéia abertamente.

Jabotinsky nutria uma admiração por Benito Mussolini, cujo sentimento era correspondido. O historiador judeu Yakov Rabkin em seu livro *“Judeu Contra Judeus – A História da Oposição Judaica ao Sionismo”*, de 2009, escreve sobre Jabotinsky:

“Ele mobilizou os judeus para a guerra, para a rebelião e para os sacrifícios. No contexto judaico, essa nova sensibilidade fortaleceu o afastamento dos líderes sionistas da tradição judaica”.

Os sionistas consideravam os nativos da palestina com desprezo. Jabotinsky em várias declarações confirma esse ponto de vista:

Ele rejeitava visão romântica do oriente e acreditava na superioridade cultural da civilização ocidental, a qual deveria ser levada àquelas terras. [Nós, judeus, não temos nada em comum com aquilo que significa ‘o Oriente’ e agradecemos a Deus por isso], declarou ele. Em sua visão, o Oriente representava passividade psicológica, estagnação social e cultural e despotismo político. Embora os judeus tenham se originado no Oriente, pertencem culturalmente, moral e espiritualmente ao Ocidente ²⁶.

Esse desprezo pela população nativa estabelece uma relação direta entre o sionismo e o colonialismo:

Estamos em presença da ideologia clássica da tradição colonial, que sempre considerou *‘res nullius’*, terra de ninguém, os territórios conquistados ou cobiçados e sempre teve a tendência de reduzir a uma grandeza insignificante as populações nativas. Ademais da ideologia, o sionismo toma empréstimo da tradição colonial as praticas de discriminação e opressão. ²⁷

A propaganda sionista divulgava a idéia de que os imigrantes judeus fariam florescer o deserto e para lá levariam o progresso, transformariam o deserto num pomar, e na nova terra os judeus teriam um porto seguro contra um possível holocausto. Pois este argumento se utilizou para legitimar a usurpação e ocupação do território de Palestina. Daí surge o grande mito de *“uma terra sem povo para um povo sem terra”* criado por Lorde Shaftesbury e apropriado por Israel Zangwill (1864-1926) ²⁸.

²⁶ Shlaim, Avi. *A Muralha de Ferro – Israel e o Mundo Árabe*, São Paulo: Editora Fissus, 2004.

²⁷ Losurdo, Domenico - *Sionismo e a Tragédia do Povo Palestino* publicado originalmente na revista italiana L'ENERSTO em 01 de julho de 2001, Tradução: Modesto Florenzano, Revista Crítica Marxista de 2007, p.65

²⁸ Israel Zangwill foi um autor britânico na vanguarda do sionismo cultural durante o século XIX. Ele depois de ter apoiado por um tempo Theodor Herzl rejeitou a busca de uma pátria judaica e se tornou o principal pensador por trás do movimento territorial, assim abandonou a filosofia estabelecida e fundou

Zangwill esteve na palestina em 1897, semelhante a outros líderes sionistas como Theodor Herzl, Ben-Gurion e Chaim Weizmann, todos eles faziam uso desse slogan, por acreditarem que os palestinos eram “não povo”, e não por desconhecerem sua existência:

Quando perguntado por Ruppin (chefe Departamento de Colonização da Agência Judaica) sobre os árabes palestinos, Weizmann replicou: os britânicos disseram-nos que são algumas centenas de milhares de negros (*Kushim*) e aqueles não têm valor ²⁹.

Esse desprezo com relação a outros povos e etnias, principalmente asiáticos e africanos, era comum nesse período (Hitler não foi uma exclusividade), e se tratando do Império Britânico, basta lembrar o premiê chauvinista Winston Churchill, que se orgulhava da sua “superioridade anglo-saxã” ³⁰.

Uma análise sobre o sionismo indica que esse movimento se apropriou de símbolos para construir não só a nação em um estado artificial, mas também uma identidade a ela associada.

sua própria organização, nomeou a *Jewish Territorialist Organization* (Organização Territorialista Judaica) em 1905. Seu objetivo era criar uma pátria judaica em qualquer território possível do mundo, com especulações incluindo o Canadá, Austrália, Mesopotâmia, Uganda e Cirenica. Disponível: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/israel-zangwill>.

²⁹ Masalha, Nur. *Expulsions of Palestinians*, Institute for Palestine Studies, 2012. p.6.

³⁰ Extratos de "*Eminent Churchillians*" publicados pela revista "*The Spectator*", baseados em documentos oficiais, revelam que Churchill, quando secretário do Interior, em 1906, chegou a defender a eugenia e a esterilização contra "as classes dementes" que "constituem um perigo racial". Como secretário do Interior, em 1921, afirmou: "*A idéia de que os indígenas do leste da África sejam colocados em igualdade com os europeus é revoltante*". Como premiê na primeira metade da década de 50, um de seus grandes objetivos era conter o crescimento da imigração dos países do Império Britânico. "*A rápida melhoria das comunicações levará ao aumento do número de pessoas de cor neste país e a presença delas mais cedo ou mais tarde vai ofender uma grande parte do povo britânico*", disse Churchill em 1954. Alguns historiadores e biógrafos relativizaram o racismo de Churchill, dizendo que era algo comum da sua geração e da época em que foi educado, um exemplo é o historiador Lorde Blake que concordou que já eram conhecidas posições racistas de Churchill, "*mas ele não era o único – apenas refletia as atitudes de sua época*". Henry Wallace, vice-presidente dos Estados Unidos (entre 1941 e 1945) na gestão do presidente Franklin D. Roosevelt, descreveu um encontro com Churchill: "*Sem meias palavras, afirmei que achava que a idéia da superioridade anglo-saxã, inerente na postura de Churchill, era ofensiva para muita gente... Churchill disse que não devíamos nos desculpar pela superioridade anglo-saxã, afirmou que éramos superiores, que tínhamos a herança comum que dera certo ao longo dos séculos na Inglaterra e que fora aperfeiçoada pela nossa constituição*."

Kuznick, Peter A *História Não Contada dos Estados Unidos*, Trad. Carlos Szlak, São Paulo: Faro Editorial, 2015 p.97

Disponível: <<https://pt.scribd.com/document/316182868/A-Historia-Nao-Contada-Dos-Estados-Unidos-Oliver-Stone>>.

A escritora israelense Ella Shohat, escreve em seu livro *Taboo Memories, Diasporic Voices* (2006): “a historiografia israelense tentou intensamente normalizar seu processo particular de invenção nacional”³¹. O sionismo de acordo com essa visão constituía em um discurso caracterizado pelo “binário Oriente-Occidente”. Sob a falácia de movimento de libertação nacional, sua ideologia incorporava a matriz colonial. A “identidade imaginada” seria estritamente européia, e Israel constituiria como escreve Shohat, “um posto avançado do Occidente, da civilização contra a barbárie”³².

Essa representação vai em direção do que o intelectual palestino Edward Said (1935-2003) define como “orientalismo”. A visão de um Oriente misterioso e prodigioso, inventada pelo Occidente colonizador é desmistificada por Edward Said, que mostra em seu livro: *Orientalismo – O Oriente Como Invenção do Occidente* (1990), como essa representação dos povos orientais foi importante para própria definição da identidade ocidental na legitimação de seus interesses colonialistas. Citando *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte* de Karl Marx (1852) - “Não podem representar a si mesmos; devem ser representados.”, o livro é um ensaio erudito sobre as visões e versões fabricadas por uma civilização para inventar outra.

Para o autor, o orientalismo domesticou um saber para o Occidente, capaz de legitimar sua autoridade sobre o Oriente. O princípio da colonização como um “fardo” do homem branco que marcou o imperialismo entre os séculos XIX e XX, é analisado pelo autor através da presença dos três grandes impérios ocidentais (inglês, francês e norte-americano) na sociedade islâmica do Oriente Médio e Próximo. Edward Said comenta uma série de textos e documentos, mostrando o discurso orientalista através de pronunciamentos políticos, relatos de viagem, estudos sobre a religião, a geografia e a história e mais especialmente as obras literárias de alguns poetas romancistas europeus fascinados por um Oriente distante e desejado que integre o imaginário do homem ocidental. Os “ocidentais” são apresentados como civilizados, com raciocínio lógico, pacíficos, capazes de valores reais; os “orientais” representam a uma massa uniforme de povos atrasados, bárbaros, afeitos à violência por natureza, que não podem se autogovernar, e devem ser temidos e, portanto, controlados³³.

³¹ Shohat, Ella. *Taboo Memories, Diasporic Voices*. Durham: Duke University Press, 2006, XVIII.

³² *Ibidem*.

³³ Said, Edward. *Orientalismo – O Oriente como Invenção do Occidente* Trad. Rosa Eichenberg. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007, p.31.

O conceito não é novo. Como o próprio Edward Said ensina, já por ocasião do Concílio de Viena (1312), surgiram várias cátedras de estudos sobre o “Oriente”. Não obstante, o século XVIII é estendido por ele como um marco em sua fase moderna, uma espécie de “renascimento”, com a ampliação das representações sobre os povos “orientais”. Para Said, quatro elementos marcam essa fase: o primeiro é a expansão do que consideraria “Oriente”, incluindo novas regiões e períodos; o segundo, o reforço do confronto histórico com o “Ocidente”, numa busca por fortalecer a idéia de uma civilização européia superior; terceiro, uma identificação seletiva com o “Outro”; quarto, sua classificação por *tipos*, amplamente, fundamentada na teoria racial que teve seu auge ao final do século XIX. Simultaneamente, ainda conforme o intelectual palestino, os padrões antigos do orientalismo – estruturados na visão religiosa da história e do destino humano – foram recriados e incorporados ³⁴.

De acordo com o historiador israelense Ilan Pappé, os primeiros sionistas chegaram à Palestina juntos com os missionários ingleses, no século XIX. Esse movimento “*partilhava o desprezo dos outros ocidentais pela população local*” ³⁵. A idéia era que a população nativa deveria ser modernizada para o seu próprio bem ou dar lugar para os recém-chegados e “*entre os mais ambiciosos e enérgicos estariam os sionistas*” ³⁶. Pappé expõe ainda que os viajantes, missionários, aventureiros e escritores oriundos da Europa, publicaram mais de três mil livros e relatos de viagens sobre a Palestina durante o século XIX, todos influenciados por essa ideologia racista, e descreveram a Palestina como um lugar primitivo, à espera de redenção, e “*as pessoas que os exploradores europeus encontravam eram obviamente infelizes no seu mundo pré-moderno*” ³⁷.

³⁴ Misleh, Soraya. *Al Nakba – Um Estudo Sobre a Catástrofe Palestina*. São Paulo: Sundermann Ed., 2017, p.33.

³⁵ Pappé, Ilan. *História de La Palestina Moderna*, Espanha: Editora Akal Ediciones, 2007. p.63.

³⁶ *Ibidem*, p.61.

³⁷ *Ibidem*.

O sionismo sem dúvida estimula o amor pela terra, mas esse amor possui formas políticas e ideológicas. Na forma política esse amor conjectura um conhecimento da natureza, mas, concomitantemente um esquecimento e uma negação em reconhecer a presença dos nativos da terra. Dessa forma, os efervescentes sionistas descreveram cuidadosamente a fauna e a flora, mas desprezaram completamente as aldeias e seus habitantes palestinos.

Para Said, o sionismo extraiu sua visão de preconceitos “ocidentais” em relação aos ditos “orientais” – entre os quais os palestinos – e desumanizou. Assim, o Estado judeu foi construído de muitas maneiras sobre a negação da palestina e dos seus habitantes. Segundo o autor em sua obra *Questão Palestina* (2012), as afirmações dos ingleses e dos líderes sionistas revelam seu desprezo por essa população nativa e sua concepção de que estavam a serviço de uma “missão superior”³⁸.

Chaim Weizmann, em carta ao lorde inglês Balfour, em 1918, referiu-se ao árabe como de “*natureza traiçoeira*”, “*desonesto*”, “*inculto*”, “*ganancioso*”. Assim, o sionismo se identificou com o dito “Ocidente”, com linguagem e ideologia comum³⁹.

De acordo com Said, em seu livro *Orientalismo*, 1990: “*de 1815 a 1914, a hegemonia colonial direta dos europeus expandiu-se de cerca de 35% para cerca de 85% da superfície da Terra*”. *Todos os continentes foram afetados, e nenhum mais que a África e a Ásia*”⁴⁰.

No início do século XX, lorde Balfour pronunciou um discurso na Câmara dos Comuns sobre o Egito. Said analisou esse discurso do seguinte modo:

"A Inglaterra conhece o Egito; o Egito é o que a Inglaterra conhece; a Inglaterra sabe que o Egito não pode ter autogoverno; a Inglaterra confirma esse conhecimento ocupando o Egito; para os egípcios, o Egito é o que a Inglaterra ocupou e agora governa; a ocupação estrangeira torna-se, portanto, 'a própria base' da civilização egípcia contemporânea; o Egito requer, até insistentemente, a ocupação britânica."

Nas palavras de Balfour o Egito não é um país, mas, uma categoria britânica. Os habitantes desse lugar não são seres humanos, mas são coisas que ocupam um espaço geográfico ocupado pelo exército colonial britânico.

³⁸ Said, Edward. *A Questão Palestina*, São Paulo: Ed. Unesp, 2012, p.15.

³⁹ Misleh, Soraya. *Al Nakba – Um Estudo Sobre a Catástrofe Palestina*. São Paulo: Sundermann Ed., 2017, p.35.

⁴⁰ Said, Edward. *Orientalismo* São Paulo: Editora Schwarcz, 2007, p.74.

Entre 1915 a 1917, a Grã-Bretanha firmou três acordos para depois do pós-guerra, o primeiro, com o xerife de Meca Hussein Bin Ali, (*Correspondência Hussein-McMahon*)⁴¹, em troca do apoio britânico, ficou garantido a independência aos árabes na forma de um grande Estado, que corresponderia ao que hoje é a Península Árabe, e o xerife comprometia-se a organizar uma revolta árabe contra o Império Otomano, que tinha entrado na guerra ao lado das Potências Centrais; o segundo, com a França, (Acordo *Sykes-Picot*) que definiu as suas respectivas esferas de influência no Oriente Médio, considerando-se a hipótese de derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial; e o terceiro, com o movimento sionista, ao qual garantia a criação de um lar nacional judeu no território palestino.

Contudo, a promessa não foi mantida com os árabes, dado que após a guerra, a Síria foi dada à França (que a administrou através de um mandato da Sociedade das Nações); e em novembro de 1917, através da Declaração de Balfour (documento que serviria de base jurídica), o governo britânico dá aos representantes sionistas apoio para a constituição de uma "pátria nacional" judaica na Palestina. Os britânicos alegaram que a Palestina não foi prometida a Hussein e que ocorreu um mal-entendido por parte do xerife. Segundo Rogan, *“um dos desafios da diplomacia britânica no pós-guerra era encontrar uma maneira de conciliar o que seriam, no geral, promessas contraditórias”*⁴². Assim prevaleceu o acordo com os sionistas, em descumprimento a promessa feitas ao xerife de Meca, que tencionava expandir seu reino a todas as antigas províncias do Império Otomano.

⁴¹ Designação dada à troca de cartas entre o alto comissário britânico no Egito, sir Henry McMahon, e o xerife de Meca Hussein Bin Ali no período compreendido entre 14 de julho de 1915 e 30 de março de 1916. Em março de 1916, após meses de correspondência, o Tenente-Coronel britânico Henry McMahon, havia conseguido o apoio de famílias árabes na guerra contra os otomanos em uma troca de cartas com o líder de Meca, Hussein Bin Ali. Em contrapartida, os britânicos prometeram independência aos árabes na forma de um grande Estado, que corresponderia ao que hoje é a Península Árabe (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Omã, Bahrein, Kuwait, Qatar e Iêmen), Iraque, Síria, Líbano, Jordânia e Palestina/Israel.. A Correspondência Hussein-McMahon foi publicada integralmente pela primeira vez em 1939. – *“Em todas as partes da nação árabe, sem nenhuma exceção sequer, decidiu-se neste ultimo ano conquistar a liberdade e abraçar as rédeas da sua própria administração, tanto na teoria como na prática, e torna-se evidente que este também é o interesse do governo da Grã-Bretanha em poder apoiá-la e ajudá-la no intento de alcançar tal firme e lícita intenção, sem que manifeste posteriormente qualquer outra coisa desligada desse objetivo. (...) a Grã-Bretanha deve aprovar o Califado Islâmico da Arábia”* Xerife Hussein, Emir de Meca, a H. McMahon, Alto Comissário britânico do Cairo, 14 de julho de 1915.

⁴² Rogan, Eugene. *Los árabes – Del Imperio Otomano a la Actualidad*. Critica Editorial, 2011, p.151.

Para Said, em a “*A Questão Palestina*” (2012), a Declaração de Balfour merece ser avaliada levando em consideração vários pontos:

Foi feita por uma potência européia; sobre um território não-europeu; em completo desrespeito tanto à presença quanto aos desejos da maioria nativa que residia nesse território; e na forma de uma promessa desse mesmo território a um grupo de estrangeiro, de modo que este poderia de modo bastante literal, transformar esse território numa pátria para o povo judeu.

A aliança entre os britânicos e o movimento sionista seria bem-sucedida. O escritor Lotfallah Soliman no seu livro *Por Uma História Profana da Palestina* (1990) relata que essa aliança integrava o projeto estratégico da Grã Bretanha, ao se colocar como a “protetora dos judeus”, revestia suas “*ambições imperiais com um verniz idealista*”⁴³. A proposta era barrar uma nova configuração geopolítica contrária aos interesses hegemônicos deles naquela região. Soliman ainda diz:

Em Londres, o projeto é concebido como uma ‘*restauração dos judeus*’, o que captaria toda a atenção numa perspectiva ao mesmo tempo religiosa e econômica. Passando a ser local privilegiado e natural da nova reunião dos judeus, a Palestina serviria também de ‘home’ aos novos prosélitos judaico-cristãos e de terreno de colonização para a economia inglesa em vias de expansão.⁴⁴

A Palestina estrategicamente representa uma ponte estratégica entre Ásia e África, e a posição privilegiada era um atrativo aos colonizadores desde os tempos imemoriais, como escreve Reichert em *História da Palestina* (1972). Diante disso, havia um plano estratégico para preservar a hegemonia britânica sobre a região, e a elite inglesa patrocinou a imigração judaica para a Palestina:

A favor dos sionistas, Lorde Rotschild se correspondeu com o governo britânico na fase preparatória do anúncio da Declaração de Balfour. O memorando, datado de 18 de julho de 1917, trata do ‘princípio de que a Palestina deve ser reconstruída como a pátria do povo judeu’. Chaim Weizmann diria logo depois que os britânicos entendiam que ‘somente os judeus eram capazes de reconstruir a Palestina e dar-lhe um lugar na moderna família das nações’.⁴⁵

Em, 1882, sionistas do Leste Europeu, comandados por Weizmann, começaram a se instalar na Palestina e ocorreu a primeira onda de imigração, apesar da maioria dos judeus na época preferirem como destino os Estados Unidos. Depois a segunda grande onda de imigração sionista ocorreu entre 1903 e 1914.

⁴³ Soliman, Lotfallah, *Por Uma História Profana da Palestina*. Trad. Maria Lúcia Pereira, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990, p.14.

⁴⁴ *Ibidem* pp.15 e 17.

⁴⁵ Said, Edward. *A Questão Palestina*, São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.15.

A política migratória do Reino Unido para a Palestina guardava um perigo, pois ignorava a existência de habitantes que já estavam instalados em território palestino, e a orientação geral dessa política migratória não era de refugiados, mas sim de ocupação e colonização. E foi esse problema criado pelos britânicos, e que foi transferido para recém-criada Organização das Nações Unidas resolver, que por sua vez a entidade fez questão de tratar da forma mais artificial possível.

Assim o movimento sionista foi conquistando espaço e apoio, concretizando seu projeto depois do término da Segunda Guerra Mundial, quando é criado efetivamente o “Estado judeu”. Após o *Nakba* palestino, palavra árabe para catástrofe, que se refere ao êxodo palestino de 1948, que marca o princípio da tragédia palestina, quando pelo menos 700 mil pessoas foram massacradas e expulsas de seus lares, Israel ganhava *status* de Estado de Israel, com mais território do que previsto antes, o povo palestino continuava sem Estado ⁴⁶.

⁴⁶ A Palestina só foi reconhecida como Estado em 1988, baseando-se na Resolução da ONU de 1947/48, e de uma forma parcial. Em 2012, a Palestina ganhou *status* de observadora na ONU, mas não como membro porque os Estados Unidos não a reconhece como Estado.

2. O NACIONALISMO JUDAICO

*"Se eu estiver certo, os alemães dirão que sou alemão,
e os franceses dirão que sou filho da humanidade.
Mas se eu estiver errado,
os franceses me chamarão de alemão,
e os alemães me chamarão de judeu."*

Albert Einstein, sobre a teoria da relatividade.

Como foi abordado, o sionismo é um movimento político de caráter nacionalista que se propôs a criar uma nação a partir do “povo judeu”. O objetivo desse movimento político era separar os judeus das sociedades onde eles viviam e conduzir uma massa migratória para a Palestina, acabando por estabelecer o Estado de Israel. O sionismo nasce junto com as explosões nacionalistas no século XIX em todo o mundo: gregos, italianos, alemães, poloneses, latino-americanos, etc. Todos esses erigiram seus movimentos nacionais. Acompanhando essa onda, o sionismo foi um dos derradeiros nesse processo de renascença nacional. Sendo assim para estudar o movimento sionista é importante analisar o pensamento ideológico político predominante nessa época. O desenvolvimento de toda historiografia — e principalmente da modernidade — passa pela criação do conceito de nação, que ocupou muitos pesquisadores nesse período.

O nacionalismo foi uma ideologia política que moldou os Estados-Nações após a Revolução Francesa:

Nacionalismo é um conceito desenvolvido para a compreensão de um fenômeno típico do século XIX: a ascensão de certo sentimento de pertencimento a uma cultura, a uma região, a uma língua e a um povo (ou, em alguns dos argumentos nacionalistas, a uma raça) específicos, tendo aparecido pela primeira vez na França comandada por Napoleão Bonaparte e nos Estados Unidos da América. Tal fenômeno passou a ser assimilado pelas forças políticas que haviam absorvido os ideais iluministas de rejeição do Antigo Regime absolutista e que procuravam a construção de um Estado nacional de viés democrático e constitucional, no qual seus membros fossem cidadãos, e não súditos do rei. Nesse sentido, o sentimento nacional do século XIX alcançou a condição de ideologia política. Diferentemente dos Estados nacionais europeus que se formaram nos séculos XVI e XVII, os Estados Nacionais do século XIX identificavam sua soberania no contingente de cidadãos que compunham a nação, e não na figura do monarca. Por esse motivo, a tendência ao regime político republicano tornou-se comum nesse período. Além dessas características, há também um elemento indispensável para o entendimento do nacionalismo: a formação do exército nacional por

cidadãos comuns, e não por aristocratas e mercenários, como ocorria nos Estados absolutistas. O exército napoleônico foi o primeiro grande exército nacional composto por pessoas que lutavam pela “nação francesa” e identificavam-se como membros de um só “corpo nacional”, de uma só pátria.⁴⁷

A essência do nacionalismo é dada pelos grupos que se apropria dele, que atendem a diferentes projetos políticos. Normalmente os elementos de identificação nacional estão ligados a questões como etnias, a língua, a história, a religião e elementos culturais e costumes. Um autor especialista em nacionalismo, o professor britânico Anthony D. Smith, aponta pelo menos seis dimensões institucionais, elementos que são determinantes nas definições de nação:

- A existência de um Estado nacional;
- Território - que diferencia do Estado, já que o Estado pressupõe uma organização política e algumas coisas do ponto de vista cultural, e o território está ligado ao geográfico. É a base física em que o Estado exerce seu domínio e que está delimitado por fronteiras políticas;
- Linguagem - que é bastante importante para as pessoas criarem elos de ligação. Por essa razão é fácil perceber que as diferenças regionais configura em fatores de distanciamento, pois a língua tem esse peso importante;
- Religião - bem presente em alguns nacionalismos;
- História - a história comum identificável une as pessoas, como também a história pode desunir, isso depende do uso político dessa história; e
- Ritos e cerimônia – as festas comemorativas, datas históricas, tradições ligadas a esta data, ritos ligados a essas tradições, tudo isso cria elementos de unidade e pertencimento às pessoas.

Essas dimensões institucionais são fatores de ligação que fazem com que as pessoas se identifiquem ou não com o sentimento do nacionalismo. O movimento sionista soube trabalhar com esses elementos para legitimar seu objetivo e ganhar apoiadores para o seu projeto: consolidou como Estado nacional equipado com um forte e eficiente exército, nascido a princípio de organizações paramilitares (antigas facções

⁴⁷ *Nacionalismo - O Nacionalismo, desenvolvido no século XIX, refere-se a uma ideologia política que moldou os Estados-nações após a Revolução Francesa.* Publicado por: Cláudio Fernandes - Mundo Educação. Acesso em 21 de abril de 2018

Disponível: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/nacionalismo.htm>>

armadas com táticas terroristas, como a Haganá e o Irgun); o idioma Hebraico Moderno que foi criado no século XIX e hoje é um elemento importantíssimo de unidade nacional; apesar de um país laico (ocupando um lugar entre os oito países menos religiosos do mundo), Israel se apropriou de diversos símbolos e mitos da religião judaica; o Estado israelense foi criativo em criar uma historiografia oficial que ajuda a alimentar o sentimento nacional; e criou diversas festas comemorativas e datas históricas que reforçam o sentimento patriótico.

O sionismo como movimento nacionalista foi bem sucedido no seu propósito e soube trabalhar com os elementos de identificação nacional de forma eficiente, o apoio britânico e depois norte-americano foi essencial para esse êxito. Para o historiador judeu Yakov Rabkin, autor do livro: *Judeus Contra Judeus – A História da Oposição ao Sionismo* (2009):

A identificação com o Estado de Israel teria substituído o sistema de valores próprios do judaísmo – a misericórdia e humildade - pelos ideais próprios dos nacionalismos: o egoísmo e o orgulho nacional.

Para a socióloga espanhola de origem catalã, especialista em nacionalismo, Maria Montserrat Guibernau:

O nacionalismo é um sentimento relacionado a uma pátria, uma língua, ideais, valores e tradições comuns, e também com a identificação de um grupo de símbolos (uma bandeira, uma canção) que o definam como ‘diferente dos outros’. A conexão com todos esses signos cria uma identidade, e o recurso a essa identidade teve no passado, como tem ainda hoje, o poder de mobilizar as pessoas ⁴⁸.

Dois conceitos ficaram bastante conhecidos no estudo sobre nacionalismo. Um foi o conceito de “tradição inventada” abordada no livro de Eric Hobsbawm e Terence Ranger: *A Invenção das Tradições* (2012), e o outro conceito, “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson, que foi tratado no seu livro: *Comunidades Imaginadas* (1983).

Para Eric Hobsbawm, a nação era uma construção moderna, que deveria ser analisada no contexto político e econômico. O nacionalismo precedia as nações, e não o contrário. Ele não precisava ser ancorado em uma língua, religião ou percurso histórico comum. Só a formação do Estado já gerava culturalmente a nação de que este afirmava ser o fruto. Hobsbawm dizia que a Itália era uma nação gerada antes de existirem os

⁴⁸ Montserrat Guibernau *Nacionalismos: o Estado Nacional e o Nacionalismo no Século XX*, editora Jorge Zahar, 1997. p.52

italianos, ou seja, um povo com uma língua e uma história comuns. Para o autor, as tradições inventadas buscariam uma coesão nacional ou as condições de admissão de um grupo de poder:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas, por regras tácita ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado ⁴⁹.

Para Benedict Anderson, a nação nada mais é do que uma comunidade limitada, soberana e, sobretudo, imaginada. Em seu conceito de “comunidades imaginadas” afirma que essas comunidades são imaginadas porque a grande maioria dessas pessoas que a formam, nunca vão se conhecer, não tem uma relação direta, que supostamente elas só imaginam como iguais e que na prática não necessariamente são, elas têm alguns fatores de convergências, mas a coesão nacional seria artificial, seria somente uma imaginação. Mesmo nunca conhecendo inteiramente uns aos outros, essas pessoas dividem signos e símbolos comuns, que os fazem reconhecer-se como pertencentes a um mesmo espaço imaginário.

Hans Kohn, em seu trabalho: *The Idea of Nationalism* (1944), descreve uma distinção entre nacionalismo cívico e nacionalismo étnico. O nacionalismo cívico se diferencia por ser racional e democrático e por idealizar a nação como uma comunidade cívica, aberta à inclusão de estrangeiros, já o nacionalismo étnico se qualifica por ser irracional e autoritário e por conceber a nação como uma comunidade de sangue (O nacionalismo se inicia como um fenômeno racista etnocêntrico), como é o caso do Estado de Israel, que insiste na idéia de um nacionalismo étnico, sendo um lugar destinado para morada do “povo judeu” excluindo os palestinos que habitaram na palestina durante muitos séculos antes do estabelecimento do Estado israelense em 1948. Para Edwin Samuel Montagu, político judeu britânico:

Eu asseguro que não existe uma nação judaica. Os membros da minha família, por exemplo, que têm sido deste país há várias gerações, não têm nenhum tipo de visão ou desejo comum com qualquer família judia em qualquer outro país, além do fato de eles professarem em maior ou menor grau a mesma religião. Dizer que um judeu inglês e um judeu sarraceno são da mesma nação é tão verídico quanto dizer que um cristão inglês e um cristão francês são da mesma nação”.

⁴⁹ Hobsbawm, Eric; Ranger, Terrence. *A Invenção das Tradições*. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p.9.

Atualmente na indústria de Hollywood, na mídia e no imaginário coletivo no ocidente, os judeus são apresentados como portadores de traços de uma identidade muito particular e hereditária, que os separam das outras pessoas, como os asiáticos que são diferenciados dos caucasianos da Europa. Um amarelo ou um negro nunca poderiam abandonar a sua pele, como um judeu nunca poderia renunciar a sua essência.

O atual Estado de Israel no censo estabelece e designa a pessoa como nacionalidade “judia” e se declara como o Estado do “povo judeu”. Os seus fundadores e legisladores acreditam que o Estado de Israel é uma propriedade coletiva dos “judeus do mundo” sejam eles religiosos ou laicos, e não declaram o Estado de Israel como uma instituição estabelecida por uma sociedade que ali reside.

Já não se pode admitir como verdade o conceito do povo judeu no sentido de uma unidade étnico-racial. Qual a relação, por exemplo, dos judeus da Argentina com os judeus da Ucrânia, com os judeus Georgianos e os judeus do México, com a comunidade de judeus negros espalhadas pelo continente africano e os judeus Coxim do sul da Índia?

O povo judeu como unidade étnica-racial foi inventado, sobretudo para atender às necessidades do movimento sionista. Os judeus pelo mundo afora não têm nada em comum entre si, a não ser a religião judaica e seus costumes. Israel ainda insiste em ter por parte dos árabes e de outras nações o reconhecimento de ser o “estado do povo judeu”, pode ser que algum dia, isso é que muitos esperam, Israel poderá ser reconhecido até mesmo pelos seus inimigos, mas esse reconhecimento deverá vir na medida em que ele se tornar um estado de seus próprios cidadãos, de todas as cores e culturas, como é em outros países que não admitem o excepcionalismo de um determinado grupo. Segundo Yeshayahu Leibowitz, filósofo judeu:

O povo judaico, historicamente, não foi definido nem como uma raça nem como um povo deste ou daquele país ou de qualquer âmbito político, nem mesmo como aquele que falava esta ou aquela língua, mas como o povo do judaísmo, da Torá e de seus mandamentos; com um modo de vida específico, tanto no plano espiritual quanto no plano prático, um modo de vida que expressa a aceitação do jugo da Torá e de seus mandamentos [...] o grupo humano reconhecido atualmente como o povo judeu já não se define, sob o ponto de vista dos fatos, como o povo do judaísmo histórico, seja na consciência da maioria de seus membros, seja na dos não-judeus. Existe nesse povo um número nada desprezível de pessoas que se esforçam, individual e coletivamente, para realizar o projeto de vida do judaísmo. Mas, a maioria dos judeus – mesmo quando estão sinceramente conscientes da sua “judeidade” – não aceitam o judaísmo e até mesmo o detestam (*People, Terre*. Paris: Plon, 1995, p. 125).

O Estado, por definição é formado por uma sociedade que vive num determinado território e subordinada a uma autoridade soberana dentro de seus limites, ou seja, de suas fronteiras, diferentemente de nação que é uma definição étnico-social, que se define pela união entre um mesmo povo com um sentimento de pertencimento e de união entre si, compartilhando um conjunto mais ou menos definido de culturas, práticas sociais, idiomas, entre outros, como por exemplo, os curdos que hoje somam 26 milhões de pessoas que habitam a Armênia, Azerbaijão, Irã, Iraque, Síria e Turquia. Portanto, nem sempre uma nação equivale a um Estado, ou a um país ou, até mesmo, a um território, havendo, dessa forma, muitas nações sem território e sem uma soberania territorial constituída. E quando se trata de uma comunidade religiosa as diferenças desses termos se distanciam ainda mais. Quando tratamos dos judeus especificamente, é comum gerar confusão e fica incompreensível quando se tenta especificar definições e critérios para uma classificação quanto à nomenclatura ser “judeu”.

Se um homem que nasceu no Estado de Israel, filho de búlgaros que fala hebraico e se criou alimentando-se de comida *Kosher* ⁵⁰, e o Estado de Israel confirma que esse homem nasceu de uma mãe judia pela sua ascendência, esse indivíduo é declarado judeu, mas se a sua mãe não fosse reconhecida como judia e mesmo se o pai fosse judeu, esse homem seria registrado com nacionalidade búlgara pelos critérios do Estado de Israel.

Em seu livro “*Como Deixei de Ser Judeu*” de 2015, o escritor israelense Shlomo Sand escreve:

Depois do judeocídio da Segunda Guerra Mundial, a aprovação da ONU e a recomendação para que fosse criado, em 1947, um ‘Estado Judeu’ e um “Estado Árabe” vizinho – que nunca nasceu de fato – faz surgir, no início do século XXI, um anacronismo problemático e perigoso. Vinte e cinco por cento dos cidadãos israelenses – dos quais 20% têm origem árabe – não são definidos como judeus segundo a lei. Sendo assim, a denominação “judeu” contraria a definição de “israelense”, excluindo explicitamente os não judeus do corpo cívico de um Estado cuja razão da existência deveria ser justamente a de acolher essas pessoas. Essa configuração não é apenas antidemocrática, mas coloca também em perigo a própria existência de Israel.⁵¹

⁵⁰ *Kosher* é um termo que faz referência aos alimentos que são adequados ou permitidos pelas leis alimentares do judaísmo. A palavra de origem iídiche significa literalmente “permitido” ou “apropriado”, sendo utilizada dentro do *kashrut*, um conjunto de deveres alimentares estabelecidos pela lei judaica (*Halachá*).

⁵¹ Sand, Shlomo, *Como Deixei de Ser Judeu*. Trad. Eveline Bouteiller, São Paulo: Editora Benvirá, 2015, p.16.

Atualmente Israel se apresenta como um Estado soberano composto pela sua estrutura jurídica que impõe sua soberania sobre o povo e sobre seu território. Como qualquer outro governo soberano ⁵² Israel criou mecanismos de controle político, instituições legais, e como é razoável no nacionalismo europeu que ele importou, adotou seus símbolos nacionais, criou o parlamento (*Knesset*), seu Hino nacional (*Hatikvah*), sua bandeira com a estrela de Davi, o hebraico moderno como língua (idioma *Ivrit*), alguns mitos nacionais, e uma poderosa força militar. (o *Tzahal*).

“A Terra de Israel” ou *Eretz Yisrael* não é um conceito geopolítico para o judaísmo, no entanto a ideologia sionista se apropriou desse conceito e fez dele uma noção de pátria em território nacional. Assim o Estado passou a ser mais importante que os judeus.

“A insistência em “povo judeu” e porque os povos têm terras.
As religiões não têm terras”
Shlomo Sand (2015).

2.1 Secularização Judaica

Na Europa no século XIX, muitos praticavam o laicismo no lugar da religião, havia uma forte rejeição à influência religiosa na esfera pública, neste contexto o nacionalismo se transformou em uma espécie de religião laica. O sionismo também foi uma reação ao movimento de assimilação causado pela integração dos judeus nas sociedades dos países onde eles viviam na Europa.

A secularização ⁵³ – afastamento maciço da prática religiosa - dos judeus na Europa no século XIX e XX coincidiu com a sua emancipação, ou seja, com o processo de concessão de direitos políticos e sociais aos judeus em países cristãos. Para o entendimento da complexidade de qualquer debate sobre o povo judeu nesse período, é preciso levar em consideração esse processo de secularização - o abandono das práticas religiosas - essa fase histórica realçou a divisão entre a “judaicidade” e “judaísmo”. Atualmente para alguns judeus, a lealdade ao Estado israelense substituiu o judaísmo como a principal característica da identidade judaica.

⁵² Estado-Nação, por definição, é constituído por uma massa de cidadãos que se considera parte de uma mesma nação, sendo o nacionalismo, o sentimento mais característicos de um Estado-Nação. Em 19 de julho de 2018, o Parlamento de Israel, o Knesset, adota uma polêmica lei que define Israel como Estado-nação para a nação judaica, garantindo sua autodeterminação, e também declara que Jerusalém "inteira e unida" é a sua capital. Centro Legal para os Direitos das Minorias Árabes em Israel considera que a política racista dessa lei é o último esforço israelense para se impor etnicamente sobre os palestinos.

⁵³ O secularismo ou laicismo é um princípio político que rejeita a influência da religião na esfera pública.

O processo de secularização transformou radicalmente essa identidade judaica: ela deixa de ter seu sentido normativo, explicada pelos princípios e valores religiosos e torna-se uma identidade simplesmente descritiva. Essa ruptura com a identidade que permanece até os dias atuais força-nos a usar o adjetivo “judeu” quando se refere aquilo que pertence a “judaicidade” - o modo como alguém se afirma judeu subjetivamente, mesmo quando afastado inteiramente da religião - e o adjetivo “judaico” para nomear aquilo que faz referencia e está associado à tradição judaica num sentido normativo:

A identidade judaica laica apropriou-se assim de uma relação sociocultural: só se aplica àqueles que rejeitaram conscientemente o judaísmo, conservando o vínculo lingüístico (o ídiche e, mais tarde, o hebraico) e cultural. A identidade daí resultante foi canalizada para opções políticas diversas, freqüentemente tomadas do socialismo e do nacionalismo. Ao constituir um desvio radical da tradição, o conceito de judeu laico ou ateu – a própria antítese da visão tradicional judaica –, transformou-se na pedra angular do sionismo ⁵⁴.

Para o professor Yakov Rabkin, a secularização dos judeus contribuiu no desenvolvimento da ideologia nacionalista:

O sionismo teve suas origens no final do século XIX, entre os judeus assimilados da Europa central que se sentiam de certa forma excluídos, rejeitados e percebiam as manifestações de antissemitismo, apesar da sua vontade de integrar-se plenamente com a cultura que os rodeava. Eles, e freqüentemente também seus pais, já não obedeciam aos preceitos da Torá e ignoravam os limites normativos do judaísmo. De fato, eles seguiam a via da secularização que estava, então, em pleno desenvolvimento na Europa, e sentiam-se frustrados por não gozar de uma aceitação universal ⁵⁵.

Para Élie Barnavi, historiador e diplomata israelense:

A frustração pertencia a um pequeno número de judeus da alta sociedade que viam seus esforços de assimilação fracassar, sem alcançar os resultados sociais e psicológicos esperados, particularmente sem que estes lhes proporcionassem a satisfação de uma aceitação total que, temos de admitir, era de qualquer maneira de natureza subjetiva e ilusória. Em outras palavras, o sionismo foi uma invenção de intelectuais ou de assimilados, o ‘partido da inteligência’, que deu as costas aos rabinos e aspira à modernidade, e que busca desesperadamente um remédio par seu mal-estar ⁵⁶.

Como foi dito, quando se fazia referência ao judeu tradicional e devoto, se enquadrava ele a uma condição normativa, aquele cujo comportamento deve seguir aos princípios e valores da religião judaica, onde o judaísmo é o denominador comum. A concepção do pensamento racial que analisa o judeu como uma etnia ou uma raça hoje

⁵⁴ Rabkin, Yakov M. *Judeus Contra Judeus – A História da Oposição Judaica ao Sionismo*, tradução de Miriam Xavier de Oliveira. Cotia, SP: Acatu, 2009. p.25.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ *Ibidem*.

já caiu por terra, os judeus são como todas as outras pessoas de varias origens e de muitas cores e muitas culturas. E o judeu secular, o que realmente é?

Atualmente é muito comum pessoas se considerarem como judeus seculares, e preferem ser visto assim muito mais que argentinos, estadunidenses, britânicos ou brasileiros. Hoje qualquer pessoa pode se tornar cristão, basta se converter e passar pelo batismo conforme as regras de cada denominação cristã. Assim, também é possível a conversão à religião islâmica e torna-se um muçulmano, basta pronunciar o testemunho de fé (*Shahada*) e começar a seguir os preceitos da religião. Com relação à religião judaica, essa também permite a conversão, basta está de acordo com a *Halachá*, a lei judaica. Mas como é possível a pessoa se tornar um judeu secular? Se minha mãe for considerada judia, eu posso até ser ateu, eu provavelmente serei aceito, inclusive pelo Estado de Israel, mas se minha mãe não for judia vai ser muito difícil pertencer a esse grupo:

Eu decidir que não quero fazer parte de clubes exclusivos, somente de clubes inclusivos, em que todo mundo possa se juntar ao clube. Por que decidir isso? Porque eu tenho ascendência judaica e eu conheço muito bem a história dos judeus do século XX. Estou vivendo em Israel, lugar onde nasci, num Estado que se define como 'Estado judeu', sendo que 25% dos habitantes que vivem ali não são judeus. Eu não posso aceitar isso. Especialmente porque eu sou um privilegiado lá, meus alunos palestinos israelenses não têm o mesmo privilégio que eu tenho. Bem, se você for de origem judaica, você poderá ir amanhã para Israel e em três ou quatro dias se tornar um cidadão israelense e depois voltar para seu país e sentir que essa pequena terra é sua terra. Mas não é a terra de meus alunos palestinos israelenses que nasceram lá, absolutamente não! Eu não posso aceitar pertencer a esse clube.

Shlomo Sand (2013)

O que significa a identidade judia para um judeu secular? Para o historiador Shlomo Sand, se trata de uma identidade vazia, que não possui uma cultura específica como as dos judeus religiosos. Segundo Sand, o Estado de Israel, apontado entre os países menos religiosos do mundo, utiliza dessa identidade em sua política nacional. O apoio instintivo ao Estado israelense por muitos judeus que não são capazes de encontrar outros laços de identidade secular judaica, impelem a eles a se identificarem com duas coisas: o Holocausto e o Estado "judeu". Assim Sand conclui:

"Se uma tragédia se torna o centro de sua identidade, é melhor refletir sobre isso, isso pode ser muito pervertido".⁵⁷

⁵⁷ Shlomo Sand: *A invenção da terra de Israel*, 2013 - 1h: 24min. Acessado em: 22 de outubro 2013 Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=vQb5chFPad8>>.

No livro: *Como Deixei de Ser Judeu* (2015), Sand explica as justificativas da colonização na palestina pelo projeto sionista que deu origem ao Estado nacional:

O sionismo invocou a Bíblia, apresentada como um título de propriedade jurídica da terra. Em seguida desenhou o passado de inúmeras comunidades judaicas como retrato da história linear de um povo-raça, para a qual, por dois mil anos, ansiava por retornar. O sionismo laico interiorizou profundamente o mito religioso da descendência de Abraão e a lenda cristã do povo amaldiçoado e errante, cujos pecados levaram ao exílio. A partir desses matizes, ele conseguiu formar a imagem de uma etnia cujo caráter claramente fictício (para se convencer disso basta observar a diversidade de aparências dos israelenses) em nada impediu sua eficácia ⁵⁸.

Os sionistas com sua ideologia nacionalista traduziram a afinidade profunda dos judeus com a Terra Santa com o conceito de pátria. Mas na tradição e na religião judaica não existe esse conceito. O judeu assim como o muçulmano e o cristão, não tiveram na história uma pátria. Apesar de se tratar de um conceito que não é novo (a noção de pátria – terra-mãe - é encontrada em duas ocasiões nos tempos antigos, com os gregos e com a república romana), não é possível encontrar esse conceito político na Palestina, em Canaã, e na tradição judaica. A Terra prometida não é uma pátria para os judeus. A razão para que eles não tenham emigrado para a Palestina há 2000 anos era clara. A relação com a Terra Santa era uma relação metafísica. As pessoas não querem ir para a Terra Santa para viver. Um judeu devoto não poderia aceitar - o talmude proíbe muito claramente aos judeus irem coletivamente a Palestina antes da “Redenção”.

Um argumento controvertido dos sionistas, quanto à posse da Palestina, é o direito histórico dos judeus à Terra Santa. Essa noção do direito histórico é uma noção surrealista. Depois de 2000 anos, ter a noção histórica como um direito e um tanto quanto absurdo no campo histórico, algo que não é razoável. Se tiver que ajustar o mundo em função da compensação histórica dos povos a terra, teríamos um grande problema. Se os judeus têm o direito a terra, os próprios palestinos que estão lá há tempos também poderiam reivindicar esse direito. E os muçulmanos não teriam o direito à Espanha? Os índios teriam o direito de expulsar todos os brancos e negros da América? E no caso dos mouros e dos índios norte-americanos não faz 2000 anos. O direito histórico é um grande auxílio para os sionistas.

⁵⁸ Sand, Shlomo, *Como Deixei de Ser Judeu*. Trad. Eveline Bouteiller, São Paulo: Editora Benvirá, 2015, p.71.

Os sionistas querem transformar o conceito de identidade, de nacionalidade em um conceito biológico, querendo trazer princípios do racismo científico do século XIX, mas o ser judeu é um conceito cultural-religioso, nunca poderá ser um conceito genético, ainda mais quando você leva em consideração os fluxos de pessoas pelos vários territórios durante toda a história, as conversões em massa em determinado tempo e lugar, as miscigenações, e num período de 2000 anos é impossível você dizer que um judeu contemporâneo é descendente direto de um hebreu. O professor de História Judaica, da Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel Bartal, em entrevista ao jornal israelense *Haaretz* em 2008, diz considerar que “nenhum historiador do movimento nacional judaico jamais acreditou nas origens dos judeus como étnica e biologicamente ‘puras’...”.

Shlomo Sand reconhece a dificuldade em definir a etnicidade judaica. Sua decisão em escrever os livros sobre o tema apareceu de suas divergências com todo o processo de construção da historiografia oficial disseminada nos livros escolares em Israel. Segundo ele, com base numa interpretação sionista do passado, o Estado israelense se baseia na garantia de privilégios aos judeus. Assim, os não-judeus em Israel são sujeitados há uma condição jurídica, social e econômica inferior. O autor mostra como a falta de uma classificação profunda e meticulosa com relação a esses cidadãos que possuem os privilégios guiou a uma articulação própria da política poderosa israelense com relação ao rabinato, e contaminou a área jurídica e até mesmo a pesquisa universitária nos campos da biologia e genética⁵⁹.

Sand defende uma tese, que até alguns historiadores sionistas concordaram em tempos passados, e que atualmente é evitado falar. A tese é que os judeus contemporâneos originam de comunidades pagãs, que se converteram ao judaísmo fora

⁵⁹ É algo estranho quando geneticistas israelenses se esforçam em tentativas “para descobrir uma homogeneidade biológica entre os judeus do mundo” Israel converteu-se em líder mundial na “investigação das origens dos povos”, ainda que, “os investigadores israelenses misturem com frequência mitologias históricas com presunções sociológicas e com duvidosas e escassas descobertas genéticas”. Entre as descobertas curiosas está o ADN mitocondrial que aparentemente revelaria que “40% de todos os ashkenazi do mundo (3,5 milhões) descendem de quatro matriarcas”.

Disponível: <<https://www.publico.pt/2006/01/18/jornal/quase-metade-dos-judeus-asquenaze-descendem-de- apenas-quatro-mulheres-58877>>.

Contudo, até agora, nenhuma investigação encontrou características únicas e unificadoras da herança judaica baseadas numa amostra aleatória de materiais genéticos cuja origem étnica não seja conhecida de antemão. Apesar de todos os custosos esforços científicos realizados, nunca foi possível definir um indivíduo judeu por critérios biológicos.

da Palestina, dessa forma, esses judeus não tem qualquer relação ou não possui uma linhagem direta dos antigos hebreus. O atual “povo judeu” seria uma invenção do século XIX, que apareceu com a idéia do nacionalismo europeu. Assim, não existia um povo francês ou um povo brasileiro há 400 anos. As pessoas que viviam nessa época no reino francês ou no Brasil não tinham uma consciência nacionalista, não sabiam que elas eram francesas ou brasileiras ⁶⁰.

“A probabilidade de que um membro do Hamas que vive em Hebron seja um descendente direto dos antigos hebreus são mil vezes maiores do que para mim que sou judeu”.

Shlomo Sand (2014)

O Professor Donald Sassoon, historiador britânico de origem judaica (recebeu seu PHD - supervisionado por Eric Hobsbawm na Universidade de Londres), foi uns dos muitos imigrantes judeus que migraram para a Europa. Segundo ele:

Eu sou um judeu sefardita, que nasceu no Egito. E minha família e de judeus do Oriente Médio. Minha família saiu do Egito em 1947. Depois de 1956, a maioria dos judeus que vivia no Egito foi embora, devido a Crise de Suez. E, por então, nos estávamos na Itália e lá havia um constante fluxo de imigrantes passando por Milão, e sabem para onde eles queriam ir? Os ricos foram diretamente para a Suíça, os pobres foram para a Argentina, aqueles que tinham parentes nos Estados Unidos foram para os Estados Unidos, e um bom numero deles foram para a França, e muito, mas, muito poucos foram para Israel. Ou seja, do ponto de vista, de algo como um programa, se algo acontecesse com você, que é judeu, ir para Israel seria um reflexo automático. Mas não funcionou assim. Enquanto eles puderam ir para outro lugar, eles foram. Os judeus russos que não podiam ir para os Estados Unidos foram para Israel, Judeus marroquinos que não podiam ir para nenhum outro lugar, foram para Israel ⁶¹.

Shlomo Sand enxerga que esse desinteresse dos imigrantes pela Palestina está ligado pela própria contradição do judaísmo e o sionismo ⁶²:

⁶⁰ Há muitos historiadores sionistas como Yitzhak Ben Zvi, que foi o segundo presidente de Israel, e também o próprio David Ben Gurion que já afirmaram que os palestinos são os verdadeiros descendentes dos antigos hebreus. Ambos mencionam, em várias ocasiões, o fato de que os camponeses da Palestina eram os descendentes dos habitantes da antiga Judéia.

Cf. David Ben Gurion e Yitzhak Ben Zvi, *Eretz Israel* no passado e no presente (1918, em ídiche), Jerusalém, Yitzhak Ben Zvi, 1980 (em hebraico), e Yitzhak Ben Zvi, *Nossa população no país* (em hebraico), Varsóvia, O Comitê Executivo da União da Juventude e o Fundo Nacional Judeu, 1929.

⁶¹ Entrevista Shlomo Sand: *A invenção da terra de Israel*. Publicado em 7 de mar de 2013 Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=vQb5chFPad8> Acesso em: 20 de abril de 2018.

⁶² O jornalista britânico Geoffrey Wheatcroft em seu livro *Controversy Of Zion* (1997) escreve sobre Moses Hess citando seu livro *Rome and Jerusalem* (1862) em que ele pede pela pátria judaica na

Eles não quiseram migrar para a Palestina porque o lugar da Palestina no judaísmo, não é em absoluto o lugar da Palestina para o sionismo. Há uma contradição muito profunda entre o judaísmo e o sionismo. De certa forma, o sionismo é uma espécie de negação, de completa oposição ao judaísmo. Com efeito, quando Herzl fundou o movimento sionista, todas as instancias do judaísmo, os ortodoxos, os reformistas, os conservadores, estavam contra Herzl⁶³.

O jornalista e escritor britânico Geoffrey Wheatcroft, autor de importantes livros como: *The Randlords* (1986) e *The Controversy Of Zion* (1996) mostra que o sionismo era um empreendimento nacionalista exclusivamente do século XIX, que se opunha desde o início pela grande maioria dos judeus, particularmente aqueles no ocidente. Ele mostra também as semelhanças de sua cosmovisão e a dos antissemitas e a maneira pela qual os antissemitas eram atraídos para o objetivo de remover os judeus da Europa. Ele descreve, além disso, a indiferença dos líderes sionistas ao destino da população nativa da Palestina.

O sionismo aponta Wheatcroft, não foi uma consequência da antiga tradição judaica, mas foi uma imitação do emergente nacionalismo europeu do século XIX, particularmente o da Alemanha. Sessenta anos depois que o Estado Judeu apareceu, o filósofo e historiador e um dos pioneiros no estudo acadêmico do nacionalismo, Hans Kohn, observou que o livro e a filosofia que ele continha eram uma consequência do nacionalismo europeu que havia trazido tal tristeza aos judeus, e que todo o teor desse nacionalismo “*não tinha nada a ver com as tradições judaicas; em muitos aspectos se opunha a elas*”⁶⁴.

Não apenas nacionalismo em geral, mas um nacionalismo em particular inspirou Herzl. Como a filósofa judia Hannah Arendt colocou, o pensamento de Herzl em termos de nacionalismo foi inspirado por fontes alemãs. Na teoria alemã, pessoas de descendência comum ou que falam uma língua comum formaram uma nação e deveriam formar um Estado. Como Kohn disse essa era uma idéia que ia contra o ideal político

Palestina, Wheatcroft aponta que Hess admitia que a maior parte do povo judeu provavelmente não migraria para a Terra Santa, mesmo se a oportunidade surgisse: “*Quando falamos de colonização judaica no Oriente, não pretendemos implicar uma emigração total dos judeus ocidentais para a Palestina. Mesmo após o estabelecimento de um Estado judeu, a maioria dos judeus que vivem atualmente em civilizados países do oeste permanecerão indubitavelmente onde eles estão*”.

⁶³ Entrevista Shlomo Sand: *A invenção da terra de Israel*. Publicado em 7 de mar de 2013 Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=vQb5chFPad8> Acesso em: 20 de abril de 2018.

⁶⁴ Wheatcroft, Geoffrey *The Controversy Of Zion: Jewish Nationalism, The Jewish State, And The Unresolved Jewish Dilemma* 1997 - Basic Books País de Produção: Estados Unidos da América

ocidental de que um país consistisse em povos de origem étnica variada e desconhecida, que deviam uma lealdade comum, um exemplo exemplificado, assinalou Kohn, pelos Estados Unidos acima de tudo.

Na visão de Geoffrey Wheatcroft:

"Até e especialmente neste século, os judeus foram a maior de todas as vítimas do racismo e do nacionalismo. O sionismo reagiu propondo um nacionalismo próprio, mais puro que os nacionalismos europeus em que foi modelado, por serem ainda mais exclusivos, tornaram-se mais problemáticos com o que se poderia chamar de vingança de Hitler. A sua própria carreira louca e assassina descreditou não apenas o ódio aos judeus, mas todas as teorias da superioridade racial, ou pelo menos da superioridade racial européia; e Israel é inescapavelmente tanto uma colônia européia em solo asiático quanto uma demonstração extrema dos princípios do nacionalismo europeu do século XIX.⁶⁵

2.2 Símbolos Nacionais Judaicos

No princípio era preciso criar uma nova cultura, e as elites sionistas incumbiram de produzir isso com muita competência, através das relações entre forças políticas e intelectuais. E para esse bem sucedido projeto foi criado pelo menos três bases fundamentais: o sistema de educação, a imprensa escrita e o aparelho militar (com serviço militar obrigatório)⁶⁶.

Nos centros educativos os professores ensinavam as crianças a falar e escrever no hebraico moderno, a língua do Estado, e apresentavam a Bíblia, como um livro de histórias épicas e laica, assim se criava um paralelo pertinente: ensinavam as histórias da soberania judaica imaginária nos tempos bíblicos e a soberania do Estado de Israel real da época contemporânea. Tudo isso contribui para o desenvolvimento da nova cultura, se criou uma nova identidade com o novo Estado.

Essa cultura nacional em Israel foi moldada de forma muito rápida, assim junto com o novo idioma que foi transmitido através de apenas duas gerações, depois disso foi consolidado com relativo sucesso o programa sionista.

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ Aquele que antes de ser alistado no exército falava com seus pais uma língua estrangeira desprezada pelo Estado como o iídiche ou o árabe, se via reconhecido, depois de alguns anos passados no *Tzahal*, não apenas como um bom soldado, mas também como bom israelense. Depois ele começava a ensinar a seus pais o idioma do Estado e, com isso, a lhes instilar a vergonha em relação à sua antiga cultura, desprovida de vigor militar e de majestade nacional. Fonte: SAND, Shlomo, *Como Deixei de Ser Judeu*, 2015, p.74.

Com uma linda melodia, *Hatikvah*, em português “*A Esperança*” foi adotada como o hino do Primeiro Congresso Sionista em 1897:

“Enquanto no fundo do coração
 Palpitar uma alma judaica
 E em direção ao Oriente
 O olhar voltar-se a Sião
 Nossa esperança ainda não está perdida
 Esperança de dois mil anos
 De ser um povo livre em nossa terra
 A terra de Sião e Jerusalém”

Hatikvah, Hino de Israel.

Nasceu de um poema de Naftali Herzimber, poeta polaco, criado em homenagem à fundação da colônia sionista *Petach Tikvá*. A canção tornou-se oficialmente hino nacional de Israel em 14 de maio de 1948, quando foi cantada durante a cerimônia de assinatura da Declaração de Independência do Estado de Israel. O tema do hino reflete a esperança dos judeus de 2.000 anos de retornar à Terra de Israel, restaurando-a e recuperando-a como uma nação soberana.

Outra canção que se tornou muito importante e caracteriza quase como um hino é a famosa “Jerusalém de Ouro” - “*Yerushalayim Shel Zahav*”, canção escrita por Naomi Shemer para um Festival de música em 1967. Jerusalém de Ouro foi alvo de muitas críticas por desconsiderar o conflito entre árabes e judeus. A frase “*A praça do mercado está vazia*” incomodou muita gente, que alegava que Naomi Shemer não enxergava os árabes como pessoas. Parte da melodia é baseada numa canção de ninar basca chamada *Pello Joxepe* admitida pela própria autora do hino, que confirmou que quando escreveu a canção tomou parte da melodia de Pablo Ibañez.

שְׁמַע יִשְׂרָאֵל יְהוָה אֱלֹהֵינוּ יְהוָה אֶחָד

Oração *Shemá*, no hebraico - Deuteronômio 6:4

"Jesus esteve aqui, nesta terra. Ele falava hebraico", disse Benjamin Netanyahu ao Papa Francisco, em um encontro público em Jerusalém em 2014, no qual o primeiro-ministro de Israel citou uma forte conexão entre o judaísmo e o cristianismo. "Aramaico, ele falava aramaico" interveio o Papa. O Papa Francisco estava correto, pois apesar de o hebraico antigo ser um idioma entendido na época e considerado uma língua sagrada, ele era empregado apenas na composição de obras eruditas e nos ritos religiosos, nunca foi uma língua nacional dos judeus.

O hebraico falado atualmente em Israel é um idioma eslavo, não é um renascimento da antiga língua hebraica semita, pois isso não é possível pela ausência de falantes nativos que possam colaborar com uma norma nativa. Esse idioma relativamente novo, pois data do século XIX, incorpora a sintaxe e o sistema fonético do idioma ídiche oriental, e o léxico foi meticulosamente substituído por vocábulo hebraico tomado da Bíblia e da Mishná.

O hebraico moderno também é chamado de *Ivrit*, foi iniciado principalmente com o trabalho de Eliezer Ben-Yehuda, formado em estudos talmúdicos no Império Russo. Ben-Yehuda cresceu em um ambiente em que eram utilizados simultaneamente cinco idiomas: ídiche, russo, lituano, bielorrusso e polonês, fazia parte do Movimento Nacional Judaico, ele emigrou para a Palestina, futuro Estado de Israel, no ano 1881. O hebraico moderno se tornou a língua mãe do Estado de Israel, fundado em 1948, o que fortaleceu a unidade nacional. Foi muito influenciado pelo árabe, russo, inglês e alemão, e se tornou uma língua usada na comunicação do dia a dia, o que não foi difícil, devido ao tamanho relativamente reduzido do vocabulário básico. Esses numerosos empréstimos estrangeiros e as regras gramaticais relativamente simples tornaram o hebraico uma língua fácil de aprender, o que facilitou a assimilação do idioma. É possível através dos *Ulpanim* - Programas Intensivos da Língua Hebraica para novos imigrantes – aprender a língua de forma rápida, a escola também tem como objetivo ajudar os novos cidadãos a serem integrados o mais rápido e facilmente possível na vida social, cultural e econômica de seu novo país.

O idioma é um dos ingredientes essenciais nos nacionalismos ocidentais, dos quais faz parte o sionismo, ademais quando outros elementos da identidade coletiva são esgotados. A criação do *Ivrit* foi uma proeza sem paralelo na história. Ela desenvolveu longe de um território comum e selou um rompimento com o status da língua sagrada. Segundo Hobsbawm:

Uma língua comum, exatamente por não ser naturalmente gerada, mas sim construída – especialmente quando é impressa – adquire uma nova fixidez que a faz parecer mais ‘eterna’ do que realmente é.⁶⁷

Eric Hobsbawm em seu livro *Nações e nacionalismo desde 1780* (1990) diz que a identificação de uma nação com uma língua requer o reconhecimento oficial do Estado para a língua:

Isso não tem a mesma importância para todos os estratos ou grupos que vivem dentro de um estado ou nacionalidade... Não são os problemas de comunicação, ou mesmo de cultura, que estão no coração do nacionalismo da língua, mas sim os de poder, status, política e ideologia. Se comunicação ou cultura tivesse sido a questão crucial, o movimento nacionalista judeu, o sionismo, não teria optado por um hebraico moderno que ninguém ainda falava e em uma pronúncia diferente daquela usada nas sinagogas européias. O ídiche foi rejeitado⁶⁸, e, no entanto, ele era falado por 95% dos judeus ashkenazim, do Leste Europeu⁶⁹ – ou seja, por uma substancial maioria dos judeus pelo mundo. Por volta de 1935, o ídiche era uma das principais línguas cultas do tempo, devido à sua literatura variada, ampla e diferenciada, desenvolvida para seus dez milhões de usuários... Como mostra o exemplo do ídiche e confirma o século XIX, a existência de um idioma amplamente falado ou mesmo escrito não necessariamente gerou nacionalismo de base lingüística... O elemento político-ideológico é evidente no processo de construção da língua.⁷⁰

⁶⁷ Hobsbawm, Eric; *Nações e Nacionalismo desde 1780*, Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990 p.77.

⁶⁸ Os primeiros arquitetos da ideologia sionista eram ashkenazi (termo usado para designar a região das “*Terras do Reno*”, onde hoje está localizada a Alemanha). O sionismo examinou a possibilidade de um idioma comum, que unificasse os judeus do mundo todo. O ídiche considerado pelos sionistas como um “dialetto menor” era desprezado pelos judeus alemães. O próprio pai do sionismo, Herzl não era capaz de falar no idioma ídiche, assim essa liderança sionista desejavam criar um novo judeu, que renunciasse a herança cultural de seu país de origem e de sua família. David Ben Gurion havia vedado a utilização do idioma ídiche nos Congressos do seu partido socialista. A Universidade Hebraica de Jerusalém, criada em 1925, não possuía uma cátedra de ensino em ídiche. Em 1949, devido a onda de um grande número de sobreviventes do genocídio nazista que se comunicavam em ídiche, uma lei foi criada não permitindo aos cidadãos israelenses de montar espetáculos na língua do “exílio”.

⁶⁹ Estima-se que o número de indivíduos que, até a Segunda Guerra Mundial, se expressavam nos vários dialetos ídiche superava dez milhões de pessoas.

⁷⁰ Hobsbawm, Eric; *Nações e Nacionalismos desde 1780*, Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990 p.77.

A vitória do hebraico moderno sobre o iídiche não é a vitória de um idioma, mas de uma ideologia que sonha em criar “um novo homem hebreu”.

A tradição é compreendida não como uma particularidade dada de um povo, mas como objeto de manipulação por intermédio dos agentes históricos e que padece da influência dos processos de transformação fundamentalmente em um contexto de modernização. Todavia, para as pessoas, as tradições são consideradas como parte intrínseca de sua cultura.

O processo de modernização, à vista disso, atua a favor das tradições:

O capitalismo de imprensa conferiu a língua uma nova fixidez, o que em longo prazo contribuiu para a construção da imagem de antiguidade que é tão central na noção subjetiva de nação.⁷¹

O nacionalismo estabelece assim um novo uso para as tradições.

Muitas vezes, tradições que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas.⁷²

A criação do idioma hebraico moderno foi impreterivelmente seguida da criação de um passado histórico, adaptado às necessidades do nacionalismo sionista. As referências à herança judaica facilitaram, todavia, a introdução ao *Ivrit* e à visão do mundo sionista.

Na eclosão dos movimentos nacionalistas e a necessidade de renovação de alguns idiomas como o romeno, polonês, mais tarde o italiano, deu a idéia aos sionistas de criar um idioma fundamentado no hebraico bíblico. Para o professor judeu Yakov Rabkin em seu livro: *Judeus Contra Judeus* de 2009:

Os sionistas não foram os primeiros a insistir sobre o uso de uma língua nacional em seus lugares de origem: também o fizeram muitos outros nacionalistas na Europa Central e Oriental, cujas línguas foram abandonadas pelas elites em prol de um idioma universal, como o alemão e o russo. Diversas elites nacionais no centro dos impérios multinacionais deviam retomar a língua nacional dos camponeses, que eram os únicos a usá-la cotidianamente, e enriquecê-la para o seu uso nas ciências, na filosofia e na política. O desafio do hebraico foi o inverso disso: era preciso retomar a língua dos rabinos e de outros intelectuais a fim de adaptá-la ao uso na sociedade, na agricultura e na indústria. Esse desafio foi ainda mais difícil em virtude da ausência, no final do século XIX, de sociedades, agricultura ou indústria onde se poderia utilizar a nova língua.⁷³

⁷¹ Anderson, Benedict, *Comunidades Imaginadas* São Paulo: Cia das Letras, 1991 p.72.

⁷² Hobsbawm, Eric; Ranger, Terrence. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p.9.

⁷³ Rabkin, Yakov M. *Judeus Contra Judeus – A História da Oposição Judaica ao Sionismo*, tradução de Miriam Xavier de Oliveira. Cotia, SP: Acatu, 2009. p. 146.

O professor Yakov Rabkin ainda lembra que:

O sionismo foi singular entre os movimentos nacionais. Ainda que, outros movimentos de libertação nacional tivessem como objetivo dar independência ao povo e estabelecer seu controle no território nacional, o sionismo precisou criar um idioma, formar uma nova consciência nacional, transferir o povo para o outro extremo do planeta, substituir a população local e se defender contra as tentativas desta última de recuperar territórios colonizados.⁷⁴

Para os antissionistas a renovação do idioma hebraico não se inscreve na comunidade judaica, mas constitui uma rebelião contra a tradição religiosa, uma apropriação e deformação da língua sagrada.

O sionismo teve a pretensão de ressuscitar o idioma hebraico antigo e a tradição do “povo escolhido”, isso mostrou uma procura mística, apesar do movimento ser liderado por judeus laico⁷⁵, buscou assim referências nacionais oferecidas para as gerações de israelenses e sionistas pelo mundo. Foi preciso criar esse novo idioma que passou a ser chamado desafortunadamente de hebraico, ou como se conhece atualmente, hebraico moderno. Essa língua criada pelos sionistas evoluiu muito antes da criação do Estado de Israel em 1948, e ela foi adotada pela descendência dos primeiros sionistas, que mais tarde formaram a elite cultural, política e militar de Israel no seu princípio, também conhecidos como “sabras”.

Nas décadas de 1930 e 1940, na Palestina, o termo "sabrá" passou a ser usado para indicar todos os nascidos ou criados nos *kibutzim* (colônias) sionistas. Seu uso foi popularizado pelo jornalista Uri Kesari, no ensaio de 1931 *"Somos as folhas do Sabra"*. Um ano após a publicação do texto, a palavra já foi adotada por inúmeras comunidades locais. Com a criação do Estado de Israel, o termo passou a ser usado como um adjetivo pátrio "mais coloquial" para identificar todos os nascidos no “Estado judeu”⁷⁶. Os sabras expressavam uma forte rejeição à cultura iídiche.

⁷⁴ Rabkin, Yakov M. *Judeus Contra Judeus – A História da Oposição Judaica ao Sionismo*, tradução de Miriam Xavier de Oliveira. Cotia, SP: Acatu, 2009. p. 158.

⁷⁵ Judeus laicos, se auto-afirmam pertencentes da identidade judia, mesmo quando não acreditam em Deus e não conservam nenhuma tradição, como acender velas no *Shabat*, não vão às sinagogas, e não celebram as festividades religiosas judaicas.

⁷⁶ <<http://www.morasha.com.br/israel-hoje/o-doce-sabor-do-sabra.html>> - 15 de março de 2018



A bandeira de Israel tem um fundo branco e duas listras azuis horizontais, carregadas com uma Estrela de Davi azul no meio. A bandeira foi adotada como a bandeira do sionismo desde o início do movimento em 1897. A bandeira foi oficialmente eleita como a bandeira do Estado de Israel em 28 de outubro de 1948 e foi beneficiada por outras propostas de bandeira devido à popularidade que ganhou entre a população judaica em Israel.

O uso da estrela de Davi, apesar de ser um símbolo judaico por excelência aos olhos do mundo, expressa a tensão existente entre o Estado e o judaísmo, e a separação que os devotos fiéis a tradição judaica experimentaram em relação ao sionismo e ao Estado de Israel. Por mais surpreendente que isso possa ser, os devotos como os Haredis, evitam utilizar a estrela de Davi como símbolo ou como adorno. [...], Desde a Proclamação do Estado de Israel só se encontram estrelas em sinagogas ligadas ao sionismo. As sinagogas que continuam sendo antissionistas ou não-sionistas, tanto em Israel como fora, evitam utilizar a estrela como elemento de decoração, precisamente porque ela se transformou em símbolo do Estado de Israel. [...] Vários grupos racistas como os skinheads adotaram a estrela de Davi como símbolo de força desenfreada, que eles associam com o exército israelense.⁷⁷

Para Shlomo Sand, em seu livro *A Invenção da Terra de Israel* (2012), a estrela de Davi na bandeira de Israel não é um antigo símbolo judaico:

“... mas sim um símbolo originário do subcontinente indiano, onde várias culturas militares e religiões fizeram uso extensivo dele ao longo da história”.

Para Eric Hobsbawm na *A Invenção das Tradições* (2012):

“As tradições nacionais com frequência são mais um produto de imitação e reprodução que de originalidade e inspiração”.

⁷⁷ Rabkin, Yakov M. *Judeus Contra Judeus – A História da Oposição Judaica ao Sionismo*, tradução de Miriam Xavier de Oliveira. Cotia, SP: Acatu, 2009. p. 148.

3. O PROTESTANTISMO E O SIONISMO

“A prova de que o retorno de Jesus Cristo está próximo [...] Sem um Estado de Israel na Terra Santa não poderia acontecer o retorno de Jesus Cristo, o dia do Juízo Final e o fim do mundo”.

Reverendo Jerry Falwell, ícone da direita religiosa nos EUA.

Para o pastor protestante Jerry Falwell, tele-evangelista, fundamentalista e cristão-sionista, a criação do Estado de Israel foi o dia mais importante na História desde a ressurreição de Jesus Cristo. O apoio em massa de milhões de partidários cristãos ao Estado de Israel é notoriamente movido por esta esperança: o retorno dos judeus à Terra Santa serviria de prelúdio para a segunda vinda de Cristo.

Por volta do século II a.C a crença monoteísta estava muito forte na Judéia, parte sul do antigo reino de Israel na época do rei Davi ⁷⁸, e junto com essa crença havia a expectativa de um governo teocrático naquela região e a esperança da vinda do Messias, o Cristo em grego ⁷⁹, esse reconstruiria Israel e restauraria o reino de Davi, trazendo paz ao mundo segundo essa crença.

⁷⁸ Segundo a tradição quando o rei Salomão morreu no século X a.C., um de seus filhos assumiu o trono. Quando o reino de Israel se dividiu. As tribos de Judá e Benjamim, tribos do sul, ficaram com o filho de Salomão (formando o reino de Judá - em cujo território estava Jerusalém), as outras dez tribos (tribos do Norte) ficaram com o outro rei, formando o reino de Israel. Aqui há a distinção entre judeus (sul) e os Israelitas (norte). Algum tempo depois em 722 a.C. o reino de Israel foi completamente destruído e colonizado pelos Assírios, que construíram templos para o Deus hebreu e para divindades pagãs em Samaria, formando um povo miscigenado. A partir deste ponto, a história dos judeus segue apenas o reino de Judá, que também caiu em 597 a.C. com a invasão babilônica. No território de Judá permaneceu apenas a população mais pobre. Todo o restante do povo que sobreviveu ao ataque babilônico e foi levado às cidades do reino da Babilônia. A nação judaica sobreviveu para retornar à Palestina e repovoar a província persa de Judá, mais tarde denominada Judéia pelo Império Romano.

⁷⁹ Os cristãos consideram que Jesus Cristo é o Messias, bem como o Filho de Deus e uma das três Pessoas da Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo), doutrina que foi confirmada terminológica e dogmaticamente no primeiro Concílio de Nicéia no quarto século da Era Cristã. A palavra “Cristo” é uma tradução para o grego do termo hebraico Messias (*Mashiach*).

Com as grandes revoltas judaicas no primeiro e segundo século da Era cristã, todas elas fracassadas, o judaísmo se rompeu dando origem as duas importantes divisões religiosas: o judaísmo rabínico e o cristianismo paulino. Dessas duas facções, o cristianismo de São Paulo saiu triunfante e se difundiu rapidamente, se estabelecendo com força logo após o imperador Constantino o declarar religião oficial do Império Romano no século IV da Era Cristã. O judaísmo enfraqueceu e perdeu ainda mais as suas forças com o advento do Islamismo.

O curioso é que a religião de Maomé conviveu de maneira muito amistosa com o judaísmo, de modo diferente do cristianismo europeu, em que a relação era muito hostil. A igreja Católica atribuía aos judeus a responsabilidade pela morte de Jesus, assim eles não reconheciam o judaísmo nem o próprio Islamismo como religiões autênticas. Na Idade Média, comunidade islâmica alguma sobreviveria na Europa cristã, mas poderiam existir comunidades cristãs e judias em terras muçulmanas nesse período. Alguns historiadores acreditam que esse sentimento hostil a comunidade judaica gerou a base do antissemitismo do século XIX, na época do nacionalismo europeu. Nas palavras do Rabino Moshé Meir Hirsch:

Se você percorrer séculos antes na história, as grandes perseguições aos judeus sempre ocorreram em países cristãos, não em países muçulmanos. O exemplo clássico é a deportação da Espanha, onde judeus, deportados da Espanha cristã, encontraram refúgio em países muçulmanos. Mas você não precisa ir tão longe, no tempo do Holocausto, os judeus encontraram refúgios em muitos países muçulmanos ⁸⁰.

⁸⁰ *Guardians of the City: An interview with Neturei Karta's Rabbi Meir Hirsh* – 28 de novembro 2011 – Para Ben Lorber Mondoweiss, Disponível: <<http://mondoweiss.net/2011/11/guardians-of-the-city-an-interview-with-neturei-kartas-rabbi-meir-hirsh/>>

A concepção atual de uma raça ou “povo judeu” revela a conservação dos mitos antissemitas e raciais da religião cristã da Idade Média, que instituiu a segregação do judeu como resultado da rejeição a Cristo. O islamismo era bastante tolerante com as religiões dos povos vencidos, com a condição de serem monoteístas, assim para os judeus e cristãos sob o domínio muçulmano era exigido apenas o pagamento de impostos. Na Palestina, começava após a conquista islâmica um gradativo processo de conversão ao Islamismo dos povos ali residentes que resultou no desaparecimento da maioria judaica no país.

Para o professor israelense Shlomo Sand, nunca existiu a expulsão dos judeus da Palestina, nem com a destruição do Segundo Templo no ano 70 D.C. nem no segundo século pelo Imperador Romano Adriano, não existe qualquer prova ou documento histórico que confirme esse mito:

Não há nenhum rastro, o menor índice, de qualquer expulsão de Judá, nem mesmo na rica documentação que Roma. Da mesma forma, nenhuma descoberta vem confirmar a formação de grandes centros de refugiados recolhidos nas fronteiras de Judá, o que deveria ser produzido se a população tivesse fugido em massa. (...) Os governantes de Roma se distinguiram por sua crueldade na repressão das populações rebeldes: executavam os combatentes sem nenhuma piedade, faziam prisioneiros que eram vendidos como escravos expulsavam também reis e príncipes, mas, no Oriente, certamente nunca desenraizavam todas as pessoas que haviam subjugado. Nem possuíam os meios tecnológicos para fazê-lo: não tinham nem caminhões, nem trens, quanto aos seus navios, não eram tão grandes quanto os do mundo moderno ⁸¹.

Com exceção dos prisioneiros reduzidos à escravidão, os habitantes da Judéia continuaram a viver em suas terras mesmo após a destruição do Segundo Templo. O que é aceito pela historiografia é que os romanos proibiram os judeus de viverem na cidade de Jerusalém. Sand atribui a construção desse mito a Igreja Católica Romana, que segundo o professor, criou a fantasia de que Roma tinha proibido os judeus de viverem em toda a Judéia, como uma forma de castigo por os judeus não aceitarem a Jesus como o Messias prometido. Os sionistas se apropriaram desse mito do exílio para reforçar seus argumentos quanto ao direito de retorno a Terra Santa. Para a historiografia sionista tornou-se *“necessário a existência de um exílio forçado, caso contrário seria impossível compreender a história ‘orgânica’ do povo judeu errante”* ⁸²

“O judaísmo antigo não era de forma alguma exclusivo; pelo contrário, era tão propenso a propaga-se como o cristianismo e o islamismo o seriam no futuro”. Theodor Mommsen, historiador alemão.

⁸¹ Sand, Shlomo, *A Invenção do Povo Judeu; Da Bíblia ao Sionismo*, Tradução: Eveline Bouteiller São Paulo 2011 Benvirá, p. 238

⁸² Sionismo Net - Filosofia, história e atualidade do sionismo político. *A invenção do povo judeu*, 29 de junho de 2011 - Disponível: <<http://sionismo.net/historia/a-invencao-do-povo-judeu/>> A historiografia oficial sionista relata a história de um povo unitário, expulso de sua terra e peregrino entre as nações e no isolamento do exílio, conforme as profecias das Sagradas Escrituras. Esse exílio iria se arrastar por vinte séculos, conforme esse mito criado pela história oficial, que a partir disso procurou legitimar a apropriação das terras palestinas e conseguir apoio internacional para essa conquista. Ainda hoje esse mito é forte, e muitas pessoas em Israel e em outras partes do mundo ainda acredita nesse relato idealizado, mesmo sem qualquer fundamento histórico. Esse mito expressa uma consciência judaica virulentamente racista.

No período dos Macabeus (164 a 37 a.C.) até o Imperador Adriano (117 a 138 d.C.), existiu uma grande dispersão do judaísmo ⁸³. A religião monoteísta judaica, pré-cristã, era muito atrativa para muitos estrangeiros, fora os processos de conversão forçada na época das conquistas dos Macabeus. O judaísmo foi a primeira religião monoteísta e proselitista ⁸⁴. No fim do primeiro século da Era Cristã já existiam quatro milhões de judeus convertidos. Foi durante esse período que a religião judaica se espalhava pelo Mediterrâneo, Península Ibérica e entre os czares e eslavos, juntamente com o crescimento e triunfo do cristianismo, o judaísmo integra a história de um grupo religioso subordinado a forças históricas comuns.

“A expansão em tão grande escala do judaísmo no mundo antigo, não pode ser explicado pelo crescimento natural da população judaica, pela migração de judeus da sua terra natal, ou qualquer outra explicação que não inclua a adesão de estrangeiros para o seio da comunidade judaica”.

Uriel Rapaport, historiador judeu.

⁸³ Foi o judaísmo que dispersou não os judeus. Antes de Cristo existia na Palestina entre meio milhão a um milhão de judeus, na qual mais de 90% eram camponeses, eles eram um povo sedentário diferentemente dos outros povos como os gregos e os fenícios que dispersaram pelo mediterrâneo. A leitura dos historiadores antigos corrobora de que os judeus, nos dois séculos antes e depois de Cristo, pertenciam a uma comunidade pluriétnica dispersa pelo Mediterrâneo e Oriente Médio, não por consequência de um fenômeno migratório ou por algum acontecimento de exílio, mas por um processo de conversão e proselitismo, que foi a principal razão do crescimento e disseminação da religião monoteísta judaica por todas essas regiões.

⁸⁴ Outro exemplo da expansão da religião judaica foi no Iêmen, onde existiu um reino judeu por 120 anos no final do século V, seus descendentes mantiveram a fé judaica após a expansão do Islã e preservam-na até os dias de hoje. Também o reino dos cazares na Ásia Central, A conversão dos cazares ao judaísmo foi feita de maneira quase que aleatória. O seu rei queria escolher uma religião monoteísta para si e para seu povo, e acabou por escolher o judaísmo. Acredita-se que os judeus ashkenazis seriam descendentes dos cazares. Na invasão dos mongóis os cazares foram expulsos buscando refugio na Europa, principalmente nos atuais territórios da Polônia, Hungria e Ucrânia. Essa população não tem linhagem com os antigos hebreus, por isso o jornalista e ativista político Arthur Koestler (1905-1983), um judeu ashkenazi, em seu livro “*A 13ª Tribo*” (1976) define os cazares como a décima - terceira tribo. Já para o lingüista Paul Wexler da Universidade de Tel Aviv, tomando a argumentação a partir das evidências lingüísticas, diz que os ashkenazis são uma mistura de gregos, romenos, eslavos dos Bálcãs, germanos e turcos, convertidos ao judaísmo. Por motivos lingüísticos, Wexler rejeita a hipótese de migração em massa de cazares, argumentando que houve mais conversão que migração. Disponível: <<http://sionismo.net/historia/a-invencao-do-povo-judeu/>>

É constatada a existência de grandes comunidades judaicas, dinâmicas e influentes em terras muçulmanas, principalmente no califado de Córdoba, como em alguns reinos com os Cazares na região do Cáucaso, que caiu nas mãos dos mongóis no século XIII.

O judaísmo de certa forma preparou o terreno para a religião cristã. Houve uma conversão em massa de romanos ao judaísmo, o que deixou uma semente plantada para a adoção ao cristianismo. O Imperador Romano Constantino elegeu a religião cristã como oficial do Império em 323 d.C., contribuindo com a queda de adeptos do judaísmo, mas mesmo assim a religião judaica se manteve expressiva na Palestina, na Babilônia (atual Iraque) e no norte da África. Para o lingüista israelense Paul Wexler:

O judaísmo contemporâneo se define melhor não como a continuação do judaísmo que serviu de antecedente do cristianismo e do islamismo, mas como uma nova variante judaizada do paganismo europeu, principalmente eslavo, e do cristianismo [...] A maioria das características do antigo judaísmo palestino e do hebraico semita que se podem encontrar no ‘judaísmo ashkenazi e no ‘hebraico ashkenazi medieval’ foram préstimos posteriores e não herança original.

A Reforma Protestante no século XVI seguiu de dois importantes acontecimentos: a revolução da imprensa e a tradução da Bíblia para diversas línguas, que deu origem a uma espécie de “filosemitismo”. Com a revolução da imprensa a Bíblia foi transformada no primeiro *best-seller* da história, o que a fez substituir a autoridade papal como fonte da verdade divina. Assim, os livros do Antigo e Novo Testamento transformaram livros caracteristicamente protestantes, as quais louvavam a Terra Prometida e o povo escolhido, a Bíblia passou a ser lida e interpretada principalmente numa abordagem escatológica (pretensa ciência das coisas que irão suceder após o fim do mundo). Assim, a Reforma Protestante deu à Bíblia uma interpretação literal ao inserir seu conteúdo em um painel histórico contemporâneo. Essa abordagem escatológica, que se tornou dominante nos Estados Unidos no fim do século XVII, assumiu recentemente uma feição pós-milenarista quando passou a propagar o entendimento de que a conversão judaica atrairia para toda a Humanidade a graça divina.

“A Bíblia não é um livro de História, é um livro de teologia. Foram os protestantes, e depois os judeus sionistas, que converteram as Sagradas Escrituras num livro de História”

Shlomo Sand, historiador judeu

Os livros do Antigo Testamento nunca tiveram como objetivo registrar a história e sim dar a ela uma interpretação religiosa. Mas as Escrituras Sagradas passaram a ser concebidas como documento histórico pelos protestantes e depois pelos sionistas.

O autor israelense Shlomo Sand em seu livro *A Invenção da Terra de Israel*, 2014 escreve:

O surgimento precoce do sentimento protonacionalista na Inglaterra, assim como a precoce separação do reino inglês do papa, desempenhou papel significativo em criar o poderoso papel ocupado pela Bíblia hebraica na construção das identidades políticas modernas do país. Não por coincidência, a primeira idéia ‘sionista’ surgiu não entre os judeus que viviam na fronteira entre a Europa ocidental e a oriental, como ocorreram séculos mais tarde, mas sim na atmosfera revolucionária e religiosa das Ilhas Britânicas. Os puritanos começaram a ler a Bíblia como um texto histórico muito antes dos judeus sionistas cogitarem fazer isso. Eram crentes que ansiavam pela salvação, a qual considerava intimamente ligada ao restabelecimento do povo de Israel em sua Terra. Esse vínculo não resultava de nenhuma preocupação especial com o sofrimento judaico, sendo proveniente da crença de que a redenção cristã de toda a humanidade tinha que ser precedida pelo retorno dos filhos de Israel ao Sião “⁸⁵”.

Os judeus não aceitaram Jesus como o Cristo, ou seja, como o Messias esperado. Essa é a razão pela qual eles não poderiam ser tornarem sionista no primeiro momento. A idéia do sionismo definitivamente não começou no judaísmo, pelo contrario, as idéias lançadas no protossionismo eram rejeitadas pela grande maioria das comunidades judaicas. Foram os britânicos que inventaram o sionismo. A idéia de enviar judeus para a Palestina antes da Redenção começou com a Revolução Puritana. Do século XVII ao século XIX essa idéia começou a se desenvolver muito forte na Inglaterra. Assim, em principio, o pai da idéia do sionismo não foi Theodor Herzl (o pai do sionismo político), mas o Lorde Shaftesbury. O famoso slogan: “*Uma terra sem povo para um povo sem terra*” absolutamente não é judaico, é britânico protestante. Lorde Shaftesbury foi a pessoa que propagou isso amplamente ao publico e para os jornais britânicos. O protestantismo do século XIX tinha muita influência sobre os políticos na Inglaterra, esse apoio as idéias baseadas numa crença bíblica favoreceu o movimento sionista.

“... os judeus devem ser encorajados a voltar em número ainda maior e se tornar mais uma vez o lavrador da Judéia e da Galiléia. embora reconhecidamente um povo de pescoço duro e afundado em degradação moral, obstinação e ignorância do Evangelho, (eles são) não apenas dignos de salvação, mas também vitais para a esperança e salvação do cristianismo”.

Lord Shaftesbury, London Quarterly Review, 1839

⁸⁵ Sand, Shlomo *A Invenção da Terra de Israel: de Terra Santa a Terra Pátria*; Tradução: Lúcia Brito – 1ª edição – São Paulo: Benvirá, 2014, p.183.

A hostilidade aos judeus é retomada e cresce no século XIX, época dos *pogroms*⁸⁶ no Império Russo, o que resultou em uma migração em massa dos judeus para a Europa central e ocidental. O aparecimento da “judeofobia” em países europeus nessa época está diretamente relacionado a esse grande movimento migratório, também responsável pela colonização inicial da Palestina. Isso originou uma grande preocupação em várias instituições judaicas na Europa, que tinham receio que a chegada em massa dessa população oriunda da Europa oriental resultasse o crescimento do antissemitismo, o que motivou a realização de diversas formas de ajuda, até incentivos para viagens para os Estados Unidos foi oferecido aos refugiados judeus, assim como também ajuda no estabelecimento de colônias na Argentina e recursos para assentamentos na Palestina.

No começo do século XX, havia na Grã-Bretanha uma feroz e cada vez mais acentuada pressão para deter a maré de imigrantes vindos da Europa oriental. A imigração era percebida como uma invasão ameaçadora; em muitos aspectos, as reações foram semelhantes às atitudes prevalentes no início do século XXI em relação à imigração muçulmana para a Europa. Uma grande fatia do público identificava quase todos os europeus do Leste como judeus, e novas expressões de antissemitismo podiam ser ouvidas nos bairros da classe operária de Londres, bem como no Parlamento. Entre 1881 e 1905, a Grã-Bretanha foi o destino de mais de 100 mil judeus ‘orientais’, com mais a caminho. Neste contexto foi estabelecida em 1902 uma comissão real para tratar o fenômeno da imigração não controlada. A elite judaica da Grã-Bretanha, encabeçada pelo barão Nathan Mayer Rothschild, manifestou preocupação a respeito da nova situação e empenhou-se em evitar danos à comunidade residente de judeus britânicos. Apesar das hesitações iniciais de Rothschild, Theodor Herzl também foi convidado a prestar depoimento no comitê e apresentar suas idéias referentes ao estabelecimento de judeus fora da Europa⁸⁷

Joseph Chamberlain, poderoso secretário colonial inglês ficou encantado com o projeto territorial de Theodor Herzl. Num encontro entre os dois em outubro de 1902, surgiram várias propostas para a solução do problema judaico. O sionista propôs transferir os judeus para a ilha de Chipre no Mediterrâneo ou Alarixe, cidade da

⁸⁶ Os pogroms (palavra russa que significa "destruição em massa, destruir violentamente") varreram o sul da Rússia entre 1881 e 1884, levando à emigração em massa dos judeus. De acordo com os registros da história dos judeus nos EUA, a imigração judaica da Rússia aumentou radicalmente naqueles anos, totalizando cerca de dois milhões e meio de judeus russos ao fim da Primeira Guerra Mundial.

⁸⁷ Sand, Shlomo *A Invenção da Terra de Israel: de Terra Santa a Terra Pátria*; Tradução: Lúcia Brito – 1ª edição – São Paulo: Benvirá, 2014, p.204

província do Sinai no Egito, como solução para aliviar o Reino Unido da ameaça da imigração em massa.⁸⁸ Mas houve uma rejeição por parte da população branca cristã em Chipre e dos representantes britânicos no Egito, o que inviabilizou essa proposta. Em outra reunião entre os britânicos e o grupo sionista em 1903, aparece outra nova sugestão por parte do ministro britânico: Uganda, uma colônia inglesa. A oferta incluiu 13.000 km² do planalto de Mau, no que é agora o território do Quênia. Essa proposta foi aprovada no VI Congresso Sionista no mesmo ano, por estar localizada em uma região alta e ter ali um clima próximo do temperado, que se tornaria adequado para uma colonização de europeus.

No ano seguinte, uma delegação de três homens foi enviada para inspecionar o planalto. No entanto, os observadores encontraram uma terra perigosa habitada por leões e outras criaturas selvagens. Além disso, a área habitava uma grande população *maasai* que parecia não parecer favorável ao estabelecimento de europeus em suas terras. Depois de analisar o relatório da viagem, o Congresso decidiu, em 1905, recusar educadamente a oferta britânica. Alguns judeus consideraram essa decisão errada e a Organização Territorialista Judaica foi dividida para o propósito específico de estabelecer um Estado judeu em qualquer lugar, não necessariamente na Terra Santa. Algumas famílias judaicas se mudaram para o Quênia, e alguns de seus descendentes ainda permanecem lá. Sobre esse momento importante Sand relata que:

Na época em que o plano de Uganda foi proposto, o carismático Lorde Balfour já havia se tornado o novo primeiro-ministro britânico. Ele apoiou o plano semi-sionista de Chamberlain, em parte por ser coerente com a sua própria intenção de promulgar uma lei draconiana contra a imigração estrangeira. Balfour, um nome estranhado na história sionista como o maior benfeitor do ‘povo judeu’ na era moderna, começou seu relacionamento com esse povo – ou raça, como ele se referia aos judeus – em uma luta política para impedir que seus membros perseguidos se refugassem na Grã-Bretanha. No decorrer dos debates parlamentares de 1905, Balfour sustentou que os imigrantes judeus casavam-se apenas entre si e não estavam dispostos nem eram propensos a integrar-se de verdade na nação britânica, e assim a Grã-Bretanha estava moralmente justificada em limitar sua entrada no território. Para provar ao mundo que a decisão contra os judeus não era essencialmente anti-humanitária, enfatizou a opção de Uganda: os imigrantes receberiam grandes lotes de terra fértil em colônias; (...) A política de Balfour em 1905 marcou um momento decisivo na atitude da Grã-Bretanha, e talvez da Europa ocidental como um todo, em relação a estrangeiros.⁸⁹

⁸⁸ A ilha de Chipre e a península do Sinai estavam nesse período sob controle dos britânicos e a Palestina pertencia ao Império Otomano.

⁸⁹ Sand, Shlomo *A Invenção da Terra de Israel: de Terra Santa a Terra Pátria*; Tradução: Lúcia Brito – 1ª ed. – São Paulo: Benvirá, 2014, p.206

A legislação de Balfour de 1905 com relação aos estrangeiros ⁹⁰, junto com a lei promulgada nos EUA (*Johnson-Reed Act* ou Lei da Imigração) dificultou muito a imigração e favoreceu a criação do futuro Estado artificial de Israel. Essas duas leis anti-imigração e mais o apoio do Lorde Balfour para “*o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu*” propiciaram as condições históricas para direcionarem os judeus para o Oriente Médio. Assim o império Britânico concedeu a liderança do movimento sionista uma boa base diplomática, política e moral para a ocupação na Palestina.

Lorde Balfour, como um autêntico colonialista inglês, era esforçado em manter os interesses do império britânico. Assim se a instalação de uma pátria para os judeus no Oriente Médio fosse incompatível com os interesses do Império Britânico, ele seria o primeiro a ser contra a idéia sionista.

No final de 1917, Lorde Balfour escreve ao representante da Organização Sionista Mundial, em Londres, Lorde Rothschild, a carta que ficou conhecida como a Declaração de Balfour. A carta se refere à intenção do governo britânico de facilitar o estabelecimento do Lar Nacional Judeu na Palestina, caso a Inglaterra conseguisse derrotar o Império Otomano, que, até então, dominava aquela região. A Declaração Balfour foi posteriormente incorporada ao documento que instituiu o Mandato Britânico na Palestina. Para alguns autores a Declaração de Balfour não seria uma expressão de simpatia pelos judeus, pois teria como verdadeira intenção livrar a Europa dos judeus.

Com a declaração o governo britânico ratificava seu apoio ao sionismo e assim impossibilitava o projeto de se formar um futuro “Protetorado francês” na Palestina otomana. A “Declaração Balfour” fortalecia as aspirações britânicas facilitando projetos imperialistas. A Palestina Otomana foi, durante 400 anos, uma área estratégica. Ao sudoeste encontrava-se o Canal de Suez, um fluxo comercial e militar entre o Mediterrâneo e o Oceano Índico, rota marítima rumo à Índia e ao Extremo Oriente. A criação de um “Estado tampão” nessa área daria proteção ao Canal. A administração de Suez garantiria uma continuidade territorial do Egito até a Índia, fortalecendo a influência inglesa na região.⁹¹

⁹⁰ Em 1905 a imigração foi eventualmente restringida pelo *Aliens Act*, sob a pressão de grupos como a *British Brothers League*. A legislação de 1905 foi seguida da Lei de restrição de estrangeiros de 1919.

⁹¹ Site Morashá – por Reuven Faingold, Edição 98 - Dezembro de 2017 – Disponível em: <<http://www.morasha.com.br/historia-de-israel/a-questao-das-terras-na-palestina-britanica.html>> Acesso em 13 de março de 2018.

A declaração de Balfour de 1917, para criar na Palestina “um lar nacional para o povo judeu” visava, além de cessar o fluxo de novas imigrações para a Grã-Bretanha, minar o apoio dos judeus à Revolução Russa.

“O sionismo foi um projeto cristão de colonização antes de se tornar um judeu... Surgiu um poderoso movimento teológico e imperial que colocaria o retorno dos judeus à Palestina no centro de um plano estratégico para tomar a Palestina. e transformá-lo em uma entidade cristã ... Essa mistura perigosa de fervor religioso e zelo reformista ... levaria à Declaração Balfour de 1917. ”
 Ilan Pappé, historiador judeu - *Ten Myths About Israel* (2017)

Num memorando de 1919, Balfour exprime com clareza a base ideológica da política britânica na Palestina:

Pois a Palestina não propomos sequer passar pela formalidade de consultar os desejos dos atuais habitantes do país. [...] As Grandes Potências estão comprometidas com o sionismo. E o sionismo, seja ele certo ou errado, bom ou mau, está enraizado em tradições antigas, em necessidades atuais, em esperanças futuras de importância muito mais profunda do que os desejos e preconceitos dos setecentos mil árabes que agora habitam aquela terra antiga⁹².

Essa carta ignorou por completo a existência de uma população nativa na Palestina, entre essa população residente havia judeus não simpatizantes ao projeto sionista⁹³, muito deles devotos e resistentes a idéia de nacionalismo judaico cujos princípios profanariam a Terra Santa. Mas isso não mereceu considerações por parte dos britânicos, que tinha por preocupação somente garantir seus interesses, interesses esses que fizeram quebrar a promessa com os árabes, quando prometeram a eles uma independência política em troca do apoio na guerra contra os otomanos.

Os britânicos puderam ampliar sua zona de segurança militar na região do Canal de Suez. E no ponto de vista histórico, a Palestina era a Terra Santa, lugar onde os cruzados europeus foram expulsos pelos bárbaros islâmicos no século XIII, assim agora os civilizados poderiam retomar a terra, que não era apenas uma mera colônia, mas o berço do cristianismo. A Declaração Balfour aumentou a popularidade do movimento sionista e agradou o sionismo cristão, diante disso houve muita adesão por parte de muitos judeus pelo mundo que aprovaram com agrado a *Aliyah*⁹⁴.

⁹² Pars Today. *100 anos de Cumplicidade Criminal Entre o Sionismo e o Reino Unido*. 2 de novembro de 2017-Disponível: <http://parstoday.com/pt/radio/middle_east-i23826-100_anos_de_cumplicidade_criminal_entre_o_sionismo_e_o_reino_unido>Acessado em 10 de outubro de 2017.

⁹³ De acordo com o Censo Britânico de 1902, a Palestina tinha uma população de 754.544 incluindo 79.293 judeus.

⁹⁴ Aliá ou Aliyah é o termo que designa a imigração judaica para a Terra de Israel (em hebraico, *Eretz Yisrael*) - que, até 1948, correspondia ao território do Mandato Britânico na Palestina e, a partir de 1948, para o Estado de Israel.

“Os puritanos começaram a ler a Bíblia como um texto histórico muito antes de os judeus sionistas cogitarem fazer isso. Eram crentes que ansiavam pela salvação, a qual consideravam intimamente ligada ao restabelecimento do povo de Israel em sua Terra. Esse vínculo não resultava de nenhuma preocupação especial com o sofrimento judaico, sendo proveniente da crença de que a Redenção cristã de toda a humanidade tinha que ser precedida pelo retorno dos filhos de Israel a Sião. No decurso desse cenário de longo prazo, supunha-se também que os judeus se convertessem ao cristianismo. Só então o mundo veria a Segunda Vinda de Jesus Cristo”.

Shlomo Sand, 2014

A Invenção da Terra de Israel: de Terra Santa a Terra Pátria, p.183.

O sionismo cristão ⁹⁵ criou um ambiente europeu que contribuiu com o nacionalismo judaico na Europa, esse estreito contato entre protestantes e judeus sionistas se manifestava na amizade entre o líder sionista Herzl e o reverendo William Henry Hechler, um clérigo anglicano e escritor escatológico.

Teológicos cristãos milenaristas ⁹⁶ enxergavam no movimento migratório judaico e os assentamentos na Palestina o cumprimento dos oráculos sagrados. Na visão dos protestantes o "ajuntamento" dos judeus na Terra Santa era uma pré-condição para a Segunda Vinda de Jesus e para a salvação e afirmam que profecias bíblicas apontam para o “Milênio”, que teria um "Governo Mundial", cujo centro seria em Jerusalém.

Assim sendo, o Estado de Israel seria parte do "Plano de Deus" e deve ser apoiado pelos cristãos. Mas para os judeus do Talmude, nunca foi assim, para eles esse ajuntamento (tanto dos vivos como dos que já morreram) chegaria com a Redenção, com a chegada do Messias.

⁹⁵ Sionismo cristão acredita que a volta dos judeus à Terra Santa, e o estabelecimento do Estado de Israel em 1948, é o cumprimento das profecias bíblicas, e que o "ajuntamento" dos judeus na Terra Santa é uma pré-condição para a Segunda vinda de Jesus Cristo. Essa crença é associada à doutrina teológica e escatológica cristã chamada Dispensacionalismo. O entendimento de que os cristãos devem apoiar ativamente o regresso dos judeus a Israel, junto com a concepção de que os judeus deveriam ser estimulados a se converterem ao cristianismo, como forma de cumprir as profecias do Livro Sagrado tem sido comum nos grupos protestantes desde a Reforma Protestante. Muitos cristãos sionistas de fato crêem que o “povo judeu” ainda é povo escolhido de Deus, juntamente com os cristãos gentios enxertados [Romanos 11:17-24]. Isso foi uma das razões em que o sionismo cristão passou a ser o maior defensor do sionismo judaico.

⁹⁶ Milenarismo é uma doutrina cristã, baseada no livro de Apocalipse, que anuncia o regresso de Jesus Cristo para constituir um reino com duração de mil anos. No livro da “Revelação” escrito pelo apóstolo João, especificamente no capítulo 20, diz que o Diabo permanecerá encarcerado por esses mil anos, e Jesus reinará junto com os mártires e aqueles que não adoraram a “Besta” Os Protestantes Milenaristas reiteravam em que os judeus contemporâneos seriam descendentes dos antigos hebreus e tinham que sair da Europa e regressar à Palestina, para acelerar a Segunda Vinda de Cristo. As descobertas filológicas levaram a classificar os judeus contemporâneos de “semitas” descendentes raciais dos antigos hebreus.

O judaísmo não reconhece Jesus como o Cristo, ou seja, como o Messias anunciado nas profecias. Assim, a corrente protestante se aproximava do nacionalismo judaico representado pelo sionismo laico e os dois se distanciavam metafisicamente do judaísmo tradicional e histórico. Os judeus devotos tinham uma preocupação com a profanação da Terra Santa, e com esse receio, não houve nenhuma mobilização entre as instituições e organizações religiosas judaicas nessa época com o propósito de ir para a Palestina para “construir e reconstruir” um lar nacional.

Stephen Sizer, pastor anglicano britânico, conhecido pela sua oposição ao sionismo cristão, diz que esse movimento moderno pode ser entendido melhor através do conceito de Dispensacionalismo ⁹⁷, ou seja, pela idéia de que:

O ser humano deverá atravessar sete eras de provações divinas que desembocarão no Armagedom – confronto final entre Deus e a Humanidade, o qual será desencadeado no Segundo advento do Messias. ⁹⁸

Em 2004 o pastor Sizer adaptou sua tese de doutorado em um livro: *Christian Zionism – Road Map to Armageddon*, onde ele afirma que o sionismo cristão levou milhões de cristãos a se desviar e que suas idéias não têm fundamento bíblico ou precedente histórico, ele sugere que “... é irresponsável acreditar que Deus abençoará os cristãos se eles apoiarem o Estado amplamente secular de Israel”.

A presença de alguns setores protestantes no sionismo cristão se justifica por acreditar que Jesus Cristo só voltará a Terra quando os judeus estiverem estabelecidos em Israel, particularmente em Jerusalém. Fortalecer essa idéia e crença, logo, anteciparia este evento, e confirmaria o plano divino, onde Israel deverá ser o núcleo central do governo universal, que será então instaurado, após o cumprimento das profecias bíblicas.

⁹⁷ Esta corrente é especialmente forte na Grã-Bretanha, país no qual o movimento Dispensacionalista se desenvolveu e o sionismo cristão foi defendido por ícones do poder como Lorde Shaftesbury, Lorde Arthur Balfour e Lloyd George, e nos Estados Unidos, que deu impulso a estes ideais principalmente a partir da liderança de George Bush na Casa Branca, nos anos 90, que deu maior poder ao movimento neoconservador nesta nação. Disponível: <<https://www.infoescola.com/cristianismo/sionismo-cristao/>>
O Dispensacionalismo é o fundamento teológico da série de ficção: “Deixados Para Trás” (2001), que vendeu mais de 70 milhões de exemplares de livros, publicados em mais de 34 idiomas. (Nos EUA foram publicados 40 livros da série) e foi adaptada em três filmes.

⁹⁸ Segundo o sionismo cristão, os judeus detêm o direito divino sobre o território que configura a Palestina, Jerusalém é a sede político-administrativa apenas dos judeus, o Templo deve ser reedificado, os árabes são os adversários dos que crêem em Deus e o final do mundo virá junto com a guerra final conhecida como Armagedom, e todos os que estiverem ao lado dos judeus viverão.

O Estado de Israel cultiva intensamente seus vínculos com os sionistas cristãos, que são uma base de apoio incondicional em diversos países. *“No momento em que pronuncio a palavra Israel, eles se põem a cantar: Aleluia! Não é possível imaginar um auditório tão favorável a nós”* disse-me um diplomata israelense.

Yakov Rabkin, historiador judeu, 2009

Para o Sionismo Cristão, o povo de Israel é movido por profecias e sinas que guiam a Igreja de Cristo, e Deus confirma todas as ações praticadas pelo Estado de Israel. Por esse motivo, todas as realizações de Israel precisariam ser sustentadas e glorificadas pelo resto do mundo, principalmente porque eles são o povo escolhido. Assim, os que reconhecerem seu poder serão abençoados.

Apesar de o lobby sionista incorporar especialmente adeptos de procedência judaica, ele também acomoda membros do movimento protestante fundamentalista e conservadores dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. A principal organização norte-americana com este perfil é a AIPAC, associação que detém extremo poder nos Estados Unidos. A partir da década de 90 e do governo de George W. Bush, nos Estados Unidos, o sionismo cristão converteu em força política significativa, especialmente ao se aliar ao movimento neoconservador *Neocon*.

A idéia de que no fim dos tempos Deus defenderá os judeus no Oriente Médio - no evento do Armagedom, conforme o livro de Apocalipse - está tão enraizado na crença protestante do século XXI que isso é justificado na política e na conduta governamental norte-americana com relação ao Estado de Israel. Cristãos politicamente ativos e influentes nos Estados Unidos inspirados por interpretações proféticas crêem vigorosamente que se apoiar Israel, Deus os apoiará. Da Califórnia a Nova York, por rádio ou TV, muitas vezes se ouve a asserção: *“Quem abençoa Israel será abençoado, e quem amaldiçoa Israel, será amaldiçoado”*.

4 ANTISSIONISMO E ANTISSEMITISMO

“Há muito tempo, John Stuart Mill reconheceu que as verdades, quando não submetidas a permanentes questionamentos podem às vezes perder o efeito da verdade pelo exagero da falsidade”.

Norman Finkelstein – cientista político judeu,
2000.

“Hoje, mais e mais, estou convencido de que, se no passado o antissemita era a pessoa que não gostava dos judeus, hoje, o antissemita é aquele de quem os judeus sionistas não gostam”.

Shlomo Sand - historiador israelense,
2014.

Antissemitismo é o preconceito ou hostilidade contra semitas ⁹⁹, principalmente os judeus. Na sua forma mais extrema, *"atribui aos judeus uma posição excepcional entre todas as outras civilizações, difamando-os como um grupo inferior e negando que eles sejam parte da(s) nação(ões) em que residem"*. A pessoa que defende este ponto de vista é chamada de "antissemita". O termo antissemitismo foi criado na Alemanha, no final do século XIX, como uma tentativa de explicar cientificamente o *Judenhass*, que significa “ódio aos judeus”.

Antissionismo é a oposição ao sionismo, movimento nacionalista nascido no século XIX e uma das suas reivindicações era a aquisição de uma terra para o povo judeu. Um judeu, por lógica, nunca poderá ser um antissemita, mas poderá criticar a ideologia sionista e a criação do Estado de Israel, assim é comum encontrarmos israelenses e judeus antissionistas, ou seja, contrários e críticos as idéias nacionalistas.

⁹⁹ Os semitas, de acordo com a Bíblia cristã, são os descendentes de Sem, o filho mais velho de Noé. Na realidade, os semitas englobam outras várias etnias, como os hebreus, arameus, fenícios, árabes e os assírios. Porém, devido a confusão que o sufixo “semitismo” provoca, levando a crer que a aversão engloba todos os povos semitas e não apenas os judeus, alguns autores preferem utilizar o termo “judeofobia”, para caracterizar o preconceito contra a cultura judaica, especificamente.

O grupo sionista qualifica de antissemita a qualquer oposição e crítica ao sionismo, e defendem Israel como o único lugar no mundo onde os judeus ficaram a salvo e protegidos de seus inimigos. Essa idéia é considerada antidemocrática por muitos autores, pois nega o valor de emancipação dos judeus no mundo atual, e justifica a determinação sionista de que todos os judeus devem apoiar incontestavelmente o Estado israelense. Muitas vezes a rejeição ao sionismo é interpretada como ato de traição ao povo judeu. A consideração que julga ilegítimo qualquer crítica e questionamento ao Estado de Israel é algo, para muitos críticos do sionismo, escandaloso e autoritário.

O antissionismo definitivamente não é antissemitismo como afirmam os partidários do sionismo político, dessa maneira existe um esforço de confundir esses dois conceitos, como no caso o presidente da Confederação Israelita do Brasil (CONIB), Claudio Lottenberg, que escreveu num artigo publicado na Folha de São Paulo em 2014. Claudio Lottenberg, procura descaracterizar a crítica que se faz ao sionismo, inclusive no meio intelectual israelense – por exemplo, ele desacredita das pesquisas realizadas pelo escritor israelense Shlomo Sand, professor de história na Universidade de Tel Aviv e autor de livros como *A invenção do povo judeu* (2008) e *A invenção da Terra de Israel* (2014) –, afirmando que a recusa e a crítica ao sionismo, na verdade, seria uma nova versão do antissemitismo.

Claudio Lottenberg ignora os crimes cometidos contra a população autóctone palestina pelo Estado de Israel, apontando para outros assuntos ou tentando se colocar em qualidade de vítima de algum tipo de preconceito. Outro que usou a estratégia de misturar os termos foi o embaixador nas Nações Unidas, o diplomata Abba Eban (embaixador de Israel na ONU de 1950 a 1959). Em um artigo que ele escreveu cerca de quase 50 anos atrás em um jornal judeu-americano: *Congress Weekly*, ele aconselhou que a comunidade judaica americana tivesse duas tarefas a executar: uma era mostrar que a crítica à política que ele chamou de antissionismo, ou seja, a crítica à política do Estado de Israel tinha que ser considerado um ato de antissemitismo; a segunda tarefa era se caso a crítica fosse feita por judeus a tarefa deles era mostrar que eles eram neuróticos que tem ódio por si mesmo (*self-hating jews*) e precisam de tratamento psiquiátrico, dando dois exemplos deste último: um era o jornalista judeu americano Izzy Stone, filho de imigrantes russos de origem israelita, que foi um defensor

intransigente dos direitos civis e da paz, obcecado pela verdade, principalmente pela liberdade de pensamento. O outro era Avram Noam Chomsky.

Esse último é hoje, aos 89 anos, um dos maiores intelectuais no mundo. Seu trabalho e suas realizações são bem conhecidos, analista e ativista político constante, crítico original do capitalismo e da ordem mundial que tem como centro os Estados Unidos. O que esses dois judeus têm em comum? Eles são críticos aos atos que eles consideram criminosos de um estado, o Estado de Israel. Noam Chomsky responde as palavras do embaixador Abba Eban:

(...) é compreensivo o porquê de a propaganda israelense tomar essa posição, eu particularmente não culpo Abba Eban por fazer o que um embaixador tem que fazer às vezes, mas devemos entender que não existe acusação alguma e não há nada ao que se responder, não é uma forma de antissemitismo, é simplesmente crítica aos atos criminosos de um Estado, e ponto final.¹⁰⁰

Filho de um proeminente judeu americano, Chomsky foi criado em um lar sionista e, logo após a Independência de Israel, passou um tempo em um *kibutz*. Campanhas públicas no início dos anos 1960 difamando Hannah Arendt e Chomsky na década de 1970 foram lideradas pela Liga Anti-Difamação - ADL (*Anti-Defamation League*), importante organização judaica norte-americana de combate ao ódio contra judeus, que tem instrumentalizado e inventado casos de antissemitismo para construir apoio ao Estado de Israel.

Visto que o apoio a Israel constitui o centro da identidade judaica, qualquer questionamento ou crítica ao Estado torna-se, para muitos, muito difícil. A associação do Estado Sionista como representante de todo povo judeu é o pilar emocional da ideologia nacionalista judaica. Várias organizações pró-sionistas agressivas e violentas como a *Jewish Defense League* e sua filial ultranacionalista em Israel, a *Kach*, ajudam a censurar as críticas, e no caso do extremismo da *Kach*, ajudam a espalhar o terror a qualquer judeu que eles considerem um traidor. A *Kach* possui uma relação de sete mil judeus considerados como *self-hating*, tantos acadêmicos como rabinos. A rejeição ao sionismo pela tradição judaica e por muitos intelectuais israelenses destrói a ligação de que todo antissionista é antissemita.

¹⁰⁰ Noam Chomsky - *Anti Sionismo não é Anti Semitismo*, 2min 26seg. Publicado 27 de novembro de 2014, Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=gElufWkt_pI> Acessado em 11 de outubro de 2017

Existe um silenciamento pesado até no meio acadêmico contra a liberdade intelectual quando o assunto é criticar ou questionar Israel e o sionismo. Em agosto de 2012, membros da comunidade judaica pró-sionista, acadêmicos e articulistas protestam contra a escolha da filósofa e ativista política Judith Butler para o Prêmio Theodor W. Adorno - importante prêmio cultural alemão - por sua contribuição extraordinária ao pensamento filosófico. A condenação desses judeus contra a filósofa de origem judaica, pela sua crítica a política do Estado de Israel, foi feita pela alegação que ela teria cometido atos de antissemitismo. Judith Butler respondeu a seus difamadores num artigo publicado pelo site de notícias judaicas *Mondoweiss* no mesmo mês. Obviamente muito triste pelas críticas dirigidas contra ela, denunciou as hostilidades como "tática de silenciamento":

É falso, absurdo e doloroso alguém argumentar que quem formula críticas ao Estado de Israel seja antissemita ou, ‘*Self-hating jew*’. Tais ataques visam demonizar a pessoa que está articulando um ponto de vista crítico, assim desqualificando de antemão seu ponto de vista ¹⁰¹.

O sionismo nunca foi consenso entre os judeus europeus até o final da II Guerra Mundial, aliás, até essa data o sionismo era rejeitado por muitas comunidades judaicas, era notável sua impopularidade entre os judeus. É falso, e não passa de mais um mito sionista, a idéia que por 2000 anos os judeus quisessem regressar a Terra Santa. A maioria dos judeus religiosos rejeitava o nacionalismo, sendo considerado herético pelos rabinos tradicionalistas, fiéis à interpretação da Torá segundo a qual os judeus só poderiam voltar à Terra Santa por ocasião do advento do Messias, na Redenção.

“Os judeus piedosos que criticam publicamente o sionismo crêem que devem agir assim por causa de suas obrigações imposta pela Torá. A primeira é impedir a profanação do nome de Deus. Como o Estado de Israel pretende atuar em nome de todos os judeus do mundo, inclusive em nome do judaísmo, esses judeus sentem-se obrigados a explicar publicamente, principalmente aos não-judeus, o que consideram uma interpretação fraudulenta. A segunda obrigação deriva do preceito de preservar a vida humana. Ao ressaltar a rejeição judaica ao sionismo, eles esperam afastar os judeus da animosidade que, em sua opinião, o Estado de Israel provoca entre as nações. Desejam evitar que os judeus de todo o mundo se transformem em reféns das políticas israelenses e de suas conseqüências. Afirmam que o Estado de Israel deve ser conhecido como “o Estado sionista” e não como “o Estado judeu” ou “Estado hebreu.” ¹⁰²

¹⁰¹ Judith Butler responds to attack: ‘I affirm a Judaism that is not associated with state violence’ - Judith Butler 27 de Agosto de 2012 – Mondoweiss, Disponível: <<http://mondoweiss.net/2012/08/judith-butler-responds-to-attack-i-affirm-a-judaism-that-is-not-associated-with-state-violence/>>

¹⁰² Rabkin, Yakov M. *Judeus Contra Judeus – A História da Oposição Judaica ao Sionismo*, tradução de Miriam Xavier de Oliveira. Cotia, SP: Acatu, 2009. p.17

A grande mídia se refere constantemente ao “Estado judeu” enquanto políticos israelenses pronunciam repetidas vezes frases como: “em nome do povo judeu”. Mas essa representatividade é um grande embuste. A criação do Estado de Israel causou uma das maiores rupturas da história judaica. A maioria dos judeus até o começo do século XX, que preservaram e interpretavam a tradição do judaísmo rejeitavam desde o início o projeto nacionalista e ao novo conceito de judeu propagado pelos sionistas, e resistiram à idéia de migração em massa para a Palestina e a imposição pela violência para o estabelecimento de sua hegemonia política na terra habitada pelos palestinos:

Para muitas pessoas, o fenômeno ‘judeus contra Israel’ parece um paradoxo [...] Os ideólogos do sionismo convenceram grande parte da opinião pública de que ele representa todos os judeus. O movimento comunista também propagava representar os interesses de ‘todos os trabalhadores do mundo’. O que tirava qualquer legitimidade dos trabalhadores que se opunham ao comunismo. [...] Unir dois conceitos diferentes, Israel e o povo judeu, é a tática usual do lobby israelense e da maior parte dos seus aliados em vários países. Atacar o sionismo significaria, dessa forma, atacar os judeus como um todo.¹⁰³

Ilan Pappé diz que esse discurso de que o antissionismo e antissemitismo são a mesma coisa faz parte de uma narrativa bem construída por Israel, e os Estados Unidos, de que a questão palestina é difícil de entender, em vez de ser uma história de colonialismo e expropriação. Isso fornece para eles uma ferramenta poderosa de silenciamento porque equaliza críticas ao Estado de Israel como se fossem críticas ao judaísmo e aos judeus. Isso, sim, sendo uma forma de antissemitismo. Se Israel é um Estado judeu, você não pode ter cidadania israelense, mas a nacionalidade é judaica: não existe nacionalidade israelense, só nacionalidade judaica. Isso mistura legalmente judaísmo com o Estado sionista e aí, em cima disso, propaga um argumento conveniente de que, se você ataca Israel, você está atacando um Estado judeu, e aí, por consequência, o judaísmo e então os judeus.

Para Noam Chomsky, essa associação é uma anomalia na teoria do Estado moderno e para Ilan Pappé isso significa que o Estado de Israel arranjou uma forma discursiva genial de silenciar os críticos, como foi o caso de Steven Salaita¹⁰⁴.

¹⁰³ *Ibidem*. P. 36.

¹⁰⁴ Em 2014, Steven Salaita escritor e intelectual palestino-americano, teve sua carreira de professor destruída. O intelectual tornou-se o centro de uma controvérsia nos Estados Unidos quando sua oferta de emprego na Universidade de Illinois foi rescindida como resultado de seus tweets críticos ao Estado de Israel e aos sionistas. Salaita depois disso não conseguiu obter outra nomeação acadêmica, mesmo depois de vários esforços por um novo emprego, e com a ajuda de amigos acadêmicos. Salaita depois anunciou

A associação dos judeus com o Estado de Israel é natural hoje em dia e quase automática na cabeça das pessoas. Quando opositores declarados do sionismo pedem o fim do Estado de Israel logo eles são associados como inimigos dos judeus pelo mundo

105

que estava deixando a academia e seu ofício de professor porque nenhuma instituição o queria contratar. Um grupo de lobby de Israel tentou incluir Salaita numa lista negra junto com outros acadêmicos que apóiam os direitos palestinos, como parte de um processo contra a Associação de Estudos Americanos. Salaita depois ganhou o processo contra a Universidade de Illinois. O professor judeu Norman Finkelstein comenta sobre o caso Salaita: *“Fiquei feliz em saber que o professor Steven Salaita chegou a um acordo de US \$ 600.000 em seu processo contra a Universidade de Illinois. As Universidades podem agora pensar duas vezes antes de violar os direitos de liberdade de expressão do corpo docente, a fim de satisfazer doadores sionistas judeus ricos”*.

¹⁰⁵ Mahmoud Ahmadinejad, figura polêmica, exerceu a presidência no Irã em 2005 até 2013, é apresentado pela grande mídia ocidental como inimigo dos judeus, o ex-presidente persa deixou claro em diversas ocasiões, através dos seus discursos e entrevistas, que sua hostilidade é com a política sionista – na qual ele se referia como sionistas incivilizados - e aos EUA seu maior aliado, e que o problema é com as ações do Estado de Israel e não com a comunidade judaica. Ele qualificou esse movimento político e ideológico de “mãe das desmoralizações” da época atual. *“Os sionistas são sionistas, não são judeus, não são cristãos, não são muçulmanos. É um grupo de poder”*. Ele insistiu que os massacres de judeus na Europa durante a Segunda Guerra Mundial não deveria ser motivo para justificar o apoio dos planos sionistas e a matança do povo palestino: *“Se o massacre dos judeus na Europa é usado como desculpa para apoiar o sionismo, por que os palestinos devem pagar o preço?”* Perguntou Ahmadinejad em entrevista a uma agência local iraniana, Isna. As palavras de Ahmadinejad não foi impedimento para que em 2007, o presidente iraniano recebesse homenagem de um grupo de judeus ortodoxos. Na ocasião os rabinos enfatizaram a paz e a amizade seculares entre judeus e muçulmanos, reafirmando seu desejo de paz entre os dois povos. Além disso, o ex- presidente iraniano afirmou que os países ocidentais sabem que qualquer mudança na Palestina mudará a situação política, econômica e cultural, por isso apóiam as ações do regime sionista. Apesar da retórica incendiária contra o Estado de Israel e a ideologia sionista, Ahmadinejad é visto por alguns como o presidente mais preocupado com a minoria judaica. Um exemplo disso foi o Hospital Israelita em Teerã que foi salvo da falência em 2008 pelo presidente, cujo escritório contribui desde então com US\$2 milhões anuais.

Outro líder que sempre demonstrou cordialidade com a comunidade judaica foi Yasser Arafat (1929 – 2004), chefe da Autoridade Palestina, presidente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), líder do *Fatah* (A maior facção da OLP), e co-detentor do Nobel da Paz. Arafat nomeou o rabino da *Neturei Karta*, Moshe Hirsch como Ministro dos Assuntos Judaicos da Autoridade Palestina, num grande gesto simbólico. Em uma carta oficial escrita no papel timbrado da Autoridade Palestina e assinada na época por Yasser Arafat, ele agradeceu parte da comunidade judaica antissionista por manifestar-se contra o Estado de Israel e mostrar sua compaixão pelos sofrimentos do povo palestino durante a Intifada, Arafat conclui: *“Essas expressões são exemplos inestimáveis da relação duradoura entre judeus e árabes que se aproximam de centenas de anos e permitem ao mundo inteiro ver o contraste entre os valores eternos e belos do judaísmo e os encarnados no sionismo agressivo. Essas manifestações e expressões são de importância crítica para permitir que o povo palestino e os árabes em todo o mundo vejam essa diferença crucial para que todos entendam que as ações do Estado israelense não refletem nada enraizado nas tradições, crenças e leis do judaísmo. Isso é vital para enfatizar que não há conflito entre judeus e árabes”*.

Hatem Abdel Qader, que foi conselheiro do presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP) Mahmoud Abbas, fala sobre o rabino Moshe Hirsch: *“Consideramos o rabino Moshe Hirsch como parte do povo palestino, ele é um entre os judeus que devemos muito o nosso respeito, e isso confirma que o nosso problema não é com o judaísmo, mas sim com o sionismo”*.

Os sionistas souberam criar e reforçar a ligação da comunidade judaica com o Estado se apresentando como a vanguarda dos judeus. Assim, qualquer ameaça à existência do Estado de Israel é igualmente uma ameaça a sobrevivência dos judeus. Israel se apresenta como a garantia e a bandeira do judaísmo mundial e seu maior representante. Mas, a realidade não é tão simples assim, ela é muito mais complexa, e uma boa análise dessa realidade coloca em xeque essa representatividade sionista. O deputado Morice Motamed, um judeu iraniano, em uma palestra em Paris disse:

A escola de pensamento sionista de modo algum representa o judaísmo, assim como a AL-Qaeda de modo algum representa o Islã.

A filósofa judia Judith Butler vê nessa associação consequências negativas até para os próprios judeus:

Nos Estados Unidos, fiquei alarmado com o número de judeus que, desanimados com a política israelense, incluindo a ocupação, as práticas de detenção por tempo indeterminado, o bombardeio de populações civis em Gaza, buscam negar sua condição de judeu. Eles cometem o erro de pensar que o Estado de Israel representa o judaísmo para nossos tempos, e que, se alguém se identifica como judeu, apóia Israel e suas ações. E, no entanto, sempre houve tradições judaicas que se opõem à violência estatal, que afirmam a coabitação multicultural e defendem princípios de igualdade, e essa tradição ética vital é esquecida ou marginalizada quando qualquer um de nós aceita Israel como base da identificação judaica¹⁰⁶.

Panfletos distribuídos por judeus Haredim¹⁰⁷ em 2012 no centro de Montreal, numa manifestação de apoio a Israel pelo seu dia da Independência mostra a tensão existente:

Pior que o sofrimento, a exploração, a morte e a profanação da Torá, tem sido a putrefação interior que o sionismo injetou na alma judaica. Ela feriu profundamente identidade judaica. O sionismo ofereceu uma definição laica da identidade dos judeus como uma substituição da fé unânime do nosso povo na Torá recebida do Céu. Levou os judeus a verem o exílio como resultado de uma debilidade militar; e também destruiu o conceito religioso do exílio como castigo por nossas transgressões; semeou a confusão entre os judeus tanto em Israel como nos Estados Unidos, transformando-nos em um Golias opressor. Fez crueldade e da corrupção a norma de seus adeptos. É por isso que o quinto dia do mês de *Lyar* [data da proclamação do Estado de Israel segundo o calendário judeu] é um dia de grande pesar para o povo judeu e para toda humanidade. Os círculos ortodoxos marcaram esse dia com jejum e luto, fazendo penitência e cobrindo-se de cinzas.

¹⁰⁶ Judith Butler responds to attack: 'I affirm a Judaism that is not associated with state violence' - Judith Butler on August 27, 2012 – Mondoweiss, Disponível: <<http://mondoweiss.net/2012/08/judith-butler-responds-to-attack-i-affirm-a-judaism-that-is-not-associated-with-state-violence/>>

¹⁰⁷ Judaísmo Haredi, é um grupo dentro do judaísmo ortodoxo, caracterizados por uma rejeição da cultura secular moderna. As comunidades Haredim são encontradas principalmente em Israel, na América do Norte e na Europa Ocidental. Sua população global estimada atualmente é de 1,5 a 1,8 milhão.

Talvez um dia cheguemos a ver o desmantelamento pacífico do Estado e a consagração da paz entre muçulmanos e os judeus de todo o mundo! ¹⁰⁸

É importante desamarrar-se do mito de Israel como uma pátria-mãe, pois essa idéia impede que muitos judeus pelo mundo, até mesmo aqueles que residem em Israel, a reconhecer a autenticidade da posição antissionista praticada por muitos rabinos devotos e por muitos intelectuais e catedráticos israelenses, e reconhecer que esse posicionamento crítico à ideologia sionista é perfeitamente fiel à tradição judaica.

O professor israelense Yosef Salmon, especialista da história do sionismo, escreveu o importante livro *Religion and Zionism* (2001) onde ele mostra a preocupação com a questão da religião judaica no desenvolvimento sionista, tanto em termos teóricos quanto em relação à consciência nacionalista e na área da atividade cotidiana. Ele traça as transformações dessa interação na história sionista do início da década de 1860 até 1930. Em outro livro: *Zionism and Anti-zionism in Traditional Judaism in Eastern Europe* (1998) Salmon escreve:

O sionismo apresenta uma grave ameaça, pois procuraria despojar a comunidade tradicional de todo o seu patrimônio, tanto na Diáspora como na *Eretz Israel* [Terra de Israel]; procuraria destituir de sentido a sua espera messiânica. O sionismo desafiaria todos os aspectos do judaísmo tradicional em razão de sua proposta de uma identidade judaica moderna e nacional; da subordinação da sociedade tradicional e estilos de vida novos e na sua atitude com relação aos conceitos religiosos de diáspora e redenção. A ameaça sionista alcançou cada comunidade judaica. Ela seria implacável e frontal e só restaria rejeitá-la sem concessões ¹⁰⁹.

Antissionismo não é antissemitismo, pelo mesmo motivo que ser antinazista não significa ser contra os alemães. A atitude e o posicionamento de ser contra o sionismo, que busca justificar suas ações políticas através de sua ideologia nacionalista, assim como negar ao Estado de Israel seu suposto “direito” de cometer os crimes de limpeza étnica, apartheid e genocídio contra o povo palestino, não pode ser considerado um ato “antisemita”.

¹⁰⁸ Rabkin, Yakov M. *Judeus Contra judeus – a História da Oposição Judaica ao Sionismo*, tradução de Miriam Xavier de oliveira. Cotia, SP: Acatu, 2009. p.14.

¹⁰⁹ Salmon, Yosef, *Zionism and Anti-zionism in Traditional Judaism in Eastern Europe* The Hebrew University Magnes Press (October 1, 2001).

A cartilha da propaganda sionista aconselha a acusar de antissemita todos os personagens conhecidos que tenham cometido o “sacrilégio” de denunciar publicamente os crimes de guerra, violações dos direitos humanos e outras monstruosidades praticadas pelo estado sionista. Paradoxalmente, até indivíduos judeus são acusados de antissemitas, como é o caso do próprio Noam Chomsky, Norman Filkenstein, Judith Butler, Shlomo Sand, Michael Warschawski, Albert Einstein e Hannah Arendt, entre outros.

Uri Avnery, jornalista israelense, fundador do movimento pacifista *Gush Shalom* responde a essas acusações:

Nenhum deles luta contra o antissemitismo. Eles lutam contra a crítica à Israel. Essas são duas coisas totalmente diferentes. Nos EUA quase não há nenhum antissemitismo. É um mito. Não há. Se houvesse antissemitismo, o lobby israelense não agiria da maneira como faz. O fenômeno chamado antissemitismo só existe na mídia israelense e nas mentes dos chefões judeus no mundo, que vivem a custa do antissemitismo. Onde podemos encontrar antissemitismo? Todo mundo se assusta com o antissemitismo por causa da sua história, e os judeus mesmos sempre estiveram aterrorizados. Nos EUA, onde os judeus são tão fortes e influentes, eles estão assustados de suas próprias sombras. A cada momento, atrás de cada árvore, está escondido um antissemita. Anti-árabes, anti-islâmicos, anti-negros, anti-seja-lá-o-que-for... Antissemitas? Você precisaria de uma lupa para encontrá-los. E tem gente aí com lupas.¹¹⁰

¹¹⁰ A História Sionista / *The Zionist Story* (2009) Israel, 2009, 75 min. - Direção: Berek Joselewicz
Disponível: <<http://docverdade.blogspot.com.br/2011/01/historia-sionista-zionist-story-2009.html>> .

5. NOVOS HISTORIADORES ISRAELENSES (PÓS-SIONISMO)

“Os judeus estão completamente imersos na corrente da História, entretanto, sua percepção sobre as modalidades de imersão e do lugar que eles ocupam remetem mais a mito do que à realidade. O mito e a memória condicionam a ação. São os mitos que conservam a vida; eles merecem ser interpretados de acordo com a nossa época. Alguns nos confundem e devem ser redefinidos. Outros são perigosos e devem ser desmistificados”.

Yosef Yerushalmi, professor judeu,
1991.

“A história é uma ameaça ao nacionalismo, porque uma das tarefas do historiador é precisamente dismantelar algumas mitologias sobre o nacionalismo”.

Donald Sassoon, historiador judeu britânico,
2014

Existe uma frase, atribuída a George Orwell, que a história é escrita pelos vencedores. Pelo menos não deveria na opinião do historiador palestino Nur Masalha, *“a história e a historiografia não devem necessariamente ser escritas, exclusivamente ou essencialmente, pelos vencedores”*¹¹¹. A historiografia oficial do Estado de Israel é um exemplo disso, pois é criativa na criação de mitos e atos heróicos. Mas uma nova geração da intelectualidade israelense — constituída por filósofos, historiadores, jornalistas, escritores, cineastas e outros — está colocando a limpo o passado de Israel e destruindo os mitos criados pela ideologia sionista que ajudaram a criar o Estado de Israel, desconstruindo todo o romantismo nacionalista dos primeiros anos desse Estado. E esse movimento intelectual tem provocado a ira dos círculos mais nacionalistas que os acusam de *“Self-hating Jew”*, judeu que odeia a si mesmo. Os adversários judaicos do sionismo estão totalmente ausentes na historiografia oficial de Israel.

¹¹¹ Nur Masalha, *“948 and After' Revisited”*, Journal of Palestine Studies, nº 96, vol. XXIV, nº 4, 1995.

Os “Novos Historiadores”, como eles são chamados, têm desafiado as versões tradicionais da historiografia oficial de Israel, especialmente no que refere ao papel de Israel na expulsão e massacre dos palestinos em 1948 e ao suposto desinteresse dos árabes em discutir a paz. Para Michel Gherman, professor do Instituto de História da UFRJ:

O que eu acho que acontece com essa historiografia que nós chamamos dos “Novos Historiadores israelenses” é que os historiadores começam a usar documentos. E os documentos são a “arma da historiografia”. A grande referência desses novos historiadores é o próprio Benny Morris, que vai buscar documentos que não estavam disponíveis até a década de 1980. São documentos que falam sobre 1948. E quando você tem documentos, você tem uma nova historiografia. Ou seja, uma historiografia “de verdade”. Antes, você tinha uma historiografia judaica, uma historiografia que apenas lidava com a memória ¹¹².

O nome do grupo foi cunhado em 1988, por um dos seus principais nomes, o historiador Benny Morris. Esses historiadores e pesquisadores embasam seus trabalhos não sobre referências de segunda mão, como fizeram seus antecessores, mas sobre uma documentação contundente, irrefutável, examinado nos arquivos do Conselho de Ministros, do Exército israelense, do *Palmach* (tropas de choque), das organizações sionistas, do diário pessoal de David Ben Gurion, entre outros. Dessa forma, muitas das fontes primárias de informações utilizadas pelos pesquisadores são documentos secretos do governo israelense que, uma vez passados trinta anos dos eventos de 1948, foram liberados para consulta pública, conforme a legislação do país.

Fundamentalmente, os “Novos Historiadores” questionam a concepção de Israel ser o melhor lugar para os judeus. Além do mais, o direito dos judeus em relação ao Estado de Israel também é posto em questionamento. Isto é, precisamos mesmo de um Estado? Se a resposta é sim, qual o nosso direito sobre Israel? Talvez o mais justo não fosse Israel funcionar como um Estado aberto para todos, sem definição de raça, povo ou religião?

¹¹² *Oriente Médio: entre historiografia e agendas políticas* – Café História, 27 de Abril de 2017 - Entrevista com Michel Gherman, professor do Instituto de História da UFRJ realizada por Bruno Leal, Disponível: <<https://www.cafehistoria.com.br/oriente-medio-entre-historiografia-e-agendas-politicas/>>.

A historiografia dos Novos Historiadores se une a um movimento conhecido como "pós-sionismo". Em geral, os pós-sionistas se declaram como judeus israelenses que são críticos ao projeto sionista. Os pós-sionistas discordam dos sionistas em muitos pontos importantes, tais como a Lei do Retorno ¹¹³, entre outros temas sensíveis, e acreditam que a catástrofe palestina, conhecida com o nome árabe de *Nakba*, tenha sido uma peça chave para o estabelecimento do Estado de Israel.

Sionistas e historiadores judeus nacionalistas alegam que o pós-sionismo representa uma negação total do empreendimento sionista e que ameaça a legitimidade e a própria existência do Estado de Israel como nação, quando retrata o sionismo como um acontecimento colonial e não como um movimento nacional.

Segundo o historiador Benny Morris, os historiadores antigos viveram 1948 como participantes adultos, profundamente comprometidos com o épico e esplendoroso renascimento da comunidade judaica. Em vista disso, eles não foram capazes de separar suas vidas dos episódios históricos, nem de reflexionar, de forma objetiva e imparcial, os acontecimentos e processos sobre os quais escreveriam depois. Eles se apoiaram em entrevistas e memórias e, na melhor das hipóteses, usaram de documentação que eram sujeitas a censura, tais como aqueles originários dos arquivos do Exército de Israel. Em suma, Benny Morris não acredita que os "antigos historiadores" sejam verdadeiros historiadores. "*Na verdade, havia cronistas e muitos apologistas*", que, na opinião dele, produziram narrativas "*menos honestas*" ou simplesmente "*falsas e enganosas*".

Apesar de haver pontos de convergência entre os Novos Historiadores, existem diferenças a considerar entre eles, mas são unânimes em admitir que tanto Israel como os árabes tenha sua parte de responsabilidade na Questão Palestina.

“O que fazer com a comprovação irrefutável de que condutas imorais apontavam na direção de nosso povo? Enterrá-las para sempre?”

Benny Morris

¹¹³ A Lei do Retorno é uma das mais importantes leis do Estado de Israel já que concede o direito de residência e cidadania a qualquer judeu, originário de qualquer país do mundo, que deseje emigrar para o território israelense - sendo que esse direito é extensivo aos seus descendentes não judeus até a terceira geração (filhos e netos, bem como os respectivos cônjuges e filhos menores). A lei foi adotada pelo Knesset em 1950 (dois anos depois da proclamação do Estado de Israel) e declara que o país constitui um lar não apenas para os habitantes do território israelense, mas também para os judeus de todo o mundo, quer vivam em pobreza e medo das perseguições, quer vivam uma vida com afluência e segurança. Opera Mundi *As Leis Discriminatórias de Israel* 26 de novembro de 2013, Disponível: < <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/32619/as+leis+discriminatorias+de+israel.shtml> > Acessado em 23 de outubro de 2017

5.1 Benny Morris

“... mina a explicação israelense tradicional de uma fuga em massa sob as ordens ou incentivo das direções árabes [...] não se confirma mais a explicação tradicional do êxodo árabe – os judeus de uma maneira premeditada, centralizada e sistemática, executaram uma campanha visando a expulsão completa da população palestina autóctone”

Benny Morris, historiador.

Benny Morris, historiador israelense. Filho de imigrantes do Reino Unido, nasceu em 1948 no Kibutz *Ein HaHoresh* em Israel. Enquanto trabalhava como repórter no The Jerusalem Post, nos anos de 1980, Morris começou a ler os arquivos e documentos sigilosos do governo israelense sobre as ações do *Palmach*¹¹⁴, depois voltou sua atenção para a origem do êxodo da população palestina em 1948.

Na historiografia oficial do Estado explica que o êxodo palestino de 1948 foi motivado pelo medo ou por instruções de líderes árabes. Morris encontrou evidências de que houve expulsões e genocídio causado pelos israelenses. A partir daí o historiador ficou famoso em 1987 por revelar as crueldades cometidas pelos israelenses contra a população palestina em 1948. Suas declarações o transformaram no principal nome do grupo dos “Novos Historiadores” israelenses. Ele se entregou a um trabalho meticuloso sobre a origem do problema dos refugiados nesse genocídio, que originou a *Nakba*¹¹⁵

Uma interpretação comum da “Guerra de 1948” é de que foi uma “*guerra de poucos contra muitos*”. A professora da Universidade de São Paulo (USP) Doutora Arlene Clemesha, em artigo intitulado “*Palestina 1948-2008: 60 anos de desenraizamento e desapropriação*”, opina que tal narrativa está definitivamente abalada pela revisão feita por essa nova historiografia israelense a partir dos anos 80¹¹⁶.

¹¹⁴ O Palmach foi fundado em 1941. Eram forças de combate de elite da Haganá, o exército não oficial sionista, durante o período do mandato britânico na Palestina.

¹¹⁵ O judeu americano Norman Finkelstein, se vale do levantamento e das provas do próprio Morris para concluir que os árabes da Palestina foram expulsos de forma sistemática e premeditada. De acordo com Finkelstein, “*praticamente todos os assentamentos árabes foram abandonados por causa do perigo de destruição ou massacre*”.

¹¹⁶ Clemesha, Arlene E. Palestina, 1948-2008. 60 anos de Desenraizamento e Desapropriação. Tiraz, São Paulo, v. 5, p. 167-187, dec. 2008. ISSN 2594-5955. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/tiraz/article/view/135362/131211>>. Acessado em: 26 maio 2018.

Em seu trabalho “*The Birth of the Palestinian Refugee Problem, 1947-1949*” (1988), Morris narra a crueldade cometida pelos israelenses, incluindo episódios de estupro e tortura contra os palestinos. O livro exhibe um mapa de 228 vilas palestinas totalmente vazias e abandonadas, e tenta explicar o motivo da fuga dos árabes: em 41 aldeias os moradores foram expulsos pelos soldados sionistas; em outras 90 aldeias, os palestinos fugiram com medo dos ataques e da violência contra as vilas vizinhas.

Alguns raivosos israelenses acusaram Morris de traidor por contribuir com o discurso antissionista e antisemita, na visão deles. Foi chamado de falso historiador cujo objetivo maior em seu trabalho era minar a sobrevivência e manutenção do Estado israelense. Morris rechaçou as críticas e se defendeu explicando que a pesquisa acadêmica exige do pesquisador imparcialidade, “*uma completa neutralidade moral*”. O que era importante era produzir um estudo com análise histórica fundamentada em fatos concretos e respaldada em documentos fidedignos.

O objetivo de Morris nunca foi dar munção retórica aos desafios de Israel, igualar valores entre povos ou produzir julgamentos éticos. Ele tinha o entendimento que o seu trabalho acadêmico tinha como objetivo transmitir para a nova geração a verdade sobre os acontecimentos passados para que no futuro elas não estivessem apoiadas em falsos argumentos e mitos fantasiosos.

Benny Morris escreveu seu último livro em 2009: “*Um Estado, Dois Estados - Soluções para o conflito Israel-Palestina*”, a partir de uma narração historiográfica mais pragmática e com uma tendência mais conservadora. O que confirmou uma mudança radical em sua visão ao longo do tempo. Hoje se considera um pessimista e não visualiza uma solução próxima e viável para o fim dos conflitos na região, principalmente depois da vitória do partido Hamas em Gaza, que fortaleceu a separação com a Cisjordânia e outro obstáculo para o historiador seria o crescimento dos assentamentos com a construção de barreiras israelenses na Cisjordânia.

Em uma famosa entrevista para o jornal israelense *Haaretz* em 2004, ele revela abertamente ao repórter israelense Ari Shavit a sua falta de esperança em uma solução para a questão do conflito e faz algumas declarações estarrecedoras sobre o tema dos refugiados palestinos:

Ari Shavit- Benny Morris, há décadas que você está pesquisando o lado negro do sionismo. Você é um especialista nas atrocidades de 1948. No final, você realmente justifica tudo isso? Você é um defensor da “transferência” (dos palestinos) de 1948?

Benny Morris - Não há justificativa para atos de estupro. Não há justificativa para atos de massacre. Esses são crimes de guerra. Mas em determinadas condições, a expulsão não é um crime de guerra. Não creio que as expulsões de 1948 fossem crimes de guerra. Você não pode fazer uma omelete sem quebrar ovos. Você tem que sujar as mãos.

Ari Shavit - Estamos falando da morte de milhares de pessoas, da destruição de toda uma sociedade.

Benny Morris -Uma sociedade que tem como objetivo te matar, força você a destruí-la. Quando a escolha é entre destruir ou ser destruído, é melhor destruir.

Ari Shavit - Há algo de arrepiante sobre o modo frio em que você diz isso.

Benny Morris - Se você esperava que eu explodisse em lágrimas, lamento decepcioná-lo. Eu não vou fazê-lo.

Ari Shavit- Então, quando os comandantes da “Operação Dani” estão lá e observando a longa e terrível coluna das 50 mil pessoas expulsas de Lod caminhando para o leste, você está lá com eles? Você os justifica?

Benny Morris - Eu definitivamente os entendo. Eu entendo seus motivos. Eu não acho que eles sentiram nenhum peso em suas consciências, e em seu lugar eu não teria sentido nenhum peso na minha consciência. Sem esse ato, eles não ganhariam a guerra e o Estado não teria surgido.

Ari Shavit- Você não os condena moralmente?

Benny Morris - Não.

Ari Shavit - Eles perpetraram limpeza étnica.

Benny Morris - Há circunstâncias na história que justificam a limpeza étnica. Eu sei que esse termo é completamente negativo no discurso do século 21, mas quando a escolha é entre a limpeza étnica e o genocídio – a aniquilação do seu povo – eu prefiro a limpeza étnica.¹¹⁷

¹¹⁷ *Survival of the Fittest* - Interview with Benny Morris - *Haaretz* - Ari Shavit, 08 de Janeiro de 2004 – Disponível: <<https://www.haaretz.com/1.5262454>>

5.2 Avi Shlaim

“A maioria das nações reescreveu sua história, porém as versões nacionalistas da história têm algo em comum onde quer que estejam. Seus sinais de identidade são o que eu chamo os quatro S (segundo as palavras em inglês): simplista, seletiva, auto-justificada e egoísta. O filósofo judeu de Oxford, Isaiah Berlin gostava de dizer que os judeus são como qualquer outra pessoa e, da mesma maneira, a história sionista é como qualquer outra versão nacionalista da história e mais ainda. Assim, a principal contribuição dos Novos Historiadores de Israel tem sido desafiar os prejuízos nacionalistas da historiografia sionista tradicional”.

Avi Shlaim, historiador.

Avi Shlaim, professor emérito de Relações Internacionais da Universidade de Oxford, nasceu de pais judeus ricos em Bagdá, no Iraque, em 1945. A situação dos judeus iraquianos tornou-se problemática com a Guerra da Independência de Israel em 1948. Em 1951, o pai de Shlaim era um dos 100.000 judeus que se registraram para deixar o país e entregar sua cidadania. Uma lei subsequente determinou que todos aqueles que saíram perderam todos os direitos, incluindo direitos de propriedade. A família Shlaim perdeu toda a sua propriedade. Seu pai atravessou a fronteira ilegalmente em uma mula, enquanto Shlaim, sua mãe e irmãs voaram para o Chipre, se reunindo em Israel.

Shlaim Pertence ao grupo dos Novos Historiadores autor do clássico livro *“A Muralha de Ferro – Israel e o Mundo Árabe”* (2004), onde desafiou a “velha” história com o mastro "revisionista", afirmando no início: *“Meu objetivo no presente livro é oferecer uma interpretação revisionista da política de Israel em relação ao mundo árabe durante os cinquenta anos após a conquista do Estado”*. Shlaim desafia e derruba muitas ortodoxias. Ele questiona se a formação de Israel e as conseqüentes batalhas contra os exércitos árabes invasores foi realmente uma luta entre David e Golias. Embora isso ainda seja ensinado nas escolas israelenses, é descrito por Shlaim como a *“versão heróico-moralista”* que *“é um excelente exemplo do uso de uma versão nacionalista da história no processo de construção da nação”*. Em um sentido muito real, a história é a propaganda dos vencedores e a história da guerra de 1948 não é exceção.

Shlaim mostra as divergências dos Novos Historiadores com a historiografia oficial israelense, nos seguintes conteúdos: a versão sionista diz que a Inglaterra tentou impossibilitar o estabelecimento de um Estado judeu, enquanto os Novos Historiadores evidenciam que o Reino Unido tentou evitar, na verdade, a criação de um Estado Palestino; de acordo com a versão oficial, os palestinos fugiram das suas casas por sua própria vontade e a pedido de lideranças árabes, os Novos Historiadores asseguram que os refugiados foram brutalmente perseguidos, alguns assassinados e outros expulsos de suas terras, e que esse desapossamento foi crucial para o estabelecimento do Estado de Israel; segundo a versão oficial, o equilíbrio de forças era favorável aos árabes, os Novos historiadores negam isso, atestam que Israel tinha grande vantagem, tanto em número de soldados como em armamentos; a versão oficial diz que os árabes tinham um plano combinado para destruir Israel, os Novos Historiadores afirmam que os árabes estavam divididos e compartilhavam de certas divergências; a versão sionista alega que a intransigência dos árabes prejudicou a paz, os Novos Historiadores sustentam que Israel é o principal culpado pelo problema.

5.3 Shlomo Sand

“Quando surgiram descobertas capazes de contradizer a imagem do passado contínuo e linear da história dos judeus, elas não tinham quase nenhuma repercussão. O imperativo nacional, tal qual uma mandíbula solidamente fechada, bloqueava toda espécie de contradição e de desvio em relação ao relato dominante. As instâncias específicas de produção de conhecimento sobre o passado judeu, sionista e israelense – a saber, os departamentos exclusivamente dedicados à ‘História do povo judeu’ são totalmente separados dos departamentos de História (chamados em Israel de “História Geral) como departamentos de História do Oriente Médio – contribuíram amplamente para essa curiosa paralisia e obstinada recusa de se abrir as novidades historiográficas sobre a origem e a identidade dos judeus. O debate em Israel certamente conheceu muitos sussurros em torno da problemática ‘quem é judeu?’ ...”.

Shlomo Sand, historiador.

Shlomo Sand nasceu na Áustria em 1946, é um historiador israelense especializado em história contemporânea, e professor na Universidade de Tel Aviv. Os pais dele eram judeus poloneses sobreviventes do Holocausto. Sand passou seus primeiros anos de sua vida em um campo de refugiado na Alemanha. Ele cresceu em Israel, onde seus pais migraram em 1948.

Após a experiência traumática na Guerra dos Seis Dias em 1967, na qual ele participou como soldado, Sand passou a fazer campanha dentro da esquerda israelense pela criação de dois Estados: Israel e Palestina, dentro de uma Confederação. Em meados de 1970 ele foi estudar em Paris onde obteve um mestrado e depois um doutorado em História. Depois voltou para Israel, onde se interessou pela História do povo judeu. Sand propôs escrever uma trilogia sobre os judeus, e já publicou dois livros: *A Invenção do Povo Judeu* (2008), e *A Invenção da Terra de Israel* (2012) e o terceiro ainda não publicado será: *A Invenção dos Judeus Seculares*.

Em *A Invenção do Povo Judeu*, Sand desenvolve um estudo da construção nacional israelense pelo movimento sionista, defendendo a idéia de que esta construção foi baseada em uma narrativa fundadora mítica, tornando o povo judeu um povo unido pela mesma origem tendo uma história nacional comum que remonta a antiga Terra de Israel. Sand nega a realidade dessa origem comum, destacando a importância das conversões na constituição de populações de fé judaica. O autor argumenta que a maioria dos judeus é descendente desses convertidos em várias partes do mundo.

Por outro lado, para Sand, até o advento do sionismo, essas populações eram definidas apenas em sua filiação religiosa em comum e não se percebiam como um povo. O trabalho de Sand prossegue para um estudo da formação dessa narrativa nacional, através de uma historiografia crítica das obras de historiadores e políticos vividos nos séculos XIX e XX. Sand ainda alega que os judeus não tinham uma língua em comum, já que o hebraico era usado apenas para oração e nem sequer era falado na época de Jesus. O iídiche era, no máximo, a língua dos judeus asquenazes. Então o que resta para uni-los? A religião? – mas a religião não faz um povo a exemplo dos cristãos e muçulmanos, e muitos judeus não são mais religiosos. Para o autor o “povo judeu” é uma construção política, uma invenção.

Em *A Invenção da Terra de Israel*, 2012, Sand aponta que a “Terra de Israel” é raramente mencionada no Antigo Testamento, o termo mais comum é a Terra de Canaã. A “Israel” nas Escrituras Sagradas é referente somente a porção norte, as 10 tribos, cuja capital era Samaria e ao sul se localizava a Judéia, as tribos de Benjamin e Judá, cuja capital era Jerusalém. Como unidade durou relativamente pouco: nos tempos dos Juízes e na monarquia; nos reinados do rei Saul, Davi e Salomão, segundo o relato bíblico. Logo depois o reino se dividiu, e a porção norte no ano de 722 a.C. foi conquistada pelos Assírios que ali se estabeleceram, resultando numa miscigenação naquela região e no abandono da fé monoteísta. Os samaritanos e os galileus eram considerados como “estrangeiros” nos tempos de Jesus Cristo pelos moradores da Judéia.

Considerando o pouco tempo de existência de Israel como uma unidade, não parece razoável reivindicar um estado depois de mais de 2500 anos. É uma insensatez histórica na qual os sionistas buscam argumentos teológicos para defender as suas teses. Para Shlomo Sand: *“A ‘Terra de Israel’ foi inventada e suas metamorfoses como um espaço territorial em que se exerce o domínio do ‘povo judeu’ também foi inventado por meio de um processo de construção ideológica”*.

A construção do mito de um povo judeu errante arrancado de sua pátria há dois mil anos e que aspirava retornar a ela na primeira oportunidade possível está impregnado de lógica prática, ainda que baseie inteiramente em invenções históricas. A Bíblia não é um texto patriótico, assim como a *Ilíada* e a *Odisséia* não são obras da teologia monoteísta. Os agricultores que habitavam Canaã não tinham pátria política porque tais pátrias não existiam no antigo Oriente Médio.

Shlomo Sand, 2012
A Invenção da Terra de Israel, p. 312

A dúvida quanto ao que compõe exatamente a “Terra de Israel” permanece até hoje. Há um Estado de Israel internacionalmente reconhecido com fronteiras bem definida e existe a “Terra de Israel” cujos limites dependem de quem está falando; para algumas pessoas inclui toda a Cisjordânia, para outras estende até a Jordânia. E poderia ser mais complicado, no livro de Gênesis, Deus faz uma promessa ao patriarca Abraão: *“Aquele mesmo dia fez o Senhor uma aliança com Abraão, dizendo: A sua descendência dei esta terra, desde o rio do Egito até o grande rio Eufrates”* (Gênesis 15:18), isso incluiria partes consideráveis da Turquia, Síria e Iraque.

No judaísmo tradicional não existe qualquer obrigação de “retorno” a “Terra de Israel”. O rito *“Ano que vem em Jerusalém”*, refere-se ao *Sêder* de Páscoa, jantar cerimonial em que se recorda o Êxodo e a libertação dos hebreus no Egito, nunca foi um chamado à ação ou a reconstruir um Estado.

No século XIX, aqueles que queriam o “retorno” dos judeus à Terra Santa eram mais propensos a serem cristãos sionistas que judeus. O famoso slogan: *“Uma terra sem povo para um povo sem terra”* embora fosse associado aos judeus sionistas, já era utilizado em 1843 pelos protestantes, como no caso do Lorde Shaftesbury, cristão anglicano devoto que se esforçou para possibilitar a presença de judeus na Palestina. Esse retorno, para certos grupos cristãos era uma idéia boa, não porque havia uma preocupação genuína com os judeus, mas porque achavam que se os judeus da Inglaterra colonizassem uma porção do Império Otomano, isso aumentaria a influência britânica. Nesse período poucos judeus eram sionistas. Quando eles foram perseguidos, como na época dos *pogroms* - os violentos ataques contra os judeus na área do Império Russo - esses judeus preferiam fugir para países como a Argentina ou os Estados Unidos, do que para a Palestina. Segundo Sand, o que contribuiu para a criação do “Estado de Israel” não foi a promessa Divina, mas sim o Holocausto e a resistência das nações na Europa Ocidental de conceder refugio aos sobreviventes.

A proeza de Shlomo Sand traduz-se em desmascarar os mitos nacionalistas ensinados pela ideologia sionista, e que prevalece na opinião popular. O autor também normaliza os judeus, visto que desafia a idéia do “excepcionalismo”. O Holocausto foi um acontecimento único, mas a litania nacionalista é essencialmente semelhante em todos os países – quase um gênero literário em si – pois está dividida entre um sentido choroso de condição de vítima e piedade de si mesmo e uma narrativa pretensiosa de atos heróicos.

5.4 Ilan Pappé

“A desinformação histórica, mesmo do passado mais recente, pode causar um tremendo prejuízo. Este engano intencional da história pode promover a opressão e proteger um regime de colonização e ocupação. Não surpreende, portanto, que as políticas de desinformação continuem até o presente e desempenhem um papel importante na perpetuação do conflito...”

Ilan Pappé, historiador.

Ilan Pappé nasceu em Israel em 1954. Seus pais haviam se mudado pra lá fugindo do Holocausto e do antissemitismo na Europa. Pappé foi soldado no IDF (Forças de Defesa Israelense), inclusive participou da guerra do Yom Kippur em 1973, Fez doutorado em História na Universidade de Oxford no Reino Unido.

Ele é um dos principais proponentes da tática não violenta chamada BDS (Boicote, Desinvestimentos e Sanções) a Israel, que por conta disso já recebeu além de muitos insultos, várias ameaças de morte, o que fez deixar a cidade de Haifa, sua terra natal em 2007, e foi viver na Inglaterra. Existe um grande esforço da mídia israelense de desacreditar Pappé como acadêmico, por seus trabalhos que são contrários a narrativa central sionista.

Desde que Ilan Pappé teve acesso aos documentos secretos do governo israelense, que foram liberados para consulta pública nos anos 80, ele tem se dedicado a reescrever a história do seu país. Uma nova versão em que os grandes heróis idealizados pelos sionistas, cujas estátuas ornaram as praças em Israel, tornam-se criminosos assassinos.

Pappé publicou importantes livros como: *História da Palestina Moderna: Uma Terra, Dois Povos* (2004), *A Limpeza Étnica da Palestina* (2006), *Os Palestinos Esquecidos: Uma História dos Palestinos em Israel* (2011). Nesse último o historiador enfatiza sua consideração aos palestinos que residem em Israel, que segundo o título, são pessoas esquecidas.

Pappé define o sionismo como ideologia, uma ideologia com um projeto que, nas palavras dele, implica em tomar o máximo de territórios palestinos possível com a menor quantidade de palestinos possível dentro. E isso começou a se concretizar, com a formação do Estado de Israel, que não é simplesmente um Estado judeu, mas um Estado

sionista (e isso é importante porque toda crítica é dirigida ao sionismo como ideologia e projeto e não aos judeus como um povo).

A partir da sua criação, o sionismo incorpora um novo elemento que é o direito do Estado sionista de existir. Isso acontece porque o sionismo manipula o direito de autodeterminação do povo judeu, em um direito de um Estado com orientação colonial.

Em seu livro: *A Limpeza Étnica da Palestina* de 2006, Pappé acusa Israel de limpeza étnica e crimes contra a humanidade, começando na guerra de 1948 pela Independência e continuando até o presente. Focalizando principalmente o Plano *Dalet* - concebido em março de 1948, pelo *Haganah*, organização paramilitar sionista atuante na Palestina e precursora das Forças de Defesa de Israel. Pappé demonstra como essa limpeza étnica não era uma circunstância de guerra, mas sim uma meta deliberada de combate para as primeiras unidades militares israelenses organizadas por David Ben-Gurion, a quem Pappé chama de "arquiteto da limpeza étnica". A expulsão forçada de 700.000 palestinos entre 1948 e 1949, argumenta o autor, fazia parte de um plano sionista de longa data para construir um Estado judeu etnicamente puro. Fundamentando seus argumentos com as definições de limpeza étnica estabelecidas internacionalmente pelas Nações Unidas, Pappé segue com um relato dolorosamente detalhado do envolvimento militar israelense na demolição e despovoamento de centenas de aldeias, e na expulsão de centenas de milhares de habitantes árabes palestinos. Pappé argumenta que a limpeza étnica da Palestina continua hoje e apela para o retorno incondicional de todos os refugiados palestinos e o fim da ocupação israelense.

Em *On Palestine* de 2015, escrito juntamente com Noam Chomsky, os dois autores discorrem sobre temas como: o "modelo de apartheid" em Israel, a eficácia do movimento de boicote a Israel pelo BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções) e o debate sobre soluções de Um Estado e de Dois Estados. A primeira parte do livro consiste em diálogos entre Chomsky e Pappé sobre o passado, presente e futuro da Palestina. O editor e ativista de direitos humanos Frank Barat orienta essas conversas.

Um capítulo introdutório da Pappé ajuda a enquadrar essas conversas. Nele, Pappé esboça quatro paradoxos que confrontam o movimento de solidariedade Palestina: O primeiro paradoxo é por que a opinião pública internacional condena esmagadoramente as violações dos direitos humanos de Israel e, no entanto, Israel ainda pode contar com o apoio dos governos ocidentais. A segunda é por que a sociedade

israelense falha em reconhecer a opinião e as críticas dirigidas ao Estado israelense. A terceira é a razão pela qual o movimento de solidariedade da Palestina não conseguiu fazer da ideologia sionista a peça central de sua crítica a Israel, apesar do fato de o sionismo estar na raiz da criminalidade de Israel. O quarto paradoxo é por que a propaganda israelense ainda conseguiu retratar o conflito como "complicada" quando, na verdade, como diz Pappé, é um caso familiar e simples do colonialismo colonial.

Para enfrentar esses paradoxos, Pappé sugere que o movimento de solidariedade introduza um novo vocabulário que enquadre a luta em termos de descolonização, “mudança de regime” e o imperativo de uma solução de um estado. Para Pappé o governo israelense precisa ser confrontado em terminar seu projeto colonial, tornar-se um estado de todos os seus cidadãos, pagar indenizações aos palestinos que forçou ao exílio e abandonar o projeto de apartheid que está implícito em a solução de dois estados.

Chomsky e Pappé concordam com muitas dessas questões. Os diálogos mostram os dois homens reconhecendo que Israel é uma sociedade colonizadora. No entanto, Chomsky acredita que uma solução de Dois Estados é a única realista, uma vez que existe um consenso internacional por trás dela. Infelizmente, nem Pappé nem Chomsky invocam o direito do povo palestino à autodeterminação. Esse foi o direito fundamental negado aos palestinos em 1948, e até que esse direito seja exercido, é difícil ver como o povo palestino obterá a libertação do colonialismo.

5.5 Tom Segev

“A determinação de preservar o caráter europeu das colônias sionistas na Palestina, e da sociedade israelense mais tarde, provém de uma profunda convicção dos fundadores do sionismo na sua ‘missão civilizadora’: ‘Trataremos de fazer no Oriente Médio o que os ingleses fizeram na Índia. Nossa intenção é chegar à Palestina como representante da cultura e estender as fronteiras morais da Europa até o rio Eufrates’. Por isso, os sionistas nunca quiseram adotar a ‘cultura inferior’ palestina, como os ingleses não se tornaram indígenas na América”.

Tom Segev, jornalista.

Tom Segev, nascido em Jerusalém no ano de 1945, é um historiador, escritor e colunista do jornal *Haaretz* de Tel Aviv. Segev é um dos mais destacados intelectuais israelenses, associado ao grupo dos Novos Historiadores israelenses, ele desafiou audaciosamente a narrativa patriótica do passado, que lançou Israel como uma vítima inocente da agressão árabe e rejeitou as reivindicações palestinas da nacionalidade.

Autor de importantes livros como: *O Sétimo Milhão: Israelenses e o Holocausto* (2000), *1967 - Israel, a Guerra e o Ano Que Transformou o Oriente Médio* (2006), *Uma Palestina Completa: Judeus e Árabes Sob o Mandato Britânico* (2013), etc.

No livro: *Uma Palestina Completa – Judeus e Árabes Sob o Mandato Britânico* (2013), o autor está extraordinariamente sintonizado com as esperanças e sonhos que tanto árabes quanto judeus investiram nessa terra dividida. Pela primeira vez na historiografia da região, a história do mandato foi contada em três perspectivas - os sionistas, os árabes e os britânicos. O livro começa com a conquista da terra do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, quando, segundo Segev, *"os britânicos foram recebidos como um exército de libertação"*. Tanto os árabes quanto os judeus desejavam a independência e supunham que o ganhariam sob patrocínio britânico. *"Os britânicos não lhes deram motivos para pensarem de outra forma, fazendo promessas vagas aos árabes em uma correspondência amadora"*, e anunciando na Declaração de Balfour, de 1917, em que a Inglaterra *"vê com bons olhos"* a criação de um *"lar nacional"* judaico na Palestina. Como Segev observa, *"A Terra Prometida foi, pelo golpe de uma caneta, duas vezes prometida"*.

O livro termina com a partida dos britânicos seguindo a resolução das Nações Unidas para dividir o país em dois estados separados em 1947. Essa resolução, e sua rejeição pela liderança árabe, levou a uma sangrenta guerra que culminou com o estabelecimento de um Estado judeu independente. Que já não estava mais de acordo com a política Oficial Britânica - e a resultante fuga e a expulsão de mais de 700.000 árabes palestinos. Tragicamente, a criação de um Estado judeu apenas três anos após a destruição quase total da diáspora judaica pelo nazismo levou à criação de uma diáspora palestina, cujo destino ainda precisa ser determinado. Assim, o que os israelenses lembram como sua Guerra da Independência é marcado pelos palestinos como *Al Nakba* - a catástrofe.

Qual lado os britânicos favoreceram na Palestina? O argumento de Segev é caracteristicamente subversivo da historiografia sionista, que retrata os britânicos como hostis aos objetivos judaicos. Embora os judeus e os britânicos entrem em choque nos anos imediatamente anteriores à Independência, Segev argumenta que os britânicos desempenharam um papel decisivo na transformação da minúscula população judaica que encontraram na Palestina em uma comunidade economicamente viável e politicamente bem organizada com uma infra-estrutura semelhante. Sem o mandato, insiste ele, um Estado judeu nunca teria surgido. O mandato britânico, na sua opinião, foi o fator mais importante no estabelecimento do Estado de Israel, e não, como foi afirmado na época e ainda é acreditado pela maioria dos israelenses e judeus, um obstáculo à Independência.

Segev conta a história dos árabes palestinos com muita simpatia e equilíbrio. À medida que conhecemos mais de perto alguns dos líderes do nacionalismo palestino, percebemos que eles dificilmente correspondem aos estereótipos freqüentemente traçados pelos historiadores sionistas de servos primitivos e elites corruptas, preguiçosos e pró-nazistas.

Segev vê os britânicos como surpreendentemente mal equipados para lidar com a miríade de problemas da Palestina. Logo após a sua chegada, eles se viram frustrados em seus esforços para apoiar a criação de um Estado judeu enquanto apaziguavam uma população árabe cada vez mais inquieta. A rebelião árabe de 1936-39, que os soldados britânicos reprimiram com força brutal, apenas aprofundou seu senso de desespero. Como Segev observa, esta primeira intifada teve conseqüências paradoxais. Por um lado, a retaliação britânica enfraqueceu consideravelmente a organização militar árabe e

assim ajudou as forças judaicas a ganhar vantagem durante a guerra de 1948. Por outro lado, a veemente resistência árabe aos assentamentos judaicos convenceu os britânicos de que permanecer na Palestina não valia o preço.

Em *O Sétimo Milhão: Israelenses e o Holocausto* (2000) o autor mostrar o impacto decisivo do Holocausto na identidade, ideologia e política de Israel. Com base em diários, inúmeras entrevistas e milhares de documentos de arquivo, Segev reconsidera as principais lutas e personalidades do passado de Israel, incluindo Ben-Gurion, Menachem Begin e Nahum Goldmann, e argumenta que eventos como os julgamentos de Adolf Eichmann e John Demjanjuk, tornaram-se escaramuças em batalhas ficcionais para obter vantagem do Holocausto e foram moldados e manipulados de acordo com as exigências ideológicas do Estado. Segev conclui com a esperança de que a lição do Holocausto será, no final, humanista - aceitando a necessidade de preservar a democracia, combater o racismo, defender os direitos humanos e recusar-se a obedecer a ordens manifestamente ilegais. Mas ele reconhece que esta lição será difícil de aprender enquanto Israel tiver que lutar para se defender e justificar sua própria existência.

O Sétimo Milhão revela uma história vasta e complexa e revela como os eventos amargos de décadas passadas continuam a moldar as experiências não apenas de indivíduos, mas do Estado de Israel.

5.6 Yoav Shamir

“Sendo um judeu israelense, eu nunca senti o antissemitismo por mim mesmo, mas é uma expressão que sempre parece estar no ar. Três palavras parecem apresentar a toda hora: holocausto, nazismo e antissemitismo. Morando num país que foi fundado para dar aos judeus um lugar seguro para viver, acho isso muito perturbador. Então, tomei a decisão de aprender mais sobre o tema”.

Yoav Shamir, cineasta.

Yoav Shamir, ex-soldado israelense, é um cineasta nascido em Tel Aviv em 1970, mais conhecido pelos filmes documentários como *Checkpoint* (Posto de Controle)¹¹⁸ e *Defamation* (Difamação)¹¹⁹ ambos bastante premiados em festivais pelo mundo.

Em *Checkpoint*, o cineasta exibe a interação cotidiana entre soldados israelenses e civis palestinos em vários pontos de controle da *Tzahal* (Forças Armadas de Defesa de Israel) Ele narrou a experiência dos palestinos cujas roupas, bolsas, malas e pertences são vasculhados rotineiramente por soldados israelenses em guaritas, ou postos de controle, nos territórios ocupados. O movimento de cerca de 2,4 milhões de palestinos é controlado por inúmeras barreiras, portões, muros de concreto, grades eletrificadas e torres de observação. Há um complexo sistema de permissões que restringe a livre circulação da população e o acesso a serviços básicos. Em julho de 2007, o escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assistência Humanitária (OCHA) reportou 539 impedimentos físicos – incluindo 74 *checkpoints* controlados por militares e 12 bloqueios parciais.

As autoridades israelenses argumentam que essas medidas são necessárias para a segurança de seus cidadãos – tanto os que vivem em Israel quanto os que vivem nas colônias da Cisjordânia. Algumas rodovias no território palestino são exclusivas para a circulação dos colonos israelenses. Todas essas divisões acabaram criando o que os

¹¹⁸ *Checkpoint* (Título original: *Machssomim*) 80 min. Diretor: Yoav Shamir, 2003 País: Israel Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=-JnAEQb2y44>> Acessado em 13 de dezembro de 2017.

¹¹⁹ *Defamation* (Título original: *Hashmatsa*) 91 min. Diretor: Yoav Shamir, 2009 País: Israel Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=KwVe0-yS3d0>> Acessado em 09 de janeiro de 2018.

ativistas e analistas da região chamam de bantustões ¹²⁰, em analogia ao sistema de *apartheid* da África do Sul.

O documentário *Checkpoint* ganhou cinco prêmios em vários festivais de cinema. Shamir, conhecedor da dramaticidade representada pelos postos de controle policiais, com os quais as tropas israelenses controlam o movimento dos palestinos em seus próprios territórios, sob ocupação, que acima de tudo condensam o absurdo e o conteúdo desumano da mesma – direcionou os 80 minutos de sua filmagem a fotografar o cotidiano destes postos. Um aspecto que o filme deixa claro é a sua degradação humana. Na medida em que seu papel é infernizar seres humanos, sem compaixão nenhuma, nem das crianças, mulheres, jovens ou velhos, esta agressão o torna desumano, e diante desse seu embrutecimento o leva a projetar sua própria animalização sob os seres que agride. E, de fato, é assim que mais de um dos soldados se refere aos que agride e aos que a ocupação usurpa seus direitos humanos: “*os que estão cercados são animais*”.

Os documentários de Shamir tornaram-se um ponto focal da crítica e obteve inúmeras acusações antissemitismo por parte dos raivosos sionistas, o que ele considerou: “*absurdo total e um termo muito ofensivo para mim*”. Isso o inspirou a fazer o projeto sobre o antissemitismo contemporâneo no filme *Difamação*.

Assim como o professor judeu Norman Finkelstein, que escreveu um livro no qual expõe como funciona o que ele chama de “A indústria do holocausto”, Yoav Shamir, realizou o filme documentário “*Defamation*” (*Difamação*), realizado em 2009, que revela o que poderíamos chamar de “A indústria do antissemitismo”. O título do filme é uma alusão direta à *Liga Anti-Difamação (LAD)* ¹²¹, uma organização sediada

¹²⁰ Durante o regime do *apartheid*, bantustão era qualquer dos territórios com limitado grau de autodeterminação reservados aos negros sul-africanos, encravados pela União Sul-Africana (Depois África do Sul). Com as freqüentes comparações da situação dos palestinos com a vivida pelos negros no regime *apartheid*, as divisões administrativas da Cisjordânia têm sido chamadas de bantustões por acadêmicos e ativistas.

¹²¹ Com um orçamento anual de US\$ 70 milhões, a LAD é vista por muitos judeus como uma importante ferramenta para defendê-los do perigo constante que ameaça o povo de Israel. Os seus críticos, contudo, acusam a LAD de exagerar essas ameaças, e de explorar o Holocausto para justificar os crimes cometidos por Israel na atualidade. Além disso, para justificar a sua própria existência e os milhões que arrecada, a LAD precisa constantemente convencer a todos que um novo Holocausto está para acontecer de novo a qualquer momento. Por tratar-se de um cineasta judeu, a LAD concordou em prestar toda a colaboração na realização do documentário, mas, depois do filme pronto, acusou-o de antissemita.

em Manhattan cuja principal atividade é identificar e denunciar ocorrências de anti-semitismo onde quer que aconteçam.

O filme observa que em 2007 a LAD relatou um aumento no antissemitismo, afirmando que havia 1500 incidentes antissemitas nos Estados Unidos, mas quando Shamir visitou a LAD descobriu que esta lista era composta de incidentes menores, como sites com comentários, e em outros casos, cartas de funcionários judeus que lhes foram negadas férias nos feriados judaicos ou as pessoas ofendidas por um policial que usou a palavra "judeu" em uma frase. Um dos casos apresentados trata de um grupo de negros americanos, entre 10 e 12 anos, que atiraram pedras em um ônibus escolar de crianças judias, quebrando duas janelas.

Trata-se de um filme indispensável para entender os interesses que movimentam essa “indústria”. No documentário o diretor revela que o antissemitismo passou a ser a fonte de riqueza e poder para muitos grupos oriundos das comunidades judaicas dos EUA que, aliados aos interesses da política israelense, não desejam seu fim, nem seu abrandamento. Muito pelo contrário, para desfrutar de seus privilégios (e para justificar suas políticas contra os palestinos, no caso de Israel), esses grupos procuram fazer de tudo para que o antissemitismo nunca deixe de estar em pauta. Se não houver mais o perigo real (como o documentário nos dá a entender que é o que ocorre na prática), é preciso recriá-lo através de todos os mecanismos emocionais possíveis.

O documentário também deixa claro que há muitos judeus, religiosos ou não, que não concordam com a manipulação do sofrimento de seus antepassados para o benefício espúrio de grupos de poder da atualidade. É o caso do rabino Hecht, líder da comunidade judaica e comissário para os direitos humanos em Nova York, que foi entrevistado pelo cineasta Shamir. Sobre a Liga Antidifamação (LDA), o rabino ver suas ações e a paranóia do antissemitismo com certa desconfiança:

Eu fico desconfiado quando um cara ganha a vida a partir de situações particulares. Assim, se houver certa equipe de filmagem que ganhe a vida com cenas de sangue, fico desconfiado cada vez que eles mostram sangue. Se um cara é mantido apenas por causa do antissemitismo, eu fico preocupado com seus informes. Serão corretos? Eles têm de criar o problema, porque eles precisam do trabalho... Eu realmente não posso julgar organizações... Certamente a LAD tem sido responsável, em certas áreas, de atizar as coisas, tanto quanto eles têm ajudado. Está claro, que, havendo dito isso agora eu estarei na lista negra da LAD. Portanto o Sr. Foxmann (presidente da LAD nos EUA) não vai vir a minha casa para jantar ¹²².

¹²² *Defamation* (Título original: *Hashmatsa*) 91 min. Diretor: Yoav Shamir, 2009 País: Israel Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=KwVe0-yS3d0>> Acessado em 09 de janeiro de 2018.

Shamir disse a uma entrevista para o jornal *The Guardian*, da Inglaterra, se referindo à viagem que fez com os estudantes israelenses do Ensino Médio para o documentário: *Difamação* (2009), onde eles visitaram as instalações de Auschwitz, bem como outros pontos importantes do “Holocausto”:

Eles eram estudantes israelenses de classe média. [...] Fomos a uma pizzaria (na Polônia) sem perceberem que era ‘*self-service*’, e quando ninguém os atendia ficavam com raiva e interpretavam que era porque eram judeus e os outros eram antissemitas [...] Mas isso não é culpa deles, isso, a tradição do ódio foi transmitida de geração em geração. Um jovem disse no filme: ‘O que nos torna especiais é que ninguém nos apóia’. Mas mesmo as pessoas mais velhas pensam sobre isso, e acho que isso não se deve a um cinismo conspiratório, mas que eles realmente acreditam nisso. Tirar os outros desse “ódio” é ofensivo e quase inaceitável; e esses jovens estão prestes a prestar seu serviço militar com tudo o que isso implica.

Shamir entrevistou proeminentes judeus Iconoclastas, alvos de injustas acusações de antissemitismo, como o cientista político Normal Finkelstein. Mas quem roubou a cena no filme *Difamação* foi sua avó. A velhinha diz que o melhor que os judeus, que vivem no exterior, poderiam fazer por Israel não é inventar acusações de antissemitismo, mas sim, viver em Israel e contribuir para o país florescer.

5.8 Baruch Kimmerling

“A obsessiva comemoração do Holocausto e da vitimização judaica cegou a comunidade judaica que não enxerga a real posição de Israel no mundo e a humanidade do povo palestino. O resultado disso faz, cada vez mais distante, uma razoável solução política para o conflito árabe-israelense. É a vitória da morte sobre a vida, do passado sobre o futuro. Existem períodos na história de uma nação quando finais de sacrifícios são necessários. [Mas] a questão em Israel hoje é: se este período heroico chegou ao fim, ou se a ideologia dominante da guerra 1948 vai durar mais de 100 anos até que o toda a "terra de Israel" é "libertada". Escolher a primeira opção é conceder prioridade à vida dos cidadãos de Israel, judaica e árabe. Para escolher o último é manter uma comunidade das vítimas, juntar-se em uma comunhão mítica do sacrifício judaico num mundo gentio eternamente hostil. Tragicamente, a maioria da comunidade judaica americana organizada parece preferir a opção mítica, um curso que só pode levar ao desastre”

Baruch Kimmerling, sociólogo.

Baruch Kimmerling, (1939-2007) sociólogo e crítico político, foi professor de sociologia na Universidade Hebraica de Jerusalém. Kimmerling provavelmente foi o primeiro acadêmico israelense a analisar o sionismo em termos colonizadores. Ele descreveu sua pátria como sendo *"construída sobre as ruínas de outra sociedade"*.

Foi associado aos "Novos Historiadores" por questionar a narrativa oficial da criação de Israel. Em seu livro, *“The Interrupted System: Israeli Civils in War and Routine Times”* (1985), ele começou a anatomizar o que ele viu como a disfarçada militarização da sociedade civil israelense. Desafiando a noção de Israel como um *"melting pot"* ¹²³ benéfico, convocou os cidadãos a abraçar suas múltiplas origens - árabes e judaicas, orientais e ocidentais, religiosas e seculares.

Em 1993, ele co-escreveu com Joel Migdal o livro: *“Palestinians: The Making of a People”* (Palestinos: A Criação de um Povo), que na luta de cem anos pela Palestina, a história em si tem sido um campo de batalha, judeus israelenses e árabes palestinos procuram minar a reivindicação da identidade nacional. Seja qual for o resultado da fase atual nos assuntos regionais, nenhum progresso real em direção à paz

¹²³ No sentido figurado, *a melting pot* é qualquer lugar onde existem diversas pessoas, com diferentes estilos de vida, culturas, religiões e raças. A expressão vem do significado original de *melting pot*, que é o cadinho onde são derretidos e fundidos vários metais ou outras substâncias. Em um *melting pot*, as misturas culturais e raciais são fundidas e assimiladas por todos.

pode ocorrer antes de chegar a um acordo sobre os eventos que moldaram o presente e permanecerão influências dominantes sobre o futuro.

Baruch Kimmerling e Joel Migdal deram o primeiro passo importante nesta direção com um relato oportuno e autêntico das origens e da história do povo palestino. Esta é a história de uma sociedade agrária, governada por séculos por poderes externos e sem tradições políticas indígenas, cuja experiência histórica tem sido esmagadoramente negativa. Kimmerling e Migdal dão um retrato sensível e detalhado desta sociedade enquanto lutava para sobreviver à dissipação do Império Otomano, as devastações da Primeira Guerra Mundial, a transferência para a autoridade britânica e o subsequente impacto desestabilizador das economias ocidentais.

No meio dessas convulsões, eventos como o primeiro assentamento sionista em 1870 e até mesmo a Declaração de Balfour de 1917 passaram quase despercebidos. Mas os judeus tornaram-se uma presença rapidamente crescente na Palestina, adquiriram terras, expandiram os assentamentos e introduziram práticas agrícolas e comerciais modernas que afastaram ainda mais o tecido social da região.

Os autores documentam de perto este processo e revelam que o que sempre foi uma população árabe difusa e centrada no clã começou a adquirir a autoconsciência nacional como resultado dessas mudanças violentas. Assim, os autores argumentam que os palestinos surgiram como pessoas ao longo do tempo, principalmente através de sua interação com o povo judeu e o Estado israelense.

Kimmerling e Migdal acreditam que, embora os recentes acontecimentos tenham levado aos palestinos uma série de golpes sérios, eles chegaram a um ponto de viragem na sua história torturada, como uma nova geração de líderes que surge podem abandonar o antissionismo como um princípio organizador. Se assim for, a fase atual de luta pode apresentar a oportunidade mais propícia para a paz nas gerações.

Para seus adversários, Kimmerling era um polêmico tendencioso que deixou o viés ideológico anular a sobriedade acadêmica e dar socorro aos inimigos de Israel. No entanto, ele se chamou de patriota e, ao mesmo tempo em que criticava as *"práticas monstruosas do sionismo"*, ele valorizava as *"ilhas de humanismo e criatividade maravilhosas"* de Israel. Ele temeu que uma solução de um Estado para o dilema israelo-palestino só faria mais balanço e derramamento de sangue no Oriente Médio e ele se opunha a boicotes de universidades israelenses.

Kimmerling lecionou durante quase 40 anos na Universidade Hebraica de Jerusalém. Ele também ocupou uma cadeira na Universidade de Toronto e compilou livros didáticos para a Universidade Aberta de Israel. Durante toda a vida, sofreu os efeitos da paralisia cerebral infantil. Ele foi hospitalizado repetidamente, teve dificuldade extrema em falar e passou suas últimas três décadas em uma cadeira de rodas. Apesar de suas doenças, ele gostava de participar de conferências e mentores de estudantes. Ele escreveu nove livros, centenas de ensaios e numerosos artigos de jornal.

5.9 Michel Warschawski

“Foi no fim do século XIX que o sionismo foi criado e esse movimento está fortemente impregnado de valores dessa época, o colonialismo, mas também o Estado étnico e as sociedades homogêneas e etnicamente puras quanto possível. O sionismo é também um colonialismo de expulsão, em que os colonos judeus supostamente não devem explorar os habitantes locais, mas substituí-los, de alto abaixo da sociedade. Como em todo colonialismo, o outro não existe, mas no caso do sionismo – como no da colonização das Américas ou da Austrália – ele deve desaparecer, ser conduzido para além das fronteiras da colônia. Visto que o outro deve supostamente estar lá, o ignoramos, como se a presença daqueles que não se transformaram em refugiados fosse um erro que um dia a história corrigirá.”

Michel Warschawski, jornalista

Michel Warschawski, também conhecido como Mikado, escritor e ativista judeu, nasceu em 1949 em Estrasburgo, na França, numa família de judeus ortodoxos. Aos 16 anos, Warschawski mudou-se para Jerusalém, para estudar o Talmude na *Yeshivá*¹²⁴. Estudou filosofia na Universidade Hebraica de Jerusalém. Em 1987, é preso pelo serviço de segurança israelense *Shin Bet*¹²⁵, sob a acusação de terrorismo, por ter imprimido panfletos sobre a Frente Popular para a Libertação da Palestina, organização tida terrorista, pelo Estado de Israel. Em 1989, apesar de ter sido absolvido de todas as acusações, exceto uma *"prestação de serviços a organizações ilegais"*, foi condenado a vinte meses de prisão por ter apoiado a publicação de um livro que continha relatos de vítimas de torturas praticadas pelo *Shin Bet*.

Desde então, Warschawski continua sua atividade no Centro de Informação Alternativa (AIC), que ele criou em 1984 - uma organização que une ativistas antissionistas israelenses e palestinos. A ONG foi criada justamente para que ambas as

¹²⁴ É o nome dado às instituições que incidem sobre o estudo de textos religiosos tradicionais, principalmente o Talmude a Torá. O estudo geralmente é feito através de *Shiurim* diária (palestras ou aulas).

¹²⁵ Campagnucci, Fernanda – *O Outro Lado do Muro – Uma Viagem à Palestina*, Professor Orientador: Cláudio Júlio Tognolli, São Paulo: Escola de Comunicação e Artes – Universidade de São Paulo, 2008, p.27.

partes do conflito fossem vozes atuantes na luta pela paz. O site da organização <www.alternativeinformation.org> divulga vídeos, notícias em texto e áudio, e tem inúmeras publicações que analisam os efeitos da ocupação militar na Palestina¹²⁶.

Em seu livro “Desastre Programado – A Política Israelense em Ação” (2010) Warschawski mostra como a política israelense para a região converteu o país criado em 1948 em verdadeiro Estado colonial. Ao contrário daqueles que consideram a situação na região irreversível, Warschawski afirma:

Essa noção de irreversibilidade me parece insustentável. Grandes impérios foram derrubados, a União Soviética foi desmembrada, o - Reich de mil anos - durou treze anos, as colonizações inglesa e francesa foram revertidas. Não vejo por que a colonização de Israel da Cisjordânia e de Gaza seria irreversível. Se falarmos de questões materiais – o número de colônias, o número de colonos, a fragmentação territorial – tudo isso é reversível. Uma situação só se torna irreversível quando aqueles que são vítimas deixam de acreditar que ela pode ser revertida¹²⁷.

Mikado foi entrevistado pela brasileira jornalista Fernanda Campagnucci em 2007, para o seu projeto experimental de jornalismo para a Escola de Comunicação e Artes da USP, mais tarde este projeto resultaria no livro: “O Outro Lado do Muro – Uma viagem à Palestina” de 2008. Fernanda viajou por diversas cidades de Israel e da Cisjordânia com o objetivo de contar as histórias de vida de palestinos e israelenses que vivenciam o cotidiano da ocupação, e tiveram suas existências marcadas de forma profunda pelos conflitos na região. Ou, em suas palavras, “dar um rosto humano aos números do conflito, às estatísticas pavorosas do noticiário”. *O que mudou no conflito israelo-palestino?* – perguntou a jornalista brasileira à Mikado: “*Passamos de um longo período colonialista para uma idéia de choque de civilizações, categoria na qual o conflito israelo-palestino foi enquadrado*”¹²⁸ - respondeu o ativista.

¹²⁶ Agência de Segurança de Israel (ASI) é o serviço de segurança interna de Israel. Seu lema é "defender sem ser visto". É uma das três principais organizações da comunidade de inteligência de Israel, ao lado da *Aman* (inteligência militar da Forças de Defesa de Israel - FDI) e do *Mossad* (responsável pelo trabalho de inteligência no exterior).

¹²⁷ Warschawski, Michel *Desastre Programado – A Política Israelense em Ação*, Tradução: Georges Kormikiaris, São Paulo: Radical livros, 2010 p. 89.

¹²⁸ O que Mikado disse se encaixa na tese de Edward Said, em seu livro “Orientalismo”, de 1978. Para Said, grande intelectual palestino radicado nos EUA, o Oriente é uma invenção ocidental, um carimbo que marca as civilizações a leste da Europa com signo de inferioridade, do exotismo. Assim, o mundo passa a ser dividido entre “eles” e “nós”.

Mikado acredita que, depois de 11 de setembro de 2001, o conflito mudou de caráter. Na guerra contra os palestinos já não é usado o discurso de colonização, agora a guerra é contra o Islã. Assim, os palestinos são em partes uma ameaça à chamada civilização judaico-cristã e Israel se situaria na primeira linha de defesa da civilização face à barbárie.

O muro não é um local, mas global, que separa o mundo em dois. Israel está na linha de frente do bem, da civilização, da Europa, dos EUA. A Palestina está na linha de frente dos bárbaros, a Síria, o Irã, o Iraque, o Afeganistão [...] É preciso fazer um trabalho de reconstrução da História entre os jovens, que crescem num mundo bipolar. Não mais entre comunismo e capitalismo, mas entre judeus e cristãos de um lado, e os muçulmanos de outro.¹²⁹

A idéia de um Estado binacional e laico, defendida por Warschawski, consiste na coabitação de judeus e árabes sob governo compartilhado de um mesmo Estado. Perguntado, em 2005, sobre sua ligação a Israel, declara que ama Israel:

"Amo Israel como uma mãe ama o filho nascido de um estupro, não podemos atribuir à criança as circunstâncias da sua concepção"¹³⁰.

¹²⁹ Campagnucci. Fernanda, – *O Outro Lado do Muro – Uma Viagem à Palestina*, Professor Orientador: Cláudio Júlio Tognolli, São Paulo: Escola de Comunicação e Artes – Universidade de São Paulo, 2008, p.29.

¹³⁰ Warschawski. Michel, *Desastre Programado – A Política Israelense em Ação*, Tradução: Georges Kormikiaris, São Paulo: Radical livros, 2010 p.91

5.10 Ralph Schoenman

“Se alguma vez existiu um povo com condições de compreender o significado da perseguição, da dor de serem eternos refugiados, da humilhação e da difamação, esse foi o povo judeu. Em lugar de demonstrar compaixão, os sionistas celebraram a perseguição de outros, mesmo quando eles, primeiro, traíram os judeus e, depois, os degradaram. Eles escolheram para si um povo-vítima, a quem pudessem infligir um projeto de conquista. Eles comprometeram os judeus sobreviventes com um novo genocídio contra o povo palestino, encobrendo-se, com selvagem ironia, com o manto coletivo do Holocausto”.

Ralph Schoenman, ativista.

Ralph Schoenman é um judeu norte-americano, nascido em 1935 em Nova York, conhecido analista político e antigo secretário pessoal do filósofo Bertrand Russell. Atualmente é diretor executivo da Campanha Palestina, que clama pelo fim de toda ajuda a Israel e por uma Palestina livre. Autor de vários livros, entre eles *“The Hidden History of Zionism (A História Oculta do Sionismo)”*, 1988. Este livro aborda um dos considerados temas mais polêmicos da história atual, a formação do Estado de Israel, Schoenman se apóia em uma vasta pesquisa documental e historiográfica para desconstruir o discurso ideológico atrás da criação desse Estado. O autor analisa o verdadeiro papel de Israel como ponta-de-lança do imperialismo no Oriente Médio e como agente colonialista. Recupera a verdadeira trajetória das principais lideranças sionistas, como Theodor Herzl, Zeev Jabotinsky, Golda Meir e Ben-Gurion.

Ao elucidar os interesses mais profundos na formação do Estado de Israel, Schoenman aponta que:

O problema da guerra e paz no Oriente Médio vai além das explicações superficiais. Não se trata de uma ‘guerra entre religiões’ ou de um ‘conflito de civilizações’ que permeia as páginas dos grandes jornais e das publicações patrocinadas com dinheiro dos ministérios das relações exteriores das grandes potências¹³¹

Schoenman desconstrói quatro mitos fundamentais criados pelo Estado israelense, que têm moldado a consciência das pessoas através da ideologia sionista propagada pelo mundo afora. O primeiro grande mito é o bem conhecido *“Uma terra*

¹³¹ Schoenman, Ralph *A História Oculta do Sionismo – A Verdadeira História da Formação do Estado de Israel* – 2008 São Paulo: Editora Sundermann. Trad. Carlos Garcia Carrion e Rosângela Botelho p. 9

sem povo para um povo sem terra” que atualmente é refutado pelos Novos Historiadores israelenses, que tiveram acesso aos documentos da época e que constataam o plano de limpeza étnica através da invasão que gerou muitas mortes e expulsão em massa dos habitantes nativos. Esse mito criou a visão que aquela terra era um lugar desabitado e desolado, esperando para ser tomado e ocupado, justificando a sua posse. E junto com esse discurso aparece a negação da identidade, nacionalidade e também dos títulos lógicos de posse da terra pelo povo que ali residia:

Entre a divisão da Palestina pela ONU e a formação do Estado de Israel em 1948, num período de seis meses, brigadas armadas israelitas ocuparam 75% da terra palestina e expulsaram mais de 700 mil palestinos, de um total de 950 mil. Eles os expulsaram através de sucessivos massacres. Várias cidades foram arrasadas, forçando assim a população palestina a refugiar-se nos países vizinhos, em campos de concentração e de refugiados. Naquele tempo, no período da formação do Estado de Israel, havia 475 cidades e vilas palestinas, que caíram sob o controle israelita. Dessas 475 cidades e vilas, 385 foram simplesmente arrasadas, deixadas em escombros, no chão, apagadas do mapa. Nas 90 cidades e vilas remanescentes, os judeus confiscaram toda a terra, sem qualquer tipo de indenização. Hoje, o Estado de Israel e seus organismos governamentais, tais como o da Organização da Terra, controlam cerca de 95% da terra Palestina¹³².

O segundo mito descrito por Schoenman é o da “democracia israelense”. Muitas notícias e alusões ao Estado de Israel na grande mídia mundial se refere a democracia sionista como a única e “autêntica” democracia do Oriente Médio. Israel se descreve como um Estado judeu e democrático. Mas acaba se tornando judeu com os árabes e democrático exclusivamente para os judeus.

A propaganda sionista desde o princípio da formação do Estado de Israel em 1948 tem martelado em qualificar Israel como um Estado democrático ao estilo das nações do Ocidente, cercado por países árabes feudais, atrasados e autoritários. Assim, apresentam Israel como um baluarte dos direitos democráticos no Oriente Médio. O cenário que Israel apresenta é explícito: Os árabes que residem em Israel, aproximadamente 20% da população do Estado, possuem um estatuto de segunda classe, desprovidos de certas prerrogativas dadas somente aos habitantes judeus. Quando o assunto são os palestinos dos territórios ocupados e controlados pelo exército israelense, no caso da Faixa de Gaza e Cisjordânia, a situação é mais grave, aqui os palestinos são privados de todo direito:

¹³² Entrevista para o escritor e jornalista brasileiro de origem grega, Stylianos Tsirakis, para a revista Teoria & Debate (Fundação Perseu Abramo, Brasil), nº 5 – Março de 1989.

Nos territórios de uma maneira ou de outra controlados por Israel, o acesso à terra, à educação, à água, à liberdade de movimento, o gozo dos direitos civis e elementares, tudo depende do pertencimento étnico. Somente os palestinos correm o risco de ter a propriedade destruída, de serem deportados, de serem torturados (mesmo os que ainda são menores de idade), de serem entregues aos esquadrões da morte: e, tudo isso, não na base em uma sentença da magistratura, mas na base, no arbítrio das autoridades policiais e militares, ou seja, sob a decisão soberana do primeiro Ministro ¹³³.

Para o historiador israelense Llan Pappé Israel não é uma democracia:

Aos olhos de muitos Israelitas e seus apoiadores em todo o mundo — mesmo aqueles que possam criticar algumas das suas políticas, Israel é um Estado democrático benigno que busca fazer a paz com os seus vizinhos e que garante a igualdade para todos os seus cidadãos. A subjugação de minorias em Israel não é democrática, A política de terra de Israel não é democrática, A ocupação não é democrática, destruir as casas dos palestinos não é democrático, aprisionar palestinos sem julgamento não é democrático. A sociedade israelense em seu conjunto é racista em sua atitude com relação aos cidadãos palestinos, os quais observam que grandes aspectos de suas vidas são segregados em uma sociedade de apartheid ¹³⁴.

O historiador israelense Shlomo Sand também concorda com a afirmação de que Israel não é uma democracia ¹³⁵:

O Estado dos judeus, o que se baseia numa visão etnocêntrica. Uma democracia é de todos os seus cidadãos independentemente das suas crenças ou “raças”. As medidas recentes com o objetivo de enfatizar o caráter judaico do Estado de Israel enfatizam esse elemento inaceitável de separação. Israel e Líbano são dois países com elementos liberais e democráticos, mas Israel não pode ser visto como uma verdadeira democracia na medida em que não aceita o fundamento universalista do regime democrático. Os assentamentos, que continuam, e a lógica empregada pelo sistema dominante alimentam esse apartheid que tem conseqüências cotidianas deploráveis para palestinos vivendo em condições precárias e insustentáveis. Qualquer um pode ver isso ¹³⁶.

¹³³ Losurdo, Domenico - *Sionismo e a Tragédia do Povo Palestino* publicado originalmente na revista italiana *L'ENERSTO* em 01 de julho de 2001, Tradução: Modesto Florenzano, Revista Crítica Marxista de 2007, p.68.

¹³⁴ Entrevista para Erika Jara. (2011) Disponível: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=134386>>

¹³⁵ O geógrafo israelense, especializado em geografia política, Oren Yiftachel da Universidade Ben-Gurion descreve também Israel como uma etnocracia, um regime que governa um estado étnico misto com uma preferência legal e formal por um grupo étnico sobre todos os outros. Outros autores vão mais além, rotulando Israel de estado apartheid ou de estado colonial.

¹³⁶ *Sand: Israel não é uma verdadeira democracia* Entrevista para o jornalista e também historiador Juremir Machado da Silva do Caderno de Sábado, Postado em 31 de janeiro de 2015 Disponível: <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/2015/01/6922/shlomo-sand-israel-nao-e-uma-verdadeira-democracia/>

O terceiro mito a ser desconstruído por Schoenman é o da “segurança” como uma força motora da política exterior do Estado de Israel. Os sionistas asseguram que o Estado tem a necessidade de ser uma potência militar porque precisa se defender da ameaça iminente dos árabes e dos furiosos palestinos, cheio de ódio, e esses, são um perigo permanente.

A verdade é que Israel é a quarta potência militar do mundo. Desde 1948, os EUA deram a Israel US\$ 92 bilhões em ajuda direta. A magnitude dessa soma pode ser avaliada quando observamos que a população israelita variou entre 2 a 3 milhões nesse período. Se o governo americano dá algum dinheiro para países como Taiwan, Brasil, Argentina, e a aplicação desse dinheiro tiver alguma relação com fins militares, a condição é que as compras desse material têm que ser feitas aos EUA. Mas há uma exceção: as compras de material bélico podem ser feitas também de Israel. Israel é tratado pelos EUA como parte de seu território, em todos os assuntos comerciais. O que motivaria uma potência imperialista a subsidiar tanto um Estado colonial? A verdade é que Israel não pode mesmo existir sem a ajuda americana, sem os US\$ 10 bilhões anuais. Israel é, portanto, a extensão do imperialismo na região do Oriente Médio. Israel é o instrumento através do qual a revolução árabe é mantida sob controle. É, portanto, o instrumento através do qual as ricas reservas do Oriente Médio são mantidas sob o controle do imperialismo americano. É também um meio através do qual os regimes sanguinários dos países árabes são mantidos no governo, graças ao clima de tensão gerado por uma possível invasão israelita ¹³⁷

A exemplo do muro da Cisjordânia, que é também conhecido como o “muro do apartheid” pelos críticos do regime sionista, e que para o Estado de Israel o muro é uma “cerca de segurança”.

A ofensiva militar desproporcional de Israel é justificada como um ato de autodefesa contra ataques de organizações armadas palestinas. No entanto, do ponto de vista palestino, o que Israel faz é criar subterfúgios para continuar a tomar terras palestinas. A questão que surge dessa discussão, no entanto, é: por que a justificação de autodefesa de Israel prevalece sobre a perspectiva palestina? Isto é, por que a invasão e ocupação de terras cada vez mais em territórios palestinos e o cerco em torno daqueles que ainda não foram ocupados pelos israelenses é tolerável no senso comum?

¹³⁷ Entrevista para o escritor e jornalista brasileiro de origem grega, Stylianos Tsirakis, para a revista Teoria & Debate (Fundação Perseu Abramo, Brasil), nº 5 – Março de 1989

E o quarto mito que tem influenciado a opinião pública mundial é o “herdeiro moral” das vítimas do holocausto. Esse é o mais propagado e o mais pérfido dos mitos sionista, por se apropriar de uma grande tragédia da história contemporânea:

Quando alguém tenta explicar isso para as pessoas, elas geralmente ficam chocadas, e perguntam: o que poderia motivar tal colaboração? Os judeus foram perseguidos e oprimidos por séculos na Europa e, como todo povo oprimido, eles foram empurrados, impelidos a desafiar o ‘*establishment*’, o ‘*status quo*’. Os judeus eram críticos, eram dissidentes. Eles foram impelidos a questionar a ordem que os perseguia. Então, o melhor das mentes da inteligência judia foi impelido para movimentos que lutavam por mudanças sociais, ameaçando os governos estabelecidos. Os sionistas exploraram esse fato a ponto de dizer para vários governos reacionários que o movimento sionista iria ajudá-los a remover esses judeus de seus países. O movimento sionista fez o mesmo apelo ao Kaiser na Alemanha, obtendo dele dinheiro e armas. Eles se reivindicavam como a melhor garantia dos interesses imperialistas no Oriente Médio, inclusive para os fascistas e os nazistas. Em 1941, o partido político de Itzhak Shamir (conhecido hoje como *Likud*) concluiu um pacto militar com o 3º Reich alemão. O acordo consistia em lutar ao lado dos nazistas e fundar um Estado autoritário colonial, sob a direção do 3º Reich. Outro aspecto da colaboração entre os sionistas e governos e Estados perseguidores dos judeus é o fato de o movimento sionista ter lutado ativamente para mudar as leis de imigração nos EUA, na Inglaterra e em outros países, tornando mais difícil a emigração de judeus perseguidos na Europa para esses países. Os sionistas sabiam que, podendo, os judeus perseguidos na Europa tentariam emigrar para os EUA, para a Grã-Bretanha, para o Canadá. Eles não eram sionistas, não tinham interesse em emigrar para uma terra remota como a Palestina. Em 1944, o movimento sionista refez um novo acordo com Adolf Eichmann. David Ben-Gurion, do movimento sionista, mandou um enviado, de nome Rudolph Kastner, para se encontrar com Eichmann na Hungria e concluir um acordo pelo qual os sionistas concordaram em manter silêncio sobre os planos de exterminação de 800 mil judeus húngaros e mesmo evitar resistências, em troca de ter 600 líderes sionistas libertados do controle nazistas e enviados para a Palestina. Portanto, o mito de que o sionismo e o Estado de Israel são o legado moral do holocausto tem um particular aspecto irônico, porque o que o movimento sionista fez quando os judeus na Europa tinham a sua existência ameaçada foi fazer acordos, e colaborar com o nacional-socialismo¹³⁸.

¹³⁸ Entrevista para o escritor e jornalista brasileiro de origem grega, Stylianos Tsirakis, para a revista Teoria & Debate (Fundação Perseu Abramo, Brasil), nº 5 – Março de 1989.

A alegação do holocausto foi fundamental na produção da Resolução 181 da Assembléia Geral da ONU, em 29 de Novembro de 1947, a qual atribuiu “legitimidade” e “legalidade” para a criação do artificial Estado sionista pró-ocidental de Israel em mais de metade do território da Palestina, contra a vontade da população árabe nativa¹³⁹. O curioso é que enquanto existe nos Estados Unidos um Museu Memorial do Holocausto, não existe em nenhum lugar da terra do Tio Sam qualquer Museu Memorial, compensações, ou mesmo palavras de desculpas para com os nativos e negros norte-americanos, abatidos como animais, em dezenas de milhões, às mãos dos euros-americanos durante o maior holocausto que o mundo já viu.

Nas palavras do professor norte-americano Ward Churchill, *“é provável que mais de cem milhões de nativos tenham sido “eliminados” durante a “civilização” européia do hemisfério ocidental”*¹⁴⁰.

Outro professor norte-americano, David E. Stannard escreveu que entre 40 e 60 milhões de negros africanos perderam as suas vidas, como consequência da brutalidade do sistema de escravidão euro-americano¹⁴¹.

Não há dúvida de que foi a partir do Holocausto, o assassinato em massa de milhões de judeus e outros povos durante a Segunda Guerra Mundial, num programa sistemático de extermínio patrocinado pelo Estado nazista, que o sionismo ganhou aceitação popular e simpatia no ocidente. Este, por sua vez levou à brutal criação do Estado de Israel sobre a terra da Palestina árabe, em 1948, à custa da tragédia de inocentes nativos muçulmanos e cristãos. O que parece uma triste ironia.

¹³⁹ É preciso considerar que os estudiosos e historiadores israelenses antissionista não negam o fato de que milhões de judeus e não judeus foram efetivamente perseguidos e assassinados de forma brutal na Alemanha nazista, bem como nos territórios ocupados pelos alemães durante a Segunda Guerra Mundial, tanto dentro como fora dos terríveis campos de concentração.

¹⁴⁰ Ward Churchill, *Indians are Us? Culture and Genocide in Native North America* (Monroe, Maine: Common Courage Press, 1994), p. 30.

¹⁴¹ David E. Stannard, *American Holocaust: The Conquest of the New World* (New York: Oxford University Press, 1992), p. 151

5.10 Judith Butler

“Eu continuo me surpreendendo com o fato de que muitas pessoas acreditam que afirmar a judaicidade é afirmar o sionismo ou que toda pessoa que frequenta uma sinagoga é necessariamente sionista. Igualmente preocupante é a quantidade de pessoas que acham que agora devem renegar a judaicidade porque não aceitam as políticas do Estado de Israel. Se o sionismo continuar controlando o significado da judaicidade, serão então impossíveis uma crítica judaica de Israel e um reconhecimento daquelas pessoas de formação ou origem judaica que põem em questão o direito do Estado de Israel de falar pelos valores judaicos ou, de fato, pelo povo judeu”.

Judith Butler, filósofa.

Judith Butler, crítica literária e filósofa, é integrante do movimento *Boycott, Divestment and Sanctions* (Boicote, Desinvestimento e Sanções). Há dois anos, ganhou o prestigiado prêmio *Theodor W. Adorno* e apanhou pesado. O jornal israelense *Jerusalem Post* deu um artigo assinado por intelectuais e políticos chamando-a, entre outras gentilezas, de antissemita. Foi acusada também de defender o Hamas e o Hezbollah numa palestra — o que ela nega. Suas palestras nos EUA costumam acabar em confusão por causa de protestos.

Em 2012, Butler lançou *“Caminhos Divergentes: Judaicidade e Crítica do Sionismo”* Onde ela defende três teses principais. Sua primeira tese equivale a uma completa rejeição do sionismo por causa de como isso afetou os palestinos. De acordo com Butler, o sionismo aspira apropriar-se da terra dos palestinos e deserdá-los dela. Em seu segundo argumento, Butler afirma que a ideologia sionista também deve ser rejeitada por causa de como vê os judeus. Ela sustenta que a ideologia sionista aspira apropriar-se da identidade judaica e impor uma interpretação nacionalista do judaísmo a todos os judeus. No entanto, a maior parte do livro é dedicada a uma terceira tese que combina os dois primeiros. É em nome do próprio judaísmo que Butler argumenta que o movimento sionista deveria ser totalmente rejeitado.

Butler argumenta que a história e a experiência judaica levaram muitos judeus no passado a construir uma identidade judaica para si mesmos que incorpora o não-judeu. Ela acredita que essa experiência e a história devem levar os judeus a fazer o mesmo hoje, não apenas fora de Israel e da Palestina histórica, mas também dentro desses espaços geográficos e políticos.

Ela propõe, portanto, construir esses espaços como binacionais. Por binacionalismo, ela não significa um arranjo legal que permita que duas nações convivam lado a lado em uma entidade em igualdade de condições, mas sim uma sociedade cujos cidadãos são binacionais no nível de sua identidade de personalidade. Ou seja, eles são judeus que de alguma forma fizeram do “palestinianismo” uma parte de sua identidade, ou palestinos que de alguma forma incorporaram uma identidade diaspórica, que, de acordo com Butler, é a principal característica da identidade judaica. É esse tipo específico de binacionalismo que torna seu livro filosoficamente interessante e inovador. Ela quer que Israel / Palestina seja uma entidade política, que é habitada por judeus e palestinos, que primeiro desconstruíram suas identidades mono-nacionais particulares e depois se reconstruíram com identidades binacionais. A entidade política que emergiria como consequência dessa desconstrução e reconstrução individual seria, portanto, pós-nacional.

Butler envolve posições filosóficas judaicas para articular uma crítica do sionismo político e suas práticas de violência estatal ilegítima, nacionalismo e racismo patrocinado pelo Estado. Ao mesmo tempo, ela vai além dos marcos comunitários, incluindo os judeus, que não conseguem chegar a uma noção democrática radical de coabitação política.

Ela promove uma posição ética na qual as obrigações da coabitação não derivam da semelhança cultural, mas do caráter não escolhido da pluralidade social. Recuperando os argumentos dos pensadores judeus que ofereciam críticas ao sionismo ou cujo trabalho poderia ser usado para tal propósito. Butler cuja família do lado materno morreu num campo de concentração na Hungria contesta a acusação pejorativa específica de *self-hating jew* ou antissemita, muitas vezes dirigida contra as críticas judaicas de Israel.

Butler considera os direitos dos despossuídos, a necessidade da coabitação plural e os perigos da violência arbitrária do Estado, mostrando como eles podem ser estendidos a uma crítica do sionismo. A sugestão de Butler:

A ética judaica não apenas exige uma crítica do sionismo, mas deve transcender seu judaísmo exclusivo a fim de realizar os ideais éticos e políticos de viver juntos na democracia radical.

No entanto, Butler foge das idealizações:

As pessoas que esperam que inimizade se transforme em amor de repente estão, provavelmente, usando o modelo errado. Vivemos uns com os outros pode ser infeliz, miserável, ambivalente, cheio até de antagonismo, mas não se pode recorrer à expulsão ou ao genocídio. Essa é a nossa obrigação ¹⁴².

Em suas palestras, ela enfatiza o desconforto de ser uma judia que não se sente representada pelo Estado de Israel.

Alguns políticos israelenses têm proposto a transferência de palestinos para fora do que é atualmente chamado Israel, para a Jordânia ou outros países árabes, segundo a idéia de que não haveria miscigenação de palestinos e judeus israelenses ou palestinos e comunidades judaicas, afirma. [...] A segregação absoluta eu acho lamentável. Da mesma forma, há aquele famoso apelo do Hamas para empurrar os israelenses no mar. Agora, eu diria que a maioria dos políticos palestinos acredita que não é isso que eles querem, e mesmo dentro do Hamas há alguma discussão sobre essa afirmação. Até que ela seja removida isso ainda será nocivo ¹⁴³.

Em sua opinião, existe uma saída em Israel:

Primeiro, é preciso estabelecer uma base constitucional sólida para a igualdade de todos os cidadãos, independentemente de qual possa ser que a sua religião, sua etnia ou raça. Depois, é preciso acabar com a ocupação, que é ilegal e uma extensão de um projeto colonial. ¹⁴⁴

¹⁴² “O genocídio não é uma opção” – Diário do centro do Mundo DCM, por Kiko Nogueira - Disponível: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-genocidio-nao-e-uma-opcao-a-filosofia-judia-que-se-tornou-a-inimiga-numero-1-de-israel/>>

¹⁴³ *Ibidem*

¹⁴⁴ *Ibidem*

5.11 Yeshayahu Leibowitz

“Mas ainda há mais, uma espécie de desqualificação ao mesmo tempo religiosa e moral, uma corrupção espiritual pela mentira e pela hipocrisia que beira a blasfêmia, no fato de que um povo use as promessas da Torá para reforçar as suas pretensões nacionais, enquanto a maioria de seus membros não tem nenhuma ligação com a fé religiosa, e nela vê apenas lendas e superstições. Existe aqui uma espécie de prostituição dos valores do judaísmo, que consiste em se servir deles como cobertura para satisfazer os impulsos e interesses patrióticos. E se existem judeus religiosos que se juntam à corrente nacional-ocupacionista e chegam a fazer da “Grande Israel” o essencial da sua fé, um mandamento religioso, então essas pessoas se transformaram nas herdeiras dos adoradores do bezerro de ouro, que também proclamavam: ‘Eis o teu Deus, Israel’. O bezerro de ouro não deve ser necessariamente de ouro. Pode chamar-se nação, terra, Estado”.

Yeshayahu Leibowitz, filósofo.

Yeshayahu Leibowitz (1903 – 1994) foi um intelectual judeu, professor da Universidade Hebraica de Jerusalém, crítico da política do Estado de Israel, conhecido por suas opiniões e conceitos considerados freqüentemente polêmicos sobre o judaísmo, ética, religião e política. Nasceu no Império Russo e migrou para Israel em 1935, se instalando em Jerusalém. Leibowitz escreveu em sua obra *Judaism, Human Values & the Jewish State*, 1995 (Judaísmo, Valores Humanos e o Estado Judeu) que:

O Estado de Israel e todos os Estados do mundo aparecem e desaparecem. Também o Estado de Israel, evidentemente, desaparecerá em cem, trezentos ou quinhentos anos. Mas eu suponho que o povo judeu existirá enquanto existir a religião judaica, talvez por milhões de anos mais. A existência desse Estado não tem nenhuma importância para o povo judeu. Os judeus no mundo podem muito bem viver sem ele ¹⁴⁵.

Leibowitz, Yeshayahu Leibowitz foi um dos primeiros intelectuais israelenses a declarar imediatamente após a Guerra dos Seis Dias em 1967 que, se a ocupação continuasse, isso levaria ao declínio da estatura moral israelense. Na Guerra do Líbano em 1982, ele acusou os soldados israelenses de possuírem uma mentalidade “judaico-nazista”.

¹⁴⁵ Leibowitz, Y. *Judaism, Human Values & the Jewish State* 1995, Harvard University Press; Edição: Revisada ed.1995, p.154.

Segundo Leibowitz, o judaísmo é fundamentalmente um quadro de referência comum. Sua principal preocupação não é salvar a alma do indivíduo, mas oferecer um modo de vida em que uma comunidade possa expressar seu compromisso de servir a Deus. O impulso religioso que motiva o judaísmo é a decisão de um povo para testemunhar a presença de Deus no mundo através de sua adoração e seu modo de vida. A *Halachá* (conjunto de normas e leis judaicas que servem como guia) dá expressão à forma como esta comunidade vive a sua existência e define o seu lugar no mundo.

Por longos períodos, o povo judeu era visto pelos outros e via-se como uma nação constituída pelo governo da Torá. Para Leibowitz, contudo, o que diferenciava os judeus de outras nações não era sua teologia; outras religiões compartilham suposições básicas do monoteísmo judaico, escatologia e coisas semelhantes. Nem a Bíblia deles os distinguia, pois também foi adotada pelos cristãos. O que tornou os judeus únicos foi a *Halachá* que governou seu modo de vida. As leis que ditavam o que os judeus podiam comer, os dias em que tinham permissão para trabalhar, quando eram permitidas relações sexuais, bem como as leis sobre as formas litúrgicas para o culto diário e festivo - tudo isso estruturava e institucionalizava a comunidade judaica e fornecia seu caráter distinto.

A partir da emancipação dos judeus no final do século XVIII, a auto-compreensão da comunidade judaica começou a desmoronar, dando origem ao que Leibowitz vê como uma das questões cruciais para o judaísmo no mundo moderno. A emancipação, quando deu ao judeu a oportunidade de se fundir completamente com a cultura não-judaica circundante, proporcionou a competição com o auto-entendimento tradicional do judeu.

Uma tentativa de enfrentar esse desafio foi o surgimento de tendências dentro do judaísmo que procuravam emendar ou mesmo abandonar grande parte da *Halachá*, preservando a sinagoga como local de culto. O sionismo constituía uma forma ainda mais poderosa de competição, uma vez que era uma ideologia que visava redefinir o povo judeu em termos totalmente não religiosos como uma comunidade política nacional.

Em um ensaio intitulado "*The Territories*" (Os Territórios) de 1968, Leibowitz profetizou um futuro infernal na Terra Santa:

Os árabes serão os trabalhadores e os judeus administradores, inspetores, funcionários e policiais. Um estado que governa uma população hostil de 1,5 a 2 milhões de estrangeiros se tornará um estado policial, com tudo o que isso implica para educação, liberdade de expressão e instituições democráticas. A corrupção característica de todo regime colonial também prevalecerá no Estado de Israel. A administração suprimirá a insurreição árabe, por um lado, e terá os Quislings (pessoas que colaboram com uma força de ocupação inimiga, geralmente sinônimo de traidor) árabes do outro. Há também boas razões para temer que as Forças de Defesa de Israel, que foi até agora um exército popular, transformarão em um exército de ocupação, degeneradas, e seus comandantes, que se tornarão governadores militares, se assemelharão a seus colegas em outras nações¹⁴⁶.

Em 1992, Yeshayahu Leibowitz recusou-se a receber o Prêmio de Israel, a distinção mais prestigiada do país.

É possível acreditar que muitos israelenses hoje que vivem em Israel, não sabem por que vivem lá. Sabem da dificuldade de morar em um país cercado por inimigos, são conscientes de certa hostilidade internacional, mas a terra é o lugar onde eles moram, ela é o meio de ajuntamento e de sobrevivência. O que parece é que os Novos Historiadores só querem que o Estado de Israel reconheça seus erros passados e que faça um esforço para buscar uma solução humanitária para a questão dos conflitos.

¹⁴⁶ *Ibidem*, pp. 225, 226.

6 JUDAÍSMO EM OPOSIÇÃO AO SIONISMO

“[...] o historiador deve levar em conta que o judaísmo sempre foi maior que a soma de seus seguidores. O judaísmo criou os judeus e não ao contrário. Como disse o filósofo Leon Roth: ‘O judaísmo vem primeiro. Não é um produto, mas um programa, e os judeus são os instrumentos de sua realização’”.

Paul Johnson, historiador britânico,
2004.

De todos os movimentos coletivos que se propuseram a transformar a sociedade no século XX, o sionismo sozinho permanece, um último vestígio. Tanto os sionistas como os seus adversários concordam que o sionismo e o Estado de Israel que emergiriam dele em meados do século XX consumaram a maior ruptura na história judaica. Assim, várias autoridades rabínicas rejeitaram as tentativas de reconciliar o sionismo com a tradição religiosa. Eles evidenciam que o problema não está no fato do sionismo ter sido criado por judeus laicos. O problema maior seria se o movimento nacionalista fosse formado por rabinos, uma vez que a ideologia sionista é completamente falsa.

Falar dos judeus antes do século XIX é referir-se a uma conotação normativa: um judeu é alguém cujo comportamento deve, por definição, incorporar certo número de princípios originários do judaísmo, com o judaísmo funcionando como o denominador comum. O sionismo, do século XIX, representava um movimento nacionalista secular com quatro objetivos principais:

- Transformar a identidade judaica transnacional centrada na Torá em uma identidade nacional modelada em relação às outras nações da Europa;
- Desenvolver uma nova língua vernácula, uma linguagem nacional baseada no hebraico bíblico e rabínico;
- Transferir os judeus de seus países de origem para a Palestina;
- Estabelecer o controle político e econômico sobre a Terra Santa. Enquanto outras nações precisavam apenas lutar pelo controle de seus países, para se tornar "mestres em suas próprias casas", o sionismo enfrentava um desafio muito maior na tentativa de alcançar seus três primeiros objetivos simultaneamente.

Shlomo Avineri, cientista político israelense, professor de Ciência Política na Universidade Hebraica de Jerusalém, reconhece que seria *"banal, conformista e apologético"* ver o sionismo parte dos *"laços estreitos da tradição judaica com a Terra de Israel"*. Uma transformação da consciência judaica e certamente não dá conclusão lógica de séculos de anseio para a Terra Santa.

Na tentativa de "normalizar o povo judeu", o sionismo desafiou a continuidade histórica expressa na dicotomia da recompensa e do castigo, do exílio e da redenção. Tanto os intelectuais sionistas como os rabinos ortodoxos que se opõem a eles concordam que o sionismo representa uma negação da tradição judaica. O judaísmo sempre foi uma comunidade religiosa nos séculos passados, dessa maneira a idéia de servir de base de uma identidade para um Estado é bastante discutível.

6.1 Moses Mendelssohn

*"... apenas aquele que é dominado pelo delírio não amaria o solo onde ele viceja. [...] o Talmude proíbe-nos até de pensar em um retorno (à Palestina) pela força (isto é, tentar efetuar a Redenção por meio do esforço humano). Sem os milagres e sinais mencionados na Escritura, não devemos dar o mínimo passo na direção de forçar um retorno e a restauração de nossa nação".*¹⁴⁷

Moses Mendelssohn.

Moses Mendelssohn (1729 – 1786), um respeitado intelectual e um dos primeiros filósofos judeus da Era Moderna, visto como o precursor da Haskalá na Europa – o iluminismo judaico – foi uma figura de extrema importância do judaísmo no século XVIII. Como precursor do iluminismo judaico, que inaugurou uma nova era, foi considerado o terceiro Moisés (o primeiro Moisés foi dado a Torá; o segundo, Maimônides, foi dado a Halachá)¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Mendelssohn, Moses. *The Jews in Modern World*, Oxford University Press, 1995, pp.48-9.

¹⁴⁸ A Torá (A Lei de Moisés) corresponde aos cinco primeiros livros da Bíblia judaica, o que corresponde ao Pentateuco, por vezes ela é usada no judaísmo rabínico para nomear todo o conjunto da tradição, incluindo: a Torá escrita e oral (Talmude) e os ensinamentos rabínicos. A Halachá é a denominação do conjunto das leis judaicas, incluindo os 613 mandamentos da Torá e os mandamentos rabínicos e talmúdicos relativos aos costumes e tradições judaicas, orientando seu modo de vida. Moses Mendelssohn escreveu as seguintes obras: *Philosophische Gespräche* (1755), *Phädon* (1767) e *Morgenstunden* (1785).

Mendelssohn foi contrário à integração dos judeus com a cultura protestante e se opôs às idéias protossionistas e sionistas, ele reconhecia que a Palestina não era a sua pátria, em meio à onda do nacionalismo na Europa. Mendelssohn entendia que a concepção de um Estado judaico na Terra Santa não era boa e poderia ser muito destrutiva para o judaísmo, e essa linha de pensamento não se diferenciava de boa parte dos rabinos tradicionais.

A escalada do movimento nacionalista dentro da Europa no século XX não alteraria esse ponto importante na fé e na crença do judaísmo devoto, com exceção de alguns poucos rabinos atípicos que se esforçaram para harmonizar messianismo religioso com o nacionalismo territorial, o que propiciou a essas figuras um lugar de destaque na historiografia sionista, como no caso de: Zvi Hirsch Kalischer, rabino ortodoxo alemão que expressou opiniões numa perspectiva religiosa, a favor do reassentamento judaico e Judah Ben Solomon Chai Alkali, rabino sefardita que se tornou notável através da sua advocacia a favor da restauração dos judeus na Palestina. Por causa de alguns de seus projetos, ele pode ser considerado como um dos precursores dos sionistas modernos, como Theodor Herzl.

Mas a grande maioria do rabinato e das organizações e instituições judaicas se fecharam e reagiram contrários a idéia de converter a Terra Santa em uma pátria nacional para os judeus. Pelo contrário, as intenções do judaísmo tradicional desde o século XIX se direcionavam para a integração e a assimilação secular, o que era preconizado pela *Haskalá*, que incentivava a integração com a sociedade européia. Dessa forma, eles buscavam unirem-se as culturas nacionais que estavam se desenvolvendo nos países que esses residiam.

O Judaísmo Reformista mais tarde¹⁴⁹ tirou da sua liturgia todas as alusões à redenção que insinuavam um retorno à Terra Santa no fim dos tempos. Na visão dos reformistas, cada judeu tinha apenas uma pátria: o país onde viviam. Os judeus, antes de tudo, eram ingleses, franceses, alemães, argentinos, norte-americanos que seguiam a Lei de Moisés.

Segundo Mendelssohn, o judaísmo devia ser tratado como qualquer outra religião numa sociedade tolerante e pluralista, e seus seguidores deveriam ter direito à liberdade de consciência como cidadãos do país onde viviam. Por outro lado, ser judeu não deveria significar pertencer a uma nação ou povo isolado. No livro *Jerusalém: ou sobre poder religioso e judaísmo* (1783), Mendelssohn defendia não só a emancipação dos judeus, mas afirmava que eles deveriam “sair dos guetos” e desempenhar uma função mais ativa na vida cultural secular. O filósofo promoveu a idéia de os judeus aprenderem a língua local – como ele tinha feito – para se integrarem melhor às comunidades não judaicas, e publicou sua própria tradução da Torá em alemão. Embora Mendelssohn fosse um judeu ortodoxo, suas idéias e o movimento Haskalá serviram de base para o judaísmo reformista do século XIX.¹⁵⁰

¹⁴⁹ Na Alemanha, o judaísmo Reformista produziu numerosos intelectuais importantes, todos contrários a ideologia sionista: David Friedlander, que foi aluno e posteriormente sucessor intelectual de Moses Mendelssohn; o rabino Abraham Geiger, que rejeitava os elementos nacionalistas, para enfatizar a missão do povo judeu em difundir o monoteísmo e a lei moral; Sigmund Maybaum, fundador da sociedade rabínica da Alemanha, serviu como seu presidente e convocou o primeiro congresso de rabinos alemães em Berlim em 1884. Três anos depois, quando Theodore Herzl começou a organizar o primeiro congresso sionista em Munique, Maybaum era o principal líder da onda de protesto da comunidade judaica da Alemanha. Ele ajudou a promulgar e divulgar uma resolução de que “*os esforços dos chamados sionistas para criar um Estado nacional judaico na Palestina [eram] antagônicos às promessas messiânicas do judaísmo*” e que o sionismo ameaçava o status político dos judeus na Alemanha e daria origem ao antissemitismo; Heinemann Volgelstein, fundador e presidente da União dos Rabinos Liberais na Alemanha De 1894 a 1896, publicou um livro de orações em dois volumes em que todas as referências ao nacionalismo judaico foram eliminadas. *Der Zionismus, eine Gefahr für die gedeihliche Entwicklung des Judentums* (Sionismo, um perigo para o desenvolvimento próspero do judaísmo) foi publicado em 1906; Hermann Cohen, um filósofo judeu alemão e um dos fundadores da importante Universidade Philipps de Marburg, uma das mais antigas na Alemanha, foi considerado o mais importante filósofo judeu do século XIX, Cohen se opôs abertamente ao sionismo e sua aspiração de criar um estado judeu e assim “devolver os judeus à história”. Em sua opinião, o judaísmo era inerentemente histórico, com uma missão espiritual e moral que ultrapassava os objetivos nacionalistas do sionismo. Apesar de seu posicionamento contrário as idéias sionistas, Tel Aviv tem uma rua com seu nome.

¹⁵⁰ Vários Autores, *O Livro das Religiões*, Tradução Bruno Alexander, 1ª. Edição – São Paulo: Globo livros, 2014.

Para o professor de História Judaica, da Universidade hebraica de Jerusalém, Robert Solomon Wistrich, que foi um dos principais estudiosos da história do antissemitismo, a noção de nacionalismo é criticável:

“Não existe uma nação judaica. Os judeus formam, é verdade, um grupo à parte, uma comunidade religiosa. Eles devem cultivar o hebraico antigo, estudar sua rica literatura, conhecer sua história, valorizar sua fé e fazer grandes sacrifícios por ela; devem esperar e ter confiança na sabedoria da Providência Divina, nas promessas de seus profetas, no desenvolvimento da humanidade para que as idéias sublimes e as verdades do judaísmo tenham primazia um dia. No mais, porém, eles devem se integrar às nações das quais são cidadãos, devem participar das suas lutas e promover as suas instituições para o bem-estar comum”.

O judaísmo reformista também demonstrava crítico e contrário à idéia e ao pensamento protossionista que apareceram em meados do século XIX, com receio que o esforço em ressaltar a diferença cultural em vez da religiosidade acentuasse o antissemitismo na Europa e impossibilitasse a causa da igualdade civil. Por ironia, o protossionismo e depois o sionismo aparecem como uma reação ao nacionalismo com caráter etnocêntrico, que excluía os judeus pelas questões religiosas e biológicas.

Apesar das divergências, o judaísmo reformista se liga ao judaísmo tradicional quando concordam num ponto crucial: a recusa em reconhecer a Palestina e qualquer outra terra como uma pátria judaica.

6.2 Rabino Elmer Berger

*"Nunca desviei do meu entusiasmo pelos princípios transcendentais e universais do judaísmo e dos Profetas do Antigo Testamento. No entanto, o amplo debate público sobre o destino político da Palestina, a reivindicação sionista injustificada e basicamente falaz de representar algo chamado 'o povo judeu' (um eufemismo para todos os judeus), a omissão deliberada de qualquer justiça política para os habitantes árabes nativos da Palestina me levou a intensificar meu estudo e compreensão do conflito na Palestina, em um momento em que números crescentes em todo o mundo ocidental estavam se preocupando com os planos pós-guerra para a paz".*¹⁵¹

Rabino Elmer Berger.

¹⁵¹ *Washington Report on Middle East Affairs*, Dezembro de 1996, página 25 - Disponível em: <<https://www.wrmea.org/1996-november-december/in-memoriam-rabbi-elmer-berger-1908-1996.html>> Acesso em: 17 de março de 2018.

Rabino Elmer Berger (1908-1996) foi um rabino reformista amplamente conhecido por sua posição antinacionalista. Foi um adversário consistente, sincero e corajoso do nacionalismo judeu em geral e do sionismo em particular. Ele foi o diretor executivo do *American Council for Judaism* desde a sua fundação em 1942 até 1955, organização que promove a oposição ao sionismo com base na tradição do judaísmo reformista. Em 1969, ajudou a formar o *American Jewish Alternatives no Zionism*.

Em seus escritos e ensaios, considerados polêmicos na época, ele desafiou e refutou, em termos humanitários e judaicos, a natureza essencial do movimento sionista e sua defesa da necessidade de um estado judeu exclusivista. Ele se opôs ao conceito da existência do "povo judeu" e da premissa básica do sionismo de que os judeus seriam perseguidos em todos os países em que são uma minoria, exigindo um estado judaico no qual os judeus começariam como sendo a maioria, além disso, ele criticou de forma incessante e pública a opressão de Israel contra os palestinos.

Elmer Berger tentou convencer os judeus americanos a oporem-se à tomada a cargo pelos sionistas e seus patrocinadores de organizações judaicas nos Estados Unidos. Ele não se estremeceu quando os opositores sionistas, que se recusaram principalmente a discutir questões que ele criou substantivamente, o denominaram “*Self-hating Jew*” um judeu que se auto-odeia, apenas porque ele se opôs ao sionismo e a certas políticas do Estado de Israel. Em 1942, publicou um ensaio com o título “*Why I Am a Non Zionist*” (Por que sou um não-sionista), que reorientou sua carreira. Com a publicação de outro livro *The Jewish Dilemma* (O dilema judaico) em 1945, ele argumentava que o sionismo era uma rendição aos mitos raciais sobre os judeus e o assimilacionismo ainda era o melhor caminho para os judeus no mundo moderno.

Depois de 1948, Elmer Berger continuou a escrever e dar palestra em nome do *American Council for Judaism*, tornando-se Vice-Presidente Executivo. Nesta posição, tornou-se cada vez mais conhecido e amplamente desprezado pelo campo sionista no judaísmo americano, particularmente depois de ter visitado o Oriente Médio em 1955 e seu ponto de vista tornaram-se cada vez mais identificado pela causa palestina.

Após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, um evento que varreu o que anteriormente era uma comunidade judaica americana, indiscutivelmente ambivalente, com um fervor massivo pró-Israel, Berger foi amplamente criticado, por declarar Israel seja o principal agressor no conflito. Isso levou à renúncia de Berger ao Conselho no ano seguinte. Ao longo de sua vida adulta, a definição de judaísmo de Elmer Berger não variou. Na introdução do livro *A Partisan History of Judaism* (Uma história partidária do judaísmo) 1951, ele escreveu: “*O judaísmo é fazer justiça e ter misericórdia e andar humildemente com Deus; e todo o resto é comentário e de importância secundária*”¹⁵².

Foi dessa perspectiva que Elmer Berger documentou cuidadosamente e especificamente seu caso contra o sionismo e contra o caráter opressivo do Estado sionista. Ele convocou o Estado de Israel a deixar de ser um Estado judeu exclusivista, concedendo por lei direitos e privilégios aos judeus não concedidos a não-judeus, ele pediu ao Estado de Israel para se desenvolver como um Estado verdadeiramente democrático, para seja justo e misericordioso com todas as pessoas e, assim, ande com humildade com Deus.

O último livro de Elmer Berger, *Peace for Palestine: First Lost Opportunity*, (Paz para a Palestina: Primeira oportunidade perdida) 1993, foi claramente o seu trabalho mais erudito em termos de pesquisa original. Neste trabalho, ele analisou os documentos dos arquivos israelenses e sionistas que cobrem as negociações de armistício de 1948-49 entre Israel e os Estados árabes então beligerantes. Ele incluiu referências e comentários sobre as resoluções relevantes das Nações Unidas, as atitudes e políticas do governo dos Estados Unidos citadas a partir dos volumes de Relações Exteriores dos Estados Unidos 1948-1949 e trabalhos publicados anteriormente sobre outros assuntos.

Berger demonstrou que as estratégias de negociação dos principais atores produziram uma "quase rigidez" que derrotou todos os esforços para alcançar a resolução pacífica do conflito árabe-israelense. Neste trabalho, Elmer Berger mostrou que ele era capaz de fazer estudos rigorosos e lidar com questões controversas com percepção e alto grau de objetividade.

¹⁵² *Ibidem*, p.26.

6.3 Rabino Samson Raphael Hirsch

*“Israel recebeu a Torá no deserto, e lá – sem um país ou uma terra de sua propriedade – tornou-se uma nação, um corpo cuja alma era a Torá [...] A Torá, o cumprimento da Vontade Divina, constitui a fundação, a base, e meta desse povo [...], portanto, uma terra, prosperidade e as instituições de Estado deveriam ser postas a disposição de Israel não como metas em si, mas como meios de cumprimentos da Torá”*¹⁵³.

Rabino Samson Raphael Hirsch.

Rabino Samson Raphael Hirsch (1808 – 1888), grande líder judeu do século XIX, fundador da ortodoxia moderna na Alemanha, uma das personalidades mais importantes da história do povo judeu onde sua influência é vasta e indiscutível, enxergava os discursos protossionistas uma falsificação do judaísmo histórico e uma grande ameaça a tradição. Para ele, os judeus deveriam emancipar-se nos países em que vivem, os judeus podem viver bem em seus respectivos países de origem. Para ele, a expressão "luz entre as nações" referia ao fato de que os judeus devem viver entre a sociedade dos gentios, nos quadros em que eles são uma minoria, para mostrar o modo de vida judaico e educar o resto das nações em direção à bondade e justiça.

Toda essa resistência do judaísmo ao nacionalismo levou a recusa da União de Rabinos Alemães ao convite do líder sionista Herzl para o Primeiro Congresso Sionista em 1897 que realizaria na Alemanha, e com uma forte oposição da comunidade judaica em Munique o congresso foi transferido para Basiléia na Suíça¹⁵⁴.

Outros homens proeminentes como o rabino Hermann Adler (1839 – 1911), líder dos rabinos na Grã Bretanha; Zadoc Kahn (1839 – 1905), líder dos rabinos na França; Moritz Güdemann (1835 – 1918), líder dos rabinos de Viena; Isaac Mayer Wise (1819 – 1900), fundador da Conferencia Central dos Rabinos Norte-Americanos, todos, foram críticos e contrários ao projeto político sionista de colonização de Herzl e mantiveram longe de todas as formas de nacionalismo.

¹⁵³ Hirsch, Samson Raphael. “The eighth letter: the founding of the Jewish people”. In: *The nineteen letter*. New York: Feldheim, 1995, pp.115-6.

¹⁵⁴ Dos noventa representantes dos rabinos, todos, exceto dois, assinaram uma carta de protesto contra a convocação do primeiro Congresso Sionista na Alemanha.

6.4 Rabino Moritz M. Güdemann

“A fim de evitar o equívoco de que a existência de Israel depende da posse de terra ou está ligada à terra de sua herança, a Bíblia explica: ‘Mas a porção do Senhor é seu povo, Jacó é sua parte na herança’ (Deuteronômio 32:9) essa perspectiva, que considera o povo de Israel mais como herança de Deus do que como proprietário de sua terra, não pode servir de base para um nativismo ligado a um vínculo inquebrantável com a terra em questão. Israel jamais dependeu da autoctonia ou aboriginalidade que serviu a outros povos do passado remoto”¹⁵⁵.

Rabino Moritz M. Güdemann

Moritz Güdemann (1835 – 1918)¹⁵⁶, historiador e rabino influente em Viena, repudiou desde o Primeiro Congresso Sionista, em 1897, o nacionalismo judaico, atacou o sionismo, em particular o livro de Herzl, *O Estado Judeu* (1896), e afirmou que um dos principais objetivos dos judeus é a abolição completa de todo nacionalismo. No ano do Primeiro Congresso Sionista, publicou um artigo chamado: *Judaísmo Nacional*, onde faz severas críticas com argumentos teológicos e políticos a ideologia sionista. Para Güdemann, a Torá seria independente de qualquer importância territorial, política ou nacional.

Shlomo Sand em seu livro *A invenção da Terra de Israel*, 2014, escreve sobre Moritz Güdemann:

Como rabino e judeu devoto, Güdemann, não questionava a narrativa bíblica. Entretanto o seu comentário sobre a Torá e sobre os livros dos profetas exibe um anseio pelo universalismo e pela solidariedade humana. As profundas apreensões a respeito do antissemitismo moderno fizeram dele um pensador antinacionalista coerente e metódico. De seu ponto de vista, mesmo que os judeus tivessem sido um povo na Antiguidade, desde a destruição do Templo não haviam sido nada mais que uma importante comunidade religiosa com o objetivo de disseminar a mensagem do monoteísmo pelo mundo e transformar a humanidade em um só grande povo. Os judeus sempre se adaptaram bem as culturas diversas (grega, persa e árabe, por exemplo), ao mesmo tempo preservando sua fé e sua Torá.

¹⁵⁵ Güdemann, Moritz M. *Judaísmo Nacional*. Jerusalem: Dinur, 1995, p.20.

¹⁵⁶ Em 1895 Theodor Herzl buscou relação com o influente rabino Güdemann. O rabino ficou preocupado após uma visita a casa do líder sionista, onde ficou surpreso ao saber que Herzl tinha uma grande árvore de Natal em sua sala. Era notório que Herzl não era um judeu especialmente observante e que não havia sequer circuncidado seu filho conforme os preceitos judaicos, mesmo com essas incompatibilidades e em sua mente fértil, Herzl viu em Güdemann um grande líder dos rabinos para a futura capital do Estado judaico. – Diário I, 24 de dezembro de 1895. In: Herzl, Theodor *Escritos*, Tel Aviv: Neuman, 1860, p.212.

Tanto o tradicional rabino Güdemann quanto os rabinos do judaísmo reformista, inclusive o rabino Adolf Jellinek, líder da comunidade liberal de Viena, concordavam em princípio que os judeus da Alemanha eram alemães, os judeus da Grã-Bretanha eram britânicos, e os judeus da França eram franceses, e que isso era uma coisa boa ¹⁵⁷.

O judaísmo no século XIX estava disposto à assimilação na cultura secular moderna, dentro dos países onde esses judeus residiam, mas não aceitavam a assimilação na política moderna, ou seja, no nacionalismo sionista, que dirigia contra os princípios e valores desses devotos judeus. Para esses judeus, a sua religião nunca dependeu de tempo ou lugar e nunca possuiu uma pátria.

Theodor Herzl se dirigiu para a Europa oriental a fim de buscar apoio, já que na Europa ocidental ele encontrava resistência das comunidades e lideranças judaicas com seu projeto nacionalista. As diferenças entre os rabinatos do ocidente com o oriente eram significativas. Enquanto no ocidente os rabinos utilizavam, na fala e escrita, o idioma local do seu país (o inglês, francês, alemão, etc.) no oriente o rabinato adotava o idioma iídiche. Um ponto que favoreceu a princípio o apoio ao sionismo nesse canto da Europa, foi o amargoso antissemitismo no grande Império Russo. Mas depois, os rabinos do oriente entenderam que as atitudes graciosas do sionismo para com eles eram tão somente instrumentais e escondiam outros interesses.

Apesar da conveniência dos judeus da língua iídiche de utilizar o nacionalismo em benefício próprio, depois eles descobriram que o objetivo dos dois movimentos, o deles com os sionistas, eram totalmente contrários e divergentes. Os sionistas tinham a intenção de transformar os judeus religiosos em judeus nacionalistas, e não tinham nenhum comprometimento com a manutenção da religião devota, que na visão deles era algo obsoleto, antimoderno e antinacionalista. Entre 1897, ano do Primeiro Congresso Sionista e o ano de 1900, a liderança do rabinato no oriente mostraram-se totalmente contra a idéia de converter a Terra Santa em um lar judaico, ou seja, em um Estado judeu. Essas lideranças rabínicas proibiram atividades associadas ao sionismo em suas sinagogas e lugares de estudos da Torá e também desautorizaram as leituras de matérias contendo a ideologia sionista, assim como toda e qualquer ajuda política ao movimento de Herzl.

¹⁵⁷ Sand, Shlomo, *A invenção da Terra de Israel – da Terra Santa à Terra Pátria*. Trad. Lúcia Brito, - 1ª. Edição. – São Paulo: Editora Benvirá, 2014, p.233.

Em 1900, proeminentes rabinos da Europa oriental publicaram um volume chamado *O livro da Luz para os Justos*:

Contra o método sionista. Declarando sua oposição ao nacionalismo judeu: “Somos o povo do Livro, e no livro da Bíblia, na Mishná e no Talmude, na Midrash e nas lendas de nossos sagrados professores de abençoada memória, não encontramos menção à palavra ‘nacionalismo’, nem em sua derivação hebraica da palavra ‘nação’, nem nas declarações ou na linguagem de nossos professores de abençoada memória”¹⁵⁸

O trabalho ressalta os perigos que o movimento sionista representa para a sobrevivência do povo judeu e tornou-se uma fonte significativa para os críticos do sionismo.

Parte das lideranças rabínicas reconhecia os judeus como um povo, a questão é a interpretação disso. Para eles Deus estabeleceu uma aliança com eles, contudo, esse povo foi definido não por uma autoridade externa a fé judaica, nem muito menos por um grupo político ou qualquer instituição humana. Os sionistas não faziam distinção entre os religiosos e os laicos para serem aceitos na pátria judaica, assim a Torá desempenhava um papel secundário, só sendo mencionada conforme a conveniência sionista, assim houve um esforço em transformar o judaísmo em uma forma de agrupamento político de caráter nacionalista e os religiosos em defensores desse nacionalismo.

Os sionistas não foram os primeiros judeus a se estabelecerem na Palestina. A presença judaica na Terra de Israel foi ininterrupta desde a destruição do Templo. O velho *Yishuv*, como os assentamentos dos judeus piedosos são mais conhecidos pela história, existiram em Jerusalém e em várias outras cidades palestinas quando chegaram os primeiros colonos sionistas.

O velho *Yishuv* conseguiu sobreviver principalmente devido a contribuições de caridade da diáspora. Na verdade, os antigos residentes de ações da Palestina, judeus e árabes, quase não correspondiam à imagem de uma "terra sem pessoas" cultivada pelos novos imigrantes socialistas que reivindicavam representar "um povo sem terra". Os sionistas haviam chegado a uma terra onde durante séculos judeus, muçulmanos e cristãos haviam convivido pacificamente.

¹⁵⁸ Sand, Shlomo, *A invenção da Terra de Israel – da Terra Santa à Terra Pátria*. Trad. Lúcia Brito, - 1ª. Edição. – São Paulo: Editora Benvirá, 2014, p.239.

Mas aos olhos dos ideólogos do sionismo, a Terra estava vazia: as comunidades tradicionais pitorescas que encontraram representavam para eles detalhes da paisagem. Os sionistas não ignoraram os árabes sozinhos; eles mal perceberam os piedosos judeus, cuja maioria sefardita foi integrada na vida econômica árabe. Estes eram os muitos sefarditas que o regime otomano havia reconhecido como o representante dos judeus na Terra Santa, cujo rabino chefe da comunidade judaica, o Hakham Bashi, ocupava altos cargos na burocracia do Governo Central do Império Otomano.

Os sionistas olharam para esses judeus piedosos como vestígios de um passado há muito perdido condenado a desaparecer no redemoinho da colonização sionista. Fiel à tradição do determinismo político europeu, os sionistas lançaram uma ampla rede. Eles se denominaram a vanguarda dos judeus do mundo: e, como o retorno dos judeus era do ponto de vista deles, inevitável, só eles, os sionistas, podiam representar adequadamente "os verdadeiros interesses" dos judeus, mesmo que alguns dos esses judeus não estavam inteiramente conscientes do fato.

A maioria dos habitantes da Terra de Israel ressentiu a chegada dos sionistas no final do século XIX. Os piedosos judeus de Jerusalém foram, de fato, os primeiros a reagir aos recém-chegados, que eles viram como rebeldes contra a Torá, e assim como pessoas tanto doidas como perigosas. No início do século XX, o distrito de *Meah Shearim*, bairro de Jerusalém, tornou-se o centro de resistência aos invasores, e desde então, juntamente com Nova York, Montreal, Antuérpia e Londres, formaram o núcleo duro do movimento contra o sionismo e, mais tarde, contra o Estado de Israel.

Enquanto muitos árabes inicialmente deram aos recém-chegados sionistas entusiasmados o benefício da dúvida, judeus piedosos da Palestina rapidamente rejeitaram os recém-chegados, sem tentar entender seus objetivos políticos. O secularismo dos sionistas tornou-os imediatamente inaceitáveis para os círculos judeus na Terra Santa. Enquanto a oposição árabe permaneceu principalmente política, a rejeição do sionismo e, mais tarde, do Estado de Israel pelos judeus tradicionais estava profundamente enraizada no judaísmo e pouco influenciada por considerações políticas.

Enquanto os árabes chegaram a reconhecer os sionistas como intrusos colonialistas que colocariam em perigo o seu bem-estar político e econômico, os *Haredim* estavam alarmados com o perigo do castigo divino de que as ações daqueles que eles viam como malfeitores ameaçavam derrubar todos os habitantes da terra de Israel.

Os judeus antissionista após a declaração do Estado de Israel em 1948 se dirigiam para a Organização das Nações Unidas, corpo sucessor da Liga das Nações, nas suas representações, e enfatizaram que nunca assinaram à Declaração de Independência de Israel. A recusa em reconhecer o Estado de Israel privaria os judeus antissionistas de todos os seus direitos políticos ou sociais. Para permanecer independente da "entidade sionista", sua designação, bem como a dos adversários árabes do sionismo para o Estado de Israel, significou aceitar a exclusão total.

Essa política de auto-segregação afetou quase todos os campos onde o contato com os sionistas pode ocorrer. Após a morte do rabino Yosef Chaim Sonnenfeld, um grupo menor se separou para seguir um curso mais rígido, particularmente no que diz respeito à educação. Assim surgiram a liderança do rabino Amram Blau, o líder do grupo Neturei Karta, e o rabino Yoel Teitelbaum, que em 1953, assumiu a liderança dos Haredim. Dessa maneira, foi estabelecida uma ampla aliança antissionista que se opunha profundamente a todas as formas de cooperação com o Estado de Israel.

6.5 Rabino Avraham Yeshayahu Karelitz

Avraham Yeshayahu Karelitz – conhecido como Hazon Ish - (1878 – 1953), reputado estudioso do Talmude, originário da Polônia, que foi uma grande autoridade rabínica. Seus estudos sobre a lei judaica, intitulado Hazon Ish, publicado como uma obra anônima na Lituânia é uma bandeira do judaísmo contemporâneo. Ele permitiu que os judeus participassem do sistema político israelense e negassem a sua legitimidade. Testemunhas relatam que, quando o venerado Hazon Ish recebeu o primeiro-ministro Ben Gurion, que estava na época tentando integrar os Haredim no Estado recém-fundado, o rabino não apertou a mão nem o olhou o olho. Era evidente que ele estava observando a prescrição talmúdica que proíbe olhar para o rosto de uma pessoa doentia.

Os Haredim evitaram em grande parte os símbolos do Estado de Israel. Assim, vários rabinos, incluindo a autoridade sefardita contemporânea, Rabino Ovadia Yosef (1818 – 2013) - acadêmico talmúdico e reconhecida autoridade da *Hachalá* - proibiram hastear a bandeira israelense na sinagoga, uma vez que o Estado de Israel não representava valor judaico e não poderia estar associado a uma casa de culto judaica. Hazon Ish assumiu uma posição ainda mais intransigente, proibindo a entrada em uma sinagoga decorada com uma bandeira israelense, mesmo que não haja outra sinagoga nas imediações.

6.6 Rabino Menachem Mendel Schneerson

“Todo o desejo e meta deles é jogar fora o fardo da Torá e dos mandamentos e manter apenas o nacionalismo, e é isso que constituiria o judaísmo deles”
159

Rabino Menachem Mendel Schneerson,
chamando a atenção para a ideologia sionista.

Rabino Menachem Mendel Schneerson (1902 – 1994), rabino ortodoxo nascido na Ucrânia e instalado em Nova York desde 1941, conhecido em todo o mundo como o Rebe, durante mais de 40 anos foi chefe do movimento de *Chabad Lubavitcher*¹⁶⁰, respeitado tanto nos meios chassídicos como em outras instâncias, sua influência foi considerável no mundo judeu da segunda metade do século XX. Durante a sua direção, o movimento Lubavitcher alcançou projeção global e transformou-se na forma de judaísmo mais conhecido no mundo chamou a atenção para a ideologia sionista.

As críticas do Lubavitcher Rebe foram feitas principalmente no que ele chamou de uso seletivo da Torá pelos sionistas, a qual conforme certa conveniência, os sionistas excluíram passagens das Escrituras Sagradas na criação de uma nova crença, conforme seus ideais nacionalistas:

Para inculcar em nossos irmãos a idéia de ser ‘uma nação’ e uma administração política independente [...] os sionistas devem, em primeiro lugar, privilegiar o nacionalismo em relação à Torá; sabe-se que os que se apegam à Torá e aos seus preceitos tendem a não aceitar outra identidade [...] Assim, a fim de realizar o seu ideal, os sionistas devem primeiramente deformar a essência do judaísmo para que os judeus aceitem outra identidade
161.

¹⁵⁹ Citado em Sand, Shlomo, *A invenção da Terra de Israel – da Terra Santa à Terra Pátria*. Trad. Lúcia Brito, - 1ª. Edição. – São Paulo: Editora Benvirá, 2014, p.240.

¹⁶⁰ O movimento de Chabad Lubavitch é uma das ramificações do hassidismo - judaísmo da corrente ortodoxa que promove a espiritualidade através da popularização e internalização do misticismo judaico, como um aspecto fundamental da fé judaica - e uma das maiores organizações judaicas do mundo. Fundado pelo rabi Shneur Zalman de Liadi no século XVIII, o movimento Lubavitch é guiado por líderes conhecidos como Rebes, dos quais o mais conhecido foi o rabi Menachem Mendel Schneerson (1902-1994).

¹⁶¹ Lubavitcher Rebe– citado pelo filósofo israelense Aviezer Ravitzky em seu livro: *Messianism, Zionism, and Jewish Religious Radicalism*, 1996.

Para o Rebe de Lubavitch, era necessário separar o mais rápido possível da ideologia sionista, pois o movimento se esforçava para conseguir apoio do rabinato a fim de buscar uma legitimidade. Na visão do Rebe o sionismo ameaça o judaísmo até mais que o cristianismo, pois o sionismo seduzia oferecendo um meio ilusoriamente inocente de quebrar os laços entre judeus e judaísmo, um objetivo adotado antigamente pelos missionários cristãos.

A desconfiança e o receio do judaísmo devoto quanto à força do nacionalismo sionista no fim se revelou. Com a colaboração trágica da história, o sionismo venceu o judaísmo. Após a Segunda Guerra Mundial, a grande maioria das correntes do judaísmo pelo mundo todo que sobreviveram ao brutal genocídio, aceitaram passivamente a sentença decisiva: a criação de um Estado judeu no território palestino, o estabelecimento do Estado artificial de Israel em 1948. Com exceção de um pequeno numero de judeus residentes em Jerusalém e dos grandes grupos hassídicos nos Estados Unidos, a maioria dos devotos judeus abraçou o nacionalismo sionista.

6.7 Rabino Yoel Teitelbaum

“Em 1948, havia um grande pensador religioso, o rabino Teitelbaum de Satmar, que advertiu a liderança judaica que, com base em sua compreensão da vontade de Deus, estabelecer o Estado de Israel seria um erro caro em longo prazo. Suas palavras foram esmagadoramente rejeitadas por uma comunidade judaica hipnotizada por bandeirinhas e exércitos marchando, mas ainda pode ter provado ser um verdadeiro profeta, na tradição de Jeremias e outros profetas impopulares da desgraça. Não podemos saber com certeza”.

Rabino Moshe David Sober (1955 – 2006),
Trabalhou 30 anos em Jerusalém, onde ensinou a
Torá e participou de uma nova tradução para o inglês do Talmude

Rabino Yoel Teitelbaum (1887 – 1979), uma figura importante no renascimento judaico do pós-guerra, defendeu uma linha estritamente conservadora e isolacionista, rejeitando a modernidade. Teitelbaum era um oponente feroz do sionismo, que ele criticou como inerentemente herético. Sobrevivente dos campos de concentração, depois da guerra ele abandonou a Europa com vários de seus discípulos rumo aos Estados Unidos, onde estabeleceu sua comunidade em Nova York, que se tornou mais tarde em um influente centro judeu. Teitelbaum incentivou seus seguidores a formar comunidades auto-suficientes sem o auxílio do Estado secular de Israel e proibiu qualquer engajamento "oficial" com ele.

Antes da Segunda Guerra Mundial, a maioria dos rabinos hassídicos, bem como muitos outros rabinos e líderes ortodoxos proeminentes, acreditavam que Deus havia prometido devolver o povo judeu à terra de Israel sob a liderança de um Messias, que chegaria quando o povo judeu mereceu a Redenção. Enquanto aguardavam o Messias, o povo judeu deveria realizar as *mitzvot* (as 613 ordenanças observadas pelo povo judeu) e não se antagonizar ou se rebelar contra as nações dos gentios no mundo. Na visão dos seguidores de Teitelbaum, a fundação do Estado moderno de Israel, fundado por judeus seculares e religiosos, em vez de um Messias judeu, violou a fé judaica de que os judeus deveriam esperar pelo Messias. Além disso, Teitelbaum disse que a existência do Estado sionista de Israel estava realmente impedindo o Messias de vir.

Teitelbaum publicou um importante livro com o título de *Va-Yoel Moshe* (1961), a obra fundamental do antissionismo judaico, a qual oferece uma base teórica para o antissionismo articulado em nome da Torá. Nele, Teitelbaum argumenta que o sionismo é incompatível com o judaísmo. O livro busca referências no Talmude ao fazer menção ao movimento migratório para a palestina antes da Redenção. Destaca que a Palestina nunca foi território nacional e reforça que o idioma hebraico é uma língua sagrada designada estritamente as rezas e a liturgia, que não deveria ser utilizado como um idioma secular. A visão de Teitelbaum é que somente o Messias judeu pode trazer um novo governo judeu em *Eretz Israel*, e mesmo se um governo se declarando religioso fosse formado antes do Messias, seria ilegítimo devido à sua "arrogância imprópria de poder".

6.8 Rabino Amram Blau

“O judeu autêntico e o árabe têm pontos em comum. É por isso que podem se entender. Ambos são orientais e tanto um como o outro são sensíveis à espiritualidade. Os sionistas perderam a sua autenticidade judaica, transformaram-se em ocidentais, em materialistas. É por isso que não podem compreender os árabes...”

Rabino Amram Blau

Rabino Amram Balau (1894 – 1974) foi um rabino *Haredi*¹⁶², nascido em Jerusalém numa comunidade húngara, foi forte opositor ao nacionalismo sionista e fundou o movimento *Neturei Karta*¹⁶³. Mesmo após a fundação do Estado, ele não

¹⁶² Judaísmo Haredi é uma facção no judaísmo ortodoxo, caracterizado por uma rejeição da cultura secular moderna. Seus membros são frequentemente referidos como ultra-ortodoxos (embora o termo seja considerado pejorativo para muitos dos seus adeptos). Haredi se considera como um grupo de judeus mais autênticos, embora essa reivindicação seja contestada por outros grupos judaicos. O judaísmo Haredi foi uma reação às mudanças sociais e a secularização no judaísmo depois da Haskalá. Em contraste com outros grupos ortodoxos, que se apressou em abraçar a modernidade, o Haredi se manteve rigoroso na observância da lei judaica e dos costumes e da tradição, daí existe um interesse em segregar da sociedade moderna. No entanto existem muitas comunidades Haredim nas quais é incentivada a formação profissional e a obtenção de diplomas e tolerado o contato com os Góis (não judeus). As comunidades Haredi são encontradas principalmente em Israel, Estados Unidos e Europa Ocidental. O número de seguidores desse grupo ortodoxo é estimado atualmente em 1,5 – 1,8 milhões de adeptos.

¹⁶³ Neturei Karta, termo aramaico para “Guardiões da Cidade”, foi fundada em 1938 na Jerusalém sob mandato do Império Britânico, é um grupo de judeus ortodoxos que rejeitam veementemente o sionismo, e se opõem ativamente contra a existência do Estado de Israel. O grupo é concentrado principalmente em Jerusalém, mas existem núcleos menores nos Estados Unidos e Inglaterra.

mudou seu posicionamento e sempre negou em reconhecer a nova pátria judaica. Seus protestos e manifestações públicas, levaram-no a passar alguns anos nas prisões em Israel. Passou a sua maior parte da vida em Jerusalém.

No ano de 1965, ele casou com Ruth Blau, uma ex-sionista fervorosa que depois se engajou na oposição ao Estado de Israel, figura bem conhecida no judaísmo francês no século XX, que na Segunda Guerra Mundial juntou-se na Resistência e ajudou muitos judeus perseguidos, e até mesmo antes de casar com o rabino, participou de inúmeras atividades antissionista. Atualmente a *Neturei Karta* é bem conhecida pelas manifestações públicas contra o Estado de Israel e utiliza da internet para divulgar sua oposição. Acusada de pró Palestina, suas idéias defendem o desmantelamento pacífico do Estado Israel segundo a crença que os judeus estão proibidos de ter um Estado próprio até que não haja a Redenção, o advento do Messias.

6.9 Rabino Moshé Meir Hirsch

“Quase todos os judeus ortodoxos rejeitam o sionismo, e é por isso que quase nenhum deles se alista no exército. Embora muitos recebam recursos do governo e se envolvam na política do Estado sionista, eles rejeitam os ideais do sionismo. A impressão é que a Ortodoxia apóia o sionismo, mas isso não é verdade. Eles cooperam, eles andam de mãos dadas com eles, mas eles não concordam ideologicamente. Eles se acostumaram com isso”.

Rabino Moshé Meir Hirsch

Rabino Moshé Meir Hirsch (1923 - 2010), ex-líder do movimento *Neturei Karta* apontava que a utilização de “Israel” como nome do Estado representa uma “usurpação”, porque “os sionistas escolheram se separar do povo judeu” e não tem nenhum direito de falar em seu nome. “A idéia sionista é contrária à religião judia, e nós como judeus autênticos nos opomos a ela”. Ele explica que, segundo o Talmude, os judeus não estão autorizados a dominar, matar, machucar ou degradar outro povo e não devem ter nada a ver com a iniciativa sionista e suas guerras. Por isso se opõem a despossar os palestinos de suas terras e lares e defendem como solução ao conflito

do Oriente Médio “o desmantelamento de Israel e a criação em todo o território de um único Estado”, o da Palestina ¹⁶⁴.

6.10 Eliezer Menachem Shach

Eliezer Menachem Shach (1899 – 2001) nasceu na Lituânia (Império Russo). Muito cedo foi reconhecido como um gênio talmúdico e estudou nas principais *yeshivás* (Instituições que incidem sobre o estudo de textos religiosos tradicionais, principalmente o Talmude e a Torá) do seu tempo. Shach era profundamente oponente ao sionismo, tanto secular como religioso, ele era ferozmente desdenhoso pelos israelenses seculares e sua cultura. Por exemplo, durante um discurso de 1990, ele criticou os kibutzim (colônias judaicas) seculares como “*criadores de coelhos e porcos*” que não “*sabiam o que é o Yom Kippur*” (Dia do Perdão, sendo uma das datas mais importantes do judaísmo).

Durante a Segunda Guerra Mundial, encontrou refugio na Palestina onde, depois do conflito, ensinou durante longos anos na *Yeshivá Ponevej*. Foi membro e presidente do Conselho de Sábios da Torá, organismo dirigente Haredi em Israel. No final de sua vida, adquiriu notoriedade mundial como líder reconhecido dos haredim e adversário do sionismo.

Até o surgimento do sionismo no fim do século XIX, poucos judeus acreditavam que a Palestina pudesse se tornar um território nacional para eles. O movimento nacionalista nunca levou em conta a tradição, os mandamentos ou até mesmo a própria opinião do rabinato. No fim de tudo, o planejamento e o empreendimento sionista foram bem sucedidos, ¹⁶⁵ teve relativo sucesso em nacionalizar os elementos fundamentais da nobre tradição religiosa judaica. Assim, a Palestina converteu-se num espaço, um tanto definido, que foi vinculado ao “povo escolhido”. Em suma, depois da Segunda Guerra Mundial, a palestina tornou-se a “Terra de Israel”.

¹⁶⁴ *Neturei Karta, judeus ultra-ortodoxos que apóiam os inimigos de Israel*, Agência EFE, Daniela Brik. 31/12/2012 – Disponível: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/12/neturei-karta-judeus-ultra-ortodoxos-que-apoiam-os-inimigos-de-israel.html>> acesso em: 19 de dezembro de 2017.

¹⁶⁵ *Is an Israeli Jewish Sense of Victimization Perpetuating the Conflict With Palestinians?* <<https://www.haaretz.com/1.5069257>> Haaretz - Israel News Monday, janeiro 30, 2009

Muitos judeus observantes, enquanto não são opositores ativos do sionismo, mantêm distância da identificação com o Estado de Israel. Além disso, as dúvidas sobre o futuro do Estado sionista permanecem amplamente espalhadas, mesmo entre aqueles que não pertencem aos círculos tradicionalmente antissionistas.

Os judeus constituem um grupo verdadeiramente minúsculo quando medido contra toda a humanidade. Seria imprudente procurar o confronto com o sionismo, assim como os políticos israelenses e os líderes judeus que são fiéis a eles hoje. De acordo com uma parte dos judeus antissionistas, é hora de abandonar as ilusões da megalomania e da onipotência e redescobrir o fio de ouro que guiou gerações de judeus. Este fio de ouro atravessa todo o contínuo da herança espiritual judaica. É resumido no dito judaico clássico: "*Quem é o maior herói? Aquele que transforma um inimigo em um amigo*". A maioria dos antissionistas espera transformar as divisões e o ódio gerados nos últimos cem anos em cooperação e amizade. Eles rezam para que o Estado sionista entrasse em colapso sem violência e derramamento de sangue, assim como a poderosa União Soviética fez em 1991.

As acomodações temporárias feitas pelos judeus antissionistas com a sociedade israelense e com a existência do Estado mal modificaram sua postura teológica. Resta saber se a fratura entre aqueles que se apegam ao judaísmo e os adeptos do nacionalismo judaico pode ser corrigida um dia.

O professor judeu Yakov Rabkin em *Judeus Contra Judeus - A História da Oposição Judaica ao Sionismo*, 2009, escreve:

Os críticos judaicos do sionismo refletem convicções teológicas profundas. O sionismo investe diretamente contra a fé em uma redenção messiânica. O que está em jogo não é somente a prática ou o abandono do judaísmo, mas toda a interpretação teológica da história judaica; em outras palavras, a consciência e o significado de ser judeu¹⁶⁶.

¹⁶⁶ Rabkin, Yakov M. *Judeus contra judeus: A História da Oposição Judaica ao Sionismo* Tradução: Miriam Xavier de Oliveira. Cotia, São Paulo: Acatu, 2009. p.198.

É por isso que a oposição ao sionismo em nome da Torá provavelmente continuará enquanto a empresa sionista persistir na Terra Santa. A perseverança do antissionismo obriga muitos judeus devotos a chegarem a um acordo com as contradições entre a religião judaica em que professam acreditar e a ideologia sionista que de fato os apoderou:

“Rezamos todos os dias para o desmantelamento rápido e pacífico do Estado de Israel, para podermos coexistir como fizemos durante centenas de anos... Este rabino viveu na velha cidade de Jerusalém antes de 1948, ele nos dirá como viveu e coexistiu com todos os vizinhos árabes. Tomavam conta das crianças uns dos outros. Durante o Yom Kippur, quando as mulheres saíam, os vizinhos muçulmanos tomavam conta de suas crianças, deixavam com eles os objetos mais precisos para guardar e proteger. Como poderia isso acontecer se eles são os nossos inimigos mortais? É porque não são! Não se trata de um conflito religioso, isto é um plano sionista a acusar toda gente de ser antissemita. Querem paz? Querem uma conferência de paz? Dêem um passo atrás e considerem os fatos. Não os fatos que foram manipulados pela propaganda sionista. Os fatos reais como têm vivido durante anos. No Iêmen, no Marrocos, na Tunísia, na Palestina, no Egito. Em que terra árabe os judeus não vivem conjuntamente com os muçulmanos? Sem a necessidade de grupos de direitos humanos? No Irã! Temos 25.000 judeus vivendo lá, graças a Deus! Por quê? Porque não se trata de um conflito religioso. É puramente por causa de um movimento político relativamente recente, que é a antítese e a contradição à religião judaica, que tem milhares de anos. O sionismo foi criado há 100 anos para transformar o judaísmo em nacionalidade. Eles usurparam nosso nome, usurparam nossos símbolos e roubaram nossa identidade. E causam morte e destruição todos os anos, e têm feito isso nos últimos 50 anos, causam morte e derramamento de sangue por causa de uma ideologia chamada sionismo. Eles sacrificam seres humanos indefesos. Corações, almas, eles destroem casas e vidas das pessoas. Poderemos viver em paz não em um Estado israelita, mas em um Estado palestino, um só, onde temos vivido há centenas de anos”.¹⁶⁷

¹⁶⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fBsemwK4DJc&t=5s> Acesso em: 21 de junho de 2017. - Rabino Ysroel Dovid Weiss é um ativista e porta-voz do *Neturei Karta* (grupo de judeus ultra-ortodoxos) Com base em Nova York, ele acredita que os judeus observantes devem pacificamente opor-se à existência do Estado de Israel: *"Isso seria proibido para nós ter um Estado, mesmo que estivesse em uma terra que está desolada e desabitada"*. «Speech by Rabbi Y. D. Weiss, Tehran Conference , December 2006». *Neturei Karta International*. 12 de dezembro de 2006. Disponível: <<http://www.nkusa.org/activities/Speeches/2006Iran-WeissSpeech.cfm>> Acessado em 18 de março de 2018.

7. A INDÚSTRIA DO HOLOCAUSTO

“A mim parece que o Holocausto está sendo vendido – não ensinado.”

Rabino Arnold Jacob Wolf - Universidade de Yale,
1990.

“O Holocausto está entremeado, em grande medida, em quase todos os argumentos políticos de Israel. Ao contrário, de outros acontecimentos, o Holocausto não vai ficando para trás, no passado, mas se aproxima de nós o tempo todo. É um passado que é presente, mantido, monitorado, ouvido e representado”.

Avraham Burg. - escritor e político israelense,
2008.

Acredita-se que o movimento sionista foi uma resposta dos judeus mortos no genocídio nazista¹⁶⁸, o que é historicamente equivocado, porque o sionismo existia desde muito antes. A relação histórica do movimento nacional judeu não pode ser associada com o terror do Holocausto como princípio, pois o movimento sionista já era bem estabelecido no final do século XIX.

Quando houve a Declaração de Balfour em 1917, escrita pelo secretário britânico Arthur James Balfour e encaminhada ao Barão Rotschild que era o líder da comunidade judaica no Reino Unido, declarando seu apoio para a constituição de uma “pátria nacional” judaica no Oriente Médio, ou seja, prometendo a Palestina para outras

¹⁶⁸ O historiador Michael R. Marrus, autor do livro *“A Assustadora História do Holocausto”* aponta que a Alemanha não é o berço do anti-semitismo europeu. Marrus ressalva: *“George Mosse destacou que se na década de 1890, alguém perguntasse o nome do país da Europa mais perigoso para os judeus, muito provavelmente a resposta seria a França ou a Rússia czarista”* Sahan Ann Gordon, citada por Marrus, observa que: *“surpreendentemente poucos dos principais líderes nazistas eram antissemitas antes de 1925”, com exceção do próprio Hitler, de Alfred Rosenberg e Julius Streicher. Nem Goebbels nem Himmler, Göering, Frank, Hess, os irmãos Strasser, ou mesmo Adolf Eichmann, parecem ter ingressado no Partido Nazista em função do antissemitismo”*. Marrus acrescenta: *“O antissemitismo era algo central porque Hitler determinou que assim deveria ser”*. O líder nazista transformou *“sua intensa antipatia pessoal em uma questão de Estado. Sem Hitler, não existiria o Holocausto”*.

peessoas, isso acontece antes mesmo da fundação do partido nazista. Fazer essa separação é fundamental e importante para lidar corretamente com os movimentos históricos, sem simplesmente usar um para justificar o outro.

A política sionista, pseudo-judaica, de maneira bastante conveniente e estratégica, maximiza o passado doloroso das vítimas do genocídio nazista e reivindica a exclusividade e a propriedade nacional de todo o sofrimento do passado.

Genocídio é considerado uma das mais terríveis atrocidades que podem ocorrer na civilização. Quando os descendentes armênios solicitaram nos Estados Unidos o reconhecimento do dia do massacre, em 1915, como uma data a ser lembrada, o lobby pró-sionista se juntou a esses últimos para tentar impedir. Hoje esse massacre, de aproximadamente 2,7 milhões de armênios nas mãos dos turco-otomanos é reconhecido por 20 países. Para os sionistas todos os massacres do passado são minúsculos diante do genocídio dos judeus na Segunda Guerra. O cinema contribui muito para esse objetivo, como é observado em vários filmes como *A Lista de Schindler* de Steven Spielberg (1993) e o documentário *Shoah* de Claude Lanzmann (1985) entre outros. A retórica sionista sempre insistiu na especificidade eterna da vítima e não do carrasco, do judeu e não do nazista. Há excesso de carrascos como Hitler, enquanto nunca houve vítimas como os judeus e não haverá nunca mais ¹⁶⁹.

Ser contra o que aconteceu no Holocausto é obrigação de todo mundo, mas o fato é que o sionismo não surgiu para combater o antissemitismo nazista. Ocorreu que entre a década de 30 e 40 sob os horrores do Holocausto e da perseguição aos judeus na Europa, esses judeus tinham uma necessidade material de fugir para outros lugares. Parte da Diáspora se espalhou, outras pessoas se atrelaram a essas políticas migratórias do Reino Unido para a Palestina.

¹⁶⁹ A história infelizmente está repleta de genocídios como: 2,7 milhões de mortos armênios pelo império Otomano (1915-1923); 1,7 milhões de mortos no regime de Pol Pot no Camboja (1975-1979); 2 a 3 milhões de mortos na porção leste do Paquistão na Guerra da Independência do Bangladesh (1971); Cerca de 5 a 8 milhões de mortos no Congo belga massacrados pelo rei belga Leopoldo II, (década de 1890); 17 milhões de pessoas na Ásia Central mortos pelo mongol Tamerlão no século XIV; 20 a 25 milhões de mortos na URSS pelo regime de Stalin (1930-1940); entre 14 a 70 milhões de mortos na China e Tibete (1958-1969) pelo líder comunista Mao Tsé-Tung no “Grande Salto Adiante” e depois na “Revolução Cultural”; 17 a 20 milhões de mortos durante a Segunda Guerra Mundial pelo regime nazista, incluindo os judeus, eslavos, ciganos, romenos, sérvios, etc.; E inúmeros outros genocídios como em Ruanda em 1994, no Timor Leste pela Indonésia nos anos 90, o genocídio curdo conduzido pelo Iraque em 1986, na Bósnia pelos sérvios em 1992-1995, no Cáucaso (Chechena) por volta de 1994, esse último os russos massacraram os caucasianos muçulmanos, aqui a limpeza étnica foi tão completa que hoje ninguém mais na região do Cáucaso fala o idioma dos povos caucasianos.

Norman Finkelstein (Nova York, 8 de dezembro de 1953) é um cientista político, ativista, professor e autor norte-americano. Seus principais campos de pesquisa são o conflito israelense-palestino e a política do Holocausto, um interesse motivado pelas experiências de seus pais, que eram sobreviventes judeus dos campos de concentração, *“Meu pai e minha mãe foram sobreviventes do Gueto de Varsóvia e dos campos de concentração nazistas”*. É autor da Tese: *“A teoria do Sionismo”* 1987, defendida no Departamento de Política da Universidade de Princeton. Para Norman Finkelstein, o Holocausto é uma indústria que exhibe como vítimas o grupo étnico mais bem-sucedido dos Estados Unidos, permitindo então a apropriação de mais recursos financeiros e, ao mesmo tempo, articular uma campanha de autopromoção por meio da imagem de vítimas:

Meus pais muitas vezes se perguntaram por que eu teria crescido tão indignado com a falsificação e exploração do genocídio nazista. A resposta mais óbvia é que ele tem sido usado para justificar políticas criminosas do Estado de Israel e apoio norte-americano a tais políticas¹⁷⁰.

Finkelstein questiona:

“Teriam sido os judeus as únicas vítimas do Holocausto, ou outros que também morreram na perseguição nazista deveriam entrar como vítimas?” Os ciganos não entraram no Museu do Holocausto. “Os nazistas”, afirma Finkelstein, “mataram quase meio milhão de ciganos com perdas proporcionais iguais ao do genocídio judeu”. A prova da força judaica é o esquecimento do “holocausto cigano”. Quando perguntaram ao escritor judeu Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz, sobre sua impassibilidade para com a catástrofe que se abateu sobre os judeus na Segunda Guerra Mundial, o escritor respondeu que o sangue judeu não poderia ser privilegiado em relação aos outros que também sofreram tragédias, logo depois encerrou a conversa: “Não podemos permitir que os sofrimentos do Holocausto justifiquem tudo”

“Isto não tem nada haver com algum tipo de construção de memória. Isto se trata de gente usando a história para seus propósitos políticos. Não existe nenhum novo antissemitismo. Isto é pura invenção. Há uma criação de um novo antissemitismo para servir o mesmo propósito que foi usado pelos últimos 20 anos. A indústria do Holocausto distrai a atenção do que está sendo feito contra os palestinos. Assim, todo mundo vai falar do novo antissemitismo em vez do que está sendo feito aos palestinos. E, numa maravilhosa inversão, converte-se Israel e seus partidários nas vítimas, e converter os palestinos e seus partidários nos vitimários, invertendo a realidade e colocando-a de cabeça para baixo”.¹⁷¹

¹⁷⁰ *American Radical: As Provações de Norman Finkelstein* 2009, 84 min. Visto em 22 de dezembro de 2017. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=yloK-JbQpgQ&t=47s>.

¹⁷¹ *Ibidem*.

O professor Finkelstein, de modo algum, nega o Holocausto, nem as barbaridades contra os judeus - como acusam muitos sionistas – pois seus próprios pais foram vítimas dos nazistas, mas ele critica a maneira que é utilizada a tragédia para atender a grandes interesses. Para ele, o Holocausto provou ser uma indispensável bomba ideológica, “... *um dos maiores poderes militares do mundo, com uma horrenda reputação em direitos humanos, projetou-se como um Estado ‘vítima’, da mesma forma que o mais bem sucedido agrupamento étnico dos Estados Unidos adquiriu o status de vítima*” ¹⁷².

Outro ponto polêmico na argumentação de Finkelstein é o pagamento de indenização aos sobreviventes do alegado genocídio, “*dividendos consideráveis resultam dessa falsa vitimização*”. Segundo sua tese, o dinheiro não chega ao seu destino e, no extremo do exagero, o número de sobreviventes dos campos de concentração é aumentado para chantagear bancos suíços, indústrias alemãs e países do Leste Europeu, sempre em busca de mais verbas.

Os trabalhos de Finkelstein obtiveram muitas demonstrações de apoio como também numerosos acusadores. Entre os que o apóiam, estão o cientista político e historiador do Holocausto, o judeu-americano Raul Hilberg, considerado o mais proeminente estudioso do Holocausto em todo o mundo, e seu *magnum opus* de três volumes, *The Destruction of the European Jews* (A Destruição dos Judeus Europeus), 1961, é considerado como um dos mais importantes estudos sobre o tema.

Outro grande intelectual judeu a manifestar apoio foi Avi Shlaim, historiador e professor emérito de Relações Internacionais da Universidade de Oxford e membro da Academia Britânica. Shlaim é conhecido por apresentar interpretações críticas da história sionista. E para não deixar de citar, um dos mais importantes intelectuais contemporâneos, o acadêmico Noam Chomsky fala sobre Finkelstein:

Norman é um acadêmico muito cuidadoso, e se sente muito apaixonado com respeito ao Holocausto. Seus pais são ambos sobreviventes dos campos de extermínio e ele estava profundamente envolvido em suas vidas e suas tragédias. Ele conhece tudo sobre o Holocausto e quando vê alguém o usando para proveito pessoal... Isso não lhe agrada. Eu posso entender isso ¹⁷³.

¹⁷² Finkelstein, Norman G. *A Indústria do Holocausto: Reflexões Sobre a Exploração do Sofrimento dos Judeus*, Tradução: Vera Gertel – Rio de Janeiro: Record, 2001 p.13

¹⁷³ *American Radical: As provações de Norman Finkelstein* 2009, 84 min. Visto em 22 de dezembro de 2017. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=yloK-JbQpgQ&t=47s>>

As afirmações de Finkelstein são abordadas no seu livro: “*A Indústria do Holocausto – Reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus*” 2001. O livro foi traduzido em 30 idiomas e seu editor alemão vendeu 13.000 cópias em três semanas. O livro mostra que o extermínio de judeus durante a Segunda Guerra foi transformado em “*uma representação ideológica que defende interesses de classe e sustenta políticas*”.

Finkelstein recorda sua infância, durante a qual não se discutia o Holocausto, para mostrar que o interesse pelo assunto coincidiu com a Guerra dos Seis dias, quando os Estados Unidos perceberam que seria interessante ter um parceiro forte no Oriente Médio como sua estratégia geopolítica. E, para os grupos judaicos americanos e a direita, então no poder em Israel, a melhor forma de angariar simpatia era vender a ideia de que a hostilidade árabe poderia levar a uma reedição do extermínio judeu. É quando, para o autor, nasce a indústria do Holocausto e ganham destaque personagens como Elie Wiesel e Simon Wiesenthal. “*Às vezes penso que a descoberta do Holocausto nazista pela colônia judaica norte-americana foi pior que seu esquecimento*”. Pesquisas revelam que o número de norte-americanos que conseguem identificar o Holocausto é infinitamente maior do que aqueles que têm conhecimento dos ataques de Pearl Harbor e até mesmo da bomba atômica lançada sobre o Japão.

Um terço do livro é dedicado a examinar a maneira como organizações judaicas negociaram a soma de 1,25 bilhões de dólares que bancos suíços liberaram, em agosto de 1998, para sobreviventes da opressão nazista. Finkelstein deixa de lado toda a sutileza ou moderação para qualificar a estratégia dessas organizações. Elas teriam praticado, segundo o autor, “extorsão”. O dinheiro, na maior parte, teria sido destinado a museus, cátedras e monumentos que apenas perpetuam a “indústria do Holocausto”:

Nos últimos anos, a indústria do Holocausto tornou-se uma completa farra de extorsão. [...] O rabino Arthur Hertzberg aborreceu ambos os lados, ironizando que ‘*não se trata de justiça, mas de uma luta por dinheiro*’. Quando alemães ou suíços recusam pagar compensações, os céus se enchem com as virtuosas indignações das organizações judaicas. Mas quando as elites judaicas roubam os sobreviventes judeus, nenhuma ética é levada em consideração: só se trata de dinheiro. O Holocausto pode vir a se tornar o ‘*maior roubo da história da humanidade*’,¹⁷⁴.

¹⁷⁴ Finkelstein, Norman G. *A Indústria do Holocausto: Reflexões Sobre a Exploração do Sofrimento dos Judeus*, Tradução: Vera Gertel – Rio de Janeiro: Record, 2001 p. 97,99.

A historiadora e jornalista israelense, Idith Zertal lembra que referências ao Holocausto não eram habituais durante a fundação do Estado de Israel. Zertal ressalta dois momentos históricos essenciais para o uso do discurso do Holocausto, que passou a ser utilizado de forma mais comovente na retórica política israelense: os Julgamentos de Adolf Eichmann em 1961 e na Guerra dos Seis Dias de 1967, quando Israel ampliou suas fronteiras anexando os territórios da Cisjordânia, Colinas de Golã, Península do Sinai e a Faixa de Gaza. Nesse contexto Israel criou um consenso comum de que os judeus novamente estariam seriamente ameaçados de serem destruídos. A análise de Zertal ainda que destaque o uso político do Holocausto pelo Estado de Israel, ela critica esse uso por considerá-lo uma desonra e um menosprezo do sofrimento daqueles que sobreviveram a essa tragédia:

Dependendo das circunstâncias de tempo e lugar, as vítimas do Holocausto são trazidas de novo e se tornam uma função central nas decisões políticas israelenses, particularmente no contexto do conflito árabe-israelense, e especialmente em momentos de crise e conflagração – ou seja, em tempos de guerra. Desde 1948, até a atual e contínua explosão de violência, iniciada em outubro de 2000, não houve uma única guerra em Israel que não tenha sido entendida, definida e conceituada nos termos do Holocausto. Esse movimento, que no início tinha intenções e propósitos relativamente claros, visando fortalecer o poder israelense e a consciência do poder a partir da completa impotência judaica, se tornou com o tempo, à medida que a situação de Israel foi se afastando temporal e circunstancialmente do Holocausto, um clichê bastante desvalorizado. Auschwitz – como encarnação do mal total, supremo – foi e ainda é evocado quando se trata de problemas militares e de segurança, bem como de dilemas políticos que Israel tem se recusado a enfrentar e resolver, e cujo preço tem se recusado a pagar. Isso transforma Israel numa zona cinzenta a-histórica e apolítica, na qual Auschwitz não é um evento passado, mas um presente ameaçador, uma opção constante¹⁷⁵.

Sem dúvida a vitória espetacular na Guerra dos Seis Dias, em 1967, contra os árabes reforçou muito a identificação de uma grande parte de judeus espalhados pelo mundo com o Estado israelense, e também reacendeu o otimismo da população que vivia em Israel e agradou os religiosos nacionalistas que enxergaram nesse episódio um milagre dos Céus e um gesto de aprovação divina para o movimento sionista:

¹⁷⁵ Zertal, Idith. *Israel's Holocaust and the Politics of Nationhood* (O Holocausto Israelense e a política da nacionalidade) p.4 – citado por Butler, Judith - *Caminhos Divergentes, Judaicidade e Crítica do Sionismo*, Tradução: Rogério Bettoni – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 197.

Se os sionistas tivessem um mínimo de bom senso [...] eles proporião aos Estados árabes formarem juntos uma confederação que englobassem os palestinos, e assim recuperariam seus direitos. A paz é feita quando se é forte. E atualmente eles são fortes. Mas não a farão porque são orgulhosos e não aceitam qualquer tipo de concessão. Eles preferem colocar a vida de milhões de judeus em perigo permanente a ver um árabe presidir uma confederação dessa natureza. Eles acreditam ter ganhado essa guerra relâmpago e espetacular (Guerra dos Seis Dias). Talvez estejam hoje no auge do poder e, por essa razão, começa agora seu declínio. Não tardarão em ver todas as dificuldades que suas conquistas trazem consigo. O Ódio dos árabes aumentará e eles procurarão uma revanche. Os sionistas agora têm milhares de inimigos dentro de suas fronteiras. Aqui estamos no meio de um grande perigo¹⁷⁶. - Ruth Blau, 1978

A judia Ruth Blau fundamentou suas palavras, não através de uma interpretação da ciência política, mas através de seus valores judaicos ao fazer uma análise da situação de Israel, através de uma sensibilidade moral que enxerga o uso da força como uma armadilha e um perigo para a comunidade judaica, essas palavras foram repetidas depois pelo general francês Charles de Gaulle que disse: *“Israel, depois de um êxito militar arrasador, será prisioneiro de sua própria vitória”*.

O historiador e cronista israelense do diário *Haaretz*, Tom Segev, aponta que o seqüestro de Adolph Eichmann (Chefe da Seção de Assuntos Judeus no Departamento de Segurança de Hitler) no ano de 1960, na cidade de Buenos Aires, pelo serviço secreto israelense, o Mossad, e que foi levado depois para Jerusalém para um julgamento-espetáculo, foi o fato político que pôs em prática a base da ideologia “nacional” israelense e judaica. A partir desse acontecimento, em todo o mundo, quase todo judeu passou a se definir como um sobrevivente do Holocausto, e as pessoas em geral passaram a fazer essa associação. Pesquisas de opinião mostram repetidas vezes que a maioria dos israelenses considera-se sobreviventes do Holocausto, mesmo que sejam jovens e pertençam a famílias que originalmente vieram de países muçulmanos.

Durante o julgamento que durou vários meses foi dada a oportunidade para inúmeros depoimentos e testemunhos, carregados de emoção, de pessoas que relatavam as crueldades cometidas nos campos de concentração nazista, com grande cobertura na mídia, principalmente em Israel e nos Estados Unidos. Segev observa que quase todos os dias um artigo relacionado ao Holocausto aparece na mídia e que *“a maioria dos judeus israelenses internalizou a tentativa nazista de exterminar o povo judeu como uma pedra angular de sua identidade coletiva”*.

¹⁷⁶ Rabkin, Yakov M. *Judeus Contra Judeus: A História da Oposição Judaica ao Sionismo* Tradução: Miriam Xavier de Oliveira. Cotia, São Paulo: Acatu, 2009. p.173.

Em 1960, ano do julgamento de Eichmann, o Estado de Israel tinha apenas 12 anos, David Ben-Gurion era o Primeiro Ministro. Antes disso o tema do Holocausto era ainda pouco tratado. Os judeus que chegavam dos países árabes como o Iêmen, Síria, Egito, Iraque, Tunísia, Líbano, Marrocos, Turquia e Irã, não se sentiam identificados com o mal que se abateu sobre os judeus europeus ¹⁷⁷.

Os sionistas perceberam que faltava algo mais forte, do prisma emocional, que vinculasse a formação artificial do Estado israelense com um sentimento nacional que fosse capaz de unir os judeus, que chegavam dos quatro cantos do planeta, à recente pátria, judeus esses, com formações culturais e histórias tão diferentes. Os sionistas perceberam que o evento do Holocausto serviria a esse propósito e poderia criar esse forte sentimento nacional.

O julgamento de Eichmann durou um ano, e por fim ele foi condenado com pena de morte por seus crimes “*contra o povo judeu*” em vez de “*contra a humanidade*” conforme ressalta Hannah Arendt no seu livro: *Eichmann em Jerusalém* (1963), onde a autora questionou o julgamento pelo fato do Estado de Israel se eleger como “defensor” e representante de todos os judeus. Para Arendt, “*Eichmann não havia sido devidamente preso e extraditado para Israel; ao contrário, uma clara violação da Lei Internacional havia sido cometida a fim de trazê-lo à justiça*” ¹⁷⁸.

Assim Israel se arvorou, ele mesmo, em um Tribunal Internacional. O que é uma deformidade, pois o país não tinha sido agredido diretamente e nenhuma instância internacional conferiu-lhe essa prerrogativa. O julgamento foi uma sacralização do Estado de Israel, atingido pelo mundo, pelos crimes cometidos contra os judeus. Arendt, em seu livro se recusa a separar os judeus de outras nações perseguidas pelos nazistas. Gerhard Scholem, historiador e teólogo judeu-alemão, filiado ao movimento sionista, chama Arendt de “*sem coração*” pelas suas críticas ao Estado de Israel, e que essas críticas devia a sua incapacidade de amar o povo judeu. A filósofa judia respondeu dizendo que ela amava as pessoas, não povos.

¹⁷⁷ Foram transportados para a Palestina, logo na criação do Estado de Israel, nada menos do que 98% dos judeus do Iêmen, 99% dos judeus do Iraque e praticamente todos os judeus da Líbia, do Afeganistão, do Saara e, ainda, uma parcela muito significativa dos judeus do Irã, Marrocos, da Síria e do Egito.

¹⁷⁸ Braia, Nathaniel *O Apartheid de Israel – Racismo, Agressão e Usurpação: Os focos do Conflito Atual*, 2001, Editora Alfa-Omega, p.24.

Em seu livro *Caminhos Divergentes, Judaicidade e Crítica do Sionismo* (2017) Judith Butler faz uma alusão à Arendt:

Quando Arendt se recusa a amar o “povo judeu” ela se recusa a se apegar a uma abstração que serviu a propósitos questionáveis. Gerada por uma lógica histórica que separa o princípio abstrato – o povo judeu – da pluralidade vivente de seres que ele diz representar, essa versão do povo judeu só pode reforçar tanto o antissemitismo quanto seus opositores equivocados¹⁷⁹.

Para Arendt, qualquer ordem política considerada justa terá que garantir a igualdade de todos os cidadãos e todas as nacionalidades.

Ainda que concordasse com a condenação de Eichmann, ela discordou veemente dos procedimentos e dos fundamentos nos quais o julgamento por fim se embasou. Muitos foram críticos aos questionamentos públicos de Arendt ao tribunal em Israel, alegando que essas análises dirigidas às instituições políticas israelenses eram prematuras e inconvenientes.

O julgamento de Eichmann marca o início de um processo no qual o Holocausto foi transformado de um trauma não resolvido e tremendamente doloroso em memória nacional institucionalizada. Por fim, tornou-se um elemento essencial da identidade israelense - a cultura e a política do país.

Tom Segev explorou esse complexo relacionamento de Israel com o Holocausto em seu livro: *O Sétimo Milhão* (1993), onde disse que preservar a memória do Holocausto era um dos poucos assuntos que liga a sociedade israelense. Lembrar o genocídio com cerimônias e rituais tornou-se central para a religião cívica dos judeus; e suas atitudes em relação ao Holocausto tornaram-se parte de sua identidade. O livro de Segev é o primeiro a examinar a profunda influência desse evento na história do Estado de Israel, desde sua fundação em 1948 e a subsequente imigração em massa do início dos anos 50 até a Guerra dos Seis Dias e o desenvolvimento da capacidade nuclear de Israel. A história de como o Holocausto foi gradualmente transformado em tabu para uma parte central da vida cotidiana em Israel está conectada apenas em parte ao conflito árabe-israelense.

"O Holocausto hoje é uma parte muito central da identidade israelense, algo compartilhado por todos os israelenses, sejam eles religiosos, seculares, esquerdistas ou de direita, e até mesmo por alguns árabes"

Tom Segev, 1993

¹⁷⁹ Butler, Judith - *Caminhos Divergentes, Judaicidade e Crítica do Sionismo*, Tradução: Rogério Bettoni – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.139.

Para o jornalista brasileiro-israelense Nathaniel Braia, em seu livro: *O Apartheid de Israel – Racismo, Agressão e Usurpação: Os Focos do Conflito Atual* (2001), a criação desse “sentimento nacional” através do evento do Holocausto teve diversos motivos, como:

- O Holocausto era um tema que provocava fortes reações emotivas e era carregado de apelos sentimentais que unia todas as diferenças sociais e culturais envolvendo judeus de diversas origens;
- O Holocausto fortalecia a paranóia de perseguição que combinava um pacto de solidariedade, acima dessas diferenças culturais, estabelecendo o consenso de que agora os “agentes do mal” eram os árabes, assim como antes eram os alemães nazistas. Isso criaria uma identidade artificial, segregacionista com relação aos árabes cristãos e muçulmanos – entre árabes judeus e europeus judeus;
- O Holocausto fortalecia também a idéia de Israel como um país - refugio. O fato dos judeus terem sofrido tamanha perseguição concedia a eles o direito especial e “inquestionável” de autodefesa;
- A identificação do Estado de Israel com uma ideologia antinazista mascarava sua verdadeira essência colonialista, que nasceu com o genocídio do povo palestino;
- O Holocausto fortalecia a aliança do Estado israelense com o Ocidente em plena Guerra-Fria contra o bloco socialista.

Nos anos 70, na cultura cotidiana israelense, o idioma hebraico já havia se tornado uma língua comum; os hábitos culinários haviam se homogeneizado; o sentimento de pertencer a uma pátria já estava bastante fortalecido; diversos componentes culturais do passado iídiche ou árabe, que no começo eram rejeitados, deixaram de representar uma ameaça contra o novo Estado, e passaram a serem percebidos como expressões folclóricas inofensivas e aceitáveis.

“... sem o Holocausto não haveria Estado judeu.”
Robert B. Goldmann, jornalista

Primo Levi (1919-1987), cientista e escritor judeu italiano, que sobreviveu ao campo de concentração, e dedicou-se toda a sua vida a tentar responder à pergunta essencial de Auschwitz: "O que é um homem?"... Pode alguém ter sido homem em Auschwitz? Seu famoso livro *É isso um Homem?* (1963) foi considerado a obra memorialística das mais importantes no século XX. Em seus trabalhos como escritor e poeta, Levi conta as tragédias e o sofrimento dentro do campo de concentração de forma a manter o registro histórico e talvez para garantir que esses horrores jamais se repetissem na história.

Seu posicionamento e reflexões políticas são permeados pela experiência que o escritor vivenciou e sofreu. Essas posições políticas incluíam críticas ao uso do Holocausto para justificar uma política que para o autor, nenhum sobrevivente poderia tolerar. A escritora, filha de pais judeus, Judith Butler, em seu livro: *Caminhos Divergentes – Judaicidade e Crítica do Sionismo* (2017) aborda questões da judaicidade e apresenta sua crítica ao sionismo, discorre sobre o exemplo de Primo Levi:

Primo Levi, em entrevistas, insistiria em distinguir entre os valores judaicos e o Estado de Israel, manifestava sua esperança nas manifestações de esquerda contra o Estado dentro de Israel, e dizia que o 'sangue derramado' na região lhe doía, não só o sangue judeu, mas o sangue de todos. Depois de pedir pela renúncia de Begin e Sharon no jornal italiano 'La Repubblica', Levi recebeu cartas de israelenses criticando-o por adotar publicamente uma postura contra Israel (quando na verdade, ele estava adotando uma postura contra as ações militares israelenses). Levi criticou os bombardeios a Beirute e censurou a matança de palestinos indefesos em Sabra e Chatila, que, segundo relatos, incluiu assassinatos grotescos, com pessoas destroçadas e mulheres grávidas estripadas. Ações desse tipo, dizia Levi, o deixavam 'envergonhado e angustiado'.¹⁸⁰

Usado como instrumento, o Holocausto se torna uma forma de calar todas as críticas ao Estado de Israel e legitimar suas práticas condenáveis que deveriam ser devidamente contra-atacadas e rejeitadas.

"É atualmente uma doutrina oficial de propaganda, um martelar de slogans e uma falsa visão do mundo, cujo objetivo real não é entender o passado, mas manipular o presente. [...] a memória do extermínio nazista surgiu para servir como uma poderosa ferramenta nas mãos da liderança israelense e dos judeus estrangeiros"

Boaz Evron – jornalista e crítico israelense

¹⁸⁰ Butler, Judith - *Caminhos Divergentes, Judaicidade e Crítica do Sionismo*, Tradução: Rogério Bettoni – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.189

Para o judeu Yakov Rabin, professor catedrático de história na Universidade de Montreal, o Holocausto é um acontecimento que continua sendo essencial no discurso sionista:

Para a grande maioria dos sionistas, o Holocausto continua sendo a demonstração máxima dos perigos que ameaçam os judeus da Diáspora. O Holocausto legitimou a formação do Estado de Israel de maneira inegável. Depois da Segunda Guerra Mundial, o movimento sionista apresentou seu projeto político como uma reação ao Holocausto e conquistou, apenas dois anos depois do desaparecimento dos últimos fornos crematórios, a anuência das Nações Unidas para formar um Estado judaico. A prevenção de outro Holocausto também justificaria a hegemonia militar que o novo Estado alcançou desde o início e que continua reforçando. Entre aqueles que se opõem ao sionismo e ao Estado de Israel encontram-se tanto os judeus tradicionais como os Haredim, que sofreram proporcionalmente mais do que qualquer outro grupo judaico durante o Holocausto, como os judeus reformistas norte-americanos, que conseguiram se salvar da tragédia.¹⁸¹

O tema mexe com as sensibilidades modernas e ainda continua a ser um assunto de discussão e debate carregado de muita emoção. A lição que os sionistas tiram do Holocausto causa muitas críticas entre diferentes pensadores judeus como também o rabino Israel Domb de Londres:

Mais do que tirar conclusões concretas e aceitar esta manifestação da vontade divina como uma repreensão, eles optaram pela confusão que criou este golpe horrível a fim de explorá-lo com fins políticos que, de fato, são contrários aos interesses do povo judeu. A poderosa máquina de propaganda sionista foi rapidamente acionada depois da guerra com o objetivo de deformar e mal interpretar o significado desse acontecimento com a ajuda de um raciocínio supostamente lógico. Isto aconteceu, gritavam eles, porque os judeus nunca aceitaram a idéia sionista e porque nós não tínhamos os meios para nos defender e contra-atacar. Devemos, então, arma-nos em um território que seja nosso e, estabelecida a nação sionista, nosso futuro estará assegurado.¹⁸²

O rabino Abraham B. Hecht, líder sefardita, acusa as organizações sionistas na época da Segunda Guerra, de dificultar às tentativas e os esforços feitos para conseguir que os judeus pudessem ser recebidos em outros países:

“Todos os críticos acusaram os líderes sionistas de estarem mais preocupados com o futuro Estado do que com a sorte marcada dos judeus nos campos de extermínio”.

Hecht, 1961.

¹⁸¹ Rabkin, Yakov M. *Judeus Contra Judeus: A História da Oposição Judaica ao Sionismo* Tradução: Miriam Xavier de Oliveira. Cotia, São Paulo: Acatu, 2009. p.227

¹⁸² *Ibidem*, p.235

“O Holocausto é um instrumento que foi muito utilizado. De uma maneira cínica, podemos dizer que ele é um dos temas que melhor se prestam à manipulação do público e do povo judeu em particular, tanto em Israel quanto no exterior. Na política israelense, a lição que se tira do Holocausto é a de que um judeu desarmado equivale a um judeu morto”.

Yeshayahu Leibowitz - intelectual judeu, 1995

A paranóia de alguns sionistas chegou a levantar uma questão por parte dos críticos onde era perguntado se o próprio Ben Gurion era “humano”, pois em 1938, após a terrível “Noite dos Cristais”, um massacre na Alemanha contra os judeus, Ben Gurion teria dito:

Se eu soubesse que seria possível salvar todas as crianças judias levando-as para a Inglaterra ou mesmo enviando somente a metade delas para a Palestina, escolheria esta segunda opção, porque o que está em jogo não é somente a sorte dessas crianças, mas o destino histórico do povo judeu.¹⁸³

O movimento sionista foi indiferente à sorte dos judeus na Europa no período nazista - exceto quando o Holocausto podia servir a seus objetivos - a questão de salvar os judeus não se encaixava em seus planos políticos, dessa forma os líderes sionistas impedia a realização dos projetos de imigração desses judeus para outros países, com o objetivo de forçá-los a migrarem para a Palestina.

O mundo inteiro tem consciência do papel do Holocausto na formação do Estado de Israel, o genocídio favoreceu a adesão da ideologia nacionalista por parte dos judeus piedosos, já que muitos líderes religiosos e dirigentes comunitários judeus foram mortos no período da Segunda Guerra Mundial. Assim a confusão tomou conta na mente dos milhares de sobreviventes. O mundo se sensibilizou e estava aberto para corrigir a sua passividade durante o regime nazista, Dado isso, o triunfo do sionismo em 1948:

Com efeito, os fundadores do Estado de Israel convenceram a maioria dos países das Nações Unidas de que a única reparação e, ao mesmo tempo, a única solução para o ‘problema judeu’ seria o estabelecimento de um Estado. De acordo com eles, a presença de judeus na Diáspora era perigosa e somente um Estado independente poderia protegê-los. Ao mencioná-lo na Declaração de Independência, os sionistas estabeleceram um vínculo direto entre o Holocausto, episódio de destruição extrema, e o Estado de Israel, que é apresentado como o renascimento depois da destruição. A ligação entre os dois eventos é um mito fundador importante do Estado de Israel, mas, assim como muitos mitos, ignora a História. Hoje em dia, os historiadores concordam que foram mais os cálculos políticos e não o sentido coletivo da culpabilidade que explicam a aceitação do novo Estado pelas potências mundiais.¹⁸⁴

¹⁸³ *Ibidem*, p.240

¹⁸⁴ *Ibidem*, p.247

A maneira de lembrar o Holocausto no Estado de Israel representa bem a visão sionista do extermínio. O “Dia da Lembrança do Holocausto” (*Yom Há Shoá*), dia 11 de abril, foi adotado pelo governo israelense como o dia oficial da lembrança da catástrofe. Com o objetivo de reforçar a associação entre os dois mais importantes acontecimentos, o dia comemorativo precede em alguns dias do “Dia da Independência” (*Yom Ha Atzmaut*), 14 de maio. E o recado principal é dado: não haverá mais Holocausto porque o Estado nos protegerá.

Com o objetivo de assentar entre os israelenses e os judeus residentes de outros países a consciência e a idéia que o Estado israelense é fruto de uma reparação em razão do Holocausto, os educadores sionistas usam diversos meios, além do dia oficial do genocídio. Entre esses instrumentos está a “Marcha pela Vida”, que é um programa educacional anual, trazendo pessoas de todo o mundo para a Polônia e Israel para estudar a história do Holocausto. Ocorrendo anualmente no “Dia da Memória do Holocausto”.

O premiado cineasta israelense Yoav Shamir retratada essa marcha no documentário: *Difamação* (2009). O filme examina o termo antissemita, que se tornou um rótulo para todos aqueles que criticam o Estado de Israel. A organização sionista norte-americana ADL (Liga Anti-Difamação) vê o antissemitismo aumentando em todos os lugares, assim, Shamir descobre que a única resposta para isso é carimbá-lo duramente jogando sentimentos de culpa sobre o Holocausto. “*Por que as palavras Holocausto, nazistas e anti-semitismo aparecem com tanta frequência na imprensa israelense?*” pergunta Shamir.

No documentário o cineasta segue um grupo de estudante do ensino médio israelenses em uma viagem à Polônia, onde eles visitam Auschwitz, bem como uma série de outros locais notáveis do Holocausto. Ele descobre que esses estudantes israelenses são doutrinados com um senso exagerado do perigo do antissemitismo na Polônia. “*Somos criados para saber que as pessoas nos odeiam*”, diz um deles. Outro quer absorver o mantra que ele ouve de seus pais: “*Nunca perdoe, nunca esqueça*”. Antes de partirem para a Polônia, eles são informados: “*Você não terá contato com a população local, é muito perigoso*”.

Shamir nos mostra que a ameaça de outro Holocausto paira para esses estudantes israelenses. Eles vão a Auschwitz e acreditam que o soldado secreto israelense diz que eles estão em um "*país hostil*" e não podem sair de seu hotel à noite porque os neonazistas os atacarão¹⁸⁵

O acadêmico israelense Daniel Bar-Tal escreveu em um artigo intitulado: *Is an Israeli Jewish Sense of Victimization Perpetuating the Conflict With Palestinians?*, 2009, para o jornal israelense Haaretz:

A consciência dos judeus israelenses é caracterizada por um senso de vitimização, um complexo de perseguição, um patriotismo cego, beligerância, uma pretensa superioridade moral, desumanização dos palestinos e insensibilidade para com o sofrimento deles¹⁸⁶.

Para o historiador Yakov Rabkin:

“A identificação com a história judaica em sua versão sionista reforça a imagem de vítima. É nesses termos que o governo de Israel justifica habitualmente suas operações militares [...] é também nesses termos que muitos organismos judaicos apóiam as operações militares do governo de Israel diante da opinião pública internacional”¹⁸⁷.

Invocar o Holocausto no discurso social e político tornou-se um meio para que os poderosos neoconservadores e o Lobby de Israel usassem o trauma não resolvido do Holocausto, em alguns casos para gerar idéias e, em outros casos, para reprimi-los. O uso do Holocausto para manipular pessoas e sociedades para apoiar incondicionalmente Israel depende de uma particularização do Holocausto. Insiste, em outras palavras, que o mal nazista não pode ser comparado a qualquer outra forma de mal sistêmico. Insiste que as causas do colapso moral alemão não podem ser aplicadas em nenhum outro lugar.

¹⁸⁵ Shamir, Yoav *Defamation* (Título original: Hashmatsa) 91 min., 2009 - País: Israel

¹⁸⁶ Bar-Tal, Daniel, *Is an Israeli Jewish Sense of Victimization Perpetuating the Conflict With Palestinians?* 2009.

¹⁸⁷ Rabkin, Yakov M. *Judeus contra judeus: A história da Oposição Judaica ao Sionismo* Tradução: Miriam Xavier de Oliveira. Cotia, São Paulo: Acatu, 2009. p.176.

Não só as causas do colapso moral alemão podem ser vistas em outras nações e situações; tal análise deve ser aplicada a outras nações e situações, se quisermos aprender alguma coisa sobre como o mal sistêmico funciona. Sionistas não gostam disso, porque desejam discutir o Holocausto apenas dentro de um contexto de excepcionalismo judaico. Mas, infelizmente, há um nazista em todos - na verdade, essa é a coisa mais importante que o Holocausto nos ensina. Como Avraham Burg escreve o Israel de hoje se parece muito com a *República de Weimer*, não porque a cultura israelense é tão semelhante à cultura da Europa Central, mas porque o declínio no mal é sempre similar onde quer que ocorra. Como poderia Israel não se parecer com Weimer, quando muito do que passa por uma consciência nacional em Israel é simplesmente um trauma do Holocausto, que as pessoas não tentam desconstruir em linhas universais, mas às quais se apegam tanto como identidades pessoais quanto nacionais?

O Holocausto é usado de várias formas como instrumento de convencimento da política externa do Estado israelense, que trabalha de forma eficiente para calar seus críticos e gerar uma simpatia em direção ao Estado, assumindo-se como verdadeiro herdeiro coletivo dos milhões de vítimas da tragédia do Holocausto. Contudo essa forma de manipular a verdade está perdendo sua eficácia, construções mentirosas elaboradas astutamente por figuras proeminentes como Elie Wiesel e Simon Wiesenthal e a própria ADL - *Liga Anti-Difamação*, estão sendo denunciadas e questionadas a cada dia por historiadores, jornalistas e pessoas comprometidas com a verdade.

Para muitos judeus, o Holocausto oferece uma justificativa para a necessidade e a conveniência de existir um Estado na Palestina. Isso é aceitável e razoável para um grupo de sobreviventes da tragédia e certamente mais ainda para seus filhos e descendentes. Sem dúvida é preciso aprender com as grandes catástrofes e não se pode ignorá-las. Saber separar entre o sofrimento gerado pela calamidade e as explorações políticas desonestas do momento atual é algo que deve ser feito para fazer justiça à nossa história e lutar pela justiça no presente.

8. ALIANÇA: ESTADOS UNIDOS E ISRAEL

“Vamos transferir a embaixada dos Estados Unidos da América para a capital eterna do povo judeu, Jerusalém”.

Donald Trump, presidente dos Estados Unidos
Janeiro de 2017.

Donald Trump, presidente dos EUA emitiu declaração onde reconheceu Jerusalém como à verdadeira capital de Israel. Em seu programa de rádio, o rabino Yaakov Shapiro de Nova York, apresentou argumentos sobre o tema: *Jerusalém é a capital do povo judeu?* No programa ele se propõe a explicar porque Donald Trump está errado em reconhecer Jerusalém como capital de Israel:

Estive com ele até ele ter dito: “*A capital eterna do povo judeu*”. O presidente Trump tem o direito de tomar uma decisão de política exterior que ele queira. Se ele reconhecer Miami Beach como capital de Israel, problema dele. Mas, uma vez que começa a falar do povo judeu, ele está invadindo a religião e agora esse é o meu campo. Não há absolutamente nenhuma relação política entre o povo judeu e Jerusalém. É meramente uma cidade sagrada. O Povo judeu não tem uma capital, nunca tivemos uma capital, países têm capital, Estados têm capital, essa é a definição do dicionário de capital: cidade mais importante de um país ou região. Agora o povo judeu não é um país ou uma região, o povo judeu é uma comunidade religiosa. Nós oramos para Jerusalém, mas relacionamos com ela como uma cidade santa, não como uma capital política do povo judeu. É importante saber que os sionistas (europeus) foram os que começaram este negócio de a capital do povo judeu, e é uma idéia que entra em conflito diretamente com os ensinamentos do judaísmo. No Monte Sinai, no deserto, a Torá diz, a Bíblia diz sobre nós. Aí é quando convertemos a um povo. O povo judeu não é um povo devido a Terra, não somos um povo devido a uma língua, não somos um povo devido a uma cultura. Somos uma religião. E quando fomos introduzidos na religião e quando aceitamos a religião que nos foi dada por Deus, aí foi quando convertemos em o povo judeu. Não tínhamos terra, territórios. Não tínhamos uma cidade capital, e na verdade, nossos líderes (religiosos) dizem que a razão pela qual Deus deu aos judeus a Torá no deserto antes que entrassem na Terra Santa, foi para ensinar que as terras, ou um país, não tem nada a ver com a Judaicidade. Seu judaísmo é porque aceitamos a religião... Mesmo se tivéssemos que fingir que o povo judeu tivesse uma capital, isso não teria nada a ver com que se Jerusalém deveria ser ou não a capital de Israel, porque Israel não é o povo judeu. O Estado de Israel não tem nada a ver com a antiga comunidade judia. É um país que foi criado em 1948. Eles que administram o país, não são judeus religiosos. Eles são ateus. Os primeiros ministros israelenses desde David Ben-Gurion até Benjamin Netanyahu usaram a Bíblia como desculpa para se apropriarem da terra. Ben-Gurion disse: *O mandato não é a nossa Bíblia, mas a Bíblia é o nosso mandato*. – Este homem não tinha a crença que a Bíblia foi dada por Deus ou que Deus alguma vez falou com os profetas. Não acreditem muito menos em Benjamin Netanyahu. ”¹⁸⁸

¹⁸⁸ Rabbi Yaakov Shapiro: *Is Jerusalem the Capital of the Jewish People?* (Rabbi Yaakov Shapiro: Jerusalém é a capital do povo judeu?) – Tradução livre – 01 de maio de 2017 - Elfajar Elgadeed – Disponível: <<https://www.elfajar.blogspot.com.br/2018/01/rabbi-yaakov-shapiro-is-jerusalem.html>>

A professora de História Árabe da Universidade de São Paulo, Arlene Clemesha, em entrevista a Moisés Rabinovici no programa *Um olhar sobre o Mundo*, não vê crédito nas palavras do presidente norte americano:

De fato há um consenso que há um grande problema na medida em que Jerusalém é uma cidade disputada. O status final dessa cidade não cabe aos Estados Unidos definir, a ONU não reconhece a ocupação e a anexação israelense de Jerusalém oriental, por isso que as embaixadas dos países não são colocadas em Jerusalém, ou seja, Israel pode declarar essa cidade como sua capital, que já o fez muito antes, mas o reconhecimento de outros países em relação a isso é que é o problema. Porque esse reconhecimento daria legitimidade à declaração que Israel fez lá em 1949, quando Ben-Gurion declarou Jerusalém ocidental, que foi conquistada nesse momento, como a capital de Israel. E depois - em 1967 concretizou a ocupação de toda a Cisjordânia e de Jerusalém oriental - em 1980 essa cidade (ocidental e oriental) foi declarada una e indivisível por Israel e ratificada como sua capital. Mas essa declaração fica como uma declaração que só ganha força na medida em que outros países reconheçam, e a ONU já disse que essa ocupação é uma ocupação ilegal. Esse ato dos Estados Unidos coloca uma intromissão num lugar que é uma panela de pressão e deve ser um dos lugares mais tensos no mundo e então Trump vem num ato de muita irresponsabilidade colocar seu peso em um reconhecimento que sequer a ONU diz que seria legal ¹⁸⁹

Os Estados Unidos e parte significativa do Ocidente são um aliado histórico do Estado israelense, isso deve ser considerado e analisado quanto ao significado desses interesses. O Ocidente sustenta Israel desde o início da sua criação em 1948. Há 70 anos que esses países numa íntima aliança com o “Estado judeu” perceberam que o crescimento do nacionalismo árabe e dos movimentos de libertação no mundo árabe poderia ameaçar os seus interesses. É importante lembrar que há 70 anos, em 1948, crescia o número de poços de petróleo naquela região. Então, desde 1932, quando na Arábia Saudita foi descoberto o primeiro poço de petróleo, aquela região adquiriu um caráter estratégico. Essa localização geográfica estratégica o tornou sempre uma importante rota comercial marítima e terrestre. A Palestina é um elo que liga a Europa, África e Ásia.

¹⁸⁹ *Jerusalém: Atrás do Reconhecimento de uma Capital, um Conflito Milenar*. Programa Um Olhar sobre o Mundo. São Paulo, 28:58 min. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/um-olhar-sobre-o-mundo/2018/04/jerusalem-atras-do-reconhecimento-de-uma-capital-um-conflito-milenar> Acesso em: abril de 2018.

Para o professor Reginaldo Nasser, professor do Departamento de Relações Exteriores da PUC-SP, é importante fazer uma análise dentro de uma perspectiva geopolítica sobre a região do Oriente Médio:

A construção da região é um produto dos impérios. Na Liga das Nações, no Tratado de Versalhes havia uma discussão sobre algumas possibilidades do Oriente Médio. Poderia continuar na história do colonialismo (como estabelecido na África), poderia haver independência dos estados. (O tema da autodeterminação dos povos estava na ordem do dia na Liga das Nações através do presidente Woodrow Wilson), e poderia outra coisa. E veio essa outra coisa, que era algo novo para o século XX. Essa outra coisa nasceu de certa articulação entre os norte-americanos e os europeus. Os norte-americanos não poderiam aceitar a rendição de um colonialismo à antiga, mas também eles não queriam aceitar a independência, e ali o argumento era o argumento da incapacidade. Os norte-americanos diziam que eles tinham o direito, e era preciso respeitar esse princípio, mas que eles não tinham capacidade para desenvolver isso, e, portanto, deveria haver uma transição. E essa transição deveria ser feita por meio de uma tutela, que são os sistemas de mandatos. É a mesma idéia que vários organismos internacionais como o Banco Mundial, os EUA na sua política externa e a Inglaterra trabalham com a idéia de estados falidos, fracos, ou seja, os incapacitados. Isso já era um sinal, que havia um poder em ascensão, que eram os Estados Unidos, e eles tinham uma concepção diferente dos europeus, outra forma de império, de realização econômica e política no domínio dos espaços e do território, é outra lógica. E, portanto, essa lógica que vem com os norte-americanos, ela vai se realizar entre outras coisas, com a criação do Estado de Israel. Não que a criação de Israel seja só obra dos Estados Unidos... Israel nasce num contexto de apoio explícito que já vinha da comunidade internacional e poderes econômicos muito fortes. Israel é a realização de um projeto de ocupação territorial e desenvolvimento do capitalismo no Oriente¹⁹⁰.

Essa proximidade de Israel com Estados Unidos concretiza uma forte estratégia geopolítica e se consolida após a vitória norte-americana na Segunda Guerra Mundial. Com o término da guerra os EUA foram os promotores do “*Plano das Nações Unidas para a Partilha da Palestina*”, que foi aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1947 pela resolução 181. Durante a Guerra Fria essa relação se fortaleceu com a ajuda econômica e política dos norte-americanos para Israel. Israel passa a ser um forte aliado atuando como um agente dos EUA no Oriente Médio e as derrotas impostas por Israel à Síria e o Egito, os dois aliados da URSS, fortaleceu a aliança entre os dois países. O apoio incondicional dos EUA ocorreu em todos os conflitos árabe-israelenses desde então. Em 1967 na Guerra dos Seis Dias, na qual Israel ocupou a Cisjordânia e a

¹⁹⁰ Reginaldo Nasser, Soraya Misleh e Simone Ishibashi debatem “*A questão palestina*” no II Salão do Livro Político. – 1h44min. Publicado em 15 de jun de 2016. TV Boitempo. Visto em 7 de janeiro de 2018. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=jg3gkC6PX8M&t=3478s>>.

Faixa de Gaza, os norte-americanos viram a possibilidade de ter um papel de liderança naquela região do Oriente Médio e que o apoio de Israel facilitaria o processo. Nos anos 80 os EUA continuariam com o apoio econômico e político, protegendo e defendendo Israel da imposição das sanções internacionais por meio da prerrogativa de ocupar a cadeira no Conselho de Segurança da ONU e ter poder de veto. Desde 1982, mais de 30 resoluções contrárias a Israel foram barradas pelo governo dos EUA.

Os EUA sempre forneceram armas para Israel desde a Segunda Guerra para tentar conter a força da então União Soviética na região, cujos aliados maiores sempre foram o Egito, de Gamal Abdel Nasser e a própria Síria. Como os americanos nunca conseguiram tirar esses países da órbita de influência soviética acabaram por apoiar firme e abertamente Israel como seus verdadeiros parceiros na região. A existência de Israel passa a ser parte de um projeto de colonização da região, que procurou criar um estado artificial, uma espécie de “cabeça de ponte”, em uma região que é inteiramente árabe.

Os interesses geopolíticos durante a Guerra Fria atraiu uma grande disputa ideológica e territorial, com grande ênfase no papel do Estado. Israel neste cenário tem um papel importante como lembra o intelectual israelense Noam Chomsky em entrevista no Programa Roda Viva da TV Cultura em dezembro de 1996:

(...) O primeiro compromisso dos sionistas com um Estado judeu foi em 1942 nos Estados Unidos. Antes disso, incluía fortes tendências binacionalistas mesmo incluindo a liderança de David Ben-Gurion e outros... [...] Principalmente depois de 1967, com as conquistas, tornou-se um apêndice dos Estados Unidos. Então agora é o 51º estado, o que não é muito preciso porque recebe muito mais subsídios federais do que qualquer outro dos 50 estados originais. Assim sendo é um posto avançado do poder dos Estados Unidos... Os Estados Unidos tomaram da Inglaterra a dominação do Oriente Médio em 1945, como assumiram o domínio da América do Sul. Parte do sistema constitui um tipo de guardas locais... ou como o Secretário de Defesa os chamou: policia local de ronda. A sede da policia fica em Washington, Israel é uma delas. Faz parte de um imenso sistema que se estende do Pacífico até os Açores, que visa o Oriente Médio, controlando o petróleo, o sistema de petróleo.¹⁹¹

¹⁹¹ Programa Roda Viva | Noam Chomsky | 1996 1h31min. Publicado em 5 de outubro de 2017, Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=Zx6VIKOU1AM>> Acessado em 10 de novembro de 2017.

Para o professor Reginaldo Nasser, isso é uma questão de hegemonia norte-americana:

Terminada a Guerra Fria, inaugura uma nova fase de guerra. O Iraque. De lá pra cá, dos dez grandes conflitos no mundo, sem levar em conta os pequenos conflitos e guerras civis, nove ocorreram no Oriente Médio, todos com o envolvimento dos Estados Unidos. É uma questão clássica de hegemonia. No Oriente é onde tem a maior resistência à hegemonia norte-americana. O grande triunfo dos norte-americanos é dizer: Quem eram nossos dois grandes inimigos na Segunda Guerra? Japão e Alemanha. O que aconteceu com eles? Aderiram completamente os valores norte-americanos. Isso é hegemonia. Numa pesquisa no Japão, vários jovens japoneses não tem muita dimensão o que foi a tragédia Hiroshima e Nagasaki, nem a dimensão o que foi a guerra. Isso é hegemonia. E isso não tem no Oriente Médio.¹⁹².

A aliança EUA-Israel contra a URSS durante a Guerra Fria no Oriente Médio, após a queda do Muro de Berlim foi substituída pela aliança anti-muçulmana, que ganhou muita força após o 11 de Setembro. Todos os presidentes norte-americanos desde então têm reafirmado essa forte aliança entre os dois países, aliança que nunca foi questionada nem em acordo de paz, nem na Operação Chumbo Fundido em 2008, que foi uma grande ofensiva militar da Defesa de Israel na Faixa de Gaza que causou a morte de 1.203 palestinos, deixando mais de 5 mil feridos. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até hoje, os Estados Unidos destinaram para Israel 154 bilhões de dólares. Israel é atualmente o maior beneficiário dos fundos alocados pelo governo dos Estados Unidos.

"Por suas capacidades únicas e seu poder inigualável os Estados Unidos devem continuar exercendo influência tanto na Europa quanto na área do Pacífico; devem conduzir a Rússia à democracia e promover a paz no Oriente Médio; devem continuar forjando um sistema econômico global; devem lutar e ganhar a guerra contra o crime internacional e deter o terrorismo; lutar contra a fome, controlar as enfermidades, proteger aos refugiados; se necessitamos usar a força é porque somos os Estados Unidos da América, a nação indispensável. Somos aqueles que têm a capacidade de ver muito além do futuro".

Secretária de Estado dos Estados Unidos Madeleine Albright, 1996

¹⁹² Reginaldo Nasser, Soraya Misleh e Simone Ishibashi debatem "*A questão palestina*" no II Salão do Livro Político. – 1h44min. Publicado em 15 de jun de 2016. TV Boitempo, Visto em 7 de janeiro de 2018. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=jg3gkC6PX8M&t=3478s>>

8.1 O lobby judeu nos Estados Unidos

"A grande maioria do Senado dos Estados Unidos, ao redor de 85% do mesmo, encontra-se à completa disposição de Israel, para cumprir qualquer coisa que ele queira". - Senador William Fulbright, 1973.

Edward Tivnan, jornalista em Nova York, em seu livro *The Lobby: Jewish Political Power and American Foreign Policy* (1988), apresenta uma visão credível do lobby pró-Israel nos EUA. O autor na maior parte do livro destaca as ações do *American-Israeli Public Affairs Committee* (AIPAC) - Comitê de Assuntos Públicos Americano-Israelense, que é o único lobby registrado nos Estados Unidos para Israel, é sem dúvida o grupo mais influente e forte de pressão pró Israel nos Estados Unidos, pois possui mais de 100 mil membros (onde alguns membros são dedicados tão somente a pressionar o Congresso, a Casa Branca, e todos os órgãos da administração na tomada de decisões políticas que podem comprometer os interesses de Israel) ¹⁹³.

De acordo com Edward Tivnan, a principal razão que leva os Estados Unidos a apoiar Israel é a existência nos EUA desse lobby que direciona a política externa dos EUA, de forma que esta fique em sintonia com os interesses israelitas. Tanto a AIPAC como outros grupos como a Conferencia dos Presidentes das Principais Organizações Judaicas dos Estados Unidos ¹⁹⁴ atuam em estreito contato com o governo israelense, em particular com o *Likud* (que representa os sionistas conservadores) - Atualmente o partido lidera o governo, tendo como primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

O sistema político norte-americano, onde o processo eleitoral recebe uma forte influência dos empréstimos concedidos por particulares, assegura uma grande vantagem para esse lobby. Em 1996, inúmeras organizações judaicas ajudaram com mais de 50% dos recursos usados pelo presidente democrata Bill Clinton durante a sua campanha

¹⁹³ O jornal Washington Post, através de seu correspondente Mike Allen, informou que na Conferência Anual do AIPAC em 1998, estavam entre os presentes a metade do Senado dos EUA, 90 membros da Câmara de Representantes e 13 funcionários superiores do governo norte-americano, incluindo o Chefe de Gabinete da Casa Branca, Andrew Card, que foi aplaudido de pé quando declarou em hebraico, "*Viva o povo de Israel!*" - *EEUU: Satélite de Israel?* Manuel Cambeses Junior, abril de 1998 - Disponível: <<http://alfredo-braga.pro.br/discussoes/euaisrael.html>>

¹⁹⁴ Conhecida pelo público em geral, tem uma tremenda influência em Washington, especialmente no poder executivo. Sediada em Nova York, se supõe que a conferência expresse a opinião das 52 organizações judias que formam seu conselho, mas na realidade tende a refletir os pontos de vista de seu vice-presidente executivo, Malcolm Hoenlein. Hoenlein têm tido, há muito tempo, laços estreitos com o Partido Likud de Israel. *EEUU: Satélite de Israel?* Manuel Cambeses Junior, abril de 1998 - Disponível: <<http://alfredo-braga.pro.br/discussoes/euaisrael.html>>

para a reeleição. A força e o peso financeiro do lobby são usados para influenciar as nomeações dos congressistas e também das lideranças executivas do sistema estadunidense, de forma a colocar em prática as políticas decididas por Israel. E a influência desse lobby se estende também para a grande mídia e para a indústria de Hollywood, permitindo o controle e a manipulação de uma grande parte do público nos Estados Unidos.

O relacionamento entre os EUA e Israel foi se aprofundando paulatinamente no tempo, mas, como afirmou o professor que lecionou na Universidade Hebraica em Jerusalém (1963-1975) Alan Dowty: *"Não foi um simples processo linear de crescente cooperação, mas uma sucessão de situações de barganha tendenciosa, com diferentes componentes estratégicos e políticos em cada uma delas."*¹⁹⁵.

Outra obra que merece destaque foi escrita pelos renomados intelectuais estadunidenses: Steve Walt e John Mearsheimer. Steve Walt é professor de Assuntos Internacionais da Universidade de Harvard. Mearsheimer é professor de Ciências Política da Universidade de Chicago e co-diretor do Programa de Política de Segurança Internacional. Os dois autores escreveram um livro chamado: *The Israel lobby and US foreign policy*, 2008 (O lobby de Israel e a política externa dos Estados Unidos), cujo papel norte americano é apoiar as políticas de Israel, mesmo que estas vão contra os interesses dos EUA. Aqui eles também mencionam a organização sionista AIPAC e também fazem referência a outra organização judaica: LAD (Liga Antidifamação) que também coopera nesse lobby silenciando àqueles que criticam as políticas de Israel, dizendo que eles são na verdade antissemitas disfarçados.

O livro é dividido em duas partes. A primeira, cujo título é "Os Estados Unidos, Israel e o Lobby", os autores tratam de temas sobre Israel como o grande beneficiário desse poderoso lobby, as estratégias dos judeus no mundo e seus objetivos, a dualidade da moral política nesse caso do apoio americano aos judeus e ao seu Estado nacional.

¹⁹⁵ Alan Dowty em 2005-2007 foi presidente da Associação para Estudos de Israel. Ele publicou sete livros e mais de 130 artigos sobre Oriente Médio, política externa dos EUA e relações internacionais. No original: *"not a simple linear process of growing cooperation, but rather a series of tendentious bargaining situations with different strategic and political components in each."* - Prof. Alan Dowty, foreword in Abraham Ben-Zvi, Lyndon B. Johnson and the Politics of Arms Sales to Israel: in the shadow of the hawk, p. vii. Routledge, 2004. ISBN 0714655805.

Os autores procuram descrever em detalhes o que seria esse lobby, como ele funciona e quem são seus principais membros, apoiadores, articulistas etc.

Na segunda parte do livro, cujo título é “O Lobby Em Ação”, os autores passam a detalhar como age o lobby, seus efeitos, suas conseqüências, seus resultados, sua força, sua influenciam no congresso e principalmente na Casa Branca. Um dos capítulos dessa segunda parte trata da invasão do Iraque, como política externa estadunidense e o “sonho” da transformação do Oriente Médio. Aborda ainda o papel da Síria nesse cenário cheio de conflitos, do Irã e por fim, a situação do Líbano.

Os autores descrevem o apoio dos Estados Unidos a Israel em qualquer situação. Essa descrição de apoio é feita em profundidade sobre os aspectos econômicos, militares e diplomáticos. No campo econômico, os números são por demais de fartos. Fala-se em 154 bilhões de dólares a fundo perdido já teriam sido gastos nesses anos todos. Mais recentemente, a estimativa é de que de vários tipos de ajuda que os norte-americanos dão anualmente a Israel, situe-se na faixa de três a cinco bilhões de dólares.

No campo militar também os números são grandes. Grande comprador de equipamentos militares estadunidenses, Israel também se envolve no desenvolvimento conjunto de tecnologia militar e, regularmente, realiza exercícios militares conjuntos com os EUA e outras forças aliadas. Segundo o embaixador Chase W. Freeman Jr. os contribuintes americanos financiam 20% a 25% do orçamento israelense de defesa. Segundo Chase, o governo americano também trabalha duro para proteger Israel das conseqüências das suas políticas e ações nos territórios ocupados ou contra países vizinhos ou, mais recentemente, em águas internacionais. Os cerca de 40 vetos dos Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU para proteger Israel são, segundo o embaixador, apenas a ponta do iceberg: além disso, os Estados Unidos arcaram com enormes custos políticos ao bloquear um número muito maior de reações da comunidade internacional contra o comportamento de Israel, afirma o embaixador.

Os Estados Unidos venderam muitas das aeronaves utilizadas pela Força Aérea de Israel, incluindo os F-15, F-16 e os helicópteros Apaches. No livro são descritos todas as armas de destruição em massa vendidas pelos EUA a Israel e a questão desse país ter mesmo a bomba atômica, sem que os Estados Unidos nunca fizessem um movimento para que estes assinassem o Tratado de Não-Proliferação de armas nucleares (tais pressões valem apenas para o Irã, Brasil e Coreia do Norte).

No campo diplomático, chama a atenção o dado de que nada menos do que seis primeiros ministros de Israel falaram no Congresso dos Estados Unidos! Nenhum outro país e um representante seu teve tantas vezes essa presença no legislativo federal americano. Isso mostra a força desse lobby. Essa força diplomática se mostra sempre presente em todas as votações no Conselho de Segurança da ONU. Os americanos vetaram, obstaculizaram 42 resoluções contrárias a Israel no Conselho de Segurança das Nações Unidas entre 1972 e 2000 (sem mencionar de 1948 até 1972 e depois de 2000). Na verdade, esse número deve ser pelo menos 50% maior.

A despeito de majoritariamente composto por indivíduos de origem judaica, o lobby também inclui não judeus, sobretudo protestantes fundamentalistas, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. O apoio do fundamentalismo protestante ao sionismo se dá por conta de uma interpretação controvertida e forçada de profecias bíblicas. Algumas correntes evangélicas sustentam que Jesus Cristo voltará a Terra - Segunda Vinda - somente quando os judeus estiverem reunidos na Terra Santa. Como esses grupos supõem a iminência desse evento, eles apóiam "fundamentalisticamente" os objetivos do sionismo internacional, pois isto supostamente "apressaria" a Segunda Vinda.

Segundo o professor Mearsheimer, está ficando cada vez mais difícil sustentar, de maneira convincente, o argumento de que qualquer quem critica o lobby israelense ou o Estado de Israel é antissemita ou é um judeu *self-hate* (que odeia a si próprio).

A Neturei Karta, ativa organização judaica que se opõe ao sionismo por considerá-lo contrário aos preceitos do judaísmo, também critica a atuação do lobby sionista. No seu *website*, a organização refere-se aos "*vultosos recursos que o lobby sionista investiu para destruir carreiras de políticos dos Estados Unidos que tivessem manifestado reservas acerca da subserviência desta nação a Israel.*" ¹⁹⁶.

¹⁹⁶ Neturei Karta - Disponível: <<http://www.nkusa.org>>

9. A QUESTÃO PALESTINA

“Meu falecido pai esteve em Auschwitz. Minha falecida mãe esteve no campo de concentração de Maidanek. Cada um dos membros da minha família por parte de ambos foi exterminado. E é precisa e exatamente pelas lições que meus pais ensinaram a mim e a meus dois irmãos, que não permanecerei em silêncio quando o Estado de Israel cometer seus crimes contra os palestinos. E considero que não há nada mais depreciável que usar o sofrimento e martírio dos judeus para tratar de justificar a tortura, a brutalização, a demolição de moradias, que Israel comete diariamente contra os palestinos”¹⁹⁷.

Norman Finkelstein

“O que é espantoso é ver como os judeus, há tão pouco tempo expulsos das suas casas, espoliados dos seus pertences e por fim exterminados, procederem sem pestanejar à destruição de aldeias palestinas, com expulsão dos seus habitantes e massacres daqueles que se recusaram a sair”.

Ilan Pappé - A Limpeza Étnica da Palestina – 2006

O famoso mito bem conhecido: *“Uma terra sem povo para um povo sem terra”*

¹⁹⁸ (frase essa atribuída ao escritor anglo-judeu e ativista político Israel Zangwill) virou um o grande slogan sionista no final do século XIX e início do século XX. Em um debate no artigo da *Club*, em novembro do mesmo ano, o próprio Zangwill disse que:

A Palestina tem uma pequena população de *árabes* e *‘fellahin’* vagando, sem lei, chantageando as tribos beduínas. Podemos varrer o chantagista seja ele *‘paxá’* ou *‘beduíno’*, nós podemos fazer o deserto florescer como a rosa, e se acumulam no coração do mundo uma civilização que pode ser mediadora e intérprete entre o Oriente e o Ocidente¹⁹⁹

¹⁹⁷ *American Radical: As provas de Norman Finkelstein* 2009, 84 min. Visto em 22 de dezembro de 2017. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=yloK-JbQpgQ&t=47s>.

¹⁹⁸ Zangwill, Israel. *The Return to Palestine*, New Liberal Review, Dec. 1901, p. 615.

¹⁹⁹ Zangwill, Israel. *The Commercial Future of Palestine*, Debate at the Article Club, 1901. Publicado por Greenberg & Co. Also published in *English Illustrated Magazine*, Vol. 221, 1902 pp. 421–430.

Ainda em 1902, escreveu Zangwill que a Palestina "*permanece, neste momento, a um território turco abandonado e em ruínas quase desabitadas*" ²⁰⁰. No entanto, dentro de alguns anos, Zangwill tinham "plena consciência do perigo árabe", dizendo a uma audiência em Nova York: "*Os territórios de Jerusalém já estão duas vezes mais densamente povoados que os Estados Unidos*", deixando os sionistas a escolha de dirigir os árabes para fora ou lidando com uma "*grande população alienígena*" ²⁰¹. Em 1908, Zangwill disse a um tribunal de Londres que tinha sido ingênuo quando ele fez seu discurso de 1901 e tinha consciência da grande densidade populacional da Palestina, "*Infelizmente, foi um erro enganoso. O país possui 600 mil árabes*". Em 1913, ele foi ainda mais longe, atacando aqueles que insistiam em repetir que a Palestina era "*vazia e abandonada*" e que eram traidores por comunicar de outra forma ²⁰².

De acordo com Zeev Jabotinsky, Zangwill lhe disse em 1916 que:

Se você deseja dar um país a um povo sem pátria, é tolice absoluta permitir que este país seja uma pátria de dois povos. Isso só pode causar problemas. Os judeus vão sofrer e assim vai acontecer com os seus vizinhos, e só teríamos uma solução: um lugar diferente deve ser encontrado tanto para os judeus ou para os seus vizinhos²⁰³.

Em 1914, Chaim Weizmann, mais tarde presidente do Congresso Sionista Mundial e o primeiro presidente do Estado de Israel, disse:

Em sua fase inicial, o sionismo foi concebido por seus pioneiros como um movimento totalmente dependendo de fatores mecânicos: há um país que passa a ser chamado de Palestina, um país sem um povo, e, por outro lado, existe o povo judeu, que não possui nenhum país. Que mais é necessário, então, que para unir a faca com o queijo, para unir este povo com essa terra? Os donos do país [os turcos otomanos?] deve, portanto, ser persuadido e convencido de que este casamento é vantajoso, não só para os [judeus] as pessoas e para o país, mas também para si mesmo.²⁰⁴

²⁰⁰ Zangwill, Israel. 1902. *Providence, Palestine and the Rothschilds*. The Speaker. (125): 582–583.

²⁰¹ Zangwill, Israel. 1921. *The Voice of Jerusalem*, MacMillan, p. 92, reporting 1904 speech.

²⁰² Maurice Simon 1937. *Speeches Articles and Letters of Israel Zangwill*. London: The Soncino Press. p. 268.

²⁰³ Cited in Yosef Gorny, *Zionism and the Arabs, 1882–1948* Oxford: Clarendon Press, 1987, p. 271.

²⁰⁴ Weizmann, 28 March 1914, in Barnet Litvinoff, (ed.), *The Letters and Papers of Chaim Weizmann*, Vol.I, Series B (Jerusalem: Israel University Press, 1983), pp.115–6.

O historiador judeu Norman Finkelstein interpreta a frase como uma tentativa pelos sionistas de negar uma nação palestina²⁰⁵. Outro historiador israelense Avi Shlaim afirma que o slogan empregado por Zangwill foi utilizado para fins de propaganda, mas que os líderes sionistas estavam cientes de que "*o seu objetivo de estabelecer um Estado judeu em um território habitado por uma comunidade árabe não poderia ser alcançado sem induzir, de uma forma ou de outra, um grande número de árabes a deixar a Palestina*"²⁰⁶.

Anita Shapira, também historiadora israelense, escreveu que a frase era comum entre os sionistas do final do século XIX e início do século XX e "*continha uma legitimação do direito judeu a terra e acabou com qualquer sentimento de mal-estar que um concorrente para esta afirmação possa parecer*"²⁰⁷. Boaz Neumann, que foi professor do Departamento de História na Universidade Tel Aviv, também escreveu que os pioneiros sionistas usaram a frase, citando um livro de David Ben-Gurion e Yitzhak Ben-Zvi²⁰⁸. Os escritos dos primeiros sionistas (*Halutzim*) estavam cheios de expressões da Palestina como uma terra desolada e vazia.

O historiador Nur Masalha refere o slogan como prova de uma intenção sionista de levar a cabo um programa de limpeza étnica da população árabe da Palestina - um programa eufemisticamente chamado de "transferência"²⁰⁹. Os primeiros núcleos de colonos promovidos pelos sionistas foram caracterizados pela remoção e pela expulsão dos palestinos.

Por volta do fim de 1947, a liderança sionista se reuniu e elaborou o *Plano Dalet*. O *Plano Dalet* tinha o propósito de garantir as fronteiras de Israel pela limpeza étnica, expulsão e destruição das aldeias, cidades e urbanizações palestinas. O Plano foi efetuado pelas forças armadas sionistas (*Irgun* de Menachem Begin e a *Stern Gang* de

²⁰⁵, Finkelstein, Norman G. *Image and Reality of the Israel-Palestine Conflict* Published by Verso, 2003, Capítulo II

²⁰⁶ Shlaim, Avi *It Can Be Done* 1994, London Review of Books.

²⁰⁷ Shapira, Anita. *Land and Power: The Zionist Resort to Force, 1881–1948* (Studies in Jewish History)/ Oxford University Press, 1992, pp. 41.

²⁰⁸ Neumann, Boaz. *Land and Desire in Early Zionism*. 2001, Brandeis University Press. pp. 79

²⁰⁹ Masalha, Nur, *A Land Without a People: Israel, Transfer and the Palestinians, 1949–96*, Farber and Farber, 1997

Itzhak Shamir). E finalmente em março eles começaram um ataque para garantir o controle de áreas que seriam de Israel pela partilha.

Em 13 de março a 15 de maio de 1948, duzentas aldeias foram ocupadas, e seus habitantes expulsos. Como resultado, mais de 250.000 palestinos foram expulsos. Tudo isso ocorreu antes que a guerra de 1948 tivesse começado, antes que nenhum soldado regular dos exércitos árabes pisasse o solo palestino.

A Grã Bretanha tinha quase 70.000 soldados na Palestina. O seu mandato, que duraria até 15 de maio de 1948, era para manter a lei e a ordem e para proteger os civis. Mas parecia que esses acontecimentos não tinham muita importância para o império. Em fevereiro de 1948, o líder David Ben-Gurion escreveu para o seu ministro das relações exteriores: *“Nós estamos em condições de não apenas defender, mas de tomar a Palestina por inteira. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Podemos enfrentar todas as forças árabes”*.

Confiantes em sua vitória, os sionistas declararam independência em 14 de maio de 1948 e Ben-Gurion tornou-se o Primeiro-Ministro. Em 15 de maio de 1948, sete países árabes declararam guerra a Israel e invadiram a Palestina. Numa divulgação pública conjunta eles expuseram suas razões. A agressão sionista na Palestina resultou no êxodo de um quarto de milhão de seus habitantes, e sua busca de refugio nos países árabes vizinhos.

No começo da guerra de 1948, as forças árabes alcançavam em torno de 22.000 soldados, os sionistas tinham 40.000 soldados. Os jordanianos tinham um exército que equilibrariam as forças. Entretanto, o rei Abdalla decidiu mantê-lo fora. Ao invés disso, ele defendeu apenas as partes que ele queria anexar à Jordânia: Jerusalém e a Cisjordânia. Sobre esse momento importante, filósofa judia Hannah Arendt escreveu:

Mesmo se os judeus pudessem ganhar a guerra [...] os judeus vitoriosos estariam rodeados de uma população árabe totalmente hostil, isolado atrás das fronteiras ameaçadas, absorvido pela necessidade de autodefesa física. [...] E este seria o destino de uma nação que – pouco importa o número de imigrante que possa assimilar e também pouco importa até onde possam ir suas fronteiras – acolherá um povo muito pequeno diante de vizinhos hostis muito mais numerosos ²¹⁰.

²¹⁰ Arendt, Hannah. *To Save the Jewish Homeland*, publicado em maio de 1948.

O professor Charles D. Smith (professor emérito da história do Oriente Médio na Faculdade de Estudos do Oriente Médio da Universidade da Arizona), em entrevista para o documentário: “*The Zionist Story*”, 2009, diz:

Um dos mitos dessa época é que você tinha um pequeno Israel, e mais tarde na guerra, quando os exércitos árabes invadiram, virou Davi contra Golias. Eles estavam enfrentando forças poderosas, mas isso nunca foi verdade, porque Israel tinha muito mais tropas que os Estados árabes, que tinham exércitos muito pequenos. Quando houve a invasão dos exércitos árabes: Egito, Síria, algumas tropas do Iraque e algumas sauditas, os libaneses contavam muito pouco, e havia os transjordânianos que se tornaria a Jordânia (que incluía a Cisjordânia depois de 1948), não havia nenhuma coordenação, pois ninguém confiava no rei Abdallah da Transjordânia. Porque ele estava em transações com os sionistas. Eles tinham certo pacto de não agressão, seguramente havia negociações e acordos. Embora os mapas indiquem que houve um ataque da Transjordânia contra Israel, na verdade não houve nenhum ataque. Eles só mantiveram suas posições na Cisjordânia. Onde houve conflito foi em Jerusalém. Os sionistas quando se confrontavam com os Egípcios, por exemplo, eles não tinham de se preocupar com sua retaguarda por causa da Transjordânia. Por que a Transjordânia não iria atacá-los.²¹¹

A Jordânia ocupou a Cisjordânia e anexou formalmente esses territórios em 24 de abril de 1950. Como resposta, alguns países árabes exigiram a expulsão da Jordânia da Liga Árabe. O rei jordaniano Abdallah foi assassinado por um militante palestino enquanto visitava a Mesquita de Al-Aqsa, em meio a rumores que tinha a intenção de assinar um tratado de paz com Israel.

Enquanto a guerra prosseguia, os sionistas aumentaram suas operações de limpeza étnica, aldeões foram expulsos em massa, e massacres ocorreram em muitos lugares. A maior expulsão e massacre ocorreram na aldeia de *Lydda e Ramleh*²¹²,

²¹¹ *The Zionist Story*, 2009, 75min. Direção: Ronen Berelovich Visto em 21 de setembro de 2017. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=wA1lDow-0rk>>.

²¹² O êxodo palestino de 1948 de Lydda e Ramleh foi também conhecido como a *Marcha da Morte de Lydda*. As duas cidades árabes, que se encontravam fora da área designada para um Estado judeu no Plano de Partição da ONU de 1947, e dentro da área reservada para um Estado árabe na Palestina, posteriormente foram transformadas em áreas predominantemente judaicas no novo Estado de Israel, conhecido como Lod e Ramla. O historiador israelense Benny Morris sugere até 450 palestinos e 9-10 soldados israelenses morreram. Uma vez que os israelenses controlaram as cidades, uma ordem de expulsão assinada por Yitzhak Rabin foi emitida para as Forças de Defesa de Israel (IDF) afirmando: “*Os habitantes de Lydda devem ser expulso rapidamente sem atenção à idade...*”, Os residentes de Ramleh foram movimentados, enquanto as pessoas de Lydda foram obrigadas a caminhar milhas durante uma onda de calor do verão para as linhas de frente árabes, onde a legião árabe, o exército liderado por britânicos da Transjordânia, tentou fornecer abrigo e suprimentos. Numerosos refugiados morreram durante o êxodo devido à exaustão e à desidratação, com estimativas variando de um punhado a um número de 500. Alguns estudiosos, incluindo Ilan Pappé, caracterizaram o que ocorreu em Lydda e Ramle como limpeza étnica.

50.000 a 70.000 pessoas foram expulsas da cidade em um único dia, 426 homens, mulheres e crianças foram assassinadas pelas forças sionistas. O general encarregado do massacre e expulsão em Lydda and Ramleh foi Yitzhak Rabin. Que mais tarde se tornaria o Primeiro Ministro de Israel.

Os sionistas venceram a guerra. Eles conquistaram 80% da Palestina (o que faz com que, na prática, o projeto da ONU de divisão da Palestina, com as fronteiras propostas, nunca tenha sido efetivado), destruíram 531 aldeias e 11 bairros urbanos foram esvaziados dos seus habitantes. Durante a chamada *Nakba* (Catástrofe Palestina), quase um milhão de palestinos (metade da população nessa altura) foram brutalmente afastados das suas terras, aldeias e casas, fugindo apenas com os bens que conseguiram levar, deixando tudo para trás.

No entanto, a limpeza étnica não parou em 1948. Apenas mudou de engrenagem. Em 1967, na Guerra dos Seis Dias, Israel conquistou o que restava da Palestina: A Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Agora, os 20% restante da Palestina, e todos os palestinos, estão sob o controle do Estado israelense.

Numa palestra para a Conferência sobre a Palestina em 2010, em Stuttgart, Pappé faz uma magnífica exposição do significado da limpeza étnica:

Foi realmente todo o espectro das visões sionistas, da esquerda à direita, que estavam representados no governo que tomou as decisões mais importantes sobre o futuro da Cisjordânia e da Faixa de Gaza em 19 de junho de 1967. E a decisão foi muito clara. Na verdade, foram três decisões naquele momento, e, infelizmente, eu não creio que muita coisa tenha mudado. A primeira decisão foi que, diferentemente de 1948, o governo israelense não poderia optar pela expulsão em massa dos palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Para mim, ao ver esses documentos, era uma reafirmação que a elite israelense estava a par da limpeza étnica que ela efetuou em 1948. Pois em 1967, eles disseram claramente: 'Não podemos fazer agora o que fizemos em 1948'. Eles disseram isso claramente nos documentos. Portanto, eles não podem expulsar. Isso não impediu que eles expulsassem centenas de milhares de palestinos na Cisjordânia e especialmente na Faixa de Gaza. Mas não foi similar à limpeza étnica de 1948. Não foi uma expulsão em massa sistemática das pessoas do país. Então, a primeira decisão foi a de não continuar a limpeza étnica da palestina da mesma maneira como tinha sido cometida em 1948. A segunda decisão foi que, diferentemente da Península do Sinai e as Colinas de Golã, que Israel tinha ocupado em 1967, e que o governo de Israel reconhecia como pertencendo ao Egito e a Síria, a Cisjordânia e a Faixa de

Muitos judeus que vieram para Israel entre 1948 e 1951 instalaram-se nas casas vazias dos refugiados, tanto por causa de uma falta de habitação quanto por uma questão de política para impedir que ex-residentes recuperassem.

Disponível: <https://mosaicmagazine.com/essay/2014/07/what-happened-at-lydda/>.

Gaza eram parte de Israel para sempre. Manter esses territórios como parte de Israel, sem expulsar as pessoas, levou a terceira decisão: O que fazer com essas pessoas? Torná-los cidadãos israelenses? Anexar os territórios oficialmente a Israel? A terceira decisão foi criar uma imensa e desumana invenção, que só a mentalidade sionista poderia produzir. A ideia de trancafiá-los num regime que é muito similar ao conceito de uma prisão. Com todos os tipos de variações nas prisões. Pode ser uma prisão aberta. Talvez, se os internos se comportassem, eles poderiam sair para trabalhar fora, desde que voltem para a prisão no final do dia. Eles poderiam ter autonomia na prisão, administrar suas vidas como quiserem, com a condição que aceitem as condições gerais. Caso venham a resistir, o governo israelense a transformará rapidamente numa prisão de alta segurança. Com todas as medidas punitivas que um diretor severo poderia tomar para os internos em tal situação.²¹³

Sob a proteção do exército, e com a ajuda do governo, assentamentos israelenses foram construídos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Hoje eles entrecortam o território palestino e continuam se espalhando. O propósito desses enclaves judaicos é isolar e estrangular as aldeias palestinas. Isto também se consegue através das estradas exclusivas para os judeus, dos postos de controle militares (*Checkpoints*) e a confiscação de terras.

Os palestinos se rebelaram contra a opressão israelense em duas revoltas populares ou intifadas²¹⁴. A primeira Intifada começou em 1987 e terminou em 1993, o estopim foi um caminhão do exército de Israel que atingiu um grupo de palestinos em Gaza e matou quatro pessoas. Foram mortos cerca de 1200 palestinos e 176 israelenses. Terminou com a assinatura no Acordo de Oslo, quando ambas as partes se comprometeram a negociar uma solução para o fim do conflito.

O uso excessivo da violência contra a rebelião, fez com que a ONU condenasse Israel por violar as convenções de Genebra. Mesmo não vencendo o Estado de Israel por meio de armas tão ineficazes, os participantes da revolta conseguiram chamar a atenção da imprensa internacional para o caso palestino. A intifada também teve aspectos muito negativos além das mortes dos dois lados, ela pressagiou o caminho esquizofrênico que a resistência palestina trilharia daí em diante. Enquanto que

²¹³ Ilan Pappé - *A Limpeza Étnica da Palestina*, Conferência de Stuttgart 2010 1h: 32min. Visto em 17 de outubro de 2017. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=JsePdGglxA>>

²¹⁴ Intifada é o termo que representa a insurreição dos palestinos contra os abusos promovidos pelos israelenses. Originalmente, a palavra árabe “intifada” tem um significado geral de revolta. O termo pode ser utilizado para exemplificar, então, qualquer tipo de revolta de um grupo contra outro de atitudes opressoras. Entretanto o termo ganhou destaque e especial atribuição aos movimentos de resistência promovidos pelos palestinos contra a política de Israel que é apoiada pelos Estados Unidos. Disponível: InfoEscola – Navegando e Aprendendo, <<https://www.infoescola.com/historia-oriental/intifada/>>

demonstrações pacíficas e não violentas eram realizadas, homens bombas suicidas entravam em Israel e explodiam ônibus lotados de pessoas.

A segunda Intifada começou em 2000 e durou até meados de 2005. Dessa vez, a revolta foi uma resposta a uma série de acontecimentos, como a visita do líder israelense Ariel Sharon, então parlamentar do Likud (da direita conservadora israelita) à Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém. O velho general estava protegido por forte aparato de segurança, mas no local estavam presentes mais de 1000 palestinos, que consideram o ato uma provocação de Sharon. Terminou com quase cinco mil pessoas mortas, sendo que 1.022 eram israelenses e todo o restante era de palestinos. Ao final de 2004, o governo de Israel divulgou que 7.366 palestinos estavam presos em suas prisões, sendo que 386 destes eram crianças. Israel divulgou também que 760 palestinos desse total estavam presos sem qualquer acusação formal contra eles por parte das autoridades israelenses.

A única eleição verdadeiramente democrática em todo mundo árabe aconteceu na Cisjordânia e Gaza. Frustrados com seu governo corrupto, os palestinos da Faixa de Gaza votaram no partido radical fundamentalista islâmico Hamas. A vitória eleitoral do Hamas foi usada por Israel para instigar um embargo mundial contra os palestinos. Também naquele momento, 10.000 colonos judeus foram evacuados da Faixa de Gaza. Após a evacuação, a Faixa foi hermeticamente fechada e transformada na maior prisão do planeta.

Israel controla todos os acessos marítimos, terrestres e aéreos a Gaza. E regularmente corta todos os suprimentos de comida, água e energia dos seus moradores como forma de punir a população por seu desafio. Mais de 4,5 milhões de palestinos vivem atualmente nas regiões ocupadas. A Cisjordânia e a Faixa de Gaza, que estão sob administração militar desde a ocupação por Israel em 1967, estão repletas de dezenas de postos de controles nos acessos às cidades palestinas e entre várias aldeias.

A definição de ocupação é quando um exército estrangeiro ocupa sua terra fisicamente e controla sua vida. No documentário do cineasta israelense Yoav Shamir *Checkpoint* (Título original: *Machssomim*) filmado entre 2001 e 2003, narra as arbitrariedades e a desumanidade desse controle em que os palestinos estão submetidos por parte das forças militares de ocupação israelenses. O sistema de postos de controles, os *checkpoints*, instalados em todo território ilegalmente ocupados pelas forças militares de Israel visa tornar insustentável a vida do povo palestino, o qual é humilhado e

impedido de se movimentar dentro do seu próprio país. Isso explica tanta revolta sobre a ocupação. Os palestinos não são considerados cidadãos em sua própria terra, eles não tem direitos civis e estão sobre regras militares.

“Seria uma ofensa contra os princípios elementares de justiça negar a essas vítimas inocentes do conflito o direito de retornar às suas casas, enquanto vagas de imigrantes judeus ingressam na Palestina e, de fato, ameaçam tomar permanentemente o lugar dos refugiados árabes, enraizados nessa terra há tantos séculos”

Conde Folke Bernadotte (ONU: 1948: A/648)

Em resposta aos bombardeios por jatos F-16 e aos assassinatos planejados com os helicópteros Apaches, os palestinos dispararam foguetes caseiros sobre os assentamentos israelenses. Sobre essa questão o professor israelense Llan Pappé diz:

A elite política e militar de Israel desde 1967, até 2008 tem se aferrado à mesma decisão estratégica sobre os territórios ocupados, que esta área não pode ser anexada a Israel, enquanto ela tiver uma população palestina numerosa. Isto não mudou. Esta permanece sendo a posição de Israel no que se refere a estas duas áreas da Palestina, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Segundo, que os palestinos poderiam, na melhor das hipóteses, terem um conceito de prisão aberta, que poderia até ser chamado de Estado, tudo bem, desde que eles aceitem um controle total de Israel em suas vidas, através de uma burocracia que administre todos os aspectos de sua existência, na qual a principal moeda de troca, o principal cartão de negócios, é a colaboração com a burocracia para poder abrir um quiosque, um comércio, ir à universidade, ser nomeado professor, viajar ao exterior, mudar-se de uma aldeia a outra. Esta é a fórmula principal. E isso já foi decidido em 1967. Não como a gente hoje ouve que ‘estas são medidas israelenses para enfrentar os ataques terroristas palestinos ou a violência’. É espantoso como os documentos históricos mostram que todas essas supostas ações de retaliação de Israel foram decisões israelenses, contra as quais os palestinos retaliaram. E não o oposto. Isto inclui o muro. O muro já tinha sido decidido em 1967. O muro não foi erguido como reação aos atentados suicidas. O muro foi uma consequência natural do conceito de mega-prisão. Uma vez que ficou claro que os palestinos em sua maioria não estão felizes com essa mega-prisão e também ficou muito claro que a política de Israel é a de manter e aperfeiçoar essa mega-prisão. E o inevitável aconteceu, ela realmente se parece uma prisão. Não parecia uma prisão em 1967. Os burocratas realmente se tornaram guardas carcerários. E finalmente o maior êxito de Israel, o grande sucesso é que 41 anos depois estas políticas de Israel não são conhecidas, definitivamente o fato de que elas foram tomadas em 1967 e não mudaram, isto não é conhecido. É que as mentiras de Israel, para mim muito simplistas e nada sofisticadas, mentiras muito transparentes, sobre o que eles estão fazendo, que qualquer pessoa inteligente poderia facilmente decifrar e expor o que elas são, elas continuam sendo repetidas pela grande mídia do ocidente, inclusive pelo The Guardian, pelas grandes redes de televisão, incluindo a BBC, a ITV, Sky News, ou seja, qual for, e são aceitas por todas as elites políticas ocidentais.²¹⁵

²¹⁵ Pappé, Ilan, - *A Limpeza Étnica da Palestina*, Conferência de Stuttgart 2010 1h: 32min. Visto em 17 de outubro de 2017. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=JsePdGlg1xA>>

“Só muito pouco da mídia tradicional falam, às vezes, sobre o direito de defesa ou simplesmente da existência das pessoas em Gaza. Afinal não somos nós que temos Marinha, Força Aérea, Exército e Armas Nucleares. Não fomos nós que instalamos os checkpoints, não passamos trator sobre as casas israelenses, não usurpamos seus negócios, nem prendemos seu povo, inclusive crianças. Não construímos muros em volta de suas cidades, não destruimos suas colheitas, nem retemos a renda de seus impostos. Não impedimos que os israelenses saiam de Israel sempre que eles queiram, nem os impedimos de irem à escola. Não cortamos a sua eletricidade, não bombardeamos suas instalações de tratamento de água e não inundamos suas ruas com esgoto. Não impedimos que remédios cheguem a seus hospitais, não atiramos em seus pescadores, nem deixamos pessoas morrerem em checkpoints aguardando licença para o atendimento médico. E certamente não impedimos maridos e esposas israelenses de viverem juntos por estarem em partes diferentes do país. Não fazemos nenhuma dessas coisas. É Israel quem faz isso conosco. Eles vem fazendo há décadas, incluindo ataques militares a cada 3 ou 5 anos”.²¹⁶.

Mohammed Omer, jornalista Palestino, 2017

²¹⁶ Mohammed, Omer – *Em Estado de Choque – Sobrevivendo a Gaza Sob Ataque Israelense*, Tradução: Vinícius Gomes Melo, 2017, São Paulo: Editora Autonomia Literária, p.28,29

10. O ESTADO SIONISTA E O APARTHEID

"É melhor que Israel se livre dos territórios (Cisjordânia) e sua população árabe logo que for possível. Se não fizer isso, Israel logo se transformará num estado de apartheid."

Primeiro-Ministro de Israel, David Ben Gurion,
1967.

A noção de *apartheid* nos ajuda a compreender melhor as ações de Israel contra a população palestina - Embora as pessoas tendam a relativizar muito essa relação. Tanto no ativismo político como na academia, o enquadramento do estado de *apartheid* tem crescido. O *apartheid* se caracteriza conforme a convenção da Organização das Nações Unidas como um crime contra a humanidade que resulta de práticas de discriminação e de segregação étnica para manter a dominação de outro grupo étnico. Sobre isso Uri Davis, acadêmico e ativista judeu, em seu livro: *Israel, um Estado de Apartheid* (1987):

Israel foi estabelecido como um Estado judeu. Não foi concebido como um Estado para todos os seus cidadãos, judeus e não-judeus. Em vez disso, era principalmente visto como um Estado para os judeus, isto é, um Estado no qual todo indivíduo judeu em todo o mundo seria um cidadão em potencial. Assim, quando o Estado foi estabelecido unilateralmente em 15 de maio de 1948, tornou-se imperativo para o seu corpo legislativo, o Knesset, definir na lei aquelas pessoas que se qualificariam como cidadãos reais ou potenciais, e aqueles que seriam excluídos - isto é, os árabes palestinos. Isso foi feito sem demora indevida. Em 1950, o Knesset israelense aprovou duas leis: a Lei do Retorno, definindo os limites da inclusão ("todo judeu tem o direito de imigrar para o país") e a Lei da Propriedade Ausente, definindo os limites da exclusão. Sob essas leis, todo judeu em todo o mundo tem o direito legal de se tornar cidadão do Estado de Israel após a imigração para o país, enquanto cerca de dois milhões de pessoas, os árabes palestinos de 1948 e seus descendentes, foram exilados nas guerras de 1948/1949 e em 1967, e foram negados os direitos de cidadania. Não obstante, seu direito de retorno é universalmente reconhecido no direito internacional e nas repetidas resoluções da ONU (a partir da Resolução 194 (III), 11 de dezembro de 1948). Eles claramente existem. No entanto, eles são definidos na lei israelense como "inexistentes" e como "ausentes", e são excluídos por lei da cidadania real ou parcial no Estado judeu.²¹⁷

²¹⁷ Davis, Uri. Israel, *Um Estado de Apartheid*, 1987.

Uri Davis, nascido em 1943 na cidade de Jerusalém, que se considera um hebreu palestino de origem judaica, foi o primeiro a utilizar o conceito academicamente para explicar Israel. Davis é um acadêmico e um ativista dos direitos humanos civis, se posiciona como antissionista, rejeita uma concepção sionista da história e acusa Israel de "limpeza étnica" na antiga Palestina. Davis escreveu uma série de livros e artigos que classificam o Estado de Israel como um estado de *apartheid*, alegando que as políticas de Israel para os palestinos, incluindo cidadãos palestinos de Israel, são comparáveis às políticas de *apartheid* da África do Sul. Seus livros considerados os mais importantes são: *Israel - An Apartheid State* (1987) e *Apartheid Israel: Possibilities for the Struggle Within* (2003).

É preciso fazer uma separação entre os territórios “governados” por autoridades palestinas, como a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, e o território oficialmente israelense. Isso por duas razões: a segregação ocorre de duas formas, tanto com o controle de Israel sobre essas áreas que ele não governa diretamente, com a contínua ocupação militar e apropriações desses territórios, o que é tão comum na Cisjordânia através da política de assentamentos judeus, como ocorre também com o tratamento do Estado de Israel com os palestinos que moram em território oficialmente israelense. O oficial depende que tem poder para tornar aquilo oficial, exemplo disso é que Israel vai chamar os territórios que ocupou a partir de 1967 de oficial, mesmo não sendo parte do acordo de armistícios de 1949 entre Israel e os países árabes vizinhos. Já a ONU e os palestinos não reconhecem assim, pois eram territórios de maioria populacional palestina que a partir de 1967 começaram a ser mais ocupados por judeus²¹⁸ por assentamentos de forma a alterar a proporção de judeus e palestinos na região.

“Há cidadãos árabes no Estado de Israel. Essa é a nossa maior tristeza”.
Gideon Ezra – Ministro da Segurança Pública em Israel, 2004

²¹⁸ Judeus, aqui é referência à pessoa cuja nacionalidade corresponde ao Estado de Israel e se trata de uma nacionalidade *jus sanguinis* do que necessariamente *jus solis*. Ou seja, a nacionalidade a quem é judeu por família, para garantir o direito de retorno da diáspora judaica, e que por consequência tem se afirmado negando o direito de retorno da diáspora palestina.

O crime de *apartheid* se tornou parte da Lei internacional em 1973. Não existe mecanismo legal para punir um Estado por esse crime, a não ser por sugestão do Conselho de Segurança da ONU. Conselho esse que em tese seria o responsável pela paz e segurança internacional e pela investigação de toda a situação que possa vir a ser transformada em um conflito. O Conselho é formado por cinco membros permanentes – além dos dez não permanentes – que possuem a prerrogativa do direito ao veto. Esses países são: Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China. Os três primeiros se negaram a ratificar como um Crime Contra a Humanidade o crime de *apartheid* em 1973 na Assembleia Geral.

Como foi dito a segregação ocorre de duas formas, quando se fala de *apartheid*, a referência é tanto como Israel trata os palestinos fora de Israel, como no território de Gaza, impedindo seu direito de ir e vir e outros direitos essenciais, e na Cisjordânia, onde os palestinos são rodeados de mais e mais ocupações israelenses através dos assentamentos, assim também como a forma que são tratados os palestinos que residem em território israelense, que carecem de direitos políticos e sociais, vivem nas zonas mais pobres e, em geral, ocupam postos de trabalho menos qualificados, em setores como construção e serviços, onde recebem menores salários.²¹⁹

“a prática de atos desumanos que incluem tortura, assassinato, deportação ou deslocamento forçado, aprisionamento ou perseguição de um determinado grupo por motivos políticos, raciais, nacionais, culturais, étnicos ou religiosos, cometidos no contexto de um regime institucionalizado de opressão sistemática por um grupo étnico sobre qualquer outro grupo ou grupos raciais e cometidos com a intenção de manter o regime”.

Definição de *apartheid* estabelecida pela Corte de Crimes Internacionais, 2002

O resultado do processo de colonização sionista, através das guerras travadas na região e das políticas do Estado de Israel para ocupar os territórios, produziu profundas transformações na alteração do mapa.

²¹⁹ Segundo o Centro Árabe para Planejamento Alternativo, o PIB per capita entre a população judia é três vezes maior do que entre os árabes - 20 mil dólares contra 6.750 dólares. Levantamento do Comitê Israelense Contra a Demolição de Casas (Icahd), que milita contra a ocupação dos territórios palestinos por colonos israelenses, mostra também que na Faixa de Gaza e na Cisjordânia o PIB per capita é ainda mais baixo e gira em torno de 1.800 dólares.

Figura 1: Mapa da perda gradativa do território destinado aos palestinos.



Fonte: www.thepeoplesvoice.org, 2018.

O mapa na Figura 1 mostra a perda de terras da Palestina desde os tempos da dominação britânica (primeira imagem à esquerda), através do Plano de Partição da ONU de 1947 (segundo a esquerda), até a situação em 2010. Ambas as imagens à direita representam, mesmo contrariando as leis internacionais, ocupação ilegal de terras palestinas por Israel ²²⁰.

De forma mais detalhada essa mudança no território corresponde a: 1946 população da palestina era composta de árabes (cristãos e muçulmanos) e judeus; 1947 após a partilha da ONU e início da Nakba; 1967 Palestina dividida em Cisjordânia e Gaza; 2010 ocupações sistemáticas com o avanço dos assentamentos judaicos pelo governo de Israel.

²²⁰ *Israel PM: Root of Palestinian conflict 'not territorial'* - Another World is Possible Disponível: <<http://www.a-w-i-p.com/index.php/news/2013/05/01/israel-pm-root-of-palestinian>>.

Figura 2: Mapa dos pontos de acesso da Faixa de Gaza

Fonte: Wikimedia Commons, 2018.

O mapa representado na figura 2 mostra os pontos de acesso na Faixa de Gaza. Os portões principais são: Erez, Karni (controlado por Israel) e Rafah (controlado pelo Egito).

Gaza está completamente cercada pelas forças israelenses - literalmente. Não há entrada ou saída sem permissão israelense - por terra ou mar, onde Israel também exerce um bloqueio ²²¹. O habitante não pode entrar e sair do seu lugar sem o aval do Estado que não é seu. Existem três portas principais na Faixa de Gaza, duas das quais são controladas por Israel e a outra pelo Egito.

²²¹ O controle do Estado israelense é tanto que em 2010, quando um navio que tentava levar suprimentos importantes à Gaza, carregando ativistas de 37 países, foi atingido e ocasionou a morte de nove ativistas. Israel se defendeu na mídia sobre a carnificina falando que os passageiros do navio estavam armados com barra de metal, facas e uma mesa. Durante o ataque misteriosamente todo sinal de comunicação do navio desapareceu. O caso provocou uma onda mundial de protestos contra Israel. Vários países e organismos internacionais condenaram o ataque israelense e solicitaram uma investigação independente.

Em outras palavras, Gaza é como um grande campo de refugiados onde os palestinos, expulsos de sua terra natal no que se tornou o Estado de Israel, encontram-se presos em uma área com uma das maiores densidades populacionais do mundo. A eletricidade e a água recebidas também é controlada por Israel, inclusive o consumo de água em Israel acaba sendo quatro vezes maior que nas regiões do território palestinos.²²²

A maneira como o governo de Israel age com a população palestina tem sido apontado a um sistema de segregação espacial e étnica. Os críticos condenam Israel por criar um sistema onde há um rigoroso controle de separação de rodovias, diferenças nas infraestruturas e do direito à propriedade da terra entre os palestinos e judeus. Essa desigualdade notória se estende aos árabes palestinos que moram em Israel que para os críticos possuem um status de cidadão de segunda classe. O Estado se defende e justifica o tratamento seletivo se deve ao motivo de segurança e não a questão étnica

Dentre a seletividade de direitos tem a chamada “Lei do Casamento” – editada pelo Knesset (parlamento de Israel) em 2011 – que proíbe cidadania aos palestinos da Cisjordânia casados com judias israelenses, seus filhos nascidos em Israel só podem ficar no país até os 12 anos. Outras medidas controversas são as cédulas de indetidades diferenciadas para palestinos e judeus, diferenças no direito de propriedade da terra, acesso na infraestrutura e nos transportes etc.

Na Cisjordânia, Israel insiste na política de ocupações de terra e construção de vilas de judeus no território palestino, ao ponto que a região a cada dia está mais ocupada pelos israelenses. Em 2002, Israel dividiu Cisjordânia em oito áreas principais onde os palestinos são inspecionados pelas autoridades israelenses de forma restritiva. Essas restrições são similares a “Lei do Passe” (Um sistema de permissão e um sistema de obstrução similar a que existia no regime *apartheid* da África do Sul), impondo obstáculos na livre circulação dos palestinos em sua própria terra. Esse sistema de permissões controla o movimento da população de acordo com as definições unilaterais de Israel. Essa circulação são controladas principalmente pelos postos de bloqueios israelenses, como registrado no documentário *Checkpoints* (2003), do cineasta judeu Yoav Shamir.

²²² Gaza é um local em que 90% da água consumida não está nos padrões seguros de consumo e em que 30% da população vive abaixo da linha da pobreza.

Em 2003, Israel começou a construir um muro de separação, conhecido também como “muro da vergonha”, e para os israelenses “cerca de segurança”, construído por Ariel Sharon, é outra forma de fazer a vida dos palestinos um verdadeiro inferno. O muro visa separar as ocupações e o território israelenses das vilas palestinas em um projeto que é considerado ilegal por boa parte do mundo.

A Anistia Internacional estima que 85% do muro está em território palestino e não sobre a Linha Verde ²²³. A construção do muro começou oficialmente em junho de 2002 e não foram respeitados os limites que separam a Cisjordânia de Israel, cidades palestinas foram divididas ao meio incluindo casas e plantações - houve confiscação de terras - como forma de garantir os assentamentos judaicos. O Muro contribuiu para a anexação de terras que detêm fontes aquíferas. A falta de água compromete o abastecimento e afeta diretamente a vida e a rotina dos palestinos ²²⁴. A ampliação dos assentamentos judaicos na Cisjordânia também se inclui no quadro da segregação espacial. Quanto mais casas são levantadas em assentamentos menos terrenos ficam disponíveis para a construção de casas para famílias palestinas ²²⁵.

“O sionismo infligiu mais danos aos judeus que aos árabes. Se os árabes perderam seus territórios e suas casas, os judeus perderam sua identidade histórica ao aceitar o sionismo. Se os árabes perderam o lar onde praticavam sua fé, os judeus perderam a fé, que era o seu lar”.

Rabino Amram Blau, 1974

²²³ Linha Verde é a designação dada à linha de demarcação estabelecida entre Israel e os países vizinhos: Egito, Líbano, Jordânia e Síria, definida no Armistício entre Israel e os árabes em 1949. Seu nome deriva da tinta verde usada para traçar a linha no mapa, durante as negociações.

²²⁴ O muro possui 8 metros de altura e 760 km de comprimento. Anexará 46% da Cisjordânia à Israel. Cada km do muro custa 3,7 milhões de dólares. Quando finalizar, os palestinos só terão 12% da Palestina histórica. O muro atravessa aldeias, bairros e separa famílias, cortando assim vínculos sociais e econômicos. Destrói terras cultiváveis e usurpa o fornecimento da água. 28,5% da maior reserva aquífera no Vale do rio Jordão será anexado à Israel. A primeira fase da construção foram confiscados 36 poços de água, 13 aldeias foram anexadas a Israel e 50 foram divididas arbitrariamente. O muro supõe a criação de guetos que encarceram a população palestina e as isolam de serviços básicos. Ele impede um adequado nível de vida e um Estado palestino viável. Desconhece sistematicamente os direitos humanos impedindo o acesso a saúde, educação e trabalho. Impede a autodeterminação dos palestinos ao interromper a continuidade territorial e a unidade populacional. Em 2004 a Corte Internacional de Justiça, um dos principais órgãos da ONU, advertiu a ilegalidade da construção do muro dentro do território palestino, pois a barreira corta terras palestinas e isola cerca de 450.000 pessoas. Israel não acatou o parecer da Corte Internacional, e a construção da barreira prossegue.

²²⁵ Mahmoud Abbas, Presidente da Autoridade Palestina, apresentou ao Presidente Obama um mapa mostrando que somente nesse prazo foram construídas 11 mil casas em assentamentos.

Quanto às características de segregação para os palestinos e árabes que vivem em território israelense, os sionistas negam qualquer tipo de apartheid porque segundo eles, não há leis explícitas que discriminam palestinos de judeus em Israel, mas o Independent Jewish Voices ²²⁶ reporta que desde 2000 o Estado tem implantado uma série de leis discriminatórias contra a minoria árabe dentro de Israel.

O Centro Legal para os Direitos da Minoria Árabe em Israel avaliou que são mais de 50 leis que caracterizam uma segregação. O *apartheid* legal começa com a definição do Estado de Israel como um Estado étnico ²²⁷, um Estado judeu. Diferente de um Estado não-étnico que reconhece direitos de várias nações ali dentro. O problema de um Estado étnico é que ele vai, por natureza discriminar entre pessoas daquela etnia e as que não são. E isso é afirmado no relatório da Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (ESCWA) de 2017, onde afirma que Israel é um Estado de apartheid e que foi retirado logo do site porque Israel e seu grande aliado, os Estados Unidos, exerceram uma grande pressão. ²²⁸

²²⁶ <<http://ijvcana.org>>

²²⁷ Israel aprovou em 19 de julho de 2018, uma lei que modifica o status legal de Israel, ao fixá-lo como "Estado-nacional" do povo judeu. Segundo os críticos, a nova lei é polêmica, pois reserva "direito nacional" apenas à população judia, excluindo as minorias — muçulmanos e cristãos são atualmente 25% dos cidadãos israelenses.

²²⁸ Relatório da ONU – *Israeli Practices Towards the Palestinian People and the Question of Apartheid*, 2007, Disponível: <https://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/israeli-practices-palestinian-people-apartheid-occupation-english.pdf> - Esse relatório também traz outras informações: Há menos investimentos do Estado em regiões ali governadas por Israel em que a maioria da população é árabe. A política de habitação de mais de 700 vilas e comunidades rurais efetivam filtrar árabes palestinos no processo de admissão e acaba segregando comunidades e afetando acesso à terra em Israel. Em outras partes do país é extremamente difícil que palestinos recebam permissão para construir prédios e obter um *lease* de terra considerada pública. E existem mais de 100 vilas palestinas que Israel não reconhece a ponto de nem constar nos mapas. Os palestinos residentes em Israel podem votar e podem ser eleitos, mas as plataformas políticas que eles advogam também são limitadas pelo Estado. A lei em Israel impede qualquer manifestação partidária que questione a identidade de Israel como um Estado essencialmente judeu. Isso significa que os partidos dos palestinos podem fazer campanha por algumas reformas, mas não podem desafiar o racismo presente na soberania do Estado israelense.

EUA exige que ONU retire relatório acusando Israel de apartheid. Disponível: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/03/15/interna_internacional,854586/eua-exige-que-onu-retire-relatorio-acusando-israel-de-apartheid.shtml> Relatório sobre "apartheid israelita" provoca demissão na ONU - Disponível: <<http://pt.euronews.com/2017/03/18/relatorio-sobre-apartheid-israelita-provoca-demissao-na-onu>>

“O que age como apartheid, é governado como apartheid e tiraniza como apartheid [...] O que nos deveria assustar não é a definição da realidade, mas a própria realidade.”

Yossi Sarid – ex-ministro e deputado em Israel, 2008.

O *Independent Jewish Voices* reporta que apesar dos palestinos representarem aproximadamente 20% da população em Israel, menos de 7% dos recursos são destinados a eles. O Estado de Israel gasta 35% a mais com cada cidadão judeu do que com cada cidadão palestino e números da década passada, colocavam que enquanto escolas recebiam US\$ 1,100 por estudante judeu, só recebiam US\$ 191 por estudante palestino. Essas informações indicam que os cidadãos de Israel que são palestinos, ou os palestinos com residência permanente em Israel, são cidadãos de segunda categoria. O que é bem diferente de como outros países trata cidadãos de etnias diferentes e residentes permanentes cujo status legal os equiparam ao cidadão nato.

Em termos de cidadania, os judeus são beneficiados na política de imigração com uma lei de direito de retorno da diáspora pelo mundo, enquanto palestinos são negados o direito de retorno, inclusive para as áreas governadas pela Autoridade Palestina, já que Israel controla as fronteiras.

Existe uma explícita preocupação de Israel quanto ao crescimento populacional da minoria árabe. Eles definem os palestinos como uma ameaça demográfica que pode afetar o caráter demográfico judeu do Estado. Garantir o retorno palestino comprometeria a política israelense, assim Israel quer que os palestinos sejam minoria na região. Assim manter o controle das áreas ocupadas na Cisjordânia e na Faixa de Gaza obriga ao Estado israelense a labiríntica escolha entre ser um Estado de *apartheid* ou um Estado de todos os seus cidadãos independente de sua etnia ou religião, tendo os judeus como minoria.²²⁹

²²⁹ Isso explica a posição do sionista David Ben-Gurion e aos líderes atuais, que são veementes contrários a solução do estado Binacional, que para eles é impensável, pois representaria o fim do caráter judeu de Israel. Na região compreendida pelos territórios de Israel, Cisjordânia e Faixa de Gaza os palestinos já são demograficamente dominantes, e isso representa um perigo ao projeto sionista do Estado de Israel, idealizado exclusivamente aos judeus. Todos os procedimentos que visam impedir o crescimento e desenvolvimento da população palestina que vive nos territórios ocupados como a construção do muro, assentamentos na Cisjordânia, segmentação das fontes de água na palestina, são medidas desesperadora para frear o aumento populacional árabe e são considerados incompatíveis aos direitos humanos. No Estado binacional, são reconhecidos os direitos nacionais dos dois povos, árabes e judeus teriam direitos plenamente iguais e identitários. A construção de um Estado Binacional iria redefinir a identidade do Estado; iria favorecer a democracia acima do nacionalismo.

O que dificulta o reconhecimento do termo *apartheid* é o fato de Israel ser o único país no Oriente Médio reconhecido pela comunidade internacional, principalmente a ocidental, como a única verdadeira democracia na região. Isso pode ser explicado pela maior afinidade pelo sistema político israelenses por parte dessas nações do que pelos modelos dos governos árabes. E outro peso é a representatividade da qual o Estado israelense se apropria, em falar em nome dos judeus espalhados pelo mundo e se colocar como a pátria dos filhos da diáspora judaica. E ainda uma questão geopolítica, interesses estratégicos do Ocidente no Oriente, que se revela principalmente na generosidade de financiamentos e ajuda financeira destinados a Israel.

Parte do Ocidente enxergam os árabes islâmicos como portadores de um sentimento anti-ocidental, o que dificulta qualquer empatia por parte do Ocidente em relação aos palestinos árabes. Sentimento esse que é promovido pela máquina de propaganda pró-sionista que ajuda a alimentar a simpatia por Israel. A religião entra aqui com um peso muito forte e o Estado israelense e seus apoiadores se aproveitam disso, afinal as Escrituras Sagradas têm sua origem na Terra Santa.

“O Estado palestino não pode ser um sub-produto do ‘Estado judeu’, só para conservar a pureza judaica de Israel . A discriminação racial de Israel é a vida cotidiana dos palestinos, porque Israel é um Estado judeu, os judeus israelitas têm direitos especiais de que os não-judeus não beneficiam. Os árabes palestinos não têm lugar no Estado "judeu". O *apartheid* é um crime contra a humanidade. Israel privou milhões de palestinos da sua liberdade e da sua propriedade. Ele perpetua um sistema de discriminação racial e de desigualdade. Encarcerou e torturou sistematicamente milhares de palestinos, em violação do direito internacional. Desencadeou uma guerra contra a população civil e em especial contra as crianças..”

Carta de Nelson Mandela sobre o *apartheid* israelense ao jornalista norte-americano Thomas Friedman em 2001

CONCLUSÃO

“A tradição das comunidades judaicas nos anos que antecederam a Segunda Guerra, era de posições majoritariamente progressistas e contra o racismo, do qual os próprios judeus eram vítimas constantes. No entanto, o nazismo, com sua sanha anti-judaica, provocou um retrocesso na mentalidade das comunidades judaicas no mundo. Isso as levou a se refugiar nas turvas idéias do sionismo anti-árabe e a projetar a agressão que sofreram desta vez contra os palestinos. Este quadro ainda permanece, mas exemplos como o de Rabin e dos dirigentes israelenses tais como Uri Avnery e Iossi Beilin, deixam claro que existem profundas reservas morais dentro das comunidades judaicas que a farão superar o atoleiro racista no qual estão submersas e a voltarem a cumprir um papel de apoio à integração e convivência fraterna com os árabes e com os povos do mundo”.

Nathaniel Braia, jornalista e autor judeu brasileiro, 2002.

“Quando era menino, eu era judeu. Eu ia ao *Heder* (escola primária religiosa). Os que haviam estudado nas *Yeshivás* (escola secundária religiosa) me ensinavam. Depois, toda a minha vida fui israelense: o idioma, os símbolos, os odores, os sabores, os lugares... tudo. Hoje isso não me é suficiente. Em minha atual situação, deixei para trás meu ser israelense. Das três identidades que me formam – humana, judaica e israelense – sinto que meu elemento israelense me priva das outras duas”.

Avraham Burg, político israelense, ex-presidente do Knesset, 2007.

Os judeus criados no interior de uma comunidade judaica, desde a sua tenra infância são expostos à bandeira de Israel com a estrela de Davi - que dentro da educação sionista é o símbolo da liberdade, e ao belo hino: “*Nossa esperança ainda não está perdida, esperança de dois mil anos, de ser um povo livre em nossa terra, a terra de Sião...*” Esses judeus são alimentados com um bombardeio de informações e mitos históricos e sensibilizados por profundos apelos emocionais retratado na história judaica sionista, que tem como objetivo solidificar a narrativa de que o Estado de Israel é o legítimo representante dos judeus em todo o mundo, e o país foi criado como uma valiosa oportunidade para os judeus atingirem a sua sonhada emancipação.

É notório que tudo isso camufla o racismo que o sionismo carrega desde a sua origem colonial. A partir do momento em que o Estado de Israel se define a si mesmo como uma democracia “judaica”, descarta a chance de outras minorias como os palestinos de se sentirem parte do país.

O grande esforço em manter a população judaica como maioria utilizando-se de uma política segregativa e repressiva que culminou em 2018 com a aprovação de uma lei ²³² no Parlamento israelense que define Israel como Estado-nação do povo judeu só demonstra que desde a sua origem, esse Estado tem como fim servir a uma população específica. O projeto sionista levou a expulsão e o assassinato de uma população nativa, resultando numa cruel limpeza étnica e na manutenção de um estado de apartheid, criado por um regime excludente que garante aos judeus um espaço exclusivo, sua segurança e sua liberdade.

É importante levar em consideração o contexto de discriminação entre palestinos e judeus pelo Estado de Israel. Isso se trata de um projeto de colonização. Não são dois países que entram em guerra por conta de um pedaço a mais de terra. O conflito Israel-Palestina pressupõe no imaginário de muitas pessoas que se trata de um conflito de dois lados. Mas aqui as relações de poder são muito diferentes. A desproporcionalidade é muito grande, qualquer equiparação é um esforço desonesto de criar uma falsa simetria. Israel é um Estado forte, baseado em princípios de soberania judaica e no seu direito de autodeterminação. Já os palestinos, cerca de 20% da população de Israel, são cidadãos de segunda categoria com direitos limitados. Outros aproximadamente 5 milhões de palestinos que estão vivendo na Cisjordânia ou em Gaza, ou em outros campos de refugiados na região, são grupos desprovidos de todo tipo de direito político de autodeterminação. Eles não têm Estado eles são apátridas ou estão colonizados.

Esse conflito não pode ser reduzido a uma questão de "civilizações incompatíveis". Judeus e muçulmanos sempre viveram na região desde os tempos bíblicos.

²³² Em 2018, Israel se define como 'Estado-nação judeu' através de uma controvertida lei (Lei do Estado-Nação) aprovada no dia 19 de julho no Parlamento Israelense, o Knesset, adotado por 62 votos contra 55. Assim, Israel reserva exclusivamente ao povo judeu o direito à autodeterminação, além de instituir o hebraico como única língua oficial, rebaixando o árabe, que antes era considerado uma língua oficial, ao status de "especial", e os assentamentos judaicos se tornam 'interesse nacional' (a lei tem como emenda um polêmico artigo que prevê reservar novas áreas para os judeus). "Jerusalém unificada" é declarada a capital de Israel. Os deputados da Lista Conjunta Árabe abandonaram o plenário gritando a palavra "apartheid" e classificam projeto aprovado de racista, entre eles, o palestino-israelense Ayman Odeh, levantou uma bandeira negra para simbolizar "a morte" da democracia. *"Hoje terei de dizer aos meus filhos (...) que o Estado declarou que não nos quer aqui"*, disse Odeh. *"Eles aprovaram uma lei de supremacia judaica e disseram que nós seremos sempre cidadãos de segunda categoria."* Pela lei são definidos como símbolos do Estado o hino nacional *Hatikvah*, a bandeira branca e azul com a Estrela de Davi no centro, um menorá (candelabro judaico) e o calendário hebraico, com feriados judaicos.

O núcleo deste conflito é o elemento geográfico: por um lado, os israelenses reivindicam territórios que não lhes pertencem sob resoluções internacionais e, por outro lado, os palestinos são expulsos de sua terra natal em um golpe por potências estrangeiras, sem possibilidade de retorno (embora o direito de retorno seja ele mesmo determinado em 1948 pela Resolução 194 da ONU, com a qual Israel não cumpriu).

É importante o entendimento de que a estrutura colonial com a sua perversa dominação tem que acabar. E, só depois disso, depois que o processo de colonização acabar e que seus efeitos se reverterem, é possível começar a falar sobre como seria para os palestinos e judeus viverem em condições de igualdade. Mas não se pode falar sobre viver lado a lado ou viver em igualdade enquanto a colonização e a desigualdade estrutural continuarem existindo. Para Judith Butler, existe bastante confusão sobre isso, muitas pessoas acreditam que é só uma questão de dois grupos se darem bem entre si, que talvez eles deversem deixar de lado seu ódio e trazer adiante sua compaixão e deversem entender a posição um do outro, e, através dessa compreensão mútua, chegassem a paz. Na realidade se você é colonizado, é difícil ter muita empatia com o seu colonizador.

Para Llan Pappé, a luta contra o colonialismo e o racismo na Palestina exige que o combate seja feito primeira e abertamente contra a ideologia que o induz, sustenta e ampara, ou seja, contra o sionismo. Sem a derrota ideológica do sionismo não há perspectivas de paz e justiça na Palestina.

É imprescindível também uma iniciativa e uma boa vontade política por parte do Ocidente para resolver o conflito na Terra Santa e acabar com essa ordem colonial e a desigualdade estrutural estabelecida pelo Estado sionista. Qualquer mobilização moral favorável a questão da Palestina, iria contribuir para diminuir a aflição e a angustia dos milhões de pessoas em suas terras ocupadas e controladas. É preciso romper as cadeias que as aprisionam de todos os perigos do ódio incomensurável, do desespero absoluto.

Da mesma forma que é necessário pôr um fim à vergonhosa impunidade do Estado de Israel. É preciso acabar com a insensibilidade, o desprezo imoral do Ocidente em relação a crueldade contra os palestinos. Rompida essa indiferença moral, espera-se um tempo de transformação, onde cada vez mais israelenses irão começar a dar conta da verdadeira natureza dos erros e crimes do Estado israelense. E por fim se espera varrer do mundo o pernicioso sionismo, então teremos a chance de ver como aquela região seria, onde judeus e não-judeus, palestinos e outros árabes, cristãos, que vivem naquela

área, onde pessoas de outras etnias, religiões ou raça, que vivem lá também, viveriam juntas na base da igualdade. E será possível desentranhar israelenses e palestinos deste ciclo terrível de sangue e lágrimas em que vivem esses dois povos há 70 anos.

Para os sionistas é importante reconhecer a sua judaicidade como uma característica inata e imutável, que para eles é intrínseca ao seu nascimento e que jamais alguém poderá anular de sua essência. Assim, ser “judeu” é uma condição imposta. Porém essa idéia atualmente é desconstruída a todo o momento, seja por judeus devotos e tradicionais, pelos acadêmicos israelenses ou por ativistas israelenses. São judeus que compreenderam sua identidade como alguma coisa construída e, por isso, adulterada em relação com seus vizinhos. Alguns conseguem perceber que a manutenção do Estado de Israel, como é feita atualmente, exige medidas que negam a moral judaica e os padrões de comportamentos das sociedades atuais. E existe uma nova geração que não aceita a segregação, ao contrário disso, só conseguem enxergar a si mesmo como judeus a partir do intercambio de valores com as outras culturas. Eles não necessitam de Estado, eles crêem que somente no convívio pleno num país laico e realmente democrático, sem exclusão, onde se pode conviver de maneira amistosa e harmônica com o outro, usufruindo dos mesmos direitos, é que realmente sua identidade judaica fará sentido. Parafraseando o rabino Yisroel D. Weiss: um povo não pode ser livre se tirar a liberdade de outro.

A solução do conflito pode parecer utopia para muitos, mas a utopia abre caminho de esperança e aponta direção para as transformações. A filósofa Judith Butler admite essa utopia. Mas para ela essa é função da filosofia: *“Elevar os princípios que parecem impossíveis, ou que têm o status de impossíveis, insistir neles e reforçá-los, mesmo quando parecem altamente improváveis. O que aconteceria se vivêssemos num mundo em que ninguém fizesse isso? Seria um mundo mais pobre”*.²³³

Se o passado da nação depende essencialmente do mito onírico, por que não começar a repensar seu futuro, antes que o sonho se transforme em um pesadelo?²³⁴

²³³ *O genocídio não é uma opção”: a filósofa judia que se tornou a inimiga número 1 de Israel* - Publicado por Kiko Nogueira em 24 de julho de 2014, diário do Centro do Mundo. Acessado em 22 de setembro de 2017, Disponível: < <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-genocidio-nao-e-uma-opcao-a-filosofa-judia-que-se-tornou-a-inimiga-numero-1-de-israel/>>

²³⁴ Sand, Shlomo. *A Invenção do Povo Judeu: Da Bíblia ao Sionismo* Tradução: Eveline Bouteiller, São Paulo: Benvirá, 2011 p.555

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Judaica, Apud EITAN São Paulo. Disponível em: <<http://www.eitan.com.br/hess.pdf>>.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ARAGÃO, Maria José. **Israel X Palestina: Origens, História e Atualidades do Conflito**. São Paulo: Editora Revan, 2006.

ARBEX JR, José. **Terror e Esperança na Palestina**, São Paulo: Editora Casa Amarela, 2002.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: Um Relato Sobre a Banalidade do Mal**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. **Origem do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. São Paulo: Cia de Bolso, 2012.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Revolução** São Paulo: Cia das Letras, 2011.

AVNERY, Uri. **Outro Israel: Reflexões de Uri Avnery**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BACKMANN, Rene. **Um Muro na Palestina**. São Paulo: Editora Record, 2012.

BANKS, Russell. **Viagem À Palestina**. São Paulo: Ediouro Publicações, 2004.

BISHARA, Marwan. **Palestina/Israel – A Paz ou o Apartheid**, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

BRENNER, Michael. **Breve História dos Judeus**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

BUTLER, Judith. **Caminhos Divergentes: Judaicidade e Crítica do Sionismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

CAMPAGNUCCI, Fernanda. **O Outro Lado do Muro: Uma Viagem a Palestina**. São Paulo: Editora Multifoco, 2016.

CHOENMAN, Ralph. **A História Oculta do Sionismo**. São Paulo: Sundermann, 2008.

CHOMSKY, Noam PAPPÉ, Ilan. **On Palestine**, Canadá: Editora Penguin, 2015.

CLEMESHA, Arlene. **Palestina, 1948-2008. 60 anos de Desenraizamento e Desapropriação**, Tiraz – Revista de Estudos Árabes e das Culturas do Oriente Médio (USP), v.5, 2008.

FINKELSTEIN, Norman G. **Imagem e Realidade do Conflito Israel-Palestina**. São Paulo: Editora Record, 2005.

FINKELSTEIN, Norman G.. **A Indústria do Holocausto**: Reflexões sobre a exploração do Sofrimento dos Judeus. São Paulo: Editora Record, 2001.

GELVIN, James L.. **Israel X Palestina**: 100 Anos de Guerra. São Paulo: Editora Edipro, 2017.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos - O Estado Nacional e o Nacionalismo no Século XX**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997

HALLIDAY, Fred. **100 Mitos Sobre o Oriente Próximo**. São Paulo: Editora Holyoke Publishe, 2012.

HERZL, Theodore. **O Estado Judeu**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, Coleção Visionautas, 1998.

HOBSBAWN, Eric J. **Nações e Nacionalismo Desde 1780**. Programa, Mito e Realidade. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.

HOBSBAWN, Eric J. RANGER, Terence A **Invenção das Tradições**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012

MARRUS, Michael R. **Assustadora História do Holocausto**. São Paulo: Editora Prestígio, 2003.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica** São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

MASALHA, Nur. **Expulsion of the Palestinians**: The Concept of Transfer in Zionist Political Thought, 1882-1948 Estados Unidos da América: Institute for Palestine Studies, 2012.

MELAMED, Meir Matzliah. **Torá, A Lei de Moisés**. São Paulo: Editora Sêfer, 2001.

MORRIS, Benny. **Um Estado, Dois Estados**: Soluções Para o Conflito Israel-Palestina. São Paulo: Sêfer Editora, 2014.

OMER, Mohammed. **Em Estado de Choque** – Sobrevivendo a Gaza sob o Ataque Israelense, São Paulo: Editora: Autonomia Literária, 2017.

PAPPÉ, Ilan. **A Limpeza Étnica da Palestina**. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

PAPPÉ, Ilan. **História da Palestina Moderna** – Uma Terra, Dois Povos, Portugal: Editora Caminho, 2007.

RABKIN, Yakov. **Judeus Contra Judeus: A História da Oposição ao Sionismo.** São Paulo: Editora Acatu, 2009.

REICHERT, Rolf. **História da Palestina** São Paulo: Editora Herder, 1972.

SAID, Edward W. **Freud e os não Europeus.** São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

SAID, Edward W. **A Questão Palestina.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente.** São Paulo: Editora Cia de Bolso, 2007.

SAND, Shlomo. **A Invenção da Terra de Israel: Da Terra Santa á Terra Pátria.** São Paulo: Benvirá, 2014.

SAND, Shlomo. **A Invenção do Povo Judeu.** São Paulo: Benvirá, 2011.

SAND, Shlomo. **Como Deixei de Ser Judeu.** São Paulo: Benvirá, 2015.

SHLAIM, Avi. **A Muralha de Ferro.** São Paulo: Editora Fissus, 2004.

SIEGEL, Bob. **The Holocaust Against Israel.** Estados Unidos da América: Createspace Pub, 2017.

SMITH, Anthony D. **Teorias del Nacionalismo,** Espanha: Editora: Península, 1976

SOLIMAN, Lotfallah. **Por Uma História Profana da Palestina** São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

Vários Autores **O Livro das Religiões** Tradução: Bruno Alexander, São Paulo: Globo Livros, 2014.

WARSCHAWSKI, Michel. **Desastre Programado: A Política Israelense em Ação.** São Paulo: Editora Radical Livros, 2010.

Estamos com vocês. Que não haja mais vítimas inocentes,
nem palestinos, nem judeus.
Oremos para que o Estado sionista transforme-se, com a ajuda de Deus,
em uma lembrança longínqua e abominável.
Judeus do Naturei Karta, 2002

